

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Joana Angélica Santos Lima

**O USO DE FORMAS DO SUBJUNTIVO FRENTE A OUTRAS FORMAS VERBAIS  
NA EXPRESSÃO DE OPINIÃO, CONDIÇÃO E FINALIDADE  
NA FALA DE SALVADOR**

Belo Horizonte

2018

Joana Angélica Santos Lima

**O USO DE FORMAS DO SUBJUNTIVO FRENTE A OUTRAS FORMAS VERBAIS  
NA EXPRESSÃO DE OPINIÃO, CONDIÇÃO E FINALIDADE  
NA FALA DE SALVADOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística

Orientador: Prof. Dr. César Nardelli Cambraia

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca da FALE - UFMG

Lima, Joana Angélica Santos.

L732u O uso de formas do subjuntivo frente a outras formas verbais na expressão de opinião, condição e finalidade na fala de Salvador [manuscrito] / Joana Angélica Santos Lima. – 2018.  
238 p., enc. : il., tabs., grafs., color., p&b.

Orientador: César Nardelli Cambraia.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 199 a 206.

1. Linguística – Teses. 2. Língua Portuguesa – Variação – Salvador (BA) – Teses. 3. Língua Portuguesa – Verbo – Teses. 4. Sociolinguística – Teses. 5. Funcionalismo – Teses. 6. Letramento – Teses. I. Cambraia, César Nardelli. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**O USO DE FORMAS DO SUBJUNTIVO FRENTE A OUTRAS FORMAS VERBAIS NA EXPRESSÃO DE OPINIÃO, CONDIÇÃO E FINALIDADE NA FALA DE SALVADOR**

**JOANA ANGÉLICA SANTOS LIMA**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 26 de janeiro de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). César Nardelli Cambraia - Orientador  
UFMG

Prof(a). Delaine Cafiero Bicalho  
UFMG

Prof(a). Sueli Maria Coelho  
UFMG

Prof(a). Elizete Maria de Souza  
UESB

Prof(a). Josane Moreira de Oliveira  
UEFS

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2018.

Aos meus pais queridos, minha grande referência de vida.

A toda família.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, especialmente, por ter me concedido forças para superar os obstáculos inesperados.

Ao professor dr. César Nardelli Cambraia, pela preciosa orientação, pela aprendizagem promovida, pela paciência e tolerância e, acima de tudo, pelo exemplo de profissionalismo.

Aos meus amados pais, Antônio (*in memoriam*) e Dalva, pelos sábios ensinamentos durante toda a vida, pelo amor, dedicação e confiança.

A meus queridos irmãos (Wando, Nilton, Edilson, Conceição, Cássia e Fátima) e cunhados (Waldenice, Celso e Ney), pelo incentivo, pelas orações e pelo companheirismo incondicional.

A Felipe, Wander e Beatriz, pelo carinho, pelas alegrias concedidas.

A Iraci, Jandira, Raimunda, pessoas especiais, pelas orações e pelos gestos de carinho.

A Edilane, Laziana, Rita, Cristina, Josete, Josevan e Edson, pelo apoio concedido nesta longa trajetória, pela confiança e carinho fraternal.

Aos professores do Poslin, pelos ensinamentos indispensáveis e toda a equipe do Poslin e da Biblioteca de Letras da UFMG, pelo apoio constante.

A Andressa, Elizete, Nedina e família, Tatiana e família, Solange e família, pela grande amizade, pelo apoio constante e pelo indescritível e valioso acolhimento.

A Mirra, pelas palavras positivas e carinhosas.

A Glauce Maciel, Ivete Silveira, Luciana Moreno, Luciana, Luciene, Ludinalva, Luzineide, Nalma Rosa e Mara Rabelo, pelas palavras amigas e acalentadoras a todo momento .

A Vitória, Rosana, Juvanete, Maria, Iraildes, Marlúcia, Nilson, Paulo, Paulinho, e José, pela amizade constante, apoio e palavras cuidadosas nos momentos difíceis.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XIII, pelo apoio e incentivo.

A Arlinda, a Júlia e toda equipe do Colégio Estadual Carmem Andrade Lima, pela compreensão e apoio constante.

À banca examinadora, pelas sugestões valiosas.

Às informantes desta pesquisa e a todos que, de alguma forma, colaboraram para a realização desta tese.

## RESUMO

Esta pesquisa analisa o uso de formas do subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas que expressam opinião (como complemento às orações principais com os verbos *acreditar* e *crer*), em orações adverbiais que expressam condição iniciadas pela conjunção *se* e em orações adverbiais que expressam finalidade iniciadas pela conjunção *para* (*que*) na fala de mulheres de Salvador (BA). A abordagem se fundamenta nas teorias da sociolinguística variacionista laboviana, do sociofuncionalismo e do letramento. A análise qualitativa e quantitativa se baseou em dados de *corpus* constituído de fala coletada em 27 entrevistas realizadas com as informantes do gênero feminino da cidade de Salvador. Aplicaram-se ainda um questionário e um teste de leitura e de escrita para avaliar os níveis de letramento das informantes. Foram testadas 4 hipóteses: (a) há variação no uso de formas de subjuntivo a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais consideradas; (b) a variação no uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais consideradas é controlada por variáveis intralinguísticas; e (c) a variação no uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais consideradas é controlada por variáveis extralinguísticas. Os resultados obtidos através da análise do *corpus* permitiram constatar que a primeira hipótese, considerada estritamente como foi elaborada, não procede, pois não há variação nas orações substantivas, condicionais e finais consideradas: (i) nas substantivas consideradas, o uso de formas de subjuntivo é determinado pelo tempo verbal da oração principal e da subordinada bem como pela expressão de maior grau de dúvida; (ii) nas condicionais consideradas, o uso de formas de subjuntivo é determinado pelo tempo verbal da oração subordinada bem como pela expressão de contrafactualidade ou eventualidade; e (iii) nas finais consideradas, o uso de formas de subjuntivo é determinado pela presença de locução conjuntiva *para que*. Reenquadrada a análise das finais em termos de tipo de oração (oração com formas de subjuntivo e oração com formas de infinitivo), atestou-se a existência efetiva de variação. Considerando o reenquadramento da análise das orações finais, a segunda e a terceira hipótese procedem, uma vez que se mostram estatisticamente significativas a variável intralinguística *explicitação do sujeito da oração subordinada* (sujeito explícito favorece oração final com formas de subjuntivo) e a variável extralinguística *nível de letramento* (níveis de letramento médio e alto favorecem oração final com formas de subjuntivo).

**Palavras-chave:** morfologia, verbo, subjuntivo, variação, Salvador.

## ABSTRACT

This research analyzes the use of forms of subjunctive versus other verbal forms (indicative and infinitive) in substantive clauses that express opinion (as a complement to the main clauses with the verbs *acreditar* and *creer*), in adverbial clauses that express the condition initiated by the conjunction *se* and in adverbial clauses that express purpose initiated by the conjunction *para (que)* in the speech of women of Salvador (BA). The approach is based on the theories of Labovian variationist sociolinguistics, sociofunctionalism and literacy. The qualitative and quantitative analysis was based on *corpus* data consisting of speech collected in 27 interviews with female informants in the city of Salvador. A questionnaire and a reading and writing test were also applied to evaluate the informants' literacy levels. Three hypotheses were tested: (a) there is variation in the use of subjunctive forms versus other verbal forms (indicative and infinitive) in the considered substantive, conditional and final clauses; (b) the variation in the use of subjunctive forms versus other verbal forms (indicative and infinitive) in the considered substantive, conditional and final clauses is controlled by intralinguistic variables; and (c) the variation in the use of subjunctive forms versus other verbal forms (indicative and infinitive) in the considered substantive, conditional and final clauses is controlled by extralinguistic variables. The results of the analysis of the *corpus* allowed to verify that the first hypothesis, considered strictly as it was elaborated, does not proceed, since there is no variation in the considered substantive, conditional and final clauses: (i) in the considered substantive clauses, the use of the forms of subjunctive is determined by the verb tense of the main and subordinate clauses as well as by the expression of a greater degree of doubt; (ii) in the considered conditional clauses, the use of the forms of subjunctive is determined by the verb tense of the subordinate clause as well as by the expression of counterfactuality or eventuality; and (iii) in the considered final clauses, the use of the forms of subjunctive is determined by the presence of conjunctive locution *para que*. The analysis of the final clauses was reframed in terms of type of clauses (clause with forms of subjunctive and clause with forms of infinitive), and the actual existence of variation was verified. Considering the reframing of the analysis of the final clauses, the second and third hypothesis proceed, since the intralinguistic variable *explicitness of the subject of subordinate clause* (explicit subject favors final clauses with forms of subjunctive) and the extralinguistic variable *level of literacy* (medium and high levels of literacy favor final clauses with forms of subjunctive).

**Keywords:** morphology, verb, subjunctive, variation, Salvador.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Localização de Salvador.....	112
---	-----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Equivalência das modalidades.....	79
<b>Quadro 2:</b> Perfil das informantes da comunidade de Salvador (sem nível de letramento).....	114
<b>Quadro 3:</b> Perfil das informantes da comunidade de Salvador (com nível de letramento).....	134
<b>Quadro 4:</b> Esquema modo-temporal das construções condicionais factuais.....	162
<b>Quadro 5:</b> Esquema modo-temporal das construções condicionais contrafactuais.....	163
<b>Quadro 6:</b> Esquema modo-temporal das construções condicionais eventuais.....	164

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Distribuição das variantes.....	52
<b>Tabela 2:</b> Nível de alfabetismo por grau de escolaridade (%).....	103
<b>Tabela 3:</b> Resultados do questionário por informante e por questão.....	127
<b>Tabela 4:</b> Rendimento total do conjunto de informantes no teste de leitura por faixa etária e por nível de escolaridade.....	128
<b>Tabela 5:</b> Total de acertos da questão 1.....	129
<b>Tabela 6:</b> Total de acertos da questão 2.....	130
<b>Tabela 7:</b> Total de acertos da questão 3.....	131
<b>Tabela 8:</b> Resultado do teste por informante e por questão.....	132
<b>Tabela 9:</b> Resultados do questionário, do teste e do nível de letramento por informante	133
<b>Tabela 10:</b> Formas verbais na fala de Salvador por tipo de oração.....	147
<b>Tabela 11:</b> Formas verbais na fala de Salvador por tipo de oração e por informante.....	148
<b>Tabela 12:</b> Formas verbais na oração substantiva na fala de Salvador.....	149
<b>Tabela 13:</b> Formas verbais na oração substantiva por item lexical verbal da oração principal.....	150

<b>Tabela 14:</b> Formas verbais na oração substantiva por item lexical verbal da oração principal e por tempo verbal da oração subordinada.....	151
<b>Tabela 15:</b> Formas verbais na oração substantiva por item lexical verbal da oração principal com o tempo presente na oração principal.....	153
<b>Tabela 16:</b> Formas verbais na oração condicional na fala de Salvador.....	158
<b>Tabela 17:</b> Formas verbais na oração condicional por tempo verbal da oração condicional.....	159
<b>Tabela 18:</b> Formas verbais na oração condicional por tipo de passado da oração condicional.....	160
<b>Tabela 19:</b> Esquemas modo-temporais das construções condicionais na fala de Salvador.....	166
<b>Tabela 20:</b> Tipo de oração final na fala de Salvador.....	173
<b>Tabela 21:</b> Tipo de oração final por tempo verbal da oração principal.....	175
<b>Tabela 22:</b> Tipo de oração final por assertividade da oração principal.....	178
<b>Tabela 23:</b> Tipo de oração final por assertividade da oração subordinada final.....	179
<b>Tabela 24:</b> Tipo de oração final por posição da oração subordinada final.....	181
<b>Tabela 25:</b> Tipo de oração final por correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada final.....	182
<b>Tabela 26:</b> Tipo de oração final por explicitação do sujeito da oração subordinada final	185
<b>Tabela 27:</b> Atuação da explicitação do sujeito da oração subordinada em oração com formas de subjuntivo (peso relativo).....	187
<b>Tabela 28:</b> Tipo de oração final por características sintático-semânticas do sujeito da oração principal.....	187
<b>Tabela 29:</b> Tipo de oração final por faixa etária.....	189
<b>Tabela 30:</b> Tipo de oração final por nível de escolaridade.....	191
<b>Tabela 31:</b> Tipo de oração final por nível de letramento.....	193
<b>Tabela 32:</b> Atuação do nível de letramento em oração com formas de subjuntivo (peso relativo).....	194
<b>Tabela 33:</b> Formas verbais na oração substantiva por assertividade da oração principal	234
<b>Tabela 34:</b> Formas verbais na oração substantiva por assertividade da oração subordinada substantiva.....	234
<b>Tabela 35:</b> Formas verbais na oração substantiva por posição da oração subordinada substantiva.....	234

<b>Tabela 36:</b> Formas verbais na oração substantiva por correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada substantiva.....	235
<b>Tabela 37:</b> Formas verbais na oração substantiva por explicitação do sujeito da oração subordinada substantiva.....	235
<b>Tabela 38:</b> Formas verbais na oração substantiva por características sintático-semânticas do sujeito da oração principal.....	235
<b>Tabela 39:</b> Formas verbais na oração substantiva por faixa etária.....	235
<b>Tabela 40:</b> Formas verbais na oração substantiva por nível de escolaridade.....	236
<b>Tabela 41:</b> Formas verbais na oração substantiva por nível de letramento.....	236
<b>Tabela 42:</b> Formas verbais na oração condicional por assertividade da oração principal	236
<b>Tabela 43:</b> Formas verbais na oração condicional por assertividade da oração subordinada condicional.....	236
<b>Tabela 44:</b> Formas verbais na oração condicional por posição da oração subordinada condicional.....	237
<b>Tabela 45:</b> Formas verbais na oração condicional por correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada condicional.....	237
<b>Tabela 46:</b> Formas verbais na oração condicional por explicitação do sujeito da oração subordinada condicional.....	237
<b>Tabela 47:</b> Formas verbais na oração condicional por características sintático-semânticas do sujeito da oração principal.....	237
<b>Tabela 48:</b> Formas verbais na oração condicional por faixa etária.....	238
<b>Tabela 49:</b> Formas verbais na oração condicional por nível de escolaridade.....	238
<b>Tabela 50:</b> Formas verbais na oração condicional por nível de letramento.....	238

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Distribuição do tipo de oração final por faixa etária.....	189
<b>Gráfico 2:</b> Distribuição do tipo de oração final por nível de escolaridade.....	191
<b>Gráfico 3:</b> Distribuição do tipo de oração final por nível de letramento.....	193

## LISTA DE ABREVIATURAS<sup>1</sup>

- A – Nível de letramento alto / Adulta  
 B – Nível de letramento baixo  
 BA – Bahia  
 Compl. – Completo  
 EF – Ensino Fundamental  
 EI – Expressões *irrealis*  
 EM – Ensino Médio  
 ES – Espírito Santo / Ensino Superior  
 FS – Futuro do subjuntivo  
 Fund. – Fundamental  
 I – Idosa / *Irrealis*  
 Incompl. – Incompleto  
 INF – Informante  
 J – Jovem  
 M – Nível de letramento médio  
 MA – Nível de letramento médio alto  
 MB – Nível de letramento médio baixo  
 Méd. – Médio  
 MG – Minas Gerais  
 NURC – Norma Urbana Culta  
 ocs. – ocorrências  
 PB – português brasileiro  
 PHPB-SC – Para a História do Português Brasileiro de Santa Catarina  
 PR – Peso Relativo / Paraná  
 PS – Predicações subjetivas  
 R – *Realis*  
 RS – Rio Grande do Sul  
 SC – Santa Catarina  
 Sup. – Superior  
 TG – Tradição Gramatical  
 VARSUL – Variação Linguística na Região Sul do Brasil

---

<sup>1</sup> As diversas abreviaturas referentes às obras literárias das quais os autores das três gramáticas resenhadas neste trabalho (SAID ALI, 1964 [1931]; BECHARA, 1999 [1964]; CUNHA; CINTRA, 2008 [1985]) extraíram exemplos para abonação não foram listadas aqui, mas seu desenvolvimento se encontra disponível no apêndice das referidas gramáticas. O mesmo se aplica às abreviaturas dos dados de Neves (2000).

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	7
<b>ABSTRACT</b> .....	9
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	10
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	10
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	10
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	12
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	13
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	21
1.1 O subjuntivo na perspectiva da tradição gramatical.....	21
1.1.1 Descrição dos contextos com formas de subjuntivo.....	21
1.1.2 Síntese dos contextos com formas de subjuntivo.....	38
1.2 O subjuntivo na perspectiva gramática descritiva.....	34
1.3 O subjuntivo na perspectiva variacionista.....	39
1.4 O subjuntivo na perspectiva sociofuncionalista.....	57
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	72
2.1 Teorias linguísticas.....	72
2.1.1 Funcionalismo.....	72
2.1.1.1 Visão geral.....	72
2.1.1.2 Modalidade.....	78
2.1.1.3 Diferença semântica entre os modos verbais.....	83
2.1.2 Sociolinguística variacionista laboviana.....	87
2.1.3 Sociofuncionalismo.....	91
2.2. Teorias de letramento.....	94
2.2.1 Abordagens.....	94
2.2.2 Avaliação do letramento.....	104
<b>3 HIPÓTESES DE TRABALHO, OBJETIVOS E METODOLOGIA</b> .....	110
3.1 Hipóteses de trabalho.....	110
3.2 Objetivos.....	111
3.2.1 Objetivos gerais.....	111
3.2.2 Objetivos específicos.....	111

3.3 Metodologia.....	112
3.3.1 Comunidade de fala: cidade de Salvador.....	112
3.3.2 Informantes.....	114
3.3.3 Análise do nível de letramento.....	117
3.3.3.1 Resultado dos questionários.....	117
3.3.3.2 Resultados dos testes.....	129
3.3.3.3 Resultado geral do nível de letramento.....	134
3.3.4 Tratamento dos dados linguísticos.....	138
3.3.4.1 Tipo de oração e valor semântico.....	138
3.3.4.2 Variáveis.....	142
3.3.4.1 Variáveis dependentes.....	142
3.3.4.2 Variáveis independentes.....	142
3.3.4.2.1 Variáveis intralinguísticas.....	143
3.3.4.2.1.1 Tempo verbal.....	143
3.3.4.2.1.2 Assertividade.....	144
3.3.4.2.1.3 Posição da oração subordinada.....	144
3.3.4.2.1.4 Item lexical verbal da oração principal.....	145
3.3.4.2.1.5 Correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada.....	145
3.3.4.2.1.6 Explicitação do sujeito da oração subordinada.....	146
3.3.4.2.1.7 Características sintático-semânticas do sujeito da oração principal.....	146
3.3.4.2.2 Variáveis extralinguísticas.....	147
3.3.4.2.2.1 Faixa etária.....	147
3.3.4.2.2.2 Nível de escolaridade.....	147
3.3.4.2.2.3 Nível de letramento.....	148
<b>4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>149</b>
4.1 Visão geral.....	149
4.2 Orações substantivas completivas dos verbos <i>acreditar</i> e <i>crer</i> .....	151
4.3 Orações condicionais iniciadas por <i>se</i> .....	160
4.4 Orações finais iniciadas por <i>para (que)</i> .....	175
4.4.1 Variáveis intralinguísticas.....	177
4.4.1.1 Tempo verbal da oração principal.....	177
4.4.1.2 Assertividade da oração principal.....	180
4.4.1.3 Assertividade da oração subordinada final.....	181

4.4.1.4 Posição da oração subordinada final.....	183
4.4.1.5 Correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada final.....	184
4.4.1.6 Explicitação do sujeito da oração subordinada final.....	187
4.4.1.7 Características sintático-semânticas do sujeito da oração principal.....	190
4.4 Variáveis extralinguísticas.....	191
4.4.1 Faixa etária.....	191
4.4.2 Nível de escolaridade.....	194
4.4.3 Nível de letramento.....	196
<b>CONCLUSÃO</b> .....	199
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	203
<b>APÊNDICES</b> .....	211
<b>Apêndice 1A:</b> Questionário social.....	211
<b>Apêndice 1B:</b> Identificação do valor de cada resposta do questionário social.....	213
<b>Apêndice 2:</b> Teste.....	215
<b>Apêndice 3:</b> Termo de consentimento livre e esclarecido.....	216
<b>Apêndice 4:</b> Resultados da rodada do GolbVarb para as orações finais.....	219
<b>Apêndice 5:</b> Quantificações complementares.....	219

## INTRODUÇÃO

O uso das formas do subjuntivo no português brasileiro tem se mostrado um fenômeno de grande interesse de investigação, sobretudo na perspectiva variacionista (ALVES NETA, 2000; FAGUNDES, 2007; PIMPÃO, 1999, 2015; LIMA, 2012, dentre outros). De acordo com esses estudos, há uma variação no uso de formas de subjuntivo controlada por fatores intralinguísticos (como tipo de oração, tipo de verbo, modalidade do verbo, tipo de conjunção etc.) e extralinguísticos (como sexo/gênero, faixa etária, nível de escolaridade etc.).

O interesse em estudar o modo subjuntivo iniciou-se ao realizar leituras de artigos e dissertações sobre o uso variável deste modo verbal para fundamentar a produção de um artigo referente à atividade avaliativa da disciplina *Variação e Mudança Linguística* cursada no 1º semestre do mestrado em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras da UFMG. Os resultados das pesquisas tratadas na bibliografia consultada mostravam uma tendência à substituição do modo subjuntivo que por modo indicativo na fala de informantes de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Florianópolis. Essa tendência despertou a curiosidade sobre o tema e, conseqüentemente, o interesse em pesquisá-lo também em Salvador, com a finalidade de estabelecer um cotejo com o uso variável do modo subjuntivo nas três capitais citadas anteriormente. Essa intenção deu origem à dissertação intitulada “O presente do subjuntivo na fala de Salvador: um estudo variacionista”, defendida em 2012. Os resultados dessa pesquisa revelaram a conservação do uso do subjuntivo em contextos tradicionalmente previstos tanto para o uso do subjuntivo quanto para o uso do imperativo. Um outro aspecto observado foi que, na ausência da variante com subjuntivo, o falante soteropolitano fazia uso preferencial de estruturas alternativas, demonstrando, portanto, a pouca preferência pelo uso de indicativo. As estruturas alternativas mencionadas referem-se às formas nominais (infinitivo, gerúndio e particípio), geralmente consideradas pela tradição gramatical como construções equivalentes a formas de subjuntivo.

Em contextos definidos pela tradição gramatical como próprios do modo subjuntivo, as formas de subjuntivo foram favorecidas pelos fatores intralinguísticos: orações adverbiais e substantivas, modalidades volição e incerteza e conjunções condicionais; e, pelos fatores extralinguísticos: feminino, jovem, idoso e ensino médio. Já em contextos definidos pela tradição gramatical como próprios do modo imperativo, as formas de subjuntivo foram favorecidas pelos fatores intralinguísticos: orações principais e também coordenadas; e, pelos fatores extralinguísticos: masculino, idoso, jovem e ensino médio.



Os resultados encontrados nessa pesquisa permitiram perceber a importância do nível de escolaridade para o uso das formas de subjuntivo, pois se notou que o uso dessas formas, estava associado ao maior nível de escolaridade, assim como também já constatado em outras pesquisas, a exemplo de Bianchet (1996), Galembeck (1998) e Alves Neta (2000). Esses resultados chamaram a atenção para a necessidade de um refinamento e, oportunamente, da ampliação da pesquisa, visto que, embora essa relação (uso de subjuntivo e alto nível de escolaridade) estivesse clara, observou-se também em termos percentuais uma frequência relativamente alta de uso dessas formas na fala dos informantes do ensino fundamental (67%). Assim, pensando em buscar resultados mais precisos, percebeu-se a necessidade de ampliar esses estudos estendendo para a tese, com a intenção de testar também o nível superior de escolaridade, pois na dissertação de 2012 foram considerados apenas o ensino fundamental e o ensino médio. Entretanto, em função do postulado de Kleiman (1995) e Soares (2010 [2003]), dentre outros, da estreita relação entre nível de escolaridade e nível de letramento do indivíduo, procurou-se incluir também o nível de letramento entre as variáveis sociais a serem testadas na presente tese. Acreditava-se, que o nível de letramento pudesse exercer influência no uso variável das formas de subjuntivo, assim como o nível de escolaridade; hipoteticamente, quanto mais alto fosse o nível de letramento de uma pessoa, maior a chance de ela fazer uso das formas de subjuntivo.

Vale ressaltar que o nível de letramento, até a presente tese, ainda não havia sido testado enquanto variável nos trabalhos de cunho variacionista, sendo, portanto, a principal inovação desta tese. Sua inclusão no controle das variáveis sociais é pertinente e é de grande importância para estudos sociolinguísticos, haja vista que pode muito contribuir para que os resultados desses estudos sejam mais abrangentes: com o controle dessa variável, os linguistas poderão avaliar a influência do nível cultural de um informante de forma mais ampla sobre uma determinada variável.

Portanto, a pesquisa que ora se apresenta configura-se em um desdobramento da dissertação acima referenciada. A princípio, buscou-se analisar todos os contextos sintáticos em que fossem tradicionalmente previstos o emprego de formas de subjuntivo. Entretanto, observando que, em alguns desses contextos, havia casos de uso categórico dessas formas verbais, a exemplo de orações substantivas com verbos volitivos (*querer, esperar* etc), adverbiais iniciadas com conjunções *a fim de que, caso, embora* etc., optou-se por restringir a análise desta tese apenas aos contextos em que ocorresse o uso das formas verbais de subjuntivo e ainda de outras (como as de indicativo e de infinitivo): são contextos desse tipo as orações substantivas que complementam orações principais com os verbos *crer* e

*acreditar*), as orações adverbiais condicionais iniciadas pela conjunção *se* e as orações adverbiais iniciadas pela conjunção *para (que)*. Muitos trabalhos analisaram o uso das formas de subjuntivo de maneira muito ampla, mas dando pouca atenção a especificidade dos diferentes contextos sintáticos. Nesta pesquisa, buscou-se analisar apenas esses três contextos específicos para que se pudesse avaliar se apresentam variação entre as formas de subjuntivo e outras formas verbais (indicativo nas orações substantivas e adverbiais condicionais supracitadas, e infinitivo nas orações adverbiais finais iniciadas pela conjunção *para (que)*).

Assim, propôs-se no presente trabalho uma análise do uso de formas do subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas que expressam opinião (como complemento às orações principais com os verbos *crer* e *acreditar*), em orações adverbiais que expressam condição iniciadas pela conjunção *se* e em orações adverbiais que expressam finalidade iniciadas pela conjunção *para (que)* na fala de mulheres de Salvador (BA), tendo como hipóteses:

a) há variação no uso de formas de subjuntivo a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais;

b) a variação no uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais é controlada por variáveis intralinguísticas; e

c) a variação no uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais é controlada por variáveis extralinguísticas.

O desenvolvimento desta pesquisa partiu da análise de um *corpus* constituído de 1082 dados de fala extraídos de entrevistas a 27 mulheres soteropolitanas, fundamentada nas abordagens teóricas da sociolinguística variacionista e funcionalista (givóniana), bem como na abordagem da teoria do letramento.

A opção por selecionar apenas o público feminino como participantes desta pesquisa justifica-se pelos resultados apontados em Lima (2012) em direção ao favorecimento das formas de subjuntivo pelas mulheres nos contextos previstos pela tradição gramatical com peso relativo de .34. Vale ressaltar que esse valor percentual se refere ao resultado de uma análise ternária (cujo valor médio do PR é de .33), visto que foram consideradas três variantes na análise (formas de subjuntivo, formas de indicativo e estruturas alternativas).

No primeiro capítulo, será apresentada uma reflexão acerca do uso do subjuntivo na perspectiva da tradição gramatical, de estudos descritivos, de estudos variacionistas e de estudos sociofuncionalistas.

No segundo capítulo, será apresentada a fundamentação teórica com o objetivo de descrever as três teorias que norteiam esta tese: funcionalismo norte-americano com base givóniana, sociolinguística quantitativa laboviana e teoria do letramento, com base em trabalhos como o de Kleiman (1995), de Street (2014), de Soares (2010 [2003]).

No terceiro capítulo, serão apresentados as hipóteses, os objetivos e a metodologia proposta para esta análise. Ainda neste capítulo, constará uma seção especial onde será tratada a metodologia utilizada para que fosse avaliado o nível de letramento das informantes que constituirão o *corpus*, bem como uma outra seção, em que serão expostos os resultados da avaliação do referido nível, através da aplicação de um questionário social e de um teste de leitura. A aplicação destes instrumentos de avaliação visava a buscar elementos para que se pudesse examinar diferentes níveis de letramento.

No quarto capítulo, serão apresentadas a descrição e a análise dos dados, interpretadas na perspectiva das orientações teóricas adotadas.

Por fim, será apresentada a conclusão sobre os resultados obtidos nesta análise.

# CAPÍTULO 1

## REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, realiza-se uma revisão acerca do uso do modo subjuntivo em diferentes perspectivas: da tradição gramatical; de estudos descritivos; de estudos variacionistas; e de estudos funcionalistas.

### 1.1 O subjuntivo na perspectiva da tradição gramatical

#### 1.1.1 Descrição dos contextos com formas de subjuntivo

Na perspectiva da tradição gramatical (TG) da língua portuguesa, o verbo configura-se como uma palavra variável que expressa um acontecimento representado no tempo, exprimindo uma ação, estado ou fenômeno sob diferentes modos, conforme a atitude do falante, seja esta de certeza, de dúvida, de suposição, de conselho, de ordem etc. Para ilustrar como o tema do modo subjuntivo é tratado nessa perspectiva, apresenta-se a seguir uma breve descrição segundo as propostas de Said Ali (1964 [1931]), Bechara (1999 [1964]) e Cunha e Cintra (2008 [1985]).

Conforme a tradição gramatical, os modos verbais consistem nas diferentes formas que toma o verbo para indicar a ação da pessoa que fala em relação ao fato que se anuncia. Said Ali (1964 [1931]) distingue os seguintes modos verbais: (i) imperativo, o qual denota essencialmente ordem, convite, conselho, pedido ou súplica; (ii) indicativo, que enuncia certeza ou realidade do fato; (iii) subjuntivo ou conjuntivo, em que, por oposição ao modo da realidade, denota incerteza ou irrealidade. Para esse autor, o *modo indicativo* é termo consagrado pelo uso; contudo o modo da irrealidade pode ser designado pelos termos *conjuntivo*, significando “modo unido, conjunto”, e *subjuntivo*, indicando “modo subordinado”. Entretanto, para ele, ambos os termos não expressam com eficácia o que de fato seja esse modo verbal. Além de ocorrer em orações subordinadas, o subjuntivo também ocorre em orações principais, sendo este uso, inclusive, o mais antigo em várias línguas. Ele esclarece que não há um modo exclusivo para estas orações:

Nem a linguagem criou um modo especial para o verbo da oração dependente, nem esta função é privativa do conjuntivo. Há muitos casos de oração subordinada em que pelo contrário o uso do indicativo é simplesmente obrigatório. Dada a liberdade de escolha, pois não pensamos em propor um termo novo que ninguém aceitaria, decidimo-nos pelo nome *conjuntivo*. (SAID ALI, 1964 [1931], p. 324)

O autor argumenta que a ideia de oposição entre os referidos modos não é suficiente para, de fato, definir o uso do conjuntivo em decorrência de sua complexidade:

Trata-se de um problema complexo, a começar pela circunstância que às funções próprias do conjuntivo se ajuntaram em latim ainda as do optativo, o qual em outros idiomas indo-europeus constituía um modo à parte. (SAID ALI, 1964 [1931], p. 324)

A fragilidade da definição desse modo verbal, segundo o autor, impulsiona sua classificação em volitivo, potencial, optativo, deliberativo, concessivo, prospectivo, hortativo, etc.; contudo não se deve insistir muito na especificação dessas “categorias”, visto que não há “limites seguros” que separem uma função da outra. Por conta disso, ele sugere que essas funções sejam enquadradas em duas ou três classes gerais, porém, sem especificar às classes, as quais se referem.

O autor assinala que o modo conjuntivo também é empregado para expressar o modo imperativo negativo e para expressar vontade, ordem ou convite em determinados “dizeres”. Para ele, os principais contextos de uso do modo conjuntivo são:

a) Quando as exclamações iniciadas pela conjunção *que* se proferem como orações independentes, ou seja, sem a presença de orações subordinadas<sup>2</sup>:

(1) Que já o mundo e a vida não *saibão* enganar. [Vieira, *Serm.* 8, 225] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 324)

b) Em orações que expressam fatos em contradição com a expectativa, as quais complementam os verbos *admirar*, *admirar-se*, *espantar-se*, como também as expressões *é maravilha*, *é incrível*, *é de pasmar*, *é admiração* etc.:

(2) Não me espanto que a mesma Rainha... se *quizesse* fazer fundadora. [Vieira, *Serm.* 8, 225] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 330)

(3) É maravilha que um miserável *cubra* o outro. [Silva, *Alecr.* 19] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 330)

(4) O que mais admira he que o moço... não lhe *julgasse* que o velho endurecera. [Vieira, *Serm.* 8, 315] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 330)

<sup>2</sup> Nos exemplos extraídos de Said Ali (1964 [1931]) e aqui reproduzidos, os itálicos são normalmente do próprio Said Ali. Quando não o forem, será assinalado.

c) Em orações subordinadas a verbos referentes a atos a serem executados ulteriormente ou àquilo que há de continuar a fazer ou deixar de fazer, como *permitir*, *consentir*, *admitir*, *obstar*, *impedir*, *proibir*, *recomendar*, *aconselhar*, *ordenar*, *fazer* (significando “causar” e “ocasionar”) etc.:

(5) Aconselhavam os clássicos que Grécia não se *procurasse* muitas amizades [*Eufr.* 63] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 330)

(6) Permittiu Deos que hum dos presos... *tivesse* modo de escapulir [*Couto, Dec.* 4, 9, 4] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 330)

(7) Não obsta que o preço e o merecimento da esmola *seja* daquelles que a dão [*Vieira, Serm.* 2, 197] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 330)

d) Nas expressões impessoais *é necessário*, *é justo*, *é bom*, *importa*, *cumpre*, *basta* e outros dizeres de significado análogo, com que se afirma ou se nega a conveniência ou a necessidade de fazer ou preservar em fazer alguma coisa:

(8) Não *he necessário* que *faça* algum acto de virtude [*Matias Aires, Vaid.* 318] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 331)

(9) *Basta* que as [heresias] *deteste* e as *mate* em si mesmo [*Vieira, Serm.* 9, 374] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 331)

(10) *Bem he* que o *faça* o tempo [*Vieira, Serm.* 5, 539] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 331)

e) Com os verbos *querer* e *pedir* (e seus sinônimos *rogar*, *suplicar*, *implorar* etc.) completados por uma oração iniciada pela partícula *que*<sup>3</sup>:

(11) *Quero* que me *obedeça*. (SAID ALI, 1964 [1931], p. 331)

(12) *Pedia* que o *mandasse*. (SAID ALI, 1964 [1931], p. 331)

f) Na oração explícita que sirva de complemento a verbos, substantivos e adjetivos denotadores de *desejo*, *esperança*, *temor*, *prazer*, *desgosto*, *pesar* e outros sentimentos:

<sup>3</sup> Said Ali (1964 [1931]) apresenta exemplos ora com referência a uma fonte ora sem referência: neste último caso, é provável que seja exemplo de autoria do gramático ou que haja omissão (como no caso de exemplos históricos).

- (13) Desejamos que *fique* – Sinto profundamente que *tenha* adoecido – Lamento que teu filho não *possa* vir [Silva, *Alecr.* 35] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 331)

O gramático assevera que a variação entre os referidos modos verbais era visível no latim vulgar e que o uso generalizado do subjuntivo na língua portuguesa se deve a uma criação da língua literária e não simplesmente a uma perda na língua vulgar. Constantemente, alternavam-se tais modos em contextos de complementação de sentido de verbos como *crer*, *cuidar*, *pensar*, *supor*, *imaginar*, *entender*, *presumir* e *achar* (no sentido de *pensar* e *crer*):

- (14) Cuydaram que [os nossos] *eram* turcos [Castanheda 1,5] – Fez paz com Vasco da Gama cuydando que *fosse* Turco [Castanheda 1,5] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 325)

Segundo ele, a variação entre esses modos verbais era percebida na língua em diferentes épocas. Em se tratando do português, na oração principal em que se interroga ou expõe uma ideia, usava-se, predominantemente, o indicativo; porém, nas orações subordinadas, ora se empregava o conjuntivo, ora o indicativo:

- (15) Pera *se saber quem fosse* este gigante, em cujo Dom Duardos estava, diz a istoria que... [Morais, *Palm.* 1, 10] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 326)
- (16) Pera *se saber quem era* este cavalleiro, diz a istoria que... [Morais, *Palm.* 1, 492 SAID ALI, 1964 [1931], p. 326)

Nas interrogativas com as expressões *quem é*, *qual é*, *que cousa é*, empregava-se o modo indicativo; porém, quando elas fossem utilizadas nas orações subordinadas, o verbo *ser* poderia variar entre ambos os modos, mas o que definia a escolha do modo era o tipo de resposta para a pergunta. Assim, se a resposta se desse de forma imediata, usava-se o indicativo, mas, quando não se podia responder sem antes refletir, usava-se o subjuntivo:

- (17) Perguntando-lhe primeiro quem *era*. [Morais, *Palm.* 1, 322] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 325)
- (18) Perguntado hũ sábio qual *fosse* a vida, deo hũa volta e desapareceo, mostrou-se, e escondeo-se logo para mostrar que era momentânea e fugia com grande velocidade. [Heitor Pinto, 2, 532] (SAID ALI, 1964 [1931], p. 325)

Para o autor, a variação entre os modos verbais em questão era evidente também nas orações interrogativas diretas e nas orações subordinadas a expressões como *é possível, é preciso* etc.:

(19) He possível que *há* tantos mundos e que eu ainda não *acabei* de conquistar hum?

(SAID ALI, 1964 [1931], p. 329)

(20) He possível que me *tenha* o mundo por profeta e que não *antevisse* eu que de hua

vista se havia de seguir hum pensamento... (SAID ALI, 1964 [1931], p. 329)

Nas orações de caráter condicional, cuja hipótese condicionante se refere a um fato inexistente e cuja realização não se espera ou parece improvável, emprega-se o modo conjuntivo:

(21) Se a guerra se *declarasse*, estaríamos perdidos. (SAID ALI, 1964 [1931], p. 335, *itálico meu*)

Entretanto esse modo verbal poderia ser substituído. No português antigo e também na linguagem da Renascença, empregavam-se preferencialmente as formas do mais-que-perfeito do indicativo, tanto em uma como em outra oração:

(22) Se assim *fizera*, andara mais avisado. (SAID ALI, 1964 [1931], p. 336, *grifo meu*)

Cunha e Cintra (2008 [1985]) distinguem os modos verbais indicativo e subjuntivo, argumentando que o indicativo é empregado quando o falante considera o fato expresso pelo verbo como certo, real tanto no tempo presente, quanto no passado e no futuro, mas, quando se emprega o subjuntivo, o falante considera a existência ou não existência do fato como algo incerto, duvidoso, eventual ou mesmo irreal.

Segundo os autores, o subjuntivo é o modo exigido nas orações que dependem de verbos que expressam ideia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição etc., a exemplo dos verbos *desejar, duvidar, implorar, lamentar, negar, ordenar, pedir, proibir, querer, agir, querer, rogar e suplicar*.

Ao atribuir o uso desse modo verbal às questões semânticas, os gramáticos argumentam que a presença do subjuntivo numa oração é condicionada pela postura do falante diante do fato



ao qual se refere, isto é, à modalidade. Assim, quando se trata de um fato hipotético, não determinado, naturalmente o subjuntivo será o modo selecionado pelo falante.

Vale ressaltar que os autores qualificam o referido modo verbal como subjuntivo independente e subjuntivo subordinado.

O subjuntivo independente ocorre em orações absolutas, orações principais e orações coordenadas. Quando é empregado nas orações principais e também absolutas, esse modo “envolve normalmente a ação verbal de um matiz afetivo que acentua fortemente a expressão de vontade do indivíduo que fala” (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 480)

Segundo os gramáticos, o subjuntivo independente pode expressar<sup>4</sup>:

a) Um desejo:

(23) *Chovam* hinos de glória na tua alma! [A. de Quental, *SC*, 35] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 480)

b) Uma hipótese, uma concessão:

(24) *Seja* a minha agonia uma centelha / De glória!... [O. Bilac, *T*, 197] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 480)

(25) Que a tua música / *seja* o ritmo de uma conquista! [F. J. Tenreiro, *OP*, 62] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 480)

c) Uma dúvida (geralmente precedido do advérbio *talvez*):

(26) Paula talvez lhe *telefonasse* à noite. [M. J. de Carvalho, *PSB*, 34] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985] p. 481)

d) Uma ordem, uma proibição (na 3ª pessoa):

(27) Que não se *apague* este lume! [A. Meyer, *P*, 126] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 481)

---

<sup>4</sup> Cunha e Cintra (2008 [1985]) também apresentam exemplos ora com referência a uma fonte ora sem referência: neste último caso é provável que seja exemplo de autoria dos gramáticos.

e) Uma exclamação denotadora de indignação:

(28) Raios *partam* a vida e quem lá *ande*! [F. Pessoa, *OP*, 316] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 481)

Ao tratarem do subjuntivo subordinado, explicam os autores que o subjuntivo é, essencialmente, o modo da oração subordinada, podendo ser empregado tanto nas orações substantivas como também nas adjetivas e nas adverbiais.

Quando se trata de *orações substantivas*, o modo do subjuntivo é empregado na oração vinculada à oração principal que contém verbo, exprimindo:

a) Vontade (desejo) com referência ao fato a que se fala:

(29) Não quero que ele me *julgue* sem pudor, uma mulher de prenda desolada, nada tenho a defender. [N. Piñon, *CC*, 145] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 482)

b) Sentimento ou apreciação que se emite com referência ao próprio fato em causa:

(30) – Pior será que nos *enxotem* daqui... [A. Peixoto, *RC*, 273] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 482)

c) Dúvida em relação ao fato enunciado:

(31) Receava que eu me *tornasse* ingrato, que o *tratasse* mal na velhice. [A. Abelaira, *NC*, 14] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 482)

Nas orações substantivas, o modo verbal é selecionado através da ideia expressa na oração principal, fato que as distingue das adjetivas relativas, já que nestas é a ideia contida nos seus verbos que rege o modo verbal.

Nas *orações adjetivas*, o modo em questão, consoante Cunha e Cintra (2008 [1985]), denota:

a) Um fim, uma consequência:

(32) Humana, mulher, a companheira tentava chamá-lo a uma realidade que *reanimasse* fogueiras mortas, sonhos desfeitos. [M. Torga, *NCM*, 59] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 483)

(33) Portanto, quero coisa de igreja, coisa pia, que *dê* gosto a um bom sacerdote como é padre Estevão. (A. Callado, *MC*, 99) [CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 483]

b) Um fato improvável:

(34) Gerson saiu rapidamente, e durante bastante tempo não houve quem o *convencesse* de voltar. [A. Bessa Luís, *AM*, 139] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 483)

c) Uma conjectura, uma hipótese etc.:

(35) Então não havia um direito que lhe *garantissem* a sua casa? [J. Lins do Rego, *FM*, 159] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 483)

(36) Estaria ali para dar esperança aos que *tivessem* perdido? [M. J. de Carvalho, *AV*, 138] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 483)

Nas *orações adverbiais*, por não ter valor próprio, o subjuntivo é regulado por conjunções, o que equivale a dizer que esse tipo de oração (adverbial) é motivado por fatores morfossintáticos, como expressam os exemplos abaixo:

a) Conjunções causais, negando a ideia de causa (*não porque, não que*):

(37) Não que não *quisesse* amar, mas amar menos sem tanto sofrimento. [L. Fagundes Telles, *DA*, 107] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 484)

b) Conjunções concessivas:

(38) O povo não gosta de assassinos, embora *inveja* os valentes. [C. Drummond de Andrade, *CA*, 7] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 484)

c) Conjunções finais:

(39) Para que tudo *retomasse* a quietude inicial, e os coelhos se *resolvessem* a vir gozar a fresca, seriam preciso horas e então já não teria luz. [M. Torga, *NCM*, 64] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 484)

d) Conjunções temporais que marcam anterioridade:

(40) – Vamos embora, antes que nos *veja*. [Machado de Assis, *OC*, I, 1030] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 485)

e) Orações comparativas iniciadas pela partícula hipotética *se*:

(41) As pernas tremiam-me *como se* todos os nervos me *estivessem* golpeados. [C. Castelo Branco, *OS*, I, 761] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 485)

f) Orações condicionais, em que a condição é irrealizável ou hipotética:

(42) Se *viesses* o sol, tudo mudava. [É. Veríssimo, *LS*, 138] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 485)

g) Orações consecutivas que exprimem uma concepção e não uma realidade:

(43) Pôs-lhe uma nota voluntariamente seca, em maneira que lhe *apagasse* a cor generosa da lembrança. [Machado de Assis, *OC*, I, 1122] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 485)

Cunha e Cintra (2008 [1985]) salientam que o modo subjuntivo é também previsto nas formas do imperativo para expressar noção de ordem, comando, exortação, conselho e/ou convite. Uma vez considerado como a “forma” em que o indivíduo que fala se dirige a um interlocutor, o modo imperativo admite apenas as pessoas que indicam aquele com quem se fala, ou seja, as segundas pessoas do singular (*tu*) e do plural (*vós*); as terceiras pessoas do singular e do plural são expressas por pronome de tratamento do tipo *você*, *senhor*, *Vossa Senhoria* etc.

Os gramáticos distinguem as formas do modo imperativo e do modo subjuntivo afirmando que estas exprimem desejo ou anelo, como em (44), e aquelas, ordem ou exortação, como em (45):

(44) *Caiam* sobre vós as bênçãos divinas! (Subjuntivo) (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985] p. 490)

(45) *Caiam* de bruços! (Imperativo) (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 490)

O imperativo se manifesta na língua em situações afirmativas e negativas. O imperativo afirmativo é impresso através das formas das segundas pessoas do singular e do plural do presente do indicativo com supressão do *-s* final e das demais formas pessoais do presente do subjuntivo. O exemplo a seguir ilustra o primeiro tipo (forma da segunda pessoa do singular do presente do indicativo com supressão do *-s* final):

(46) *Dá* (tu) a mão a quem precisa. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 490)

O imperativo negativo é integralmente formado pelo presente do subjuntivo. Ambas as formas do imperativo, isto é, afirmativas e negativas, são empregadas em orações absolutas principais e coordenadas podendo expressar:

a) Ordem, comando:

(47) *Cala-te*, não lhe *digas* nada! (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 491)

(48) *Cavem, cavem* depressa! (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 491)

b) Uma exortação, conselho:

(49) *Sê* todo em cada coisa. *Põe* quanto és no mínimo que fazes. [F. Pessoa, *OP*, 239]  
(CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 491)

(50) Não *olhes* para trás, quando tomares o caminho sonâmbulo que desce. [G. de Almeida, *PV*, 25] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 491)

c) Um convite, uma solicitação:

(51) Georges! *Anda* ver meu país de romarias

E procissões! [A. Nobre, *S*, 32] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 491)

(52) *Vinde* ver! *Vinde* ouvir, homens de terra estranha! [O. Mariano, *TVP*, I 273]  
(CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 491)

## d) Súplica:

(53) *Sossegai, esfriai*, olhos febris. [C. Pessanha, C, 44] (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 492)

Cunha e Cintra (2008 [1985]), pondera que: “Por vezes a construção com o subjuntivo é pesada ou malsoante. Convém, nesses casos, substituí-la por uma forma expressional equivalente” (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 486).

Assim, elencam como os possíveis substitutos as seguintes formas:

## a) Infinitivo:

(54) a. O professor mandou *que* o aluno *lesse* um romance. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 486)

b. O professor mandou o aluno *ler* um romance. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 486)

## b) Gerúndio:

(55) a. *Se seguisse*, o caminho normal chegaria primeiro. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 486)

b. *Seguindo*, o caminho normal chegaria primeiro. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 486)

## c) Substantivo abstrato:

(56) a. *Se tivesses voltado*, seria bem recebido. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 486)

b. *Tua volta* seria bem recebida. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 486)

## d) Construção elíptica:

(57) a. *Quer sejam ricos ou pobres, quer sejam brancos ou pretos*, são todos iguais perante a lei. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 486)

b. *Ricos ou pobres, brancos ou pretos*, todos são iguais perante a lei. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 486)

Bechara (1999 [1964]) defende que os modos verbais se consolidam conforme a posição do falante em face da relação entre a ação verbal e seu agente, acrescentando aos três modos verbais convencionais (indicativo, subjuntivo e imperativo) mais duas outras opções (condicional e optativo):

a) *Indicativo*, referindo-se a fatos como verossímeis ou tidos como tais: *Canto, cantei, cantava, cantarei*. (BECHARA, 1999 [1964], p. 221)

b) *Subjuntivo (Conjuntivo)*, referindo-se a fatos incertos: *Talvez, cante, se cantasse*. (BECHARA, 1999 [1964], p. 221)

c) *Condicional*, referindo-se a fatos dependentes de certa condição: *Cantaria* (BECHARA, 1999 [1964], p. 222)

d) *Optativo*, em relação à ação como desejada pelo agente: *E viva eu cá na terra sempre triste*. (BECHARA, 1999 [1964], p. 222)

e) *Imperativo*, em relação a um fato que se exige do agente: *Cantai*. (BECHARA, 1999 [1964], p. 222)

Segundo o autor, o modo subjuntivo geralmente ocorre (i) nas orações independentes optativas, (ii) nas imperativas negativas, (iii) nas imperativas afirmativas<sup>5</sup>, (iv) nas dubitativas com o advérbio *talvez*, e (v) nas subordinadas em que o fato é entendido como incerto, duvidoso, ou impossível de se realizar, conforme se exemplifica, respectivamente, a seguir<sup>6</sup>:

(58) Bons ventos o *levem*. (BECHARA, 1999 [1964], p. 280)

(59) Não *emprestes*, não *disputes*, não *maldigas* e não terás de arrepender-te. [MM] (BECHARA, 1999 [1964], p. 280)

(60) *Louvemos* a quem nos louva para abonarmos o seu testemunho. [MM] (BECHARA, 1999 [1964], p. 280)

(61) Talvez a estas horas *desejem* dizer-te *pecavi!* Talvez *chorem* lágrimas de sangue. [AH.5, I, 58] (BECHARA, 1999 [1964], p. 280)

(62) Faltam-nos memórias e documentos coevos em que *possamos* estribar-nos para relatar tais sucessos. [AH.6, I, 451] (BECHARA, 1999 [1964], p. 280)

Segundo o autor, os principais casos em que o subjuntivo pode ocorrer nas *orações subordinadas* são:

<sup>5</sup> Nestas últimas com exceção da 2ª pessoa do singular e do plural.

<sup>6</sup> Bechara (1999 [1964]) também apresenta exemplos ora com referência a uma fonte ora sem referência: neste último caso é provável que seja exemplo de autoria do gramático.

a) Depois de expressões (verbos, nomes ou locuções equivalentes) que denotam ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição, receio, admiração, surpresa, contentamento<sup>7</sup>:

(63) Prouvera a Deus, venerável Crimilde – tornou o quingentário – que nos *fosse* lícito desamparar estes muros. [AH.1, 146] (BECHARA, 1999 [1964], p. 281)

(64) Proibi-te que o *relevasses*. [AH.5, I, 294] (BECHARA, 1999 [1964], p. 281)

(65) Espero que *estudes* e que *sejas* feliz. (BECHARA, 1999 [1964], p. 281)

b) Depois de expressões (verbos ou locuções formadas por *ser*, *estar*, *ficar*, + substantivo ou adjetivo) que denotam desejo, probabilidade, vulgaridade, justiça, necessidade, utilidade<sup>8</sup>:

(66) Cumpre que *venhas* cedo. (BECHARA, 1999 [1964], p. 281)

(67) Convém que não nos *demoremos*. (BECHARA, 1999 [1964], p. 281)

(68) É bom que *compreenda* logo o problema. (BECHARA, 1999 [1964], p. 281)

c) Depois dos verbos *duvidar*, *suspeitar*, *desconfiar* e nomes cognatos (*dúvida*, *duvidoso*, *suspeita*, *confiança* etc.) quando empregados afirmativamente, isto é, quando se trata de dúvida, suspeita ou desconfianças reais:

(69) ... me vinham à mente *suspeitas* de que ela *fosse* um anjo transviado do céu. [AH.5, II, 321] (BECHARA, 1999 [1964], p. 281, *itálicos meus*)

(70) A luz... que me *suspeitávamos procedesse* de lâmpada esquecida por sonolento moço de resposte... [AH.5, 333] (BECHARA, 1999 [1964], p. 281, *itálicos meus*)

O subjuntivo pode ser empregado também nas *orações adjetivas* que expressam:

a) Fim:

(71) Ando a cata de um criado que *seja* econômico e fiel. [RB] (BECHARA, 1999 [1964], p. 281)

<sup>7</sup> Nos três exemplos a seguir, *ter-se-ia*, respectivamente, expressão de vontade, proibição e novamente vontade.

<sup>8</sup> Nos três exemplos a seguir, *ter-se-ia* expressão de necessidade nos dois primeiros e de utilidade no terceiro.



b) Consequência (com o relativo precedido de preposição, geralmente *com*):

(72) Daqui levarás tudo tão sobejo / Com que *faças* (= que com isso) o fim a teu desejo. [LC.1, II, 4] (BECHARA, 1999 [1964], p. 281)

c) Uma conjectura e não uma realidade:

(73) a. O cidadão que *ama* sua pátria engrandece-a. (realidade)

b. O cidadão que *ame* sua pátria engrandece-a. (conjectura) (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

d) Depois de um predicado negativo ou de uma interrogação de sentido negativo, quando enunciam uma qualidade que determine e restrinja a ideia expressa por esse predicado ou interrogação:

(74) Não há homem algum que *possa* gabar-se de ser completamente feliz

Quem há aí que *seja* completamente feliz? [RV.1, 274-5] (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

Nas *orações adverbiais*, segundo o autor, o subjuntivo ocorre principalmente nos seguintes casos:

a) Nas causais de *não porque*, *não* (ou *nem*), quando se quer dizer que a razão aludida não é verdadeira:

(75) Deitei-me ontem mais cedo, não porque *tivesse* sono, mas porque precisava de me levantar hoje de madrugada. [RV.1, 274] (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

b) Nas concessivas de *ainda que*, *embora*, *conquanto*, *posto que*, *se bem que*, *por muito que*, *por pouco que*, não havendo, entretanto, completo rigor a respeito:

(76) Ainda que *perdoemos* aos maus, a ordem moral não lhe perdoa, e castiga a nossa indulgência. [MM] (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

(77) Por mais sagaz que *seja* o nosso amor próprio, a lisonja quase sempre o engana. [MM] (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

c) Nas condições de *se, contanto que, sem que, a não ser que, suposto que, caso, dado que*, para exprimir hipótese, e não uma realidade, entrando nesse grupo também a comparativa hipotética *como se*:

(78) Se as viagens simplesmente *instruíssem* os homens, os marinheiros seriam os mais instruídos. [MM] (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

(79) E moviam os lábios, como se *tentassem* falar. [AH.1, 26] (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

Bechara (1999) chama atenção para o fato de que, se se tratar de coisa real ou tida como tal, geralmente aparece o indicativo:

(80) Não há momento que perder, se *queremos* salvar-nos. [AH.1, 253] (BECHARA, 1999 [1964], p. 280)

d) Nas consecutivas, quando se exprime uma simples concepção e não um fato real:

(81) Devemos regular nossa vida de modo que *possamos* esperar e não rezear depois de nossa morte. [MM] (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

(82) Não subais tão alto que a queda *seja* mortal. [MM] (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

e) Nas finais:

(83) Os maus são exaltados para serem felizes, para que *caiam* do mais alto e sejam esmagados. [MM] (BECHARA, 1999 [1964], p. 283)

f) Nas temporais de *antes que, assim que, até que, enquanto, depois que, logo que*, quando ocorrem nas negações ou nas indicações de simples concepção, e não uma realidade:

(84) Cumprirei o que ordenas, porque jurei obedecer-te cegamente enquanto não *salvássemos* a irmã de Pelágio. [AH.1, 215]. (BECHARA, 1999 [1964], p. 283)

Em alguns casos particulares, ambos os modos também podem ser vistos, a exemplo das orações substantivas que completam a exclamação de surpresa *quem diria*:

- (85) a. *Quem diria* que ele *era* capaz disso. (BECHARA, 1999 [1964], p. 283)  
 b. *Quem diria* que ele *fosse* capaz disso. (BECHARA, 1999 [1964], p. 282)

Entretanto o gramático assegura que, em contextos em que ocorrem os indefinidos do tipo o *que quer que* e em que ocorrem orações introduzidas por *que* quando restringem a generalidade de um acerto, o uso do subjuntivo é mais comum, como mostram os exemplos (86) e (87), respectivamente:

- (86) Estamos preparados para o *que quer que seja*. (BECHARA, 1999 [1964], p. 283)  
 (87) Não há, *que eu saiba*, expressão mais suave. (BECHARA, 1999 [1964], p. 283)

Conforme o autor, a possibilidade de alternância entre os modos também é prevista em orações com o advérbio *talvez*. Nesse contexto, o modo subjuntivo é empregado quando o fato é considerado incerto, duvidoso ou impossível de se realizar (cf. exemplo em (88)); contudo quando é possível “antever melhor a certeza de que o de que se duvida se pode bem realizar” (BECHARA, 1999 [1964], p. 283), emprega-se o modo indicativo (cf. exemplo em (89)):

- (88) *Talvez* a essas horas *desejem* dizer-te *pecavi!* [AH.5, I, 58] (BECHARA, 1999 [1964], p. 283)  
 (89) E as turbas *talvez* o *aplaudem* e *celebram* seu nome. [AH.2, 180] (BECHARA, 1999 [1964], p. 283)

Vale ressaltar que Bechara (1999 [1964]) não trata essa questão especificamente como uma variação, mas como um caso particular. Em função disso, faz algumas considerações acerca das contravenções que se pode encontrar na língua:

Os casos aqui encontrados estão longe de enquadrar a trama complexa do emprego de tempos e modos verbais em português. São várias as questões que, ferindo os princípios aqui expostos, leva o falante ou escritor a buscar novos meios expressivos. São questões que fogem ao âmbito da Gramática e constituem preocupação da Estilística. (BECHARA, 1999 [1964], p. 283)

Como se pode notar, os autores supracitados argumentam que o uso do modo subjuntivo está associado a fatores semânticos e morfossintáticos. Todavia, ao tratarem das questões semânticas desse modo verbal, embora todos o associem ao modo da irrealidade, divergem, muitas vezes, nas definições dos valores das expressões que condicionam seu uso. Para Said Ali (1964 [1931]), esse modo classifica-se em volitivo, potencial, optativo, deliberativo, concessivo, prospectivo, hortativo etc. Entretanto, dada a insegurança dessas funções, ele sugere que sejam enquadradas em duas ou três classes gerais. Para Bechara (1999 [1964]), o uso desse modo verbal ocorre em contextos que expressam noções de ordem, vontade, consentimento, consentimento, proibição, receio, admiração, surpresa, contentamento, desejo, probabilidade, justiça, necessidade, utilidade, dúvida, suspeita, desconfianças reais, fim, consequência, conjectura, qualidade que determina ou restringe, razão aludida não verdadeira, concessão, hipótese, concepção e finalidade. Para Cunha e Cintra (2008 [1985]), o uso desse modo verbal ocorre em contextos que expressam noções de desejo, vontade, sentimento, apreciação, dúvida, fim, improbabilidade, conjectura, hipótese, negação de causa, concessão, finalidade, anterioridade, comparação hipotética, condição irrealizável ou hipotética, consecutiva, ordem, proibição, indignação, comando e exortação.

### **1.1.2 Síntese dos contextos com formas do subjuntivo**

Os diferentes contextos em que as formas do subjuntivo podem ocorrer, segundo a tradição gramatical representada por Said Ali (1964 [1931]), Bechara (1999 [1964]) e Cunha e Cintra (2008 [1985]), estão sintetizados nas linhas que seguem:

a) Orações independentes:

a.1) Absolutas:

a.1.1) Expressão de desejo.

a.1.2) Expressão de dúvida (geralmente precedido do advérbio *talvez*).

a.1.3) Expressão de ordem, proibição (na 3ª pessoa).

a.1.4) Exclamação denotadora de indignação.

a.2) Coordenadas (com expressão de qualquer dos valores das independentes absolutas).

b) Orações não-independentes:

b.1) Principais (com expressão de qualquer dos valores das independentes absolutas).

b.2) Subordinadas:

b.2.1) Substantivas:

b.2.1.1) Expressão de sentimento ou apreciação que se emite com referência ao próprio fato em causa;

b.2.1.2) Expressão de desejo, vontade; e

b.2.1.3) Expressão de dúvida em relação ao fato enunciado.

b.2.2) Adjetivas:

b.2.2.1) Expressão de finalidade;

b.2.2.2) Expressão de consequência;

b.2.2.3) Expressão de conjectura, hipótese;

b.2.2.4) Expressão de dato improvável; e

b.2.2.5) Depois de um predicado negativo, ou de uma interrogação de sentido negativo quando enunciam uma qualidade que determine e restrinja a ideia expressa por esse predicado ou interrogação.

b.2.3) Adverbiais:

b.2.3.1) Expressão de causa;

b.2.3.2) Expressão de concessão;

b.2.3.3) Expressão de finalidade;

b.2.3.4) Expressão de tempo (anterioridade);

b.2.3.5) Expressão de condição;

b.2.3.6) Comparação com oração iniciada pela partícula hipotética *se*; e

b.2.3.7) Expressão de consequência.

Nesta seção, ocupou-se em descrever o uso do modo subjuntivo conforme a tradição gramatical (SAID ALI, 1964 [1931]; BECHARA, 1999 [1964]; CUNHA; CINTRA, 2008 [1985]). Como visto, nesta perspectiva, os modos verbais apoiam-se em valores atitudinais específicos de cada autor. O modo subjuntivo expressa noções de dúvida, incerteza, possibilidade, hipótese, etc. Considerado o modo verbal típico da subordinação, embora possa se realizar em orações independentes, ocorre em orações subordinadas adverbiais, relativas e substantivas.

## 1.2 O subjuntivo na perspectiva da gramática descritiva

Como visto na seção anterior, o modo subjuntivo não é um assunto fácil de ser tratado. Não se nota uma total convergência entre as abordagens da tradição gramatical sobre o tema. Por conta disso, muitos estudiosos modernos apontam-nas como falhas, incapazes, pois, de explicarem o uso efetivo do modo subjuntivo na língua portuguesa. Apresentam-se a seguir propostas mais modernas dedicadas ao tema, a saber, Câmara Jr. (2002 [1970]), Fávero (1982), Perini (1995), Castilho (2010) e Castilho e Elias (2015).

Câmara Jr. (2002 [1970]) compreende o não uso do subjuntivo como uma forma alternativa de expressão semântica. O autor traz explicações semânticas e sintáticas para o uso dos modos verbais. Ao tratar dos morfemas gramaticais referentes ao tempo e ao modo verbal, esse autor tece uma crítica ao tratamento atribuído aos verbos pela TG. Para ele, as explicações semânticas do verbo em português “é talvez onde melhor se evidencia a incapacidade dos métodos da tradição gramatical para fazer justiça a uma interpretação adequada do sistema gramatical português” (CÂMARA JR., 2002 [1970], p. 97).

Para o autor, o subjuntivo, no português, é como uma “servidão gramatical”, usado em determinados tipos de orações: (i) em oração independente depois do advérbio de dúvida *talvez*; (ii) em oração integrante subordinada a verbos de significação volitiva ou optativa; (iii) em oração relativa, para expressar apenas a possibilidade de qualificação expressa; (iv) em orações subordinadas finais; e (v) em orações subordinadas concessivas.

De acordo com o linguista, desde o indo-europeu já se percebia uma tendência para uma categoria morfológica esvaziada de valores conceptuais. Para ele, esse esvaziamento não significa uma omissão da atitude do falante frente ao que enuncia, visto que essa atitude se mantém, contudo, “fora da estrutura mórfica”. Assim, é possível que, em alguns casos, o caráter modal de dúvida, desejo, hipótese esteja presente mesmo com o indicativo.

Câmara Jr. (2002 [1970]) argumenta ainda que o subjuntivo, assim como o imperativo, assinala uma tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal comunicado. Todavia essa sinalização não consta no indicativo, mas não se pode afirmar sua inexistência. Acrescenta que o subjuntivo tem uma característica sintática de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que a domina, seja o advérbio *talvez* preposto, seja um verbo de oração principal. Em se tratando do imperativo, diz que apresenta a “assinalização” subjetiva, porém sem subordinação sintática. E, no indicativo, por sua vez, não há nenhuma dessas “assinalizações”, embora possa possuir um caráter subjetivo e uma subordinação sintática:

(90) Suponho que *é* verdade. (CÂMARA JR., 2002 [1970], p. 35)

(91) Suponho que *seja* verdade. (CÂMARA JR., 2002 [1970], p. 35)

Enfim, o subjuntivo, assim como o imperativo, é marcado pela subjetividade do falante, diferentemente do indicativo, que é considerado pelo autor como o modo não-marcado semanticamente.

Para Fávero (1982), o uso do modo subjuntivo está relacionado a critérios semânticos. Para a autora, esse modo verbal é empregado em orações substantivas quando o sujeito da sentença matriz apresenta atitude proposicional interpretativa:

a atitude proposicional interpretativa ou não interpretativa está no conteúdo semântico do verbo da oração matriz e é esta atitude que determina na estrutura superficial as formas verbais do indicativo e do subjuntivo. (FÁVERO, 1982, p. 7)

Segundo a autora, quando se trata de orações de atitude proposicional interpretativa, o modo verbal utilizado será o subjuntivo; por outro lado, quando se trata de orações de atitude proposicional não interpretativa, será, sem exceção, o modo indicativo:

(92) Afirmo que Luís Paulo *estuda* português. (FÁVERO, 1982, p. 6)

(93) Quero que Luís Paulo *estude* português. (FÁVERO, 1982, p. 6)

Entretanto, a autora faz uma ressalva, alertando que os verbos de atitude proposicional interpretativa podem ser subcategorizados por traços semânticos que podem gerar, ou não, o subjuntivo. Assim, sendo os verbos de julgamento, o modo verbal será determinado pelo seu traço de factividade: o indicativo é gerado pelo traço [+ factivo], ao passo que o subjuntivo é gerado pelo traço [- factivo], conforme se pode conferir em (94) e (95) abaixo; sendo os verbos de sentimento e de volição, o subjuntivo será determinado, respectivamente, pelos traços [+ factivo] e [+ volitivo], como ilustram os exemplos em (96) e (97):

(94) Creio que Luís Paulo *estuda* português. [+ factivo] (FÁVERO, 1982, p. 11)

(95) Creio que Luís Paulo *estude* português. [- factivo] (FÁVERO, 1982, p. 11)

(96) Alegro-me que ele *venha* aqui. [+ factivo] (FÁVERO, 1982, p. 12)

(97) Desejo que Luís Paulo *estude* português. [+ volitivo] (FÁVERO, 1982, p. 10)

Fávero (1982, p. 11) explica que em (94) o verbo *crer* expressa uma forte tendência à concretização do fato; portanto, o falante “superficializa no indicativo uma pressuposição de factividade”. Ao passo que em (95) o verbo exprime uma incerteza na realização do fato; portanto o falante “superficializa no subjuntivo uma pressuposição de não factividade”. Orações do tipo (96), que manifestam sentimento, emoção, contêm uma atitude interpretativa do sujeito da oração matriz e pressupõem o fato como verdadeiro. Nesse caso, o verbo da oração matriz possui o traço [+ factivo]. Em (97), o verbo da oração matriz possui o traço [+ volitivo], o qual determina o uso do subjuntivo na oração completiva.

Fundamentando-se nesses argumentos acima, Fávero (1982) critica a TG, assegurando serem “falhas” suas definições do subjuntivo como o modo da irrealidade, da dúvida, da incerteza, visto que, através desse modo, também é possível expressar pressuposição de verdade, como bem ilustra o exemplo (96).

Fávero (1982) explica que o uso dos modos verbais pode estar condicionado à natureza ou ao valor semântico dos elementos lexicais ou morfossintáticos do enunciado, por esses modos apresentarem um grau maior ou menor de dependência em relação à tomada de posição do falante ou aos elementos que compõem o enunciado da frase. Contrariando Azeredo (2010), ela defende que o subjuntivo não é desprovido de significado, pois seus valores podem expressar tanto uma simples conjectura como um forte grau de probabilidade.

Perini (1995), para quem o modo verbal se organiza semanticamente caracterizando “a atitude do falante frente àquilo que se está dizendo”, assegura que o advérbio *talvez* não é a única palavra que marca o caráter modal de dúvida e hipótese. Em certos casos, a presença do subjuntivo seria atribuída a aspectos específicos, como o verbo da oração principal ou a determinados itens como a preposição *para*. Ele explica que uma oração subordinada a essa preposição realiza-se no subjuntivo, mas não no indicativo, como se vê no exemplo em (98):

(98) Trouxemos este frango *para que* você o *mate*. (PERINI, 1995, p. 175)

Com efeito semelhante, ele cita também a preposição *até*, a qual admite os dois modos (mas com diferença semântica)<sup>9</sup>, como ilustram os exemplos em (99) e (100), a seguir:

(99) Ficarei escondido *até* que você *chegue*. (PERINI, 1995, p. 175)

(100) Fiquei escondido *até* que você *chegou*. (PERINI, 1995, p. 175)

<sup>9</sup> Cabe assinalar que os exemplos em (99) e (100) se diferenciam também em relação do tempo da oração principal: futuro do presente em (99) e pretérito perfeito em (100).



Isso mostra que, na sua concepção, a seleção do modo verbal pode ser condicionada ao “fenômeno da regência”. O subjuntivo, além de ser motivado por fatores formais, é também motivado por fatores semânticos, embora esse modo verbal tenda a se perder na língua:

Em muitos casos em que os dois modos [subjuntivo e indicativo] são possíveis, percebe-se uma diferença de significado mais ou menos nítida entre as duas versões. Isso pode ser atribuído à própria semântica da forma subjuntiva. (PERINI, 1995, p. 176)

na maioria dos casos, a oposição morfológica entre o indicativo e o subjuntivo é governada por traços semanticamente não motivados dos verbos (e de alguns itens como *talvez*); os casos em que se pode ver um efeito semântico imputável ao modo são excepcionais e tendem a desaparecer na língua moderna. (PERINI, 1995, p. 257)

Enfim, Perini (1995) sinaliza a existência de uma certa fragilidade na oposição entre certeza e incerteza, assinalando que a mesma parece não desempenhar um papel fundamental na ocorrência dos modos verbais em estudo. Ao elencar os exemplos que seguem abaixo, ele considera que tanto a sentença (101) como a (102) podem expressar uma certeza condicionada e tanto a sentença (103) como a sentença (104) podem expressar uma falta de certeza, independentemente do modo verbal utilizado:

(101) Desconfio que Selma *fuma* cachimbo. (PERINI, 1995, p. 258)

(102) Admito que Selma *fume* cachimbo. (PERINI, 1995, p. 258)

(103) Eu sonhei que Selma *fumava* cachimbo. (PERINI, 1995, p. 258)

(104) Eu duvido que Selma *fume* cachimbo. (PERINI, 1995, p. 258)

Castilho (2010) defende que os modos verbais devem ser compreendidos na perspectiva do ato da fala. Para o autor, uma operação linguística tão importante quanto é a avaliação sobre o que se está falando durante o discurso não pode se reduzir “apenas à morfologia do verbo” (CASTILHO, 2010, p. 438). Ao fazer algumas ponderações acerca do subjuntivo, ele destaca que sua representação morfológica se faz através de sufixos, assim como a do modo indicativo; do ponto de vista sintático, predomina nas sentenças subordinadas; e, do ponto de vista semântico, exprime um estado de coisas duvidoso.

Castilho e Elias (2015) também argumentam que o subjuntivo apresenta o dito como um estado de coisas duvidoso, provável, irreal, não verdadeiro e que é predominante nas sentenças subordinadas. Esclarecem que os termos subjuntivo e subordinado são sinônimos e que ambos remetem à ordenação das sentenças numa posição de dependência “debaixo de X, em que X é a sentença matriz” (CASTILHO; ELIAS, 2015, p. 178). Essa sinonímia justifica-

se pelo fato de o subjuntivo aparecer “maiormente” nas sentenças subordinadas. Ainda acrescentam que, ao longo do tempo, o termo subjuntivo se especializou como rótulo de um modo verbal, e o termo subordinado como rótulo de um tipo de sentença.

Segundo eles, o imperativo ocorre nas orações simples e é através deste que é apresentado ao interlocutor o dito como um estado de coisas necessário, que tem de ser. Sobre sua construção, os autores tecem uma reflexão muito interessante referente às explicações supracitadas, criticando, inclusive, a postura da TG:

Expressando uma ordem ou um pedido dirigido, ao interlocutor, ele só deveria ser conjugado na segunda pessoa. Nas outras pessoas gramaticais, o imperativo não expressa uma ordem, e sim um desejo, uma volição.  
Esquecida essa história, as gramáticas escolares criaram uma regra mnemônica, ensinando que o imperativo da segunda pessoa singular e plural corresponde ao presente do indicativo, subtraindo o [-s]. Imagine só, um modo verbal dando à luz a outro modo verbal! Não caia nessa! (CASTILHO; ELIAS, 2015, p. 179)

Essa justificativa torna mais compreensível esse fenômeno que tanto confunde os alunos nas aulas sobre a conjugação dos verbos no imperativo. Ainda sobre essa questão, os autores seguem explicando como se formou o imperativo:

(i) Substituindo o *tu* por *você*, um pronome discursivamente da segunda pessoa, porém gramaticalmente da terceira pessoa, pois deriva do sintagma nominal *Vossa Mercê*. Resultado: o imperativo *fala tu* foi substituído pelo indicativo *fala você*;  
(ii) Substituindo *vós* por *vocês*, outra expressão nominal que também leva o verbo para a terceira pessoa. Resultado: o imperativo *falai vós* desapareceu (ele apenas ressurgiu em situações extremamente formais) sendo substituído pelo subjuntivo: *falem vocês, falem senhores*. (CASTILHO; ELIAS, 2015, p. 179)

Para os autores, essas alterações causaram um grande impacto sobre a gramática do português brasileiro, levando o imperativo tradicional a não passar de “um jogo entre formas do indicativo e formas do imperativo: Indicativo: **Fica quieto!**; Subjuntivo: **Fique quieto!**”.

### 1.3 O subjuntivo na perspectiva variacionista

Como visto, são várias as abordagens linguísticas que têm contribuído para desvendar a complexidade do uso dos modos verbais. Atualmente, é vasto o número de pesquisas que se ocupam em refletir sobre a variação do subjuntivo no português brasileiro (PB) na perspectiva de diferentes teorias, dentre elas a sociolinguística e também a sociofuncionalista, cujos resultados têm mostrado uma tendência à oscilação entre ambas as formas verbais (BIANCHET, 1996; GALEMBECK, 1998; ALVES NETA, 2000; PIMPÃO, 1999; 2012, 2015; REIS, 2010; dentre outros) como também uma tendência ao uso das formas do

subjuntivo (CARVALHO, 2007; ALVES, 2009; LIMA, 2012; dentre outros). Nesta seção, sintetizam-se esses trabalhos mais relevantes sobre o tema de orientação variacionista e, na seguinte, os de orientação sociofuncionalista.

Diferentes pesquisas sociolinguísticas (BIANCHET, 1996; GALEMBECK, 1998; ALVES NETA, 2000; ALVES, 2009; LIMA, 2012; dentre outros) têm constatado que a variação atestada entre essas formas é geralmente condicionada por fatores intralinguísticos (tais como tipo de oração, modalidade do verbo, tipo de conjunção, tempo verbal etc.) e extralinguísticos (tais como gênero/sexo, faixa etária, procedência do falante e nível de escolaridade).

Bianchet (1996) analisa o uso das formas indicativo/subjuntivo em orações completivas objetivas diretas no latim e no português contemporâneo de Belo Horizonte (MG) à luz da teoria variacionista laboviana. A autora argumenta que a oscilação entre esses modos verbais é um fenômeno variável que atinge tanto as orações independentes como as orações subordinadas, assumindo a hipótese de que o uso do indicativo em contextos reservados ao subjuntivo no português contemporâneo (em orações completivas objetivas diretas) seria uma etapa de um processo de mudança iniciado no latim e, agora, atingindo o sistema de complementação do português.

Com o objetivo de estabelecer uma comparação entre o processo de diferenciação modal ocorrido no latim bem como entender o que estaria ocorrendo no português contemporâneo, essa autora analisou dados das duas línguas, focalizando, quando possível, fatores sociais (faixa etária e nível de escolaridade) e fatores linguísticos (modalidade do verbo matriz; presença ou ausência de negativa na oração matriz; tempo do verbo complemento; pessoa e número do verbo complemento).

Segundo seus resultados, a variação no uso do modo subjuntivo em orações completivas no português está associada à exigência do verbo da oração matriz, definida em função da modalidade expressa por esse verbo. O uso do indicativo é categórico nas orações que complementam verbos factivos, ou seja, verbos que expressam certeza; e o uso do subjuntivo é consideravelmente reduzido nas orações que complementam alguns verbos não factivos (*crer, acreditar, pensar, imaginar, supor, achar*): os verbos que expressam a modalidade não factiva I (dúvida, hipótese, condição etc.) demonstraram ampla variação entre os modos, favorecendo o uso do indicativo; já os verbos que expressam a modalidade não factiva II (volição e comando) demonstraram ampla variação entre os referidos modos quando os verbos da oração completiva se encontravam no pretérito perfeito e no presente do indicativo, mas variação significativamente reduzida quando os verbos dessa oração se

encontravam no pretérito imperfeito, que favoreceu o modo subjuntivo. Enfim, os dados apontaram que os grupos de fatores *modalidade do verbo matriz* e *tempo do verbo complemento* se mostraram relevantes para a seleção das formas analisadas, tanto no português contemporâneo quanto no latim. Em relação aos fatores sociais, a autora observou que o uso do modo subjuntivo no português foi favorecido pelo nível de escolaridade mais alto [nível II] (PR .66), associando-o à noção de prestígio. Porém, quanto ao segundo fator analisado, segundo ela, nenhuma faixa etária favoreceu ou desfavoreceu o modo da irrealidade.

Alves Neta (2000) analisa, também sob a orientação da teoria variacionista laboviana, a coocorrência entre as formas verbais do presente do modo subjuntivo e do modo indicativo na comunidade de Januária (Norte de Minas), tanto na fala quanto na escrita. A autora assume a hipótese de que essa coocorrência: (a) é uma variação de caráter morfofonológico (desinências modo-temporais do verbo) condicionada por três grupos de fatores estruturais (tipo de oração, tipo de conjunção de determinadas orações subordinadas e modalidade do verbo) e por três grupos de fatores sociais (faixa etária, estilo de fala e nível de escolaridade); e (b) em orações marcadas pela não factividade do verbo matriz é mais frequente entre pessoas com menor nível de escolaridade.

O *corpus* de língua falada foi constituído a partir entrevistas realizadas com 18 informantes, estratificados em nível de escolaridade (fundamental, médio, e superior) e em faixa etária (geração I, II e III), de onde foram extraídas 284 ocorrências. O *corpus* escrito constituiu-se de 270 redações (ou seja, 90 textos de alunos do ensino fundamental; 90 textos de aluno de ensino médio e 90 textos de candidatos ao vestibular/99 da UNIMONTES), das quais foram retiradas 159 ocorrências.

Nessa análise, foram considerados para ambos os *corpora* os seguintes contextos linguísticos: (i) oração subordinada substantiva, com verbos não-factivos na oração principal (verbos de volição, causa, necessidade e possibilidade); (ii) oração subordinada adverbial; (iii) oração com advérbio *talvez*; (iv) oração subordinada adjetiva com referente “existência possível”; (v) oração principal; e (vi) oração coordenada.

Os resultados gerais mostraram que tanto nos dos dados de fala, quanto nos dados de escrita (i) o uso das formas do presente do indicativo com valor de subjuntivo e com de imperativo ocorreu em apenas 41% dos dados; e (ii) as formas do presente do subjuntivo ocorreram em 70% das ocorrências com valor de subjuntivo e em 22% das ocorrências com valor de imperativo.

Considerando seus resultados relativos aos dados de fala, o modo subjuntivo foi favorecido pelas orações substantivas e também pelas modalidades desejo, causa/necessidade; e, pelo nível de escolaridade médio. Entretanto o uso do modo indicativo foi altamente favorecido pela modalidade ordem/pedido, expressa nas orações coordenadas, principais e adverbiais, e pelo nível de escolaridade mais baixo. Sobre esses resultados, a autora concluiu que o uso do modo da incerteza está atrelado à elevada formação escolar do informante e ainda que a frequência e a distribuição dos dados (modo indicativo) de fala dos informantes de Januária apontaram que a coocorrência dessas formas deve ser caracterizada como uma variação estável; assim sendo, tal resultado refuta sua hipótese inicial de que o fenômeno estudado configura uma mudança em progresso.

Quantos aos dados de escrita, a autora constatou que nenhum grupo de fatores mostrou-se altamente relevante; todavia o modo do subjuntivo foi favorecido pelas orações substantivas e pelas modalidades volição, causa e necessidade.

Santos (2005) analisa o uso variável do modo subjuntivo em estruturas complexas com base na teoria variacionista laboviana, utilizando dois *corpora*: (a) *Discurso e Gramática*, constituído com dados de fala do Rio de Janeiro e de Iboruma e (b) amostra com dados de fala da região noroeste do Estado de São Paulo. Os dados da amostra totalizaram em 217 ocorrências, dos quais 72% foram realizadas com formas de subjuntivo e 28% com formas de indicativo. Para sua análise, a autora controlou variáveis linguísticas (tipo de oração subordinada, carga semântica do sujeito do predicado matriz, tempo da oração principal, tipo semântico do sujeito da oração subordinada, grau de certeza epistêmica, paradigma flexional, saliência fônica, pessoa da subordinada e tipo de texto); e variáveis extralinguísticas (gênero/sexo do informante e nível de escolaridade).

Conforme os resultados, dentre estas variáveis apenas três de natureza linguística foram destacadas estatisticamente como relevantes: (a) carga semântica do sujeito do predicado matriz; (b) grau de certeza epistêmica; e (c) tipo de oração subordinada. O modo subjuntivo é favorecido pelas orações encaixadas em predicados não-factivos volitivos e em orações condicionais irrealis e potenciais. Ela adverte que as orações encaixadas irrealis favorecem o modo subjuntivo em decorrência da força dos verbos não-factivos volitivos (*querer, esperar, preferir* etc.). Por outro lado é desfavorecido pelas orações adverbiais temporais provenientes de relatos de procedimento; pelas orações condicionais reais e pelas orações encaixadas em predicados indiferentes de opinião (*imaginar, considerar, acreditar, crer* etc.), bicondicionais (*duvidar, pode ser, ser possível*) e emotivos avaliativos (*gostar,*

*concordar*). A autora observa que as orações adverbiais concessivas, finais e comparativas não apresentam variação, fazendo uso categórico das formas de subjuntivo.

Quanto às variáveis não selecionadas, a autora mostra que a variável tipo semântico do sujeito da subordinada não foi selecionada pelo programa GoldVarb, mas seus resultados revelaram que a maior parte das ocorrências apresenta sujeito [+ referencial] [- genérico] favorecendo estas formas. Já as ocorrências com sujeito [+ referencial] [+ genérico] o desfavorecem. Porém com sujeito [- referencial] o emprego destas formas é categórico. Quanto ao tempo da oração principal, os resultados apontam a maior frequência do presente favorecendo as formas de subjuntivo e uso categórico do futuro do pretérito, superando a expectativa da autora, haja vista que, adotando a hipótese de Pimpão (1999), esperava que este tempo inibisse o uso das referidas formas. Quanto ao paradigma flexional, mostram os dados o destaque do verbo irregular como o principal favorecedor destas formas (77%), seguidos por verbos regulares (74%) e anômalos (70%). Em relação a pessoa do verbo da subordinada, mostrou-se favorável ao uso destas formas a primeira pessoa.

As variáveis sociais não foram selecionadas. Para tanto, Santos (2005) justifica que o referido modo verbal não se correlaciona aos fatores sociais visto que o subjuntivo se comporta de forma homogênea entre estes fatores: os homens favorecem as formas de subjuntivo em 75% das ocorrências e as mulheres em 70%. O segundo ciclo do ensino fundamental as favorece em 82%, o nível superior, o médio e o primeiro ciclo em 70%, 73% e 69%, respectivamente. Por conta desses resultados, a autora argumenta que, diante deste comportamento quase homogêneo entre os diferentes níveis de escolaridade, pode-se concluir que a variação entre os modos não é um fenômeno estigmatizado já que os falantes não têm consciência da troca do subjuntivo pelo indicativo, seja de qual nível for (SANTOS, 2005, p. 143).

Meira (2006) também analisou o uso variável do subjuntivo com base na teoria variacionista laboviana, mas também levando em conta a transmissão linguística irregular (TLI)<sup>10</sup>. Em seu trabalho, a autora mostra que, diferentemente do que se tem apontado em muitas pesquisas sobre a redução do modo *irrealis* (ou seja, subjuntivo) no português popular, este modo vem ganhando força gradativamente nas comunidades rurais afro-brasileiras de Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé, localizadas no interior do Estado da Bahia. Ela

---

<sup>10</sup> “(...) processos históricos de contato massivo e prolongado entre as línguas, nos quais a língua do segmento que detém o poder político é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos. Tais processos podem conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua pidgin ou crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato”. (LUCCHESI, 2003, p. 272 apud MEIRA 2006, p. 164)

revela que, nessas comunidades formadas por africanos e seus descendentes, ainda há uma tendência ao uso do indicativo em contexto de subjuntivo, mas essa tendência vem, aos poucos, enveredando-se pelo caminho inverso. Segundo suposições, a aquisição das formas do indicativo em circunstância do uso do subjuntivo é proveniente de processo de transmissão linguística irregular, considerado como marco da história do português popular brasileiro.

Alicerçada por essas informações acerca do desenvolvimento da variação na língua bem como acerca dos seus principais difusores, Meira (2006) examina o uso do subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro, controlando variáveis linguísticas (localização temporal do evento expresso na oração em relação ao momento da enunciação, tempo do subjuntivo previsto no uso padrão, morfologia verbal) e sociais (faixa etária, sexo/gênero, escolaridade e estada fora da comunidade).

Conforme seus resultados, o uso do subjuntivo realizado de acordo com os padrões normativos foi assim distribuído: Rio de Contas (31%); Sapé (28%); Helvécia (24%); e Cinzento (18%). No universo de 827 ocorrências de orações relativas encontradas *no corpus* 162 foram registradas em contextos previstos para o uso do subjuntivo de acordo com os padrões normativos. Por outro lado, dentre as 858 ocorrências de orações completivas encontradas *no corpus*, apenas 80 foram registradas nesses contextos.

Em se tratando das orações relativas, das 162 ocorrências totalizadas, apenas 38 delas (23%) apresentam forma de subjuntivo e 124 (77%) apresentam forma de indicativo. De acordo com seus resultados, em se tratando das variáveis linguísticas, três revelaram-se como importantes para o uso do modo subjuntivo: (i) localização temporal do evento expresso em relação ao momento da enunciação, sendo selecionado o fator *posterioridade à elocução no momento da fala* (PR .93); (ii) tempo previsto no uso padrão da língua, sendo selecionado o fator *futuro do subjuntivo* (PR .78); e (iii) morfologia verbal, sendo selecionado o fator *verbo regular* (PR .70). Em relação às variáveis sociais, destacou-se como importante para o uso desse modo verbal apenas a estada fora da cidade, tendo favorecido o subjuntivo *os falantes que não saíram da comunidade* (PR. 69). A autora observa que é possível que esse resultado tenha sido comprometido pelo número limitado dos dados encontrados.

No que concerne às orações completivas, das quais foram encontradas 80 ocorrências em contextos previstos para o uso do subjuntivo, seus dados revelaram um baixo percentual de uso do subjuntivo (29%) em relação ao uso do indicativo (71%). Para essas orações, foram controladas as variáveis linguísticas tipo de oração, tempo verbal (tempo do verbo da oração em que a completiva está encaixada e tempo do subjuntivo previsto no uso padrão) e avaliação do falante sobre o nível de realidade do evento na oração completiva; e morfologia

verbal. Segundo Meira (2006), considerando o baixo número de dados, não foi possível obter resultados mais precisos mediante a análise probabilística. Assim, os resultados percentuais revelaram que, nessas orações, o subjuntivo é favorecido (i) por verbos volitivos, avaliativos e inquiritivos, (ii) pela realização de um evento irreal codificado nas orações completivas, e (iii) por verbos irregulares, confirmando, portanto, o princípio da saliência fônica. Em se tratando das variáveis sociais, a autora apresenta apenas o fator faixa etária, observando que os falantes das faixas II (41 a 60 anos) e III (61 a 80 anos) apresentaram o maior percentual no uso do subjuntivo (40% e 29%, respectivamente), enquanto os falantes das faixas I (20 a 40 anos) e IV (mais de 80 anos) apresentaram um menor percentual (19% e 18%, respectivamente), o que a leva concluir a existência de um padrão curvilíneo de variação estável.

A autora conclui seu trabalho esclarecendo que o resultado geral de sua análise contraria a hipótese defendida em estudos anteriores de que, no português urbano, o indicativo vem recobrando o espaço do subjuntivo. Segundo Meira (2006), nas comunidades analisadas, as formas do indicativo vêm perdendo ambiente para o subjuntivo, o que evidencia o fato de este modo estar sendo gradativamente adquirido por estes falantes. Ela justifica que, em tempos pretéritos, as formas do indicativo foram mais facilmente adquiridas pelos falantes no processo de TLI, por não serem tão marcadas morfologicamente e por serem mais usadas na comunicação. Na atual situação linguística dessas comunidades, não se constatou perda da morfologia flexional, mas apenas uma tendência à aquisição das formas do subjuntivo por influxo de pressões externas, provenientes dos centros de irradiação linguística do território brasileiro.

Por fim, Meira (2006) conclui que a análise do uso do subjuntivo nas orações relativas e completivas nos referidos *corpora* levou-a a observar que a reduzida frequência de uso desse modo irreal nessas comunidades, associada ao fato de esse modo verbal estar sendo adquirido gradativamente pelos falantes, quando comparado com o alto índice de frequência do subjuntivo no português urbano, corroborou a existência de gramáticas distintas em uso nos variados contextos sociais. Isso, portanto, permitiu-lhe constatar a concorrência de duas gramáticas, uma associada ao português urbano e outra ao português afro-descendente.

Fagundes (2007), também orientado pela teoria variacionista laboviana, descreve as ocorrências do modo subjuntivo e as possibilidades de sua alternância com as formas do indicativo em quatro cidades do estado do Paraná que integram o banco de dados do Projeto



VARFUL<sup>11</sup>: Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco. De acordo com o autor, seu principal objetivo com esse estudo era verificar se, na língua oral, haveria o mesmo uso previsto pela TG nos contextos em que seria possível o uso do subjuntivo. Em sua pesquisa, o autor considerou como variáveis linguísticas: tipo de oração, tempo verbal da oração principal, tempo verbal da ocorrência (na oração subordinada ou na independente) e modalidade. E como variáveis sociais foram controlados: cidade, faixa etária, nível de escolaridade e gênero.

Consoante o autor, os números estatísticos revelaram que os dados analisados totalizaram 2.718 ocorrências, das quais 90% corresponderam ao modo subjuntivo e 10% corresponderam ao modo indicativo, confirmando, portanto, a tendência à alternância dos modos revelados anteriormente nas pesquisas de Wherit (1977), em São Paulo; Costa (1990), na zona rural da cidade de Ijuí (RS); e Pimpão (1999), em Florianópolis. Seus resultados apontaram que, dentre as variáveis linguísticas selecionadas, apenas os grupos de fatores *tipo de oração* e *modalidade* se mostraram relevantes para a análise, sinalizando que as formas do modo subjuntivo são favorecidas pelas orações independentes (PR .63) e substantivas (PR .68) e pelas modalidades conduta e desejo (PR .66). Segundo explica Fagundes (2007), esses resultados confirmam sua expectativa de que tais contextos tenderiam a favorecer ocorrências desse modo. Por outro lado, as formas do modo indicativo foram favorecidas, levemente, pelas orações adverbiais (PR .57). O autor chama atenção para o fato de que esse resultado quase se aproxima dos resultados referentes às orações adjetivas, as quais apresentaram um PR de .50, semelhante para ambas as formas dos respectivos modos verbais, não favorecendo, pois, nenhum modo verbal. Assim sendo, supõe que essas orações poderiam estar numa situação de variação estável ou ainda que se poderia considerar que as ocorrências desses diferentes modos decorreriam da especialização de seus usos, portanto configurando-se numa situação de distribuição complementar.

No que toca à modalidade de conduta e desejo como favorecedora do modo da irrealidade, Fagundes (2007) explica que, considerando que verbos que expressam essas noções servem para exprimir futuridade, de certa maneira, tais resultados corroboram a afirmação de Pimpão (1999) de que o modo subjuntivo é favorecido pelo traço de futuridade. Quanto às formas do modo indicativo, os dados evidenciaram que “esse contexto também se

---

<sup>11</sup> Os dados analisados foram extraídos de entrevistas com informantes do Banco de dados do Projeto VARFUL. Esse banco é composto de amostras de fala de informantes das principais áreas urbanas de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, coletadas na década de 1990. Oficialmente há 288 entrevistas, compostas por discurso semi-dirigido, em que o informante tem toda liberdade para contar fatos quaisquer, geralmente sobre a sua vida.

encontra em variação, pois não é possível afirmar que um dos modos esteja sendo favorecido” (FAGUNDES, 2007, p. 151).

Quanto às variáveis extralinguísticas selecionadas, apenas o grupo de fatores cidade mostrou-se relevante do ponto de vista estatístico. Através de sua análise, o autor constatou que o favorecimento das formas do subjuntivo ocorre em Irati (PR .68) e o das formas do indicativo ocorre em Curitiba (PR .62). No que se refere às demais cidades, foi constatada uma certa indefinição na alternância entre os modos em Londrina (modo subjuntivo = PR. 50) e uma tendência ao desfavorecimento de ocorrência das formas do modo indicativo em Pato Branco (PR .58). Por fim, o autor conclui que somente a cidade de Irati possui um perfil mais conservador perante a alternância entre os referidos modos verbais.

Alves (2009) também analisou o uso variável do subjuntivo em estudo em que investigou a expressão de modalidade típica do subjuntivo em duas sincronias do português: século XVI (dados de Gandavo, 1556) e contemporaneidade (dados de Muriaé/MG e de Feira de Santana/BA), à luz da teoria variacionista laboviana, buscando verificar a atuação de fatores estruturais e sociais na coocorrência entre o tempo presente nos modos indicativo e subjuntivo e no uso de estruturas alternativas, considerando os aspectos sintáticos e semânticos apresentados nessas estruturas. Para a análise dos dados contemporâneos, considerou como variáveis sociais: nível de escolaridade, faixa etária (falantes entre 21 a 30 anos e entre 52 a 60 anos) e sexo/gênero.

Justificando que, na perspectiva da sociolinguística clássica, as estruturas alternativas não são consideradas como uma variante linguística, mas como uma forma alternante de se expressar as modalidades típicas do subjuntivo, a autora as avaliou separadamente. Assim sendo, considerou as seguintes variáveis: tipo de estrutura alternativa; tipo de modalidade em contexto de completivas; tipo de conjunção; nível de distância entre a conjunção e a forma verbal em contexto de adverbiais; tipo de conjugação verbal (1ª, 2ª, 3ª); paradigma verbal (regular e irregular); nível de distância entre o pronome relativo e a forma verbal em contexto de relativas; nível de referência do antecedente (genérico [- específico], específico [+ específico, - definido); e animacidade do antecedente do pronome relativo (humano, animado ou inanimado).

A análise dos dados abarcou um total de 1.851 ocorrências, das quais 267 foram registradas nos dados do documento do século XVI e 1.584 foram registradas nos dados de fala das duas cidades analisadas.

Durante sua análise, a autora observou a inexistência de orações completivas com verbo no indicativo tanto no *corpus* do século XVI quanto nos dados de Feira de Santana,

confirmando, assim, a hipótese da significativa produtividade do subjuntivo nessa cidade. A autora lembra que a presença do subjuntivo nessas orações foi atestada em muitos trabalhos anteriores, a exemplo de Costa (1990), Alves Neta (2000), Santos (2005) e Fagundes (2007). Entretanto, no *corpus* escrito, constatou-se o modo indicativo em algumas orações relativas e adverbiais.

Segundo a autora, no contexto de orações completivas, em Muriaé, o nível de escolaridade corrobora a hipótese de que a escola é uma importante difusora do subjuntivo na referida cidade mineira, tendo em vista que os informantes de baixa escolaridade atingiram percentuais bem menos elevados dessa variante em relação aos falantes de escolaridade mais alta. Em relação à variável sexo/gênero, ela afirma que “o fato de a variante inovadora aparecer com mais frequência na fala de mulheres pode estar sinalizando que esta variante não possui um caráter negativo na avaliação da comunidade” (ALVES, 2009, p. 138). Todavia, nos dados da cidade baiana analisada, o uso do subjuntivo manifestou-se categórico nesse tipo de oração.

Em se tratando das orações relativas, em Muriaé, Alves (2009) constatou que os falantes mais velhos empregam mais o presente do subjuntivo (38,5%) do que os falantes mais jovens (12,8%), sinalizando um possível avanço na perda do uso desse modo verbal nesse contexto. Considerando a variável sexo/gênero, percebeu que os homens tendem a usar o subjuntivo, ao contrário das mulheres, que preferem a forma do presente do indicativo, indicando que “nessa localidade a mesma faz parte do vernáculo e, conseqüentemente, não é portadora de avaliação social negativa” (ALVES, 2009, p. 166). Em relação aos resultados concernentes a Feira de Santana, o caráter inanimado do antecedente do pronome relativo mostra-se como contexto favorecedor de uso do subjuntivo (82,4%), assim como também o nível de referência de tipo genérico (66,7%).

Finalizando, a autora diz que, nas duas sincronias, a expressão das modalidades típicas do subjuntivo apresenta pontos em comum e também díspares. Sobre os pontos em comum, a autora apresenta o alto índice de estruturas alternativas (70%), exceto em contexto de sentenças relativas, e a coocorrência dos dois modos verbais, sobretudo em contexto de sentenças adverbiais e relativas. Em se tratando dos pontos díspares, diz que cada quadro sincrônico do fenômeno apresentou-se ímpar em relação à atuação de fatores estruturais e sociais. A autora conclui seu trabalho validando a hipótese de que o fenômeno do não uso do subjuntivo encontra-se em estágio mais avançado na mostra mineira do que na baiana.

Lima (2012) analisa, à luz da teoria variacionista laboviana, a coocorrência de formas do presente do subjuntivo, de formas do presente do indicativo e de estruturas alternativas<sup>12</sup>, norteada por quatro objetivos: (i) verificar em que proporção os falantes de Salvador utilizam cada uma dessas três variantes na expressão dos valores semânticos comuns às formas de imperativo e de subjuntivo; (ii) identificar os fatores que favorecem ou desfavorecem significativamente essas variantes; (iii) verificar se as estruturas alternativas são usadas pelos falantes de Salvador nos contextos em que é prescrito o presente do subjuntivo pelas gramáticas tradicionais; e (iv) se há predominância de uso de alguma(s) dessa(s) estrutura(s).

Para o desenvolvimento de sua pesquisa, utilizou-se de um *corpus* constituído de 716 ocorrências de formas verbais extraídas de 24 entrevistas, gravadas com falantes de Salvador, partindo das seguintes hipóteses: (i) as referidas formas verbais e as estruturas alternativas são três variantes que constituem uma variável linguística condicionada por grupos de fatores estruturais (tipo de oração, modalidade do verbo, tipo de conjunção e tipo de estrutura alternativa [quando existisse essa variante]) e grupos de fatores não estruturais (gênero, faixa etária e nível de escolaridade); (ii) as formas do subjuntivo são as preferencialmente usadas pelo falante soteropolitano; e (iii) a variação entre as respectivas variantes caracteriza-se como uma variação estável.

Seus dados foram submetidos à análise quantitativa, cujos resultados constataram o uso predominante da forma de presente do subjuntivo, tanto em situações previstas para o modo (ou contexto) subjuntivo, quanto para o modo (ou contexto) imperativo, conforme ilustra a Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1:** Distribuição das variantes

Contextos	Formas Variantes						Total
	Formas do Subjuntivo		Formas do Indicativo		Estruturas Alternativas		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
<b>Imperativo</b>	199	72	31	11	45	17	275
<b>Subjuntivo</b>	307	70	17	4	117	26	441
<b>Total</b>	506		48		162		716

Fonte: Lima (2012, p. 82)

Conforme mostra a autora, na tabela acima, há uma significativa rejeição à variante com forma de presente do indicativo e, na ausência do uso das formas do subjuntivo, o falante

<sup>12</sup> Estruturas alternativas referem-se às estruturas equivalentes ao modo do subjuntivo, denominadas por Cunha e Cintra (2008 [1985]) de substitutos do subjuntivo.

soteropolitano usa, preferencialmente, as estruturas alternativas. Sobre esse resultado, a autora adverte que a variação entre essas formas verbais não é muito visível, chegando a ser insignificante.

Os resultados obtidos através da análise quantitativa permitiram-lhe perceber que as formas do presente do subjuntivo foram favorecidas pelas orações adverbiais (PR .45)<sup>13</sup> e substantivas (PR .37); pelas modalidades volição (PR .36) e incerteza (PR .34); e, pela conjunção condicional (PR .33).

Lima (2012) chama a atenção para o fato de que ocorrências da forma de subjuntivo e de indicativo nas orações adjetivas não devem ser consideradas como caso de variação, justificando que, nessas construções, há o uso dessas duas formas, mas tal escolha depende da intenção comunicativa do falante, tal como mostram os exemplos, a seguir:

(105) a. Eu tenho qui lê um assunto qui me *interessa*. [Inf. 16] (LIMA, 2012, p. 112)

b. Eu tenho qui lê um assunto qui me *interesse*. [Inf. 16] (LIMA, 2012, p. 112)

Lima (2012, p. 112) explica que, nesse caso, parece não haver identidade semântica entre essas ocorrências. Embora ambas tenham sido realizadas pelo mesmo informante, é possível perceber que cada uma apresenta sentido diferente. Em (105a), o falante demonstra a certeza de fazer leituras que lhe sejam interessantes, pois parece já ter conhecimento de quais leituras se trata. Em (105b), pelo contrário, o falante parece demonstrar dúvida, incerteza quanto às leituras que lhes despertem interesse: essa leitura parece ser um dado novo para o falante.

De acordo com a autora, essa oscilação torna-se possível pela garantia de existência expressa em cada uma delas, ou seja, “atitude proposicional interpretativa, ou não, do sujeito da oração matriz”, nas palavras de Fávero (1982). Explica, ainda, que:

Assim, nos exemplos em (a) acima, evidencia-se a certeza dos fatos expressos nas orações subordinadas, ou seja, da obrigação de se ler um livro que lhe interessa, em (80a). Já nas construções em linha (a’), essa certeza não fica evidente, visto que, em (80a’), o falante expressa sua incerteza a respeito do assunto a ser lido (...) (LIMA, 2012, p. 112)<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Vale ressaltar que nesta análise foram consideradas três variantes (formas do presente do indicativo, formas do presente do subjuntivo e estruturas alternativas); portanto os dados foram submetidos a uma rodada estatística ternária, cujo peso de aplicação de regra médio é 0.33.

<sup>14</sup> Os exemplos em (80a) e (80a’) da citação referem-se, respectivamente, aos exemplos em (105a) e (105b) citados.

A autora ainda destaca como interessante o fato de as duas construções em (105) serem proferidas pelo mesmo falante. Segundo afirma, isso permite que se perceba a consciência do falante do que desejava expressar no momento da produção de cada uma das construções: “subjuntivo quando expressa incerteza, um fato não realizado; indicativo quando expressa certeza, um fato realizado” (LIMA, 2012, p. 112).

Em se tratando das estruturas alternativas, pontua que, dentre as estruturas testadas (forma infinitiva e forma não infinitiva), as mais frequentes foram as infinitivas. Além disso, as estruturas alternativas foram favorecidas pela oração não subordinada (PR .53), e substantiva (PR .39); pela modalidade possibilidade (PR .70); e pela conjunção concessiva (PR .56).

Como visto, as estruturas alternativas são favorecidas pelos fatores linguísticos formas nominais infinitivas e orações substantivas. Sobre esses resultados, Lima (2012) assevera que eles convergem, em parte, com os resultados apresentados por Galembeck (1998), o qual postula que as construções alternativas em situações previstas para o uso do subjuntivo no português contemporâneo tendem a ser construídas categoricamente através das formas nominais infinitivas e que são muito mais visíveis em orações adverbiais e substantivas do que nas adjetivas.

Considerando a atuação dos fatores sociais nessa alternância, Lima (2012) percebeu que as formas do presente do subjuntivo são favorecidas pelo fator *feminino* (PR .34), pelos fatores *jovens* (PR .46) e, ligeiramente, *idosos* (PR .33), e pelo fator *ensino médio* (PR .46). Sobre as formas do indicativo, a autora diz que estas foram favorecidas pelo fator *feminino* (PR .36), pelos fatores *adultos* (PR .52) e *idosos* (PR .44), e pelo fator *ensino fundamental* (PR .35). Quanto às estruturas alternativas, estas foram favorecidas pelo fator *masculino* (PR .38), pelo fator *jovens* (PR .39) e pelo fator *ensino fundamental* (PR .42).

Enfim, ao comparar seus resultados, com predominância de subjuntivo, com estudos anteriores elencados em sua pesquisa, a autora mostra que aqueles vão de encontro aos resultados apresentados Bianchet (1996), Galembeck (1998), Alves Neta (2000) e Pimpão (2012)<sup>15</sup>, os quais asseguram que o uso do modo indicativo pelo modo subjuntivo se caracteriza como uma variação estável na língua e tem se mostrado como um hábito comum entre falantes do português brasileiro contemporâneo das regiões examinadas.

Vale acrescentar que a conclusão desses autores diz respeito a seus estudos realizados em diferentes comunidades linguísticas brasileiras: uso das formas indicativo/subjuntivo em

---

<sup>15</sup> Os estudos aqui citados mas não resenhados até este ponto serão tratados na seção que segue.

orações completivas objetivas diretas no latim e no português contemporâneo de Belo Horizonte (BIANCHET, 1996); uso do subjuntivo e de formas alternativas na fala culta do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador (GALEMBECK, 1998)<sup>16</sup>; coocorrência de formas do presente do subjuntivo e do presente do indicativo, na comunidade de Januária, no Norte de Minas (ALVES NETA, 2000); variação das formas do presente do subjuntivo e do presente do indicativo em dados de fala de Florianópolis (SC) / Projeto VARSUL (PIMPÃO, 2002); descrição das ocorrências do modo subjuntivo e as possibilidades de sua alternância com o presente do indicativo nas cidades de Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco (PR) / Projeto VARSUL (FAGUNDES, 2007); coocorrência do modo subjuntivo e do indicativo na fala de Belo Vale (MG) (NICOLAU, 2011).

No que concerne ao modo imperativo, Lima (2012) diz que, do total de 275 ocorrências, 72% foram reservadas para a forma do subjuntivo, contra 11% encontradas na forma do indicativo e 17% nas estruturas alternativas, corroborando, assim, os resultados mostrados por Silva Alves (2009) e Scherre (2005), os quais apontam a predominância do modo subjuntivo em Salvador e na região nordeste, respectivamente. Por outro lado, contrariam os resultados mostrados por Alves Neta (2000), em que há um percentual bastante reduzido do uso das formas do subjuntivo na comunidade de Januária. Lima (2012) explica que, em se tratando da análise quantitativa, o Programa Varbrul apontou alguns fatores estruturais e sociais como principais favorecedores do uso do subjuntivo. Assim, as formas referentes ao subjuntivo foram favorecidas pelas orações principal e coordenada. Já as formas do indicativo foram favorecidas pela oração principal. No que concerne às estruturas alternativas, foram favorecidas pela oração subordinada, oração absoluta e oração coordenada. Quanto à influência dos fatores sociais sobre alternância no contexto de imperativo, os resultados apontaram que o presente do subjuntivo foi favorecido pelo fator *masculino* (PR .36), pelos fatores *idoso* (PR .39) e *jovem* (PR .37) e pelo fator *ensino médio* (PR .39). Já as estruturas alternativas foram condicionadas pelo fator *feminino* (PR .42), pelo fator *adulto* (PR .49) e pelo fator *ensino médio* (PR .38). O presente do indicativo foi favorecido pelo fator *masculino* (PR .38), pelos fatores *jovem* (PR .35) e *idoso* (PR .34) e pelo fator *ensino fundamental* (PR .46).

Sobre esses resultados, Lima (2012) faz algumas ponderações interessantes. No que se refere à atuação do gênero, na ocorrência das três variantes, no modo imperativo, os fatores

---

<sup>16</sup> Segundo Galembeck (1998), a relevante oscilação entre os modos verbais em questão é comprovada na fala do Rio de Janeiro e de São Paulo; porém, na fala de Salvador, o resultado se assemelha ao de Lima (2012).

*feminino* e *masculino* foram associados a percentuais muito próximos de uso por cada variante:

As 116 estruturas produzidas pelas *mulheres* incluem 73% de formas do presente do subjuntivo; as 159 estruturas produzidas pelos *homens* incluem 72% dessas mesmas formas. Nas demais variantes, os percentuais de ocorrências das formas do indicativo mostram-se ainda mais baixos [do que as estruturas alternativas]: foram registrados em apenas 11% dos contextos de imperativo, tanto na fala das *mulheres*, quanto na fala dos *homens*; as estruturas alternativas foram registradas em 16% na fala das *mulheres* e em 17% na dos *homens*. (LIMA, 2012, p. 94)

Em relação à variável *faixa etária*, a pesquisadora destaca como interessante o fato de nas formas do subjuntivo terem ocorrido percentuais muito próximos na fala dos jovens e dos idosos, apresentando um decréscimo na faixa dos adultos. Observa que os idosos realizam um alto percentual de uso das referidas formas, o qual decresceu na fala dos adultos e depois foi retomado pelos jovens. A autora justifica esse fenômeno aventando a hipótese de que tais resultados poderiam estar associados ao efeito da atuação da escola na vida desses falantes, o que, talvez, tenha resultado das experiências vividas por essas três gerações nos diferentes momentos de escolarização, atrelados à formação dos professores e à postura pedagógica adotada, aos objetivos da escola, assim como ao acesso à leitura, à escrita e aos meios de comunicação.

Finalmente, a autora conclui que a variação entre as formas analisadas configura-se uma variação estável, apontando predominância da variante padrão nos dois modos verbais: subjuntivo e imperativo.

#### **1.4 O subjuntivo na perspectiva sociofuncionalista**

Na concepção funcionalista, a linguagem é concebida como um processo de interação verbal. Por também focar em seus trabalhos a língua em uso, assim como a sociolinguística, essas correntes convergem em alguns aspectos a ponto de se complementarem. A associação dessas duas teorias resulta na abordagem sociofuncionalista. Essa abordagem tem direcionado o desenvolvimento de muitas pesquisas com enfoque no uso das formas de subjuntivo. Nesta seção, serão descritas algumas delas.

Galembeck (1998) analisou o uso do subjuntivo e de formas alternativas na fala culta do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador (coletados do Projeto NURC) sob a hipótese inicial de que o uso desse modo verbal é determinado por razões semânticas e discursivas, ou seja, se dá pela necessidade de se exprimir a possibilidade, a incerteza, a irrealidade.



Seus resultados revelaram que o uso do subjuntivo depende do valor semântico de cada modalidade expressa na oração e que esse modo é empregado predominantemente nas orações que exprimem valores relacionados com a dúvida, a incerteza, a suposição, a hipótese e a impossibilidade: nas orações concessivas, condicionais, substantivas quando ligadas a nomes e verbos que exprimem os referidos valores, e em orações independentes introduzidas por *talvez*. Entretanto, quando esses valores modais não se manifestam com clareza, prevalecem as formas do indicativo e do infinitivo, contidas em orações finais (106) e completivas nominais (107):

(106) (...) quando ele chegou lá... nem estrada não tinha pra ele *entrar* na nossa fazenda (...) [NURC/SP, 251, L. 110-111] (GALEMBECK, 1998, p. 224)

(107) (...) eu tenho a impressão que o ensino *vai* bem (...) [NURC/SSA, 231, L. 206-207] (GALEMBECK, 1998, p. 225)

Segundo suas justificativas, a preferência pelo uso do modo indicativo nessas orações seria pelo fato de as mesmas complementarem nomes que não denotam ordem, possibilidade, hipóteses etc. Assim sendo, o uso do subjuntivo só seria possível, nesse caso, se fossem realizadas “frases canhestras, de pouca aceitabilidade: ‘foi um jeito para que se *acabasse*’; ‘que o ensino *vá* bem’” (GALEMBECK, 1998, p. 225).

Galembeck (1998) verificou, em seus dados, um certo equilíbrio entre o uso do subjuntivo e de outras formas de expressão, ou seja, modo indicativo e formas alternativas (realizadas no infinitivo) nas orações temporais e nas adjetivas. Ele destaca que as temporais, que exprimem um fato futuro, não realizado ou eventual, se constroem com o subjuntivo; no entanto as que exprimem eventualidade ou possibilidade se constroem com o infinitivo, como representadas em (108) e (109), respectivamente:

(108) (...) depois que ele *ga/ganhar* uma certa velocidade... eu vou passando a segunda... terceira (...) [NURC/RJ, 112, L. 519-521] (GALEMBECK, 1998, p. 221)

(109) (...) ele tem condição de vir em voo planado muito... muitos quilômetros... até *conseguir* um lugar ideal para *pousar* (...) [NURC/SSA, 277, L. 590-592] (GALEMBECK, 1998, p. 222)

A respeito das orações adjetivas, o autor evidenciou que todas elas, quando construídas com o subjuntivo, possuem o antecedente com o traço [– definido], reforçando a ideia de eventualidade, irrealidade ou conjectura (exemplificada em 110), porém, na ausência do subjuntivo, possuem o traço [+ definido], de modo que a noção de possibilidade ou eventualidade não se faz tão evidente (exemplificada em 111):

(110) (...) quem faz teatro qualquer papel que lhe *seja conferido* ele deve saber interpretar (...) [NURC/SP, 161, L. 90-93] (GALEMBECK, 1998, p. 223)

(111) (...) em geral a gente procura um... o dentista de quem a gente *tem* recomendação de:: recomendações de colegas (...) [NURC/SP, 251, L. 217-218] (GALEMBECK, 1998, p. 223)

Conforme o autor, os resultados encontrados corroboraram sua hipótese de que o uso do subjuntivo é determinado por fatores semânticos e discursivos. Ele destaca que, quando estão presentes, os fatores sintáticos possuem uma função meramente subsidiária e manifestam-se apenas nos seguintes grupos de orações: as substantivas, com a presença do sujeito na subordinada, e as adjetivas, apresentando antecedente com o traço [– definido]. Quanto aos fatores extralinguísticos, observou que as variáveis *faixa etária*, *sexo/gênero* e *procedência* não apresentaram diferenças significativas no uso do subjuntivo:

Não se confirma que o emprego do subjuntivo é dependente das citadas variáveis. Admite-se que os falantes cultos neutralizam (ou tendem a neutralizar os fatores) as variáveis que possam determinar a variação linguística. (GALEMBECK, 1998, p. 233)

Assim, como revelado nos estudos de Bianchet (1996), o nível de escolaridade também atuou como favorecedor do uso do modo subjuntivo, portanto evidenciando que o modo da incerteza, na oralidade, está atrelado ao grau de escolarização do falante, pois quanto maior for seu grau de escolaridade maior será a chance de utilizar o subjuntivo.

Carvalho (2007) investiga a alternância entre os modos subjuntivo e indicativo em orações subordinadas substantivas introduzidas pela partícula *que* na fala do Cariri, região localizada ao sul do Ceará. O *corpus* foi constituído por dados extraídos do Banco de Dados do Estudo de Língua Oral do Ceará. Nesse estudo, a autora analisa a variação entre o presente do subjuntivo e o presente do indicativo e a variação entre o pretérito do imperfeito do subjuntivo e o pretérito do imperfeito do indicativo à luz da teoria variacionista laboviana e de pressupostos funcionalistas givónianos. Para essa análise, foram consideradas variáveis

linguísticas (tipo de verbo da oração principal, padrão morfofonológico do verbo, estrutura da assertividade da oração, modalidade, pessoa verbal da oração matriz e pessoa da oração encaixada) e sociais (sexo/gênero, faixa etária e escolaridade).

De acordo com a autora, para a variante presente do modo subjuntivo foi selecionado estatisticamente o grupo de fatores *tipo de verbo da oração principal*, seguido dos grupos de fatores *estrutura da assertividade da oração e modalidade*. Os resultados mostraram que os tipos de verbos que favoreceram o uso do modo subjuntivo foram os verbos volitivos (*querer, esperar*) com 95% das ocorrências e alguns verbos cognitivos (*pensar, crer, acreditar*), com 45% das ocorrências. Os tipos de verbos que o desfavoreceram foram um dos verbos cognitivos (*achar*), verbos *dicendi* (*dizer, contar*) e verbos factivos (*saber*).

Se concebermos a variação como um processo escalar, podemos dizer que os dados de fala da comunidade em estudo apontam para uma alta variação com verbos cognitivos ‘*crer*’ e ‘*acreditar*’ (.87) e uma baixa variação com verbos ‘*achar*’ (.42) e ‘*dicendi*’ (.40). (CARVALHO, 2007, p. 95)

Esses resultados se assemelham aos de Lima (2012), que apontam também uso categórico de subjuntivo com verbos volitivos.

Quanto à segunda variável selecionada, ou seja, *estrutura da assertividade da oração*, os resultados revelaram que as estruturas com a presença do operador de negação favorecem o modo do subjuntivo e as estruturas com orações principais afirmativas favorecem o modo indicativo. Quanto à variável *modalidade*, a autora mostrou que o uso do modo subjuntivo está fortemente associado ao traço futuridade, porém desfavorecido pelo traço de certeza. Já o traço da incerteza/avaliação manteve-se no ponto neutro.

Em relação às variáveis sociais, apenas os grupos *escolaridade* e *faixa etária* foram selecionados pelo programa estatístico. Conforme os resultados, o modo subjuntivo tem maior frequência na fala dos informantes sem escolaridade. Buscando explicações para esses resultados, Carvalho (2007) examinou os tipos de verbos nas ocorrências realizadas por esses falantes com o intuito de verificar se se tratava de verbos de uso categórico desse modo verbal, a exemplo de verbos volitivos, e constatou que nessas ocorrências havia 7 verbos volitivos e 8 verbos cognitivos (*achar, crer e acreditar*), confirmando, portanto, sua hipótese.

Quanto à faixa etária, os resultados revelaram que o modo subjuntivo é favorecido pelo grupo de falantes com mais de 50 anos.

Em relação à análise da alternância desses modos verbais em orações substantivas introduzidas pela partícula *que* em função do tempo pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo, segundo Carvalho (2007), foram encontradas 66

ocorrências, das quais, após a retirada dos *knockouts* e os amalgamamentos necessários para a análise, restaram apenas 48 ocorrências. Ela esclarece que, embora esse total tenha sido muito exíguo para generalizar e aferir tendências de uso, os resultados foram importantes, na medida em que sinalizaram indícios de variação entre os modos analisados.

Nessa análise, Carvalho (2007) controlou os grupos de fatores *tipo de verbo da oração matriz*, *assertividade da oração matriz*, *modalidade* e *sexo/gênero*. Dentre esses grupos, foram selecionados estatisticamente apenas *tipo de verbo da oração matriz* e *modalidade*.

Em relação ao tipo de verbo, foram selecionados os verbos *querer*, *ver*, *achar*, *julgar*, *sentir*, *saber* e as expressões *ter medo de*, *ser bom que*, *ser importante que*. Os resultados apontaram, assim como visto com os dados do presente, uso categórico de verbos volitivos (*querer*). Além desses, registraram-se categóricas as expressões *ter medo de*, *ser bom que* e *ser importante que*. Quanto aos demais, apenas os verbos *ver* e *pensar* foram registrados no do modo subjuntivo (50% e 25%, respectivamente).

Quanto ao segundo grupo de fatores, foram consideradas as modalidades *certeza*, *incerteza*, *futuridade* e *dicendi*. Segundo a autora, o modo subjuntivo é favorecido pelos traços *futuridade* (100%) e *incerteza* (53%), confirmando, portanto, a mesma tendência revelada nos resultados do presente. A autora justifica esses resultados explicando que a forte presença do subjuntivo nas orações analisadas está associada às propriedades semânticas dos verbos volitivos das orações principais.

Sobre as variáveis sociais, seus resultados revelaram que, em se tratando da escolaridade, assim como os resultados com verbos no presente, com verbos no pretérito imperfeito, falantes sem escolaridade e com 9 a 11 anos de escolarização apresentam o mesmo percentual de uso do modo subjuntivo (50%); falantes com 1 a 4 anos de escolarização apresentam um percentual deste uso maior (65%) do que falantes com 5 a 10 anos de escolarização (25%); e os mais escolarizados apresentam o menor percentual (38%) de uso desse modo. Carvalho (2007) adverte que esses resultados evidenciam que os anos de escolaridade dos informantes não se correlacionam entre si, contrariando, portanto, a tradicional hipótese da correlação entre anos de escolaridade e variante padrão.

Considerando os resultados associados à faixa etária, notou que os falantes com idade entre 15 e 25 anos e acima de 50 anos apresentam percentuais muito próximos de uso do subjuntivo (44% e 43%, respectivamente); já os falantes com idade intermediária (26 a 49 anos) usam-no com maior percentual (63%). Quanto à variável *sexo/gênero*, os dados apontaram as mulheres como favorecedoras do modo subjuntivo (52%). Assinala-se, porém,

que, como indicado anteriormente, esses fatores sociais não foram considerados estatisticamente significativos na análise de Carvalho (2007).

Sintetizando os resultados encontrados em sua análise, a autora argumenta que, em geral, o fenômeno estudado não se mostrou sensível aos fatores sociais controlados, não apresentando uma direção clara em termos de resultados.

Reis (2010) analisa e descreve o uso da forma verbal de futuro do subjuntivo (FS) no português oral, em amostras sincrônicas de fala extraídas de contextos conversacionais, mais especificamente dados de fala de informantes de Florianópolis (SC), à luz do funcionalismo de vertente norte-americana. De acordo com a autora, sua opção pela respectiva teoria justifica-se pelo fato de que outras teorias não lhe possibilitariam obter uma visão ampla dos contextos semântico-pragmáticos que circundam tal uso:

Como recorrer a descrições gramaticais tradicionais ou a teorias linguísticas intrasentenciais não satisfaz uma proposta de pesquisa que busque investigar a real motivação comunicativa do uso dessa forma verbal, optamos por utilizar uma abordagem teórica que contemple a análise das formas linguísticas no discurso, o funcionalismo linguístico e uma metodologia com ampla descrição dos dados, por considerar que a teoria ilumina a análise e que a empiria atesta ou põe em xeque a teoria. (REIS, 2010, p. 17)

Assim, a autora explica sua opção pela abordagem integrada que essa teoria oferece justamente por justapor pragmática, semântica e morfossintaxe na descrição dos fenômenos linguísticos. A pesquisadora toma como principal fonte de fundamentação teórica de sua pesquisa os trabalhos de Givón (1995, 2001, 2002). Essa opção justifica-se, segundo ela, pelas seguintes razões:

(i) sua abordagem funcionalista *moderada*, admitindo que pressões funcionais e também estruturais atuam sobre a língua; (ii) sua concepção de gramática (cognitivo-funcional de base tipológica), codificando simultaneamente dois níveis: o da semântica proposicional (escopo da oração) e o da pragmática discursiva (escopo do discurso multiproposicional), a partir da operacionalização de um código gramatical; (iii) sua proposta de tratamento verbal, relações de relevância e escopo (como nome-modificador; sujeito-predicado) e relações de regência e controle (concordância, co-referência, modalidade, entre outras). (REIS, 2010, p. 18)

Segundo a autora, o FS é uma forma verbal que geralmente aparece em orações subordinadas adverbiais, expressando uma situação anterior necessária para uma outra situação expressa pelo verbo da oração principal. Segundo as descrições gramaticais tradicionais, a oração adverbial condicional é um dos principais contextos de uso desse tempo verbal.

Segundo Reis (2010), em termos de temporalidade, a referida forma verbal recobre situações futuras em relação ao momento de fala, sendo que, muitas vezes, essa ideia de futuridade advém de um sentido hipotético, transmitido pelo FS mais a conjunção subordinativa. Juntas, a oração principal e a subordinada formam uma construção sintática modalizada que transmite a ideia do eventual, do possível, do incerto, do desejado ou indesejado, ideia esta por ela tratada como “não-fato” ou *irrealis*.

Na perspectiva do funcionalismo de vertente norte-americana, o FS é concebido como uma forma verbal *irrealis*, a qual se interrelaciona diretamente com a modalidade proposicional e com o contexto discursivo em que aparece, quase sempre sob o domínio *irrealis*. Partindo desse olhar funcionalista, a autora busca enfatizar o papel do contexto *irrealis* propiciando o surgimento dessas construções subordinadas com FS. Assim, busca mostrar que determinados “operadores *irrealis* (termos que desencadeiam o escopo do não-fato, nas proposições que o seguem) licenciam o uso de outras formas *irrealis* no discurso” (REIS, 2010, p. 68).

Compreendendo que o uso do FS está sujeito a motivações discursivo-pragmáticas que determinam a função da construção oracional em que se encontra o FS, bem como a função do FS dentro dessa construção, a autora parte da hipótese de que, no domínio funcional do FS, deve haver forças semântico-pragmáticas interagindo para propiciar o uso das orações com FS. Em função disso, a linguista verifica essa interação mediante o controle de grupos de fatores discursivo-pragmáticos e semânticos que se articulam com outros de caráter morfossintáticos. Esses grupos de fatores são investigados em três *loci*:

1. **no contexto comunicativo maior:** caracterização do contexto discursivo; verificação da presença de expressões *irrealis*, de outras predicções subjetivas, de um gradiente *realis-irrealis* no contexto, e de marcas de futuridade, de habitualidade;
2. **no período sintático com FS:** investigação da modalidade proposicional, do tipo de oração subordinada, da expressão temporal da construção, da ordem das orações no período, do tempo/modo e perfil semântico do verbo da oração principal;
3. **na forma verbal no FS:** exame do tipo semântico do verbo, do papel como principal, auxiliar, da morfologia (ir)regular, e do item lexical do verbo no FS. (REIS, 2010, p. 77)

A autora ressalta que a coleta e a organização dos dados foram realizadas conforme a metodologia sociolinguística laboviana. Seus resultados mostraram que, o FS ocorreu predominantemente em contextos discursivos marcados por uma mera descrição ou narração de um fato, contrariando a expectativa de que o FS ocorreria predominantemente marcado pela argumentação do falante a favor de seu ponto de vista, já que nesses contextos uma

oração com FS estaria servindo mais adequadamente à funcionalidade (de argumentar) do discurso maior em que está inserida.

Tal resultado a leva a concluir que a função da oração com FS, “notadamente a de expressar a possibilidade de um evento ocorrer, de codificar uma hipotética no discurso”, pode se realizar mesmo quando o falante está descrevendo, expondo ou narrando um acontecimento, ou seja, quando seu discurso é composto por asserções majoritariamente factuais. A autora faz uma ressalva alegando que esse resultado poderia ser decorrente da natureza das entrevistas sociolinguísticas do Projeto VARSUL, as quais foram conduzidas de forma a estimular o informante a produzir narrativas sobre sua vida, com o intuito de que ele pudesse, assim, usar uma linguagem mais próxima do vernáculo.

Vale ressaltar que, em seu estudo, a autora prioriza uma análise de base funcionalista, não se ocupando, portanto, de apontar ocorrências de variação entre formas de subjuntivo e formas de indicativo. A linguista sintetiza seu estudo afirmando que o FS no português ocorre preferencialmente em orações condicionais e atua como um dos meios de expressão da modalidade *irrealis*, instaurando um contexto harmonicamente modal junto a outras expressões similares. Assim, sua flexão verbal pode carregar (i) os sentidos semânticos de incerteza, probabilidade, possibilidade atribuídos às formas gramaticais de subjuntivo que marcam a modalidade epistêmica; e (ii) os sentidos de intenção, e projeção futura (leve) atribuídos às formas gramaticais que marcam o tempo futuro e a algumas modalidades deônticas. Somado a isso, pode transmitir grande força modal em enunciados deônticos que envolvem algum grau de manipulação do falante em relação ao interlocutor. Ela ressalta, por fim, que é muito difícil descrever exatamente o que o FS significa no português, haja vista que, como qualquer outra forma gramatical de subjuntivo, o mesmo carrega um sentido geral de não-asserção: “com isso, o FS ‘absorve’ mais especificamente o sentido do contexto em que ocorre” (REIS, 2010, p.152). A autora finaliza sua análise apontando a necessidade de que se faça uma análise de base sociolinguística, para que se possam verificar os contextos de ocorrência do FS como forma variante do futuro do indicativo, ou até mesmo de outras formas verbais.

Pimpão (2012), também fundamentada nos princípios teórico-metodológicos da teoria variacionista laboviana e do funcionalismo, buscou investigar o uso variável entre o presente do modo subjuntivo e o presente do modo indicativo em cinco contextos de análise – orações substantivas, orações adverbiais, orações adjetivas, orações com o item *talvez* e orações parentéticas – extraídos de três amostras: duas sincrônicas e uma diacrônica. A primeira amostra sincrônica foi constituída de 24 entrevistas da cidade de Florianópolis (SC) e 24

entrevistas de Lages (SC) obtidas do Banco de Dados do Projeto VARSUL. A segunda amostra foi constituída através das mesmas 24 entrevistas de Florianópolis, acrescidas de 12 entrevistas com informantes jovens e 8 com informantes universitários dessa mesma cidade, totalizando, portanto, 44 entrevistas. A terceira, ou seja, a amostra diacrônica, foi constituída por 244 cartas ao redator, publicadas em jornais de ambas as cidades desde as duas últimas décadas do século XIX até o final do século XX (Projeto PHPB-SC).

Tendo como principal objetivo do seu estudo apresentar uma proposta para defender a distribuição do uso variável do presente do subjuntivo em um *continuum* de modalidade, a autora procura responder às duas perguntas que nortearam seu trabalho: (a) É possível distribuir o uso variável do presente do subjuntivo em um *continuum* de modalidade? e (b) O uso variável do presente do modo subjuntivo é sensível a condicionadores extralinguísticos?

Como parte do procedimento metodológico para sua investigação, Pimpão (2012) controlou variáveis independentes intralinguísticas e extralinguísticas nos cinco contextos de análise analisados. As variáveis linguísticas consideradas foram as seguintes: (a) submodos (deôntico e epistêmico); (b) valores dos submodos (volição e manipulação, manipulação, manipulação e avaliação e situação desencadeadora); (c) projeção temporal da situação codificada (situação projetada para o futuro e situação se espalhasse em um eixo temporal que contemplasse passado, presente e futuro); (d) estrutura da assertividade da oração (presença ou ausência da negação na oração matriz); (e) tipo de contexto sintático (oração substantiva, oração adverbial, oração adjetiva, oração com o *talvez* e oração parentética); (f) pessoa (considerada apenas como controle, pois a autora não apresenta de hipótese para essa variável); (g) morfologia verbal (verbos regulares, verbos irregulares e verbos anômalos); e (h) saliência fônica (máxima diferenciação fonológica [alteração completa das desinências e do radical: *seja/é*], média diferenciação fonológica [alteração parcial nas desinências e no radical: *esteja/está*] e menor diferenciação fonológica [alteração na desinência, porém, não no radical: *deva/deve*]).

Além dessas, a autora também controlou variáveis linguísticas específicas em determinados contextos nas amostras sincrônicas e diacrônicas, no sentido de refinar os dados: (a) item verbal/nominal da oração substantiva (*acreditar, concordar, crer, desejar, desejo, esperança, esperar, imaginar, gostar, poder ser, preferir, pretender e querer*); (b) traço semântico do item verbal/nominal da oração substantiva (volitivos, não volitivos, factivos e não factivos); (c) tipo de oração substantiva (apositiva, completiva nominal, objetiva direta, objetiva indireta e subjetiva); (d) conector da oração adverbial (*mesmo que, não é que, não que, nem que, embora, não porque, a não ser que, até que*); (e) tipo de oração



adverbial (orações causais, concessivas, condicionais, consecutivas, modais, finais e temporais); e (f) animacidade do referente do pronome relativo (traço [+ animado] e traço [- animado]).

Quanto aos fatores sociais, a autora considerou: sexo/gênero; idade (jovem, adulto, idoso); escolaridade (ensino fundamental, ensino médio e ensino superior); cidade (Florianópolis e Lages); informante (frequência do uso presente do subjuntivo e frequência do uso presente do indicativo); e periodização histórica (séc. XIX e séc. XX).

Segundo a autora, os resultados obtidos em seu estudo permitiram destacar duas contribuições: (a) a maioria dos resultados obtidos na análise de ocorrências de Florianópolis e Lages reforçou os resultados encontrados nas pesquisas linguísticas referenciadas em seu trabalho; e (ii) as três variáveis relacionadas à modalidade mostraram-se importantes na medida em que ora fatores mais modais (variável binária – submodo – e variável eneária – valores do submodo) ora fatores mais associados à temporalidade (projeção temporal) obtiveram relevância estatística.

Considerando os resultados obtidos nas rodadas estatísticas da primeira amostra, a autora constata o seguinte:

Com relação aos resultados, destacamos, inicialmente, aqueles obtidos nas rodadas estatísticas com as ocorrências da amostra 1 reunindo os cinco contextos de análise, pois a variável ‘cidade’ foi estatisticamente relevante, indicando o uso mais produtivo do presente do subjuntivo por informantes naturais da cidade de Lages, atestando, dessa forma, nossa hipótese: Florianópolis (54%) e Lages (62%). Mesmo com a inclusão de uma nova faixa etária (informantes de 14 a 24 anos) e de um outro nível de escolaridade (informantes universitários) para Florianópolis (amostra 2), o percentual de uso do presente do subjuntivo pouco se altera, subindo apenas 4 pontos percentuais (58%), resultado próximo ao encontrado por Pimpão (1999c) para uma amostra constituída por três faixas etárias, porém sem os universitários (59%). A inclusão dos informantes universitários parece não exercer significativa influência sobre o uso do presente do subjuntivo. Seria porque, concomitantemente, também foi expandida a amostra de informantes jovens, que, conforme os resultados, usam menos essa variante (cf. capítulo 4). Essa é uma questão que merece ser aprofundada em outro momento. (PIMPÃO, 2012, p. 320)

Quanto aos resultados obtidos na análise da amostra 2, a autora justifica que seu objetivo maior foi controlar as variáveis sociais idade e escolaridade, tendo em vista a análise das entrevistas realizadas com jovens (14 a 24 anos) e com informantes universitários, que complementam a amostra 1 da cidade de Florianópolis. Ela argumenta que, diferentemente da variável *idade*, que não obteve significância estatística, a variável *escolaridade* corroborou sua hipótese sobre a importância da instrução formal no condicionamento do presente do subjuntivo. Complementa ainda que a variável *idade* não aponta indícios de mudança em tempo aparente.

Em relação aos resultados da amostra 3, a autora destaca dois aspectos importantes: a força das variáveis relacionadas à modalidade, selecionadas em boa parte das rodadas, e a atuação pouco expressiva das demais variáveis.

Ela destaca também que, considerando as três amostras, foi possível distribuir o uso variável do presente do modo subjuntivo num *continuum*, atestando a primeira hipótese geral e evidenciando a importância da variável *eneária* (valores do submodo) associada à variável *projeção temporal*. Ainda no contexto dos resultados contínuos, referente à amostra 3 (diacrônica), diz que o valor de certeza apresentou um peso superior ao esperado e também que o tipo de conector adverbial revelou uma significativa produtividade da oração concessiva, caracterizada, de uma forma geral, pelo menos na diacronia, pela força do próprio conector (*conquanto que, embora*, por exemplo).

No tocante às demais variáveis linguísticas controladas nas três amostras, os resultados mostraram que:

(a) a presença da negação na oração matriz é um forte condicionador ao uso do presente do subjuntivo;

(b) as 2ª e 3ª pessoas (amalgamadas) favorecem o uso dessa variante com resultados semelhantes em muitas rodadas (geral e por contexto de análise);

(c) dentre os tipos de contexto, as orações parentéticas, quando acompanhadas da negação, favoreceram o presente do subjuntivo;

(d) os verbos regulares e irregulares (amalgamados) tenderam a favorecer o uso do presente do subjuntivo, em oposição aos anômalos, contrariando sua expectativa.

Em se tratando das demais variáveis sociais, os resultados revelaram que, surpreendentemente, os informantes do sexo/gênero masculino usaram mais o presente do subjuntivo, considerada a variante padrão pelas gramáticas normativas, e também que usaram mais do que as mulheres os contextos de submodo deôntico, sugerindo, portanto, que o sexo/gênero masculino apenas “reforça a tendência já observada para os resultados referentes à modalidade”. Quanto à variável extralinguística *periodização histórica*, os resultados apontaram uma queda no uso dessa variante a partir da década de 1960, especialmente em Florianópolis. Sobre essa questão, a autora questiona a possibilidade de esse resultado estar correlacionado com o aumento da população, em decorrência da transferência da ELETROSUL para essa cidade, juntamente com alguns de seus funcionários, como também da implantação UFSC, favorecendo a vinda de professores e alunos de outras localidades. Por conta disso, Pimpão (2012) assegura que os resultados não lhe permitem afirmar com mais

segurança a interferência dessa movimentação socioeconômica de Florianópolis na fala dos nativos.

A autora finaliza seu trabalho fazendo um panorama sobre os resultados em linha geral, dizendo que:

Como análise geral dos resultados na sincronia e na diacronia, destacamos os seguintes aspectos: (i) as variáveis concernentes à modalidade obtiveram relevância estatística em diversas rodadas com diferentes amostras, indicando a força da tríade ‘submodo’, ‘valores do submodo’ e ‘projeção temporal’; (ii) a variável social de maior relevância estatística foi a ‘escolaridade’, indicando a importância da instrução formal na preservação da variante considerada padrão pelas gramáticas tradicionais; (iii) Florianópolis e Lages não parecem configurar comunidades de fala diferentes, principalmente pela seleção de muitos grupos de fatores em comum e com pesos bastante aproximados (GUY, 2000, 2001); (iv) a entrada do presente do indicativo em contexto de subjuntivo parecer se dar pelo submodo epistêmico de certeza com projeção espalhada; (v) a diacronia evidencia a seleção mais recorrente das variáveis associadas à modalidade se comparada à sincronia. (PIMPÃO, 2012, p. 321)

Pimpão (2015) também discute o fenômeno em questão, buscando analisar a pressuposição em três contextos de variação entre o presente do modo subjuntivo e o presente do modo indicativo (orações concessivas introduzidas por *embora*, *apesar de que* e *se bem que*; orações causais introduzidas por *não*; e orações parentéticas), partindo de uma amostra de dados de fala da cidade de Florianópolis (SC) e da cidade de Lages (SC) com dados do Banco de Dados do Projeto VARSUL. Nesse estudo, a autora objetiva reunir contextos linguísticos específicos por manifestarem, na interação comunicativa, um viés pragmático, na medida em que são usados como estratégias de correção de pressuposição, e objetiva também atribuir um tratamento funcionalista para o uso variável do presente do modo subjuntivo e do modo indicativo nos contextos em análise.

A autora explica que, para o funcionalismo norte-americano, a língua é concebida como associada ao uso; portanto ela é heterogênea, maleável, variável. Conforme Givón (1995, p. 3), as bases do funcionalismo são encontradas na biologia, disciplina “profundamente funcionalista”, que prevê, por exemplo, uma sintonia entre o movimento de um animal durante sua locomoção e a estrutura do esqueleto e dos músculos. Assim sendo, ao menos em um primeiro momento, a estrutura linguística é não-arbitrária, motivada e icônica, permitindo observar uma relação transparente entre forma e função. Na concepção de Givón (2005), o discurso se constrói na própria interação comunicativa; portanto falante e ouvinte negociam o turno de fala, partilham do mesmo assunto, participam do mesmo ambiente de conversação e podem solicitar esclarecimentos sempre que necessário (PIMPÃO, 2015, p. 377).

Afirma a autora que, por os três contextos sintáticos analisados em sua pesquisa envolverem essas características, citadas por Givón (2005), os mesmos são esperados na interação face-a-face como formas de monitorar o fluxo da informação e as possíveis pressuposições derivadas do contato.

Ao analisar seus dados, os resultados apontaram que o presente do modo subjuntivo não se mostrou muito frequente nas cidades pesquisadas, pois, em Florianópolis, atingiu um percentual de 34% (dos 77 dados de fala analisados) e, em Lages, um percentual de 49%. Considerando o contexto de análise, observou-se a presença de uma maior retenção dessa forma variante nas orações parentéticas em ambas as cidades. Segundo a autora:

Essas orações têm a propriedade de sinalizar, ao ouvinte, que o falante não tem tanta certeza sobre o que acabou de relatar, instaurando um ambiente de indefinição. O presente do subjuntivo parece ser retido no contexto de incerteza, imprecisão (GIVÓN, 1995, 2001). Em Lages, o presente do subjuntivo também é preservado nas orações causais. Para os demais resultados, há uma preferência pelo presente do modo indicativo. (PIMPÃO, 2015, p. 385)

A autora finaliza sua análise ponderando que o funcionalismo favoreceu uma análise mais refinada de alguns dados categóricos e, em alguns momentos, de dados quantitativamente pouco expressivos, e o tratamento qualitativo foi importante para a análise da natureza pragmática dos três contextos em análise.

Um outro trabalho que se julga de grande relevância para esta tese é a pesquisa de Deoclécio (2011), a qual, diferente dos trabalhos elencados anteriormente, trata da variação apenas entre formas de subjuntivo e formas de infinitivo. Essa relevância se justifica pelo fato de que, nesta tese, também considera o uso das formas de subjuntivo frente a estas formas nominais.

Deoclécio (2011) analisa a variação sintática de orações subordinadas adverbiais finais desenvolvidas (com *para que* e forma de subjuntivo) e reduzidas (com *para* e forma de infinitivo) orientado pela abordagem teórico-metodológica sociolinguística e pela abordagem funcionalista norte-americana. Nessa análise, utiliza dados de fala da amostra PORTVIX (conjunto de entrevistas realizadas com falantes da cidade de Vitória/ES nos moldes labovianos) e de dados da língua escrita levantados de 35 reportagens da revista *Superinteressante*. Para tanto, o autor considerou cinco variáveis intralinguísticas (correferencialidade do sujeito da adverbial; características sintático-semânticas do sujeito da oração principal; voz/aspecto semântico do verbo da adverbial final; explicitação do sujeito na adverbial final; posição da adverbial final) e três variáveis extralinguísticas (sexo/gênero; faixa etária e nível de escolaridade). De acordo com seus resultados, o maior número de

ocorrências de dados foi verificado com orações reduzidas. Dentre as 302 ocorrências de dados de fala, 3% foram de finais desenvolvidas e 97% de orações reduzidas; já nos dados da escrita, as finais desenvolvidas foram realizadas em 16% das ocorrências e as reduzidas em 84%.

Em relação aos dados de fala, seus resultados revelaram que as variáveis de natureza linguística selecionadas pelo programa, por sua significância estatística, favorecendo as orações finais desenvolvidas foram: (a) características sintático-semânticas do sujeito da oração principal, destacando o fator sujeito não controlador como favorecedor destas orações (desenvolvidas), com 23.1% das ocorrências e PR .94; e (b) explicitação do sujeito da adverbial final, destacando o fator sujeito explícito como favorecedor destas orações em 10.8%, com PR .91. Quanto às variáveis extralinguísticas, apenas variável nível de escolarização do informante foi selecionada, destacando favorecimento das finais desenvolvidas pelo fator ensino superior, com 6.7% de frequência e PR .84.

Em relação aos dados da escrita, as variáveis linguísticas selecionadas foram: (a) correferencialidade do sujeito da adverbial final, sendo as finais desenvolvidas favorecidas pelos fatores sujeito parcialmente correferente (29.6% de frequência e PR .81) e sujeito não correferente (51.6% de uso e PR .76); (b) explicitação do sujeito da adverbial final, sendo as desenvolvidas finais favorecidas pelo fator sujeito explícito (85.7% de frequência e PR .97). Sobre esses resultados, o autor observa que existe uma correlação entre as variáveis linguísticas selecionadas (não) correferencialidade e (não) explicitação do sujeito da adverbial final e que esta correlação ocorre por motivação econômica, onde a primeira motiva a segunda, destacando que a “maior ou menor codificação na posição de sujeito motiva, por iconicidade, a ocorrência da final desenvolvida, no primeiro caso, e a da reduzida no segundo” (DEOCLÉCIO, 2010, p. 118). Por fim, o autor esclarece que embora as outras variáveis não tivessem sido destacadas como significativas pelo programa estatístico, é possível perceber que a tendência de favorecimento ou desfavorecimento das variantes analisadas se assemelham muito tanto na fala quanto na escrita.

Nas duas últimas seções deste capítulo da tese, apresentaram-se algumas considerações sobre o uso das formas do subjuntivo na perspectiva sociolinguística e sociofuncionalista. Na abordagem sociolinguística laboviana, foram destacados os trabalhos de Bianchet (1996), Alves Neta (2000), Santos (2005), Meira (2006), Fagundes (2007), Alves (2009) e Lima (2012). Bianchet (1996), assim como Alves Neta (2000) e Fagundes (2007), considera que tal uso é determinado pela exigência do verbo da oração matriz em função da modalidade expressa nesse verbo. Santos (2005), associa o uso variável destas formas a

fatores intralinguísticos, tais como tipo e carga semântica da oração matriz e grau de certeza epistêmica tempo da oração matriz. Para Meira (2006), o uso das formas do subjuntivo nas comunidades rurais afro-brasileiras analisadas está correlacionado não apenas a fatores intralinguísticos como também ao processo de transmissão linguística irregular. Alves (2009) defende que o uso do presente do subjuntivo não está relacionado apenas ao uso do presente do indicativo, mas também ao uso de estruturas alternativas, as quais não se configuram contexto de uso do subjuntivo, mas expressam as modalidades tipicamente expressas no seu uso.

Por outro lado, na abordagem sociofuncionalista fundamentada nas premissas givónianas, destacaram-se os trabalhos de Galembeck (1998), Carvalho (2007), Reis (2010) e Pimpão (2012, 2015). Galembeck (1998) associa o subjuntivo a fatores semânticos e discursivos, cujo uso é determinado pela presença de determinadas expressões específicas que denotem dúvida, possibilidade, hipótese etc. Carvalho (2007) caracteriza o subjuntivo como um domínio semântico-discursivo favorecedor de noções de futuridade, não-asserção, opinião, traços atribuídos à categoria do *irrealis*. O uso dessas formas verbais envolve principalmente os fatores tipo de verbo da oração, assertividade da oração principal e modalidade. Para Reis (2010), o uso das formas do subjuntivo está associado a motivações discursivo-pragmáticas determinadas pela função da oração. O futuro do subjuntivo, preferencialmente registrado em orações condicionais, expressa a modalidade *irrealis* junto a outras expressões de natureza similar. Pimpão (2012, 2015), além de evidenciar a correlação no processo discursivo-pragmático, destaca a relevância das variáveis *modalidade, estruturas da assertividade da oração e traço semântico do item verbo-nominal*.

Fez-se, neste capítulo, uma breve descrição de algumas pesquisas sobre o uso do modo subjuntivo, as quais são de grande relevância para embasar a análise que se busca desenvolver nesta tese. Trata-se de pesquisas que abordam o fenômeno em questão em diferentes regiões brasileiras à luz da sociolinguística laboviana (BIANCHET, 1996; ALVES NETA, 2000; MEIRA, 2006; ALVES, 2009) como também do sociofuncionalismo (CARVALHO, 2007; REIS, 2010; PIMPÃO, 2012, 2015). Percebeu-se, através da resenha desses estudos, que os resultados são bastante divergentes, provavelmente dada a complexidade do fenômeno.

## **CAPÍTULO 2**

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Esta pesquisa baseia-se no conceito de língua enquanto fato social assim como adota o sociofuncionalismo. O tema em questão, ou seja, o uso de formas do subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas que expressam opinião (como complemento às orações principais com os verbos *crer* e *acreditar*), em orações adverbiais que expressam condição iniciadas pela conjunção *se* e em orações adverbiais que expressam finalidade iniciadas pela conjunção *para (que)* na fala de mulheres de Salvador (BA) é tratado com base nos pressupostos teórico-metodológicos do funcionalismo de vertente norte-americana e da sociolinguística variacionista laboviana para tratar das questões linguísticas, mas também com base em teorias sobre letramento para dar suporte à avaliação do nível de letramento das informantes envolvidas na pesquisa.

#### **2.1. Teorias linguísticas**

##### **2.1.1 Funcionalismo**

Atualmente, têm-se desenvolvido muitas pesquisas acerca do modo subjuntivo à luz do funcionalismo, a exemplo dos de Reis (2010), Deoclécio (2010) e Pimpão (2012, 2015). Na perspectiva dessa teoria, os fenômenos linguísticos devem ser considerados no discurso comunicativo.

###### **2.1.1.1 Visão geral**

A gramática funcional consiste numa teoria da organização gramatical das línguas naturais que se integra em uma teoria global da interação social. Esta teoria assenta-se na ideia de que as relações entre as unidades e as funções das unidades exercem prioridade sobre seus limites e sua posição e de que a gramática é sensível às pressões do uso (NEVES, 1997, p. 15). Para esta teoria, importa a competência comunicativa, ou seja, a capacidade dos falantes de codificar e decodificar expressões de uma maneira satisfatória.

Essa gramática, diz Neves (1997), busca explicar regularidades dentro das línguas e através delas em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias discursivas, ocupando uma

posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura da língua ou apenas da instrumentalidade do uso da língua.

Dillinger (1991) estabelece diferença entre o formalismo e o funcionalismo, argumentando que os formalistas – entre eles os gerativistas – estudam a língua de forma descontextualizada, preocupando-se apenas com suas características internas (seus constituintes e as relações entre eles), mas não com as relações entre os constituintes e seus significados, ou entre a língua e seus meios, considerando, assim, a língua como “um conjunto de frases”, “um sistema de sons”, “um sistema de signos”, equiparando, dessa forma, a língua à sua gramática. Os funcionalistas, por sua vez, preocupam-se com as relações entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social e não tanto com outras características internas da língua, frisando, pois, a importância do papel do contexto, particularmente social, na compreensão da natureza das línguas.

A distinção entre essas correntes também é tratada por Beaugrande (1993 apud NEVES, 1997, p. 41), que esclarece que, nas gramáticas formais, as especificações funcionais são esparsas e dificilmente ligadas às formas, tendendo a deixar a riqueza das especificações para o domínio fluido da semântica, da pragmática e da estilística; as gramáticas funcionais, em contraste, abrigam especificações funcionais ricas, empenhando-se em acomodá-las no esquema, de modo que “uma descrição gramatical” de um determinado discurso contenha dados amplos para auxiliar uma descrição semântica, pragmática e estilística.

Segundo Neves (1997), o desenvolvimento dos ideais funcionalistas da linguagem está relacionado às concepções da Escola Linguística de Praga, partindo da rejeição à dicotomia chomskiana *competência* e *performance*, rejeição esta claramente visível nos modelos de Halliday (1985) e Dik (1978), representantes, respectivamente, do funcionalismo europeu e do funcionalismo norte-americano, os quais defendem que os itens que se estruturam nos enunciados são multifuncionais e, portanto, não se esgotam numa descrição de estrutura gramatical limitada à indicação das funções gramaticais.

Na tradição europeia, essencialmente na visão de Halliday (1985), uma gramática funcional é essencialmente “natural”, uma vez que tudo nela pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada, sendo seus objetivos os usos da língua, já que estes usos dão forma ao sistema através das gerações. Por outro lado, na concepção norte-americana, segundo as ideias de Dik (1978), a gramática funcional constitui uma teoria de componentes integrados, isto é, uma teoria da sintaxe e da semântica, em que só é possível ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática (interação verbal). Para este autor, a língua é um instrumento de interação social, por isso não resiste em si e por si como



uma estrutura arbitrária de alguma espécie, mas existe em decorrência do seu uso para o propósito de interação entre os humanos. Assim, a principal função de uma língua natural é o estabelecimento de uma comunicação.

Para Cunha et al. (2003), o funcionalismo configura-se uma corrente linguística que estuda a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são estudadas. Na abordagem funcionalista, a linguagem é entendida como um instrumento de interação social, alinhando-se à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade cujo interesse de investigação linguística visa buscar a motivação para os fatos da língua numa situação comunicativa assim como explicar as regularidades presentes no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que ocorre tal uso.

Para o funcionalismo, a língua depende do comportamento social; portanto reflete uma adaptação do falante às diferentes situações comunicativas. Ao contrário do que defendem o estruturalismo e o gerativismo (que se interessam apenas pela estrutura da língua), o funcionalismo defende que a língua desempenha funções externas ao sistema linguístico em si, as quais influenciam a organização interna do sistema linguístico.

Camacho (2013) explica que a abordagem funcionalista entende que a linguagem se define, essencialmente, como um instrumento social, empregado por seres humanos com o fim primário de estabelecer relações de comunicação entre os interlocutores reais e o principal objetivo é revelar a instrumentalidade da linguagem em relação às suas situações sociais.

Esse autor salienta que a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa estruturada em termos de regras sociais, normativas ou convencionais. As expressões linguísticas são elas próprias também sistemáticas e estruturadas no sentido de serem regidas por regras. Portanto o principal objetivo do enfoque funcional é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas como um requisito pragmático da interação verbal. Ao contrário do formalismo, o enfoque funcional não concebe a sintaxe como autônoma, mas sim como as outras dimensões da linguagem, semântica e pragmática. A prioridade metodológica parte da pragmática para a semântica e desta para a sintaxe (CAMACHO, 2013, p. 125).

Para o autor, diferentemente do enfoque formal, que prioriza lógica e metodologicamente o estudo da competência (língua) em detrimento do desempenho (linguagem), o enfoque funcional postula como princípio fundamental subordinar o estudo do sistema linguístico ao uso, isto é, considerando por princípio a necessidade de descrever o funcionamento de expressões linguísticas em contextos sociais específicos.

Segundo Cunha et al. (2003), o grau de condicionamento do sistema linguístico pelas funções externas pode ser analisado sob duas expectativas: (a) por uma postura mais radical, a qual compreende que as funções externas definem as categorias gramaticais, de modo que não existiria nível estrutural chamado *sintaxe*: a língua poderia ser descrita unicamente com base nos princípios comunicativos, a exemplo dos trabalhos de Du Bois (1985) e Hopper e Thompson (1980); e (b) por uma postura mais moderada, a qual defende uma interação entre a forma e a função, de maneira que as funções externas atuam concomitantemente com a organização inerente ao sistema linguístico, influenciando-a em certos pontos, sem necessariamente definir suas categorias básicas, a exemplo dos trabalhos de Halliday (1985) e Dik (1978), os quais, por admitirem a inconsistência do formalismo, sugerem a incorporação da semântica e da pragmática à análise sintática (CUNHA et al., 2003, p. 159).

Segundo Cunha et al. (2003), na análise de base funcionalista, os enunciados e os textos associam-se às funções que eles desempenham na comunicação interpessoal, ou seja, o linguista trabalha com dados reais de fala ou escrita extraídos de contextos efetivos de comunicação, evitando usar frases inventadas e, portanto, dissociadas de sua função no ato comunicativo.

As abordagens formalistas, a exemplo do estruturalismo e do gerativismo, diferem do funcionalismo por conceberem a linguagem associada apenas a seus aspectos internos, estruturais. Para Cunha et al. (2003), essa diferença centra-se no fato de o funcionalismo compreender a linguagem como um instrumento de interação social e ainda de considerar que uma investigação linguística deve ir além da estrutura gramatical, buscando, pois, no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. Na visão funcionalista, portanto, a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua; em outras palavras, é motivada pela situação comunicativa. Conforme pontuam os autores, tradicionalmente essa abordagem considera que os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são relacionados e interdependentes; portanto, numa descrição sintática, devem ser investigadas as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos de uso.

Interessa mencionar também a contribuição de Martelotta e Kenedy (2015) sobre o assunto. Explicam os autores que o termo *funcionalismo* ganhou força nos Estados Unidos em 1970, rotulando os trabalhos de Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, os quais defendiam uma linguística baseada no uso, observando a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. Nessa concepção, entende-se a sintaxe como uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes dos discursos; portanto, para compreender o fenômeno sintático, é preciso analisar a língua em uso, em seus contextos

discursivos específicos, onde a gramática se constitui. Dentre esses trabalhos, destaca-se a publicação antigerativista de Givón *From Discourse to Syntax: Grammar as a Processing Strategy*, em 1976, em que ressalta que a finalidade da sintaxe é desempenhar uma certa função.

Martelotta e Kenedy (2015) destacam, como uma maneira interessante de compreender o espírito do funcionalismo norte-americano, a refutação de Givón (1976) aos dogmas centrais do estruturalismo: a arbitrariedade do signo linguístico, a distinção entre *langue* e *parole* e entre diacronia e sincronia. O autor justifica sua postura alegando que a língua não deve ser observada fora de seu contexto de uso; *langue* e *parole* não devem ser vistas separadamente, visto que o discurso individual deve ser compreendido como nível gerador do sistema linguístico. Existe um conjunto de processos de mudança que atuam com relativa regularidade sobre os elementos linguísticos, estendendo-lhes o sentido.

Em conclusão, os autores assinalam que Givón (1976) caracteriza a concepção funcionalista conforme as seguintes premissas: a linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; a estrutura é não arbitrária, motivada, icônica; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não rígida; as gramáticas são emergentes; as regras de gramática permitem algumas exceções.

A teoria funcionalista, de acordo com Givón (1995), deve assumir o postulado da não autonomia do sistema linguístico, vinculando a estrutura da língua à função que desempenha no processo comunicativo. Segundo tal princípio, a língua (e a gramática) não pode ser interpretada sem referência à função comunicativa (propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo).

Conforme argumenta, essa língua ainda deve ser descrita considerando parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e variação, aquisição e evolução. Nesse complexo multifacetado de parâmetros que caracteriza a gramática funcional, são encontrados antecedentes em uma perspectiva histórica, compreendendo quatro contextos: biológico, filosófico, antropológico e psicológico. Segundo o autor, nessa relação, o indivíduo, atuante em uma estrutura social e participante da organização sociocultural de seu grupo, passa por constantes estágios de modificação do comportamento decorrentes de mudanças operadas em seu meio, procurando manter-se ajustado à sociedade/grupo de que faz parte. Seguindo esse princípio evolutivo e funcional, qualquer alteração na rede organizacional de um grupo social altera, igualmente, o sistema de

relações entre os membros desse grupo, superando a fase de mudança e sobrevivendo à nova ordem social.

Ao estabelecer relação entre a cognição e a comunicação na estrutura social e nos pressupostos evolutivos e funcionais, o autor explica que o indivíduo, como participante da organização sociocultural de seu grupo, dispõe de estratégias linguísticas emergentes no ato da comunicação, para que haja interação com os demais membros. Da mesma forma, como o indivíduo se adapta a novas estruturas da sociedade, o sistema linguístico e os processos mentais da organização discursiva são revistos constantemente com o objetivo de corresponderem às intenções comunicativas do falante e de facilitarem a compreensão do ouvinte, na tentativa de promover uma comunicação satisfatória, podendo, assim, a estrutura linguística se caracterizar por um maior ou menor grau de iconicidade e opacidade, por uma ambiguidade funcional ou ainda, por exemplo, pela emergência de novas funções para velhas formas.

Para o autor, o processamento mental do falante/ouvinte se altera constantemente no curso da interação comunicativa. E, por ser assim, os interlocutores, além de codificarem e decodificarem informações, negociam/reformulam essas informações, avaliam seu próprio discurso, atribuem pressuposições ao ouvinte. O discurso se constrói na própria interação comunicativa; portanto falante e ouvinte negociam o turno de fala, partilham do mesmo assunto, participam do mesmo ambiente de conversação e podem solicitar esclarecimentos sempre que necessário.

Uma mudança gramatical, explica Givón (2001), invade um domínio funcional se espalhando e se generalizando gradualmente. Nesse processo, primeiramente ocorre uma inovação funcional que se propaga e o subsequente ajustamento estrutural. Quando se está em meio a uma mudança em curso, ou seja, diante da emergência de novos usos, as categorias não são discretas, mas se manifestam num *continuum*. Quando os falantes expandem a aplicação de regras gramaticais, ao lado de usos mais automatizados, permanece uma flexibilidade residual do contexto adaptativo semântico-pragmático. Assim sendo, essas motivações retardam o processo de gramaticalização, entendida como a aquisição de propriedades formais por uma categoria funcional.

Givón (2001) estabelece relação entre linguagem, informação e comunicação, dividindo a codificação da comunicação humana em dois subsistemas: (i) o sistema de representação cognitiva; e (ii) os códigos comunicativos.

O sistema de representação cognitiva envolve três níveis: (a) o léxico-conceitual (mapa cognitivo de nosso universo de experiências); (b) a informação proposicional

(informações sobre estados/eventos e participantes); e (c) o discurso multiproposicional (coerência discursiva). Para o autor, a gramática codifica simultaneamente o nível da semântica proposicional (âmbito da oração) e o da pragmática discursiva (âmbito multiproposicional).

Givón (2001) destaca que um dos subsistemas gramaticais orientados para o discurso é a modalidade, a qual recobre a perspectiva do falante e do ouvinte, a intencionalidade e a epistemicidade. A sentença constitui um amplo e complexo domínio funcional formatado em tempo, aspecto e modalidade. Essas categorias se interrelacionam, segundo o autor, formando um subsistema gramatical complexo e, normalmente, são codificadas pelas formas verbais.

### 2.1.1.2 Modalidade

A construção dos enunciados consiste em dois componentes: o *dictum* (objeto de comunicação) e o *modus* (atitude ou ponto de vista do enunciador em relação ao objeto de sua comunicação). A expressão do *modus* se realiza de diferentes formas: (i) variando a entoação da frase para exprimir certeza, admiração, dúvida, ceticismo etc.; (ii) recorrendo a verbos que podem exprimir atitudes, tais como *saber*, *duvidar* e *supor*; e (iii) recorrendo a advérbios como *talvez*, *sinceramente*, *obviamente* etc. Esse processo configura-se como recursos de modalização ou modalidade (AZEREDO, 2010, p. 209).

O modo verbal, assim como as expressões modais (*dever*, *poder*, *ter que*, dentre outros), consiste em um dos recursos gramaticais para expressar a modalidade. O modo se realiza morfologicamente no verbo, enquanto a modalidade se realiza no contexto semântico-pragmático, configurando-se na atitude do falante em relação ao conteúdo do que é enunciado.

A modalidade é uma questão discutida no âmbito da retórica desde Aristóteles para tratar, segundo preceitua Nef (1995), da relação do enunciado com a realidade, intencionando distinguir os discursos suscetíveis da verdade e da falsidade. Segundo Kneale e Kneale (1972 apud FAGUNDES, 2007), o interesse de Aristóteles nesse tema era determinar quais são os pares de orações que se opõem e de que forma isso se dá para discutir sobre as relações entre as expressões negativas e afirmativas, incluindo as expressões modais.

A modalidade, segundo Fleischman (1982), diz respeito a determinados elementos de sentidos expressos pela linguagem, que têm como denominador comum a adição de sentidos ao valor semântico mais neutro de uma proposição factual e declarativa. Difere, portanto, do modo por este se referir a uma morfologia particular da categoria dos verbos que tem uma

função modal. Isso, geralmente, envolve um grupo distinto de paradigmas verbais (indicativo, subjuntivo, imperativo, optativo). Entretanto, Palmer (1986) a associa ao enunciado:

Modalidade não se relaciona semanticamente ao verbo primariamente, mas a todo o enunciado. Não é surpreendente, então, que existam línguas nas quais a modalidade é marcada em outro lugar que não o verbo ou dentro do complexo verbal. (PALMER, 1986, p. 2)

Nos termos do autor, a modalidade pode ser identificada, descrita e comparada em diversas línguas e se assemelha a outras categorias gramaticais, tais como tempo, aspecto, número e gênero. Segundo suas afirmações, na perspectiva da lógica, os tipos essenciais de modalidade são *necessidade* e *possibilidade*. Entretanto, na perspectiva da linguística, são, essencialmente, três tipos: *deôntico*, *epistêmico* e *dinâmico*. A modalidade deôntica, segundo o autor, esta associada à obrigação, permissão, emanando nas suas origens externas. A modalidade epistêmica está associada ao conhecimento, à crença. Com esta modalidade, o falante expressa sua opinião sobre o status do fato da proposição. Já a modalidade dinâmica está associada à habilidade/capacidade do indivíduo. A modalidade deôntica é condicionada por fatores externos à vontade do falante enquanto que a dinâmica é condicionada por fatores interno:

The difference between them is that with deontic modality the conditioning factors are external to the relevant individual, whereas with dynamic modality they are internal... (PALMER 1986, p. 9)

Já Sweetser (1990), concebe as modalidades atreladas ao mundo externo e ao mundo interno. O mundo externo associa-se aos sentidos que expressam obrigação, permissão ou habilidade, no âmbito do mundo real (ação). O mundo interno associa-se aos sentidos que expressam necessidade, possibilidade ou probabilidade, no âmbito da razão. Logo o mundo externo refere-se à modalidade deôntica e o mundo interno à modalidade epistêmica.

Consoante Givón (1995), a modalidade é uma propriedade lógica das proposições associada à codificação da atitude do falante em face da proposição que ele enuncia. Para ele, a atitude do falante não se restringe somente à proposição, pois envolve também os participantes da situação comunicativa, ou seja, o ouvinte e o próprio falante. Essa atitude subdivide-se em dois tipos de julgamentos, isto é, submodos:

a) *julgamento epistêmico*: expressando verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência;

b) *juízo deontico*: expressando desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, manipulação.

O juízo epistêmico associa-se à ideia do comprometimento do falante com a verdade da proposição; o deontico, por sua vez, associa-se às atitudes direcionadas tanto ao falante como ao ouvinte. Para o autor, essas atitudes são negociadas envolvendo atitudes tanto do falante quanto do ouvinte no processo comunicativo. Interessa notar que Givón (1995) associa o sentido “habilidade” à modalidade deontica; entretanto Palmer (1986) o trata como uma terceira modalidade, referindo-a à ausência ou presença de barreiras ou restrições no enunciado.

Os juízos epistêmicos e deonticos também são tratados por Fleischman (1982) como as principais modalidades do discurso:

*modalidade epistêmica*: expressa atitudes de dúvida, pensamento, crença; se refere à qualificação do falante do seu comprometimento com a verdade da proposição;  
*modalidade deontica*: expressa atitudes cuja interpretação linguística está fundamentalmente ligada às noções de obrigação e volição. (FLEISCHMAN, 1982, p. 13)

Além destas duas modalidades, Ilari e Basso (2008), baseando-se nas predições de Lyons (1977), apontam uma terceira, ou seja, a modalidade alética (*aletheia* = verdade), a qual se refere à necessidade e possibilidade. Os autores estabelecem uma diferença entre elas, assegurando que à modalidade deontica (*deon* = que é preciso) refere-se a permissões e obrigações, ao passo que a modalidade epistêmica (*episteme* = ciência) refere-se a opiniões e crenças.

Sobre a modalidade epistêmica, Givón (1995) acrescenta que se caracteriza como uma reinterpretção das modalidades da tradição lógica. Assim, apropriando-se da abordagem comunicativa/discursiva, propõe uma redefinição dessa modalidade, mostrando a seguinte equivalência:

**Quadro 1:** Equivalência das modalidades

<b>Tradição lógica</b>	<b>Abordagem discursiva/comunicativa</b>
verdade necessária	pressuposição
verdade factual	asserção <i>realis</i>
verdade possível	asserção <i>irrealis</i>
não-verdade	asserção negativa

Fonte: Adaptado de Givón (1995, p. 114)

Sobre essas equivalências, o autor diz que: (i) na pressuposição, a proposição é entendida como verdadeira ou, por definição, como concordância prévia, como convenções compartilhadas (por ser óbvia aos interlocutores ou por ter sido anunciada pelo falante e não contestada pelo ouvinte); (ii) na asserção *realis*, a proposição é fortemente asserida como verdadeira, mas a contestação pelo ouvinte é considerada como apropriada, embora o falante disponha de evidência ou de outras bases fortes para defender sua forte crença; (iii) na asserção *irrealis*, a proposição é fracamente asserida como possível, provável ou incerta (três submodos epistêmicos), ou como necessária, desejada ou indesejada (três submodos deônticos), mas, visto que o falante não está pronto para reforçar a asserção com evidências ou com outras bases fortes, a contestação pelo ouvinte é prontamente recebida, esperada ou solicitada; e (iv) na asserção negativa, a proposição mostra-se fortemente asserida como falsa, geralmente em contradição com crenças do ouvinte, mas, mesmo havendo contestação do ouvinte, o falante possui evidências ou outras bases fortes para reforçar suas crenças fortemente.

Givón (1995) argumenta que, para compreender o uso do chamado modo subjuntivo, é preciso compreender, primeiramente, a modalidade com asserção *irrealis* em dois aspectos: comunicativo-cognitivo (funcional) e tipológico-gramatical (formal). Considerando o aspecto comunicativo-cognitivo, diz o autor que a ideia de verdade da tradição lógica é substituída pela ideia de certeza subjetiva (aspecto cognitivo) e que a modalidade está situada na interação falante-ouvinte, sendo socialmente negociada (aspecto comunicativo). Quanto ao aspecto tipológico-gramatical, o autor assinala que a modalidade *irrealis* se manifesta nas formas do subjuntivo em orações subordinadas (orações completivas, adjetivas e adverbiais) e em orações produzidas com o item *talvez* (independentemente de serem subordinadas ou não).

Para Givón (1995), as orações completivas tendem a se apresentar sob a modalidade *irrealis*, nas quais as formas do subjuntivo aparecem nos verbos de manipulação e nos verbos de cognição-percepção-enunciação. Os verbos de manipulação<sup>17</sup> se caracterizam pela existência de um agente humano que manipula o comportamento de outro. Assim, a oração substantiva completiva marca uma ação a ser executada pelo manipulado (Ex.: *Quero que estude*). Já os verbos de cognição-percepção-enunciação<sup>18</sup> se caracterizam por apresentar o objeto de uma atividade mental ou verbal representada na oração matriz (Ex.: *Espero que venhas*). O autor explica que os verbos de manipulação condicionam a modalidade deôntica

<sup>17</sup> Verbos de manipulação: *ordenar, permitir, sugerir, querer* etc. (GIVÓN, 1995 p. 126).

<sup>18</sup> Verbos cognição-percepção-enunciação: (i) factivos: *saber, entender, lembrar, esquecer* etc.; (ii) não factivos deônticos: *mandar, ter medo, ter esperança, ter medo*; e (iii) não factivos epistêmicos: *pensar, duvidar, acreditar, suspeitar, assumir* etc. (GIVÓN, 1995, p. 126).



por outro lado, os verbos de cognição-percepção-enunciação condicionam a modalidade epistêmica. Para ele, nessa modalidade, o modo subjuntivo tende a aparecer em contexto de baixa certeza, porém na modalidade deôntica esse modo verbal tende a aparecer em contexto de fraca manipulação.

As orações adjetivas podem apresentar-se sob o escopo de quatro modalidades propostas por Givón (2001): pressuposição, asserção *realis*, asserção *irrealis* e asserção negativa. Quando as orações adjetivas restritivas modificam um sintagma nominal referencial, definido ou indefinido, apresentam-se no escopo da pressuposição (Ex.: *Eu vi a mulher que chegou atrasada / Há uma mulher que chegou atrasada*)<sup>19</sup>. No sentido do autor, nesses exemplos, as orações adjetivas explicativas, que só podem modificar sintagmas nominais referenciais definidos, apresentam-se sob o escopo da asserção *realis* (Ex.: *Eu vi a mulher, que chegou atrasada, sair cedo*). Caso o sintagma nominal seja não referencial, as orações adjetivas restritivas apresentam-se sob o escopo da asserção *irrealis* e asserção negativa (Ex.: *Eu não conheço nenhuma mulher que chegou/tenha chegado atrasada*).

As orações subordinadas adverbiais podem apresentar-se sob o escopo da pressuposição, como no caso das concessivas (Ex.: *Ainda que o avô se opõe*); sob o escopo da asserção *irrealis*, como no caso das temporais (Ex.: *Quando você conseguir um empréstimo, eu venderei meu carro*), das condicionais (Ex.: *Se você conseguir um empréstimo, eu venderei meu carro*) e das finais (Ex.: *Para que você consiga um empréstimo, eu vou ter que assinar*); ou sob o escopo da asserção negativa, como no caso das causais (Ex.: *Não que você consiga fazer um empréstimo*).

Sobre as orações com o item *talvez*, o autor diz que se apresentam sob o escopo da asserção *irrealis* sobre a proposição (Ex.: *Talvez ela estivesse errada*).

### 2.1.1.3 Diferença semântica entre os modos verbais

Nesta seção, discute-se a abordagem semântica do modo verbal, especificamente dos modos indicativo e subjuntivo, os quais são associados, na visão tradicional, à noção da realidade e da irrealidade, respectivamente.

Para a tradição gramatical, os modos verbais são as diferentes formas que o verbo se apropria para indicar a atitude do falante em relação ao fato que anuncia. No modo indicativo, segundo Cunha e Cintra (2008 [1985], p. 478), a existência do fato é considerada como certa,

<sup>19</sup> Os exemplos deste parágrafo e dos dois seguintes são traduções para o português de Pimpão (2012, p. 95) de exemplos em inglês apresentados por Givón (2001).

real, seja no presente, no passado ou no futuro, em oposição ao modo subjuntivo, cuja existência ou não do fato é considerada como incerta, duvidosa, eventual ou irreal.

Numa abordagem descritiva, Castilho (2010) explica que o indicativo expressa uma avaliação do *dictum* como um estado de coisa real, verdadeiro, ao passo que o subjuntivo expressa um estado de coisas duvidoso (CASTILHO, 2010, p. 438). Reforçando essa oposição, Castilho e Elias (2015, p. 177) argumentam que o modo indicativo refere-se ao ato de fala assertivo “expressando conteúdos que se realizam no mundo” e o modo subjuntivo refere-se ao ato de fala dubitativo expressando “situações imaginárias que não precisam corresponder ao que acontece no mundo”.

Com explicações semelhantes, Perini (1995) diferencia os referidos modos, explicitando que o indicativo caracteriza-se por exprimir uma atitude de certeza do falante em relação ao que se declara, já o subjuntivo por exprimir uma atitude de incerteza dúvida ou desejo frente ao conteúdo anunciado. Para o autor, essa oposição tende a se tornar puramente formal no português, visto que geralmente a oposição morfológica entre ambos é regida por traços semanticamente não motivados dos verbos e de alguns outros itens, a exemplo do *talvez*; uma vez que os casos “em que se pode ver um efeito semântico imputável ao modo são excepcionais e tendem a desaparecer na língua” (PERINI, 1995, p. 257).

Dada a dinamicidade efetiva da língua em uso, percebe-se que as diferenças tradicionalmente estabelecidas entre esses modos não são muito simples. Santos (2003), considerando o tratamento do subjuntivo atribuído por diferentes gramáticos, argumenta que a associação automática entre os referidos modos não corresponde ao que se passa na língua. Reformulando o conceito semântico dos modos, ela qualifica o indicativo como um fato que denota o que é “realmente existente, o previsível e o que está em vias de se realizar” e o subjuntivo como o modo “não realizado” ou “ainda não realizado”.

Para a autora, não basta apenas separá-los, pois:

o facto ou acção quer se dê, quer não se dê é avaliado pela consciência do falante. As referências ao “real” e “não real” só têm, portanto, lógica quando consideradas ou metaforicamente ou como informações organizadas de maneira peculiar e nunca enquanto conteúdos intrínsecos e identificadores do “modo verbal”. (SANTOS, 2003, p. 133)

Como pode se notar, Santos (2003) assinala a complexidade da distinção semântica do subjuntivo, evidenciando a dificuldade de se identificar os conteúdos inerentes a este modo verbal. Segundo suas justificativas, essa dificuldade é decorrente da aparente dependência

desses conteúdos de outros elementos contextuais. A linguista apresenta o seguinte como explicação para isso:

O conjuntivo reúne toda “uma floresta de valores” (F. Fonseca 1970: 16) os optativos, os volitivos, os potenciais, dificilmente diferenciáveis não só entre si como também dos elementos contextuais com os quais se empregam. (SANTOS, 2003, p. 134)

Em face da dificuldade dessa distinção, Santos (2003) destaca a relevância do tratamento sintático atribuído aos modos verbais pelas gramáticas normativas e descritivas.

Givón (1995) destaca que a tradição lógica defende a associação entre *realis* e *irrealis* como eventos reais e irreais, desvinculada do contexto comunicativo. Contrariando a tradição, o autor observa que esses eventos devem ser tratados numa perspectiva cognitiva e comunicativa. Na asserção *realis*, a proposição é fortemente asserida; enquanto, na asserção do *irrealis*, a proposição é fracamente asserida por ser incerta, possível ou desejada (ou indesejada). Quando se trata da asserção *realis*, o falante possui evidências para sustentar as informações da proposição; entretanto, quando se trata da *irrealis*, o falante não possui evidências suficientes para sustentar as informações da proposição em vista de sua complexidade. O *irrealis*, particularmente, é uma dimensão escalar complexa, que se intersecta com variados códigos gramaticais semânticos e categorias pragmáticas (GIVÓN, 1995, p. 114).

O modo subjuntivo está relacionado a esta subcategoria. Para o autor, o modo subjuntivo é uma subcategoria do *irrealis*, em que se associa à noção de incerteza por apresentar baixa certeza, em oposição ao modo indicativo, considerado uma subcategoria do *realis* associado à noção de certeza. O modo subjuntivo correlaciona-se a duas dimensões escalares do *irrealis*: epistêmica e deôntica.

O linguista associa essas subcategorias à relação entre tempo, aspecto e modalidade, mostrando que, por sua natureza não-factual, o *irrealis* situa-se no tempo futuro (expressando, portanto, eventos ainda não ocorridos) e no aspecto progressivo/habitual. Por outro lado, por sua natureza factual, o *realis* situa-se no tempo presente e futuro e no aspecto perfectivo/perfeito.

Leão (1961), ao tratar semanticamente das orações adverbiais condicionais, reconhece três tipos de períodos hipotéticos. No período hipotético do real (*realis*), a condição deve ser realizada efetivamente. Trata-se de fato cuja realidade se reconhece e, às vezes, de uma verdade que se deseja acentuar. A condição se exprime por *si*, acompanhado de verbo no indicativo (*Si me laudat, laetus sum / Se ele me elogia, estou feliz*) (LEÃO, 1961, p. 31). No período hipotético do potencial (*potencialis*), a condição é eventual, simplesmente possível. O

fato pode realizar-se ou não, mas não há nenhum pronunciamento do falante sobre a realidade desse fato. A condição é eventual, possível (*Si me laudet, laetus sim / Se me louvar, venturoso (eu) tenha sido; Si me laudauerit, laetus sim / Se tiver me louvado, venturoso (eu) tenha sido*) (LEÃO, 1961, p. 31). No período hipotético do irreal (*irrealis*), por sua vez, a condição é contrária à realidade: não pôde e nem pode realizar-se (*Si me laudaret, laetus essem / Se me estivesse louvando, venturoso seria*) (LEÃO, 1961, p. 34).

A ocorrência diferenciada do período hipotético, segundo a autora, situa-se no propósito do contexto comunicativo:

Geralmente, o período hipotético se estrutura com a oração subordinada antes da principal, o que se justifica pela precedência lógica e cronológica da hipótese à sua consequência. Este período é usado com diferenciados propósitos comunicativos e expressivos. Através dele apresentam-se argumentos de um raciocínio, prova-se ou refuta-se uma afirmação, acentua-se a oposição entre dois fatos ou dois seres, evidencia-se a coexistência de duas situações, supõe-se uma premissa e dela se tiram consequências: [...] “se amar é forma de conhecimento, esquecer equivale a negar esse conhecimento”. (C. D. ANDRADE, p. 133). (LEÃO, 1961, p. 76)

Nesse sentido, o uso desse período não consiste um caso de variação, mas sim de uma escolha a contemplar o objetivo do falante no evento comunicativo.

Reis (2010), tomando como base a proposta funcionalista givoniana, ao controlar o fator *gradiente realis-irrealis no contexto*, diz que o domínio funcional de uso do futuro do subjuntivo se estabelece no campo do *irrealis*, seja mais fortemente ou moderadamente<sup>20</sup>. Esse campo é atribuído à presença de verbos e expressões *irrealis* (itens lexicais, advérbios, etc.) no contexto sintático. A autora trata o fenômeno como distribuição complementar, sugerindo posteriormente um tratamento de cunho variacionista.

Pimpão (1999, 2000, 2012) destaca a importância da modalidade *realis/irrealis* no uso variável do modo subjuntivo sem desmerecer a importância do traço futuridade. Pimpão (2000) mostra que a modalidade não é o principal fator condicionante da variação entre os modos indicativo e subjuntivo, mas sim o fator *tempo*:

O subjuntivo está deixando de vincular-se a valores atitudinais de incerteza, de possibilidade, de hipótese, segundo prevê a norma gramatical, para vincular-se ao fator tempo. Na verdade, o traço futuridade consiste o contexto preferencial para o emprego do modo subjuntivo e a ausência desse traço, evidenciada pelos traços de incerteza e pressuposição, indica o contexto inibidor para seu uso, propiciando a interferência do modo indicativo. Tem-se, portanto, a correlação [+futuro] – [+subjuntivo] de um lado e [- futuro] – [-subjuntivo], de outro. (PIMPÃO, 1999, p. 110)

<sup>20</sup> Moderadamente quando as orações com futuro do subjuntivo ocorrem em contextos *realis-irrealis*, compostas de asserções *realis* e *irrealis*.

Assim como Pimpão (1999), muitos outros estudos têm reconhecido a relevância do traço semântico *tempo* para a variação do uso do modo subjuntivo e do indicativo. Como também se tem constatado que o traço *realis* e *irrealis* não se configura suficiente para que se explique tal variação, tendo em vista a presença desses traços em contextos comunicativos com ambos os modos (CARVALHO, 2007; PIMPÃO, 2012, 2015; AMORIM et al., 2014, dentre outros). Isso evidencia a fragilidade da regra tradicional prevista para explicar semanticamente esses modos verbais.

Lavandeira (1978) esclarece que as construções sintáticas podem não ser sinônimas devido à impossibilidade de serem consideradas como pertencente ao mesmo conjunto de equivalência semântica. Para a autora, ao analisar uma variação que vai além do componente fonético-fonológico, faz-se necessário enfatizar a condição de igualdade de significado como também compatibilidade funcional entre as variantes. Essa compatibilidade, segundo ela, apresenta uma flexibilidade necessária para a caracterização e avaliação de aspectos relacionados a componentes semânticos e ao universo pragmático e discursivo em que se insere uma dada variante

A abordagem sociolinguística defende que é necessário que as variantes possuam tanto a compatibilidade funcional quanto a co-ocorrência dos itens nos mesmos ambientes. Caso essas variantes não compartilhem o mesmo ambiente, pode-se dizer que estejam ocorrendo em distribuição complementar.

Esses requisitos postulados pela sociolinguística têm sido testados em algumas pesquisas, a exemplo da de Alves (2009). A autora, ao tratar da alternância desses modos verbais com estruturas alternativas, explica que essas estruturas se configuram como uma variante linguística que, como tal, pode expressar modalidades típicas do subjuntivo. O caráter de variante linguística dos referidos modos verbais formula-se pelo fato de haver compatibilidade funcional em alguns aspectos semânticos e sintáticos. Assim, para ela, as estruturas alternativas não devem ser consideradas como variantes ao uso de formas do presente do subjuntivo e de formas do presente do indicativo, mas ao uso das referidas variantes na expressão de modalidades subjuntivas (necessidade/obrigação, probabilidade/possibilidade e volição). Em se tratando do aspecto sintático, são estruturalmente similares aos contextos em que ocorrem as variantes presente do subjuntivo e presente do indicativo e em sentenças em que não ocorre identidade estrutural a esses contextos.

Como visto, analisar a variação sintática em seus aspectos semânticos não é um processo simples, pois requer uma avaliação minuciosa de forma a perceber se os fenômenos elencados configuram de fato um caso de variação ou se se encontram em distribuição complementar.

### 2.1.2 Sociolinguística variacionista laboviana

Os estudos linguísticos foram associados à dicotomia saussureana *langue e parole* durante a primeira metade do século XX. Nesse período, a língua era concebida como um sistema fechado, abstrato e homogêneo, portanto uniforme a todos os falantes. Diante dessa uniformidade, não se reconhecia o aspecto social da língua. Entretanto muitos estudiosos já discutiam a necessidade da concepção da língua associada a seu caráter social, a exemplo de Meillet (1921), que, segundo Calvet (2002), defendia a convergência de uma abordagem interna e externa aos fatos da língua como também de uma abordagem sincrônica e diacrônica desses fatos. Para ele, por “ser a língua um fato social, a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social” (CALVET, 2002, p. 16).

Essa ênfase atribuída às funções sociais da língua face à defesa do seu caráter estrutural, que enfatiza sua forma, surge desde o advento da linguística moderna. Essas duas visões se desenvolvem paralelamente por quase meio século, “sem nunca se encontrar”, segundo Calvet (2002, p. 17). A partir de então, muitos estudos passaram a conceber a associação entre língua e fatos sociais, destacando a heterogeneidade e a variação linguística, a exemplo de William Bright e William Labov.

Explica Calvet (2002) que William Bright (1966), um dos seguidores de Meillet (1921), destaca as relações entre linguagem e sociedade, alegando, porém, que essa definição é vaga. Sua reflexão, associada a variados estudos linguísticos (especialmente frutos dos trabalhos de Gumperz, Dell Hymes e Labov) durante a conferência *The Dimensions of Sociolinguistics*, em Los Angeles, em 1964, marcou o surgimento da Sociolinguística, cujo termo teria surgido pela primeira vez na década de 50. Em sua conferência, o autor evidencia que uma das maiores tarefas da sociolinguística é mostrar que a variação ou a diversidade não é livre, mas sim correlata às diferenças sociais sistemáticas. Assim, o objetivo central desta ciência seria demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social, assinalando, portanto, a diversidade linguística como seu objeto de estudo. Bright (1966) concebia a sociolinguística como uma abordagem anexa dos fatos de língua, complementar da linguística ou sociologia e antropologia, cuja subordinação desapareceu aos poucos com William Labov.

Labov foi um grande contribuidor dos estudos linguísticos, em especial da sociolinguística. Em consonância com Meillet (1921), compreendia a língua como um fato social. Para ele, a sociolinguística se ocupa de estudar a língua em uso na comunidade de fala,

correlacionando aspectos linguísticos e sociais. Assim entendendo, tomou como principal objeto de suas pesquisas a língua falada, associada aos fatores extralinguísticos. Seu primeiro trabalho nessa área data em 1963, em que se propôs a analisar a variação entre os ditongos no inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, em Massachussetts. A essa pesquisa, sucederam os estudos sobre a estratificação social do /r/ na comunidade de fala de Nova Iorque e também sobre o inglês falado por negros de Harlem, isto é, a língua do gueto dessa comunidade. Para o desenvolvimento de seus trabalhos, o autor elaborou um modelo de análise quantitativa dos dados linguísticos, conferindo-lhes um tratamento estatístico com o objetivo de testar a correlação entre os condicionadores externos (sociais) e internos à língua. A partir de então, esse modelo foi denominado de *sociolinguística quantitativa* ou *teoria variacionista laboviana*.

De acordo com essa abordagem teórica, todo sistema linguístico se caracteriza pela sua sistematicidade e heterogeneidade e, por isso, está suscetível a possíveis variações e mudanças ao longo do tempo. A heterogeneidade linguística reflete a variabilidade social e as diferenças no uso das variantes linguísticas correspondem às diversidades dos grupos sociais e à sensibilidade que eles mantêm em termos de uma ou mais normas de prestígio.

Através dos resultados da análise de variantes, é possível se definir duas situações: a existência de estabilidade entre as variantes (variação) e competição entre as variantes com aumento de uso dessas variantes (mudança)

A variação linguística, objeto de estudo dessa teoria, faz-se presente em todas as línguas num determinado momento. Seu desenvolvimento não se dá aleatoriamente, pois ela é sistematizada e regularizada. Em vista disso, é condicionada por fatores estruturais internos ao sistema linguístico, atrelados aos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico, e por fatores estruturais externos à língua, tais como faixa etária, sexo/gênero, posição social, nível de escolaridade, etc.

Sobre a associação desses fatores, Camacho (2013) pondera que, na fase inicial, a sociolinguística variacionista reconheceu a possibilidade teórica de fatores sistemáticos dos contextos sociais interferirem na estrutura linguística, mediante a implementação, a avaliação e a transição de variáveis linguísticas. Mais tarde, ao tratar também das unidades morfológicas, a sociolinguística mantinha um forte comprometimento com as compensações sistêmicas para a perda das distinções funcionais relevantes: a regra de mudança estrutural compensatória. Na década de 1970, os estudos sociolinguísticos se estendem para os fenômenos sintáticos, com os mesmos métodos aplicados aos fenômenos fonológicos, gerando uma crise no estatuto metodológico da sociolinguística.

Segundo Labov (2008 [1972]), a variação é consequência da propriedade da linguagem nunca ser idêntica em suas formas através da multiplicidade do discurso. A ocorrência de uma determinada variação pode se caracterizar como uma mudança em progresso ou uma variação estável. Uma variável linguística refere-se a duas ou mais formas de se realizar um conteúdo informativo num mesmo contexto, as quais são denominadas *variantes linguísticas*. Para a definição de uma variável linguística, estabelece-se o número exato de variantes e toda a multiplicidade de contextos em que elas se encontram, elaborando, portanto, um índice quantitativo que permita medir os valores das variáveis.

Uma mudança linguística resulta de um processo de variação; entretanto nem todo processo de variação necessariamente pode desencadeá-la. A concretização de uma mudança não se desenvolve por uma simples substituição discreta de um elemento por outro, mas por um processo histórico pressupondo sempre um quadro sincrônico de variação. Durante esse processo, as variantes passam por fases de coexistência, concorrência e, finalmente, de sobreposição de uma sobre a outra. Para Cezario e Votre (2008), para ocorrer uma mudança, faz-se necessária a interferência de fatores sociais, refletindo as lutas pelo poder, o prestígio entre as classes, sexo/gênero e gerações.

Weinreich et al. (2006 [1968]) explicam que nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística ocasiona mudança, entretanto toda mudança decorre de variabilidade e heterogeneidade. Para eles, a mudança não ocorre de forma abrupta, mas estruturalmente progressiva, pois:

As evidências acumuladas ao longo dos anos mostram que a instalação de uma nova variante é progressiva e que, entre dois estágios de uma língua, podem ser identificados sistemas transicionais que suscitam questões sobre a forma como uma variante passa de um indivíduo para o outro e de um contexto estrutural a outro. A apreensão ou postulação desses estágios intermediários pode contribuir muito mais para a formulação de uma teoria da mudança do que o estudo dos pontos inicial e final. (WEINREICH ET AL., 2006 [1968], p. 141)

Para Labov (2008 [1972]), assim como para Weinreich et al. (2006 [1968]), o processo da mudança linguística associa-se a cinco problemas: o problema dos fatores condicionantes (analisar as restrições universais em relação à mudança linguística que ocorrem independentemente da comunidade linguística); o problema da transição (entender como e por quais caminhos um certo processo de mudança poderá ocorrer); o problema do encaixamento (compreender de que maneira uma mudança linguística se encaixa nos fatores estruturais e sociais da língua); o problema da avaliação (avaliar de que maneira este processo de mudança linguística é avaliado pelos membros da comunidade analisada, ponderando os reflexos dessa



avaliação sobre esse processo); e o problema da implementação (averiguar o motivo, a cronologia e o local da ocorrência de uma determinada mudança linguística).

Os autores argumentam que uma mudança linguística começa quando um dos muitos traços característicos da variação na fala se propaga através de um subgrupo específico da comunidade da fala, assumindo uma certa significação social, representando os valores sociais associados àquele grupo.

Labov (2008 [1972]) evidencia ainda que as forças sociais que influem nas formas linguísticas são de duas espécies: as pressões que “vêm de cima” e as que “vêm de baixo”. As que “vêm de cima” representam um processo ostensivo de correção social aplicado às formas linguísticas individuais e as que “vêm de baixo” atuam abaixo do nível da capacidade consciente e exercem influência em todo o sistema linguístico como resposta a motivações sociais relativamente obscuras que alcançaram um grande sentido para a evolução geral das línguas.

Ainda de acordo com o linguista, não é possível fazer uma previsão da permanência das variantes em uma comunidade, pois ele aventa a possibilidade de determinadas formas alternantes perdurarem por longo tempo sem que se preveja se uma delas desaparecerá ou se será transformada.

Enfim, é tarefa da sociolinguística averiguar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticando as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos, de forma a prever seu comportamento regular e sistemático (MOLLICA; BRAGA, 2004). Através da teoria da variação interpreta-se o uso de formas variantes em uma comunidade de fala, condicionado por fatores linguísticos e sociais, a partir de dados coletados nessa comunidade de fala.

Na perspectiva de Guy e Zilles (2007), a comunidade de fala configura-se como um grupo de pessoas que compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros e normas e atitudes diante do uso da linguagem.

O indivíduo, enquanto membro de uma comunidade, socializa com os demais membros dessa comunidade um conjunto de experiências e atividades, resultando em variadas semelhanças no comportamento linguístico desses indivíduos (CEZARIO; VOTRE, 2008). Disso decorre a importância para a sociolinguística de selecionar uma comunidade de fala.

No desenvolvimento de uma pesquisa baseada no modelo variacionista, faz-se necessário estudar uma comunidade de fala, selecionar os informantes, entrevistá-los para coletar os dados necessários para a constituição do *corpus*, o qual será posteriormente codificado, analisado qualitativamente e interpretado à luz dos resultados quantitativos obtidos.

### 2.1.3 Sociofuncionalismo

Associando as duas teorias expostas nas seções precedentes, nota-se que ambas se ocupam de analisar a língua em seu contexto social, considerando os fatores externos à língua bem como sua dimensão pragmática como determinantes do uso efetivo da língua.

A associação dessas duas teorias é denominada de *sociofuncionalismo*. Tavares (2003) defende a possibilidade de se fazer uma associação de pressupostos teóricos de origens diferentes; contudo, desde que se fique atento às suas diferenças. Para ela, as concepções de variação e mudança dessas duas teorias não são excludentes. O sociofuncionalismo analisa a variação linguística do ponto de vista da função discursiva e a explica conforme os princípios funcionalistas. Na sua concepção, essa associação deve acontecer na “conversa na diferença, pelo ajuste dinâmico, contextual e transitório entre conceitos e pressupostos teórico-metodológicos advindos de cada teoria ‘mãe’” (TAVARES, 2003, p. 101).

A autora adverte que a ocorrência do(s) casamento(s) sociofuncionalista(s) não deve ser impedida pela dificuldade ou impossibilidade de convergência entre aspectos centrais dos modelos-fonte. No desenvolvimento de uma pesquisa de natureza sociofuncionalista, segundo ela, cabe aos pesquisadores traduzir os conceitos de uma teoria para a outra, sem perder de vista as convergências e as divergências entre ambas as teorias. Como pressupostos convergentes, ela pontua: (a) a prioridade atribuída à língua em uso; (b) a análise dos fenômenos linguísticos investigados em situações de comunicação real de sujeitos reais interagindo; (c) a concepção de que a língua está sempre mudando; (d) a compreensão da mudança linguística como contínua e gradual; (e) a observação da mudança linguística nos âmbitos linguístico e social; (f) a mudança pode ser observada a partir de dados sincrônicos e diacrônicos; (g) o princípio do uniformitarismo, onde as forças linguísticas e sociais que agem na língua provocando variação e mudança são as mesmas de épocas passadas; (h) a análise de aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos na língua; (i) a atenção dada à frequência; e (j) a compreensão de existência de relação entre os fenômenos linguísticos e a sociedade em que ocorrem.

Quanto aos pressupostos divergentes, pontua: (a) a concepção de gramática como um processo em andamento, sempre em constituição, resultado de pressões de cada ato de comunicação de seus falantes na perspectiva funcionalista; e (b) e a concepção de gramática como um sistema de regras variáveis na perspectiva sociolinguística variacionista.

May (2009) observa que a abordagem sociofuncionalista considera a natureza plenamente funcional de fenômenos de variação, evidenciando tanto as possíveis motivações estruturais quanto funcionais para a escolha de uma forma e não de outra em contextos linguísticos e sociais específicos. Além disso, pode controlar, de forma mais refinada, os grupos de fatores linguísticos, com a incorporação de restrições do âmbito discursivo/pragmático. Aos fatores estruturais (como paralelismo, contexto fonológico ou sintático etc.) são agregados fatores de ordem funcional como planos discursivos, status informacional das variantes, graus de integração, entre outros. Essa abordagem parte do princípio de que a língua deve ser estudada a partir de sua manifestação concreta em situações reais de uso. Ainda segundo o autor, os conhecimentos advindos dos estudos da gramaticalização, vinculados em geral a uma perspectiva funcionalista, também enriquecem análises variacionistas, visto que trazem explicações complementares a um caso de variação qualquer, não limitando o estudo ao fenômeno em si, mas trazendo à tona o modo, o processo histórico pelo qual passou cada forma em jogo até o momento em que são situadas pelo analista como variantes competindo pela expressão de um dado significado ou função.

Assim, neste estudo, propõe-se, a partir das abordagens supracitadas, analisar o uso variável do modo subjuntivo na fala de Salvador, visando buscar uma compreensão mais ampla e consistente do fenômeno analisado, que as teorias isoladamente não seriam capazes de fornecer.

## 2.2 Teorias de letramento

### 2.2.1 Abordagens

A palavra *letramento* se origina da expressão inglesa *literacy*, que significa “capacidade de ler e escrever”. Etimologicamente, segundo Soares (2012 [1998]), essa expressão vem do latim *littera* (“letra”), acrescido do sufixo *-cy*, denotando “qualidade”, “condição”, “estado”, “fato de ser”. Sobre o sentido de letramento no Brasil, a autora explica:

(...) *letramento*, palavra que criamos traduzindo ao “pé da letra” o inglês *literacy*: **letra** do latim *littera*, e o sufixo *-mento*, que denota o resultado de uma ação (...). **Letramento** é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. (SOARES, 2012 [1998], p. 18)

Historiando a origem do letramento no país, a autora afirma que a expressão ainda não era dicionarizada e a vernácula que expressava seu significado era *alfabetismo*, apresentando, entre outros significados, “estado ou qualidade de alfabetizado”. Contudo, por não ser corrente entre os teóricos brasileiros, já que não se discutia muito a questão do *alfabetismo*, mas sim a do analfabetismo, ao tentar buscar um termo para designar *literacy*, criaram uma nova palavra com base na origem inglesa (*literacy*) e com o sufixo *-mento*: *letramento*, passando este a ser utilizado em detrimento do *alfabetismo*.

Soares (2012 [1998]) conta que a referida palavra teria surgido pela primeira vez no Brasil em 1986, com a publicação do livro de Mary Kato, intitulado *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. Ainda em 1986, apareceu no livro *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, de Leda Verdiani Tfouni, quem, segundo a autora, lançou-a no âmbito da educação. Após essas publicações, a palavra *letramento* teria aparecido com mais frequência, inclusive intitulando livros, a exemplo de *Os significados de letramento*, organizado por Ângela Kleiman, e *Letramento e alfabetização*, de Leda Verdiani Tfouni, ambos publicados em 1995.

Seu surgimento no Brasil se deu por conta da transferência do olhar para a leitura e a escrita como aquisição da “tecnologia” do aprender a ler e escrever para a compreensão da leitura e da escrita como práticas sociais. Isso foi favorecido pela demanda de superação do analfabetismo através do aumento do índice de pessoas aprendendo a ler e a escrever e pelo fato de a sociedade tornar-se cada vez mais grafocêntrica, isto é, cada vez mais centrada na escrita.

Um dos fatores que marcou essa mudança teria sido o critério utilizado pelo Censo para contabilizar o número de alfabetizados e de analfabetos brasileiros. A partir de então, buscava-se com o Censo avaliar o nível de letramento em detrimento do índice de alfabetização, assim como já se praticava em países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e França. Esses países buscavam averiguar o referido nível através da realização de censos por amostragem, utilizando uma grande quantidade de variadas questões com o objetivo de avaliar as práticas sociais da leitura e da escrita que os participantes da pesquisa faziam no seu cotidiano.

Em meios às primeiras discussões, para muitos estudiosos, o termo *letramento* se confundia com *alfabetização*; porém, com o fortalecimento de seus estudos, vêm sendo concebidos como denominações de processos distintos; porém intimamente interligados.

Para Tfouni (2002), trata-se de dois processos associados entre si, contudo o letramento vai além da alfabetização. Ao diferenciá-los, a autora explica que a alfabetização

refere-se à aquisição da escrita, enquanto que o letramento refere-se à aprendizagem de habilidades para a leitura, a escrita e as práticas de linguagem. Adquirida através da escolarização, a alfabetização pertence ao âmbito individual. Por outro lado, o letramento se ocupa de aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita por uma sociedade. Assim, além de se ocupar da aquisição da escrita, busca também investigar as consequências da ausência da escrita a nível individual, mas sempre remetendo ao social mais amplo, ou seja, procurando, entre outras coisas, relacionar as características da estrutura social aos fatos postos.

É interessante notar que Tfouni (2002) entende o letramento como um produto socioeconômico. Para ela, na sociedade, não existe o letramento grau “zero” isto é, o iletramento, mas sim diferentes graus de letramento.

Soares (2010 [2003]) também defende a existência de um elo entre os dois processos. Segundo ela, a alfabetização é vista como um pré-requisito para o letramento e este compreende tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto esse aspecto de convívio e hábito de utilização da leitura e da escrita.

Ao mostrar essas diferenças, a autora acrescenta que é possível que um indivíduo analfabeto seja, de certa forma, letrado, se este faz uso da escrita no seu cotidiano e se envolve nas práticas sociais de leitura e escrita. Da mesma sorte, pode ocorrer que uma criança, embora ainda não alfabetizada, seja de certa forma letrada, em decorrência do seu contato com a escrita quando “já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função...” (SOARES, 2012 [1998], p. 24).

Ao estabelecer diferença entre ambos os fenômenos, Soares (2012 [1998]) esclarece que:

As pesquisas que se voltam para o estudo do número de alfabetizados e analfabetos e sua distribuição (por região, por sexo, por idade, por época, por etnia, por nível econômico, dentre outras variáveis), ou que se voltam para o número de crianças que a escola consegue levar à aprendizagem da leitura e da escrita, na série inicial, são pesquisas sobre a **alfabetização**; as pesquisas que buscam identificar os usos e práticas sociais da leitura e da escrita em determinado grupo social (por exemplo, em comunidades de nível socioeconômico desfavorecido ou entre crianças, ou entre adolescentes), ou buscam recuperar, com base em documentos e outras fontes, as práticas de leitura e escrita no passado (em diferentes épocas, em diferentes regiões, em diferentes grupos sociais) são pesquisas sobre **letramento**. (SOARES, 2012 [1998], p. 24-25)

Soares (2010 [2003]) explica que, embora alfabetização e letramento sejam processos de natureza diferente, são interdependentes e indissociáveis, motivo pelo qual, muitas vezes, têm sido equivocadamente entendidos como um único processo. A autora estabelece a diferença entre ambos, argumentando que o processo de alfabetização é adquirido através do

domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja, é o meio pelo qual se adquire a tecnologia da escrita. O processo de letramento, por sua vez, é adquirido a partir do exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita; implica, pois, um conjunto de variadas habilidades:

Capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever; sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos... (SOARES, 2010 [2003], p. 91-92)

A alfabetização, segundo a autora, não precede e nem é requisito para o letramento, pois é possível que pessoas analfabetas tenham um determinado nível de letramento e, caso não tenham adquirido a tecnologia da escrita, podem recorrer a quem a tem para fazer uso da leitura e da escrita. Embora havendo essa e tantas outras possibilidades, é notório que alfabetização e letramento estão vinculados à escolarização, a qual, para Soares (2010 [2003]), promove e ajuda a definir os níveis de aprendizado escolar e os níveis de letramento do indivíduo e, por outro lado, habilita-o a estabelecer relações de práticas sociais e de práticas escolares de leitura e escrita. Ao esclarecer essa questão, lembra que consensualmente o vínculo entre alfabetização e escolarização é mais natural e inquestionável que entre o letramento e a escolarização, pois é na escola que se ensina e se aprende a tecnologia da escrita. Essa visão do senso comum, para ela, justifica-se pelo fato de a aquisição da escrita apresentar resultados visíveis e evidentes. Entretanto Soares (2010 [2003]) critica a visão consensual sobre esse vínculo, chamando atenção para o fato de que muitas pesquisas já evidenciaram tal aprendizado em espaços não escolares, tais como na comunidade, na família, no trabalho, na igreja etc. Esclarece ainda que esse vínculo é tão forte que a alfabetização escolar é considerada a modalidade de ensino padrão dentre todas as outras, visto que, tradicionalmente, é a que legitima toda e qualquer atividade que viabilize a aprendizagem da leitura e da escrita.

Quanto ao vínculo entre letramento e escolarização, considera-o impreciso e complexo: “as relações entre letramento e escolarização se ocultam sob considerável imprecisão e complexidade. Advém disso a dificuldade de estabelecer confronto e comparação entre as medidas de letramento e o processo de alfabetização” (SOARES, 2010

[2003], p. 95). A facilidade em precisar as medidas do processo de alfabetização justifica-se pelo fato de este ser configurado como um contínuo linear cujos limites e progressão cumulativa podem ser claramente definidos, o que não ocorre com o letramento, o qual se configura num contínuo não linear:

O letramento é um contínuo, mas um contínuo *não linear, multidimensional, ilimitado*, englobando múltiplas práticas com múltiplas funções, com múltiplos objetivos, condicionadas por ser dependentes de múltiplas situações e múltiplos contextos, em que, conseqüentemente, são múltiplas e variadas as habilidades, conhecimentos e atitudes de leitura e escrita demandadas, não havendo gradação nem progressão que permita fixar um critério objetivo para que se determine que ponto, no contínuo, separa letrados de iletrados. (SOARES, 2010 [2003], p. 95)

Dessa comparação, a autora esclarece que, enquanto do processo de alfabetização se pode esperar um produto final, apresentando um resultado mais preciso ao fim do determinado tempo de aprendizagem; já do processo de letramento não é possível esperar tal produto, haja vista que esse processo se desenvolve permanentemente e “não há como decidir em que ponto o iletrado se torna letrado” (SOARES, 2010 [2003], p. 95). De acordo com a autora, um critério que se aproxima mais das medidas do letramento é buscar estabelecer equivalência entre nível de escolarização e capacidade de fazer uso eficaz da leitura e da escrita. Com a adoção desse critério, pressupõe-se que, ao atingir um certo grau de instrução, o indivíduo se tornará não apenas alfabetizado como também letrado.

Kleiman (1995) explica que as primeiras discussões sobre o letramento nos espaços acadêmicos surgiram com o objetivo de diferenciar os estudos sobre “o impacto social da escrita” dos estudos da alfabetização, cujo enfoque escolar era direcionado às competências individuais no uso e na prática da escrita. Esses estudos visaram a examinar o desenvolvimento social que acompanhou a expansão dos usos da escrita desde o século XVI, os quais foram se ampliando gradativamente, de acordo com as demandas políticas e sociais:

esses estudos [...] foram se alargando para descrever as condições de uso da escrita, a fim de determinar como eram, e quais os efeitos das práticas de letramento em grupos minoritários, ou em sociedades não-industrializadas que começavam a integrar a escrita como uma tecnologia de comunicação dos grupos que sustentavam o poder. (KLEIMAN, 1995, p. 16)

Segundo Kleiman (1995), os estudos sobre letramento são muito complexos e variados, o que acarreta uma certa complexidade em seus conceitos. Scribner e Cole (1981) definem esse fenômeno “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia em contextos específicos, para objetivos específicos” (SCRIBNER; COLE, 1981 apud KLEIMAN, 1995, p. 19).

Kleiman (1995) chama a atenção para o fato de que o fenômeno em questão vai além do mundo da escrita e que a escola, embora considerada a principal agência de letramento, não se preocupa com o letramento enquanto prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento: a alfabetização do indivíduo. Entretanto as demais agências de letramento, sejam elas família, igreja, local de trabalho etc., seguem encaminhamentos de letramento bem diferentes (voltados, portanto, para as práticas sociais).

Para a autora, o letramento é muito mais do que o uso da tecnologia na qual se manifesta. Ele varia de acordo com o contexto social. Por si só, não promove o avanço cognitivo, a mobilidade social ou o progresso, pois as práticas letradas são inerentes ao contexto político e ideológico cujas consequências variam a cada situação. Os estudos do letramento se desenvolvem mediante diferentes teorias e modelos sobre as práticas sociais de usos da escrita, destacando-se o modelo autônomo e o modelo ideológico (KLEIMAN, 1995).

No modelo autônomo de letramento, a escrita é considerada um produto completo em si mesmo, desvinculado do contexto de sua produção para ser interpretado. O processo de interpretação, diz a autora, seria determinado pelo funcionamento lógico interno ao texto escrito, sem depender das reformulações estratégicas peculiares à oralidade, em que em função do interlocutor se apropriam de outros princípios “regidos pela lógica, a racionalidade ou a consistência interna, os quais podem influenciar a forma da mensagem, no momento da interação” (KLEIMAN, 1995). Esse funcionamento impulsiona outras características do modelo autônomo, a saber:

(a) A correlação entre a aquisição da escrita e o desenvolvimento cognitivo, em que se ocupa de trabalhos empíricos e etnográficos que visam a comparar as estratégias de resolução de problemas utilizadas e grupos letrados e não letrados. A configuração dessa proposta se baseia na hipótese da existência de um grande divisor entre grupos de letrados e não letrados. Essa divisão é proposta para substituir as divisões mais antigas, tais como: primitivos e avançados, pré-lógicos e lógicos, tradicionais e modernos, pensamento mítico e pensamento científico:

(b) A dicotomização entre a oralidade e a escrita;

(c) A atribuição de poderes e qualidades intrínsecas à escrita e, por extensão, aos povos ou grupos que a possuem.

O modelo autônomo se contrapõe ao modelo ideológico, explica a autora, defendendo que as práticas de letramento, no plural, são social e culturalmente determinadas “e, como tal, os significados específicos que a escrita assume pra um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida” (KLEIMAN, 1995, p.21). Esse modelo não se atém



em um grande divisor entre os grupos orais e letrados, mas sim pressupõe a existência e a investigação de características de grandes áreas de interface entre práticas orais e práticas letradas (KLEIMAN, 1995, p. 21). O que se enfatiza no modelo em questão são as práticas de letramento e não apenas um tipo de letramento, tal como reza o modelo autônomo. Consoante Street (1993),

Qualquer estudo etnográfico de letramento atestará, por implicação, sua significância para diferenciações que são feitas com base no poder, na autoridade, na classe social da interpretação desses conceitos pelo pesquisador. Assim, já que todos os enfoques sobre letramento terão um viés desse tipo, faz mais sentido, do ponto de vista da pesquisa acadêmica, admitir e revelar, de início, o sistema ideológico utilizado, pois assim ele pode ser abertamente estudado, contestado e refinado. (STREET 1993, p. 9)

Sobre essa reflexão, Kleiman (1995) esclarece que o modelo ideológico não pode ser visto como uma negação dos resultados específicos dos estudos realizados sob a ótica do modelo autônomo. Diz ainda que “os correlatos específicos da aquisição da escrita na escola devem ser entendidos em relação às estruturas culturais e de poder que o contexto da aquisição da escrita na escola representa” (KLEIMAN, 1995, p. 39).

O modelo ideológico, na concepção de Street (2014), parte do princípio de que a escrita não é uma tecnologia neutra já que está associada às estruturas do poder prevalentes na sociedade. Seu uso, portanto, adquire valores e significados diversos em diferentes contextos socioculturais.

Rojo (2009) traz também grandes contribuições acerca da questão em estudo, assumindo que as práticas sociais de letramento vivenciadas nos diferentes contextos vão constituindo os diferentes níveis de alfabetismo ou de desenvolvimento de leitura e escrita; dentre elas, as práticas escolares. Opondo-se à posição de Soares (2003 [1995]), em relação à defesa da sinonímia entre os termos *alfabetismo* e *letramento*, a autora defende que esses termos apresentam sinonímia aparente e faz a seguinte distinção, mostrando, pois, a sua sutileza:

o termo alfabetismo tem um foco individual, bastante ditado pelas capacidades e competências (cognitivas e linguísticas) escolares e valorizadas de leitura e escrita (letramentos escolares e acadêmicos), numa perspectiva psicológica, enquanto o termo letramento busca recobrir os usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam eles valorizados ou não valorizados, locais ou globais, recobrendo contextos sociais diversos (família, igreja, trabalho, mídias, escola etc.) numa perspectiva sociológica, antropológica e sociocultural. (ROJO, 2009, p. 98)

A autora observa que essa distinção teria ficado mais clara a partir da divisão de enfoques de letramentos apresentados por Street (1993), cuja obra teria sido divulgada no País

basicamente por Kleiman (1995). Reproduzindo a fala de Street (1993), Rojo (2009, p. 99) explica que o enfoque autônomo vê “o letramento em termos técnicos, tratando-o como independente do contexto social, uma variável autônoma cujas consequências para a sociedade e cognição são derivadas de sua natureza intrínseca”.

Street (2014) adverte que esse modelo autônomo tem sido um aspecto dominante da teoria educacional e desenvolvimental e que sua denominação justifica-se pelo fato de que este se representa a si mesmo como se fosse simplesmente natural e de forma alguma como se não fosse uma postura ideologicamente situada.

Ao contrário desse enfoque autônomo dominante, explica Rojo (2009, p. 99), o ideológico “vê as práticas de letramento como indissoluvelmente ligadas às estruturas culturais e de poder da sociedade e reconhece a variedade de práticas culturais associadas à leitura e à escrita em diferentes contextos”. Ela acrescenta que o significado de letramento varia em decorrência dos tempos e das culturas dentro de uma mesma cultura e é por isso que práticas tão diferentes, em contextos tão diferenciados, são vistas como letramento, mesmo diferentemente valorizadas e designando a seus participantes poderes diversos. Sobre a denominação do modelo ideológico, Street (2014) esclarece que a intenção é assinalar que esse enfoque não se refere simplesmente a aspectos técnicos do processo escrito ou oral, mas a modelos e pressupostos concorrentes sobre os processos de leitura e escrita, que estão sempre encaixados em relação de poder.

Rojo (2009) destaca também como interessante a distinção dos modelos de letramento na perspectiva de Soares (2012 [1998]), a qual os define como versão fraca, associada ao enfoque autônomo, e versão forte, associada ao enfoque ideológico:

Para ela, a versão *fraca* do conceito de letramento, que estaria ligada ao enfoque autônomo, é (neo)liberal e estaria ligada a mecanismos de adaptação da população às necessidades e exigências sociais do uso de leitura e escrita, para funcionar em sociedade. É uma raiz adaptativa que está na raiz do conceito de *alfabetismo funcional* e de muitos reclamos indignados a respeito dos resultados dos exames e medições de competências e habilidades: como ser cidadão, funcionar em sociedade de maneira adequada, sem dominar as competências requeridas? O que faz a escola que não as desenvolve? Já a versão *forte* do letramento, para Soares (1998), mais próxima do enfoque ideológico e da visão paulo-freriana de alfabetização, seria revolucionária, crítica, na medida em que colaboraria não para a adaptação do cidadão às exigências sociais, mas para o resgate da autoestima, para a construção de identidades fortes, para a potencialização dos poderes (...) dos agentes sociais em sua cultura local, na cultura valorizada, na *contra-hegemonia-global* (Souza Santos, 2005). Para tanto leva em conta os *múltiplos letramentos*, sejam valorizados ou não, globais ou locais. (ROJO, 2009, p. 100)

Vale acrescentar que os múltiplos letramentos referem-se à heterogeneidade de práticas sociais de leitura e escrita nos diferentes contextos sociais, variando, assim, no tempo

e no espaço, entretanto contestados nas relações de poder. Por conta disso, diz Street (2014, p. 77) que os novos estudos de letramentos não trazem garantias de inferências em relação aos letramentos e às práticas sociais com que se associam, “problematizando aquilo que conta como letramento em qualquer tempo-espaço e interrogando-se ‘sobre quais letramentos’ são dominantes e quais são marginalizados ou de resistência garantida”. Baseando-se nesse movimento, segundo Rojo (2009), é que muitos estudiosos concebem o conceito de letramento no plural, ou seja, letramentos. Street (2014), por exemplo, utiliza-se da expressão *letramentos sociais* para tratar da questão, justificando sua opção para enfatizar o caráter múltiplo das práticas sociais realizadas a partir da escrita.

Hamilton (2002 apud ROJO, 2009, p. 102) compreende os letramentos como dominantes (ou “institucionalizados”) e locais (ou “vernaculares”), cujas categorias, embora consideradas distintas, são interligadas entre si. Os letramentos dominantes concernem às organizações formais como escola, igreja, local de trabalho, “sistema legal”, comércio, burocracia, considerando seus agentes (professores, autores de livros, especialistas, pesquisadores, padres e pastores, burocratas, pesquisadores, advogados e juízes) valorizados legal e culturalmente. Já os letramentos vernaculares não são controlados ou sistematizados por instituições sociais, porém, procedem na vida cotidiana, nas culturas locais, o que, de certa forma, leva a sua desvalorização ou desprezo pela cultura oficial.

Rojo (2009) chama atenção para o fato de que não são apenas esses tipos de letramento que são desvalorizados, pois existem outros que, embora tenham ampla circulação, são também ignorados e desprezados pelos espaços educacionais, a exemplo do internetês e de determinadas redes sociais informais (MSN, Orkut, etc.). Assim, conclui que essas questões levam as escolas atuais a serem vistas como um espaço de convivência de múltiplos letramentos e muito diferenciados, cotidianos e institucionais, valorizados e não valorizados, locais, globais e universais, vernaculares e autônomos, sempre em contato e em conflitos, alguns sendo rejeitados e outros sempre valorizados. Em vista disso, lembra a tarefa dessas escolas de possibilitar seus alunos a participarem das atividades de práticas sociais que se utilizam de leitura e escrita de forma ética, crítica e democrática.

Como há uma variação de letramento ao longo de toda uma gama de diferentes práticas, contextos e domínio e em cada caso existem discursos concorrentes, explica Street (2014) que esse princípio geral tem sido aplicado a dados específicos pelos atuais pesquisadores através de dois conceitos operacionais: eventos de letramento e práticas de letramento.

Vale ressaltar que esses conceitos foram introduzidos por Heath (1982), argumentando que ambos constituem faces de uma mesma realidade interacional. Apropriando-se da orientação deste autor, Street (2014) evidencia que a expressão *eventos de letramento* diz respeito a qualquer ocasião em que um trecho da escrita faz-se essencial à natureza das interações dos participantes e a seus processos interpretativos. Esse conceito, em sua concepção, dá ênfase a uma mescla de traços orais e letrados na comunicação cotidiana. Como exemplo desses eventos, destaca-se a palestra, cujo desenvolvimento promove uma série de ações envolvendo o processo da leitura e da escrita:

A palestra, por exemplo, representa um clássico evento de letramento: pode ser que o palestrante leia anotações, um projetor de slides no alto projeta diferentes tipos de informações; as pessoas, de vez em quando, podem olhar para a projeção no alto, baixar o olhar e fazer anotação, ler sua anotação e voltar a escutar o palestrante; algumas podem arquivar suas anotações (...), outras podem jogá-las na lata de lixo. O todo, em certo sentido, é maior que a soma de suas partes e é sustentado por sistema de ideias e de organização que não ficam necessariamente explícitos no discurso imediato. É aí que considero importante chamar a atenção para o aspecto ideológico, trata-se de todo tipo de convenções que as pessoas interiorizam (...). (STREET, 2014, p. 146)

Por outro lado, o conceito de *práticas de letramento* apresenta-se num nível mais alto de abstração e se refere igualmente ao comportamento e às contextualizações sociais e culturais que dão sentido aos usos da leitura e/ou da escrita. As práticas de letramento referem-se não apenas ao evento em si, mas a “concepções do processo de leitura e escrita que as pessoas sustentam quando engajadas no evento” (STREET, 2014).

Numa direção semelhante, explica Street (2014) que esses conceitos são definidos por Barton (1991), que, ao defender a combinação e o uso continuado de ambos, argumenta que:

Eventos de letramento são atividades particulares em que o letramento tem um papel: podem ser atividades particulares repetidas. Práticas de letramento são modos culturais gerais de utilização do letramento aos quais as pessoas recorrem num evento letrado. (BARTON, 1991, p. 5)

O letramento também é compreendido como eventos sociais por Barton (1994 apud JUNG, 2007):

Barton (1994) também discute o letramento como uma atividade social, descrevendo-o em termos de práticas e eventos sociais. Como prática social, ele define os padrões culturais de uso da leitura e da escrita em uma situação particular, isto é, as pessoas trazem seu conhecimento cultural para uma atividade de leitura e escrita, definindo os caminhos para utilizar o texto escrito em eventos de letramento. (JUNG, 2007, p. 87)

Barton (1994) e Jung (2007) definem um evento de letramento como a interação entre os participantes e os processos e estratégias interpretativas. Assim, situações como um adulto lendo histórias para uma criança ou duas pessoas discutindo um assunto em comum são configuradas como eventos de letramento.

Mollica (2007) evidencia a distinção entre (a) eventos e práticas escolares e (b) eventos e práticas sociais de letramento, enfatizando que o espaço escolar ainda é o meio mais apropriado para promover a inclusão social: “a escola faz parte do imaginário coletivo como caminho mais seguro na inserção na sociedade letrada” (MOLLICA, 2007, p. 12).

Bortoni-Ricardo (2009) complementa essa ideia, atentando para o fato de que a escola é o lugar em que os educandos vão adquirir de forma sistemática recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas. A autora observa que os usos da língua constituem práticas sociais de letramento e que tais usos especializados requerem vocabulário específico e formações sintáticas que estão abonadas nas gramáticas normativas. A escola, segundo explicita a autora, tem a função de facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, de forma que estes se apropriem dos recursos comunicativos necessários para se desempenharem com segurança nas diferenciadas tarefas linguísticas. Embora seja reconhecido o valor da escola, é interessante notar que as práticas e os eventos de letramento não são considerados apenas escolares e não são determinados apenas pela escola. Para Pereira (2013), os processos de construção, aquisição e usos da leitura e da escrita são de natureza social, cultural, plural e política. Assim sendo, tais processos assumem funções e significados determinados pelo grupo social.

Ao refletir sobre a função da escola de modo a atender às atuais demandas sociais, Rojo (2009) destaca que se faz necessário que a educação linguística considere de maneira ética e democrática os vários letramentos:

- a) os multiletramentos ou letramentos múltiplos, deixando de ignorar ou apagar os letramentos das culturas locais de seus agentes (professores, alunos, comunidade escolar) e colocando-os em contato com os letramentos valorizados, universais e institucionais; como diria Souza-Santos (2005), assumindo seu papel cosmopolita;
- b) os letramentos multissemióticos exigidos pelos textos contemporâneos, ampliando a noção de letramento para o campo da imagem, da música, das outras semioses que não somente a escrita. O conhecimento e as capacidades relativas a outros meios semióticos estão ficando cada vez mais necessários no uso da linguagem, tendo em vista os avanços tecnológicos: as cores, as imagens, os sons, o design etc., que estão disponíveis na tela do computador e em muitos materiais impressos que têm transformado o letramento tradicional (da letra/livro) em um tipo de letramento insuficiente para dar conta dos letramentos necessários para agir na vida contemporânea (Moita Lopes e Rojo, 2004);
- c) os letramentos críticos e protagonistas requeridos para o trato ético dos discursos em uma sociedade saturada de textos e que não pode lidar com eles de maneira instantânea, amorfa e alienada... (ROJO, 2009, p. 108)

Soares (2010 [2003]) também destaca a importância da escola, assegurando ser esta um dos principais espaços promotores das habilidades de leitura e escrita para o indivíduo, mas não o único, considerando que o letramento pode ocorrer dentro e fora do espaço escolar, assim como visto anteriormente. Essas possibilidades são, de certa forma, responsáveis pela instabilidade de definições de letramento e, automaticamente, pela sua classificação como complexa e heterogênea.

Percebe-se nessa seção que o conceito de letramento é muito amplo e inesgotável. Entretanto observa-se que, mesmo havendo enfoques diferenciados, o conceito de letramento recai para uma mesma direção atrelada às práticas de leitura e de escrita. Nessa tese, concebe a ideia de um letramento associado ao modelo ideológico postulado por Street (2014). Neste modelo defende-se a ideia de que o letramento não deve ser autônomo, visto por si só, mas associado ao conjunto diversificado de práticas sociais associadas à leitura e à escrita com que o indivíduo se depara no seu dia a dia, estando estas práticas interligadas ao contexto político e ideológico estabelecidos pelas diferentes situações que em se insere o indivíduo.

### **2.2.2 Avaliação do letramento**

Para avaliar o letramento relacionado ao grau de instrução, Soares (2010 [2003]) aponta duas alternativas. A primeira é estabelecer uma equivalência entre determinado grau de escolaridade e um nível de letramento entendido como satisfatório. Essa alternativa tem sido adotada pela bibliografia brasileira, que tradicionalmente considera como correspondente a um nível satisfatório de letramento a conclusão do atual 5º ano do Ensino Fundamental. Por assim entender, o IBGE, ao definir índices de analfabetismo funcional, tem considerado como analfabetos funcionais os indivíduos que não tenham atingido tal escolaridade. Segundo Soares (2010 [2003]), ao adotar esse critério de avaliação em seu trabalho, Ferraro (2002) o torna mais preciso, propondo três níveis de letramento: (i) o nível 1, correspondente a indivíduos com um a três anos de escolaridade; (ii) o nível 2, correspondente a indivíduos com quatro a sete anos de escolaridade; (iii) o nível 3, correspondendo a indivíduos com oito ou mais anos de escolaridade. Com a aplicação desse tipo de critério, pressupõe-se que, ao atingir um certo grau de instrução, será atingido um certo grau de letramento.

Contrariamente a essa proposta, na segunda alternativa, propõe-se que, em vez de partir de graus de instrução para, a partir deles, deduzir os níveis de letramento, parta-se de níveis de habilidades de letramento identificados através de verificação direta relacionando

esses níveis com os graus de instrução que a eles correspondem. Sob aplicação dessa proposta, os dados do INAF [Pesquisa Nacional de Analfabetismo Funcional] 2001 foram analisados e os resultados mostraram que os indivíduos que compuseram a amostra foram classificados nos diferentes níveis de letramento, mostrando uma significativa relação entre duas variantes (grau de instrução e níveis de letramento):

Enquanto 88% do grupo classificado no nível 1 de alfabetismo não têm o Ensino Fundamental completo, 82% do grupo classificado no nível 3 têm Ensino Fundamental completo ou mais. (SOARES, 2010 [2003], p. 98)

Esses dados foram submetidos por duas vezes a um refinamento com diferentes perspectivas. Na primeira, buscando avaliar a relação entre o número de séries de escolaridade cursadas e níveis de alfabetismo, obtendo como resultado que mais da metade dos que atingiram a conclusão do 5º ano do Ensino Fundamental estava no nível mais baixo de alfabetismo. Na segunda tentativa, visando a avaliar a distribuição por níveis de alfabetismo dos indivíduos da amostra que concluíram o Ensino Médio, observou-se que quanto mais alto o grau de instrução, mais alto o nível de alfabetismo. Ainda diante desses resultados, Soares (2010 [2003]) chama atenção para a necessidade de avaliar o avesso dos dados, visto que o percentual que elucida a negação de relação entre letramento e escolarização é surpreendente, isto é, 42% dos que concluíram o Ensino Médio, mas não completaram o Ensino Superior, não atingiram o nível 3 de alfabetismo, e 22% dos que têm curso superior completo atingiram apenas os níveis 1 e 2. A Tabela 2, a seguir, associando o nível de alfabetismo ao grau de instrução, expressa tais resultados:

**Tabela 2:** Nível de alfabetismo por grau de escolaridade (%)<sup>21</sup>

Nível de alfabetismo	Grau de escolaridade								
	Sem escolaridade	Fund. incompl.			Fund. compl.	Méd. incompl.	Méd. compl.	Sup. incompl.	Sup. compl.
		1ª-3ª	4ª	5ª-7ª					
<b>Analfabeto</b>	73	23	3	< 1	< 1	–	–	–	–
<b>Nível 1</b>	21	63	55	29	15	11	6	3	4
<b>Nível 2</b>	4	13	36	53	49	38	36	20	18
<b>Nível 3</b>	1	2	7	18	36	51	58	78	78
<b>Base</b>	134	313	432	332	228	156	251	80	74

Fonte: Adaptada de Ribeiro (2010 [2003], p. 230)

<sup>21</sup> Legenda: Fund. = Ensino Fundamental; Méd. = Ensino Médio; Sup. = Ensino Superior; compl. = completo; incompl. = incompleto. O item *Base* indica o número de sujeitos que participaram da avaliação.

Sobre essa distorção nos resultados, Soares (2010 [2003]) faz as seguintes ponderações: (i) a possibilidade de retorno a níveis de habilidade inferiores àqueles atingidos no momento do processo de escolarização devido ao pouco ou nenhum uso da leitura e da escrita fora da escola; (ii) um período longo de tempo dividindo a época em que ocorreu a escolarização do indivíduo e o momento em que foram avaliadas suas habilidades de leitura e escrita; (iii) o distanciamento entre o letramento escolar, ou seja, habilidades de leitura e escrita desenvolvidas na e pela escola e letramento social, isto é, habilidades desenvolvidas pelas práticas de letramento que ocorrem na sociedade.

Cafieiro e Ribas (2015) observam a existência de distorção na relação entre letramento e escolarização também nos resultados do INAF 2011. Segundo elas, 8% das pessoas que concluíram o Ensino Médio e 4% das que concluíram o Ensino Superior encontram-se no nível rudimentar. Considerando esses dados intrigantes, argumentam que a maior permanência na escola deveria assegurar o desenvolvimento significativo de habilidades e acrescentam que:

Passar de onze anos no sistema escolar deveria, em princípio, habilitar o sujeito ao nível pleno de habilidades de alfabetismo e isso pode favorecer sua participação mais ativa na cultura letrada e o exercício da cidadania. Mas o INAF indica que somente 35% dos que têm ensino médio e 62% dos que têm ensino superior chegam a esse nível. Isso significa dizer que a maioria das pessoas apenas se torna funcionalmente alfabetizada de fato quando já possui muitos anos de escolaridade. (CAFIEIRO; RIBAS, 2015, p. 423)

Cafieiro e Ribas (2015) evidenciam que esses resultados comparados ao do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) revelam que a maioria dos sujeitos que conseguem avançar em anos de escolaridade dominam apenas habilidades muito elementares de leitura, considerando um conjunto restrito de textos. As autoras atribuem esses resultados não apenas a fatores sociais e econômicos como também às práticas escolares com visões limitadas das concepções de língua, linguagem e de leitura, as quais limitam tanto o desenvolvimento de habilidades como o processo de formação de leitores competentes.

Conforme Soares (2010 [2003]), a segunda alternativa apresentada (proposta adotada pelo INAF) para identificar os graus de instrução correspondentes aos níveis de habilidades de letramento definidos por meio de verificação direta apresenta-se mais adequada do que a primeira. A autora observa que, no Brasil, desde a década de 90, as políticas públicas na área da educação têm dado ênfase aos sistemas escolares nos três níveis de ensino. A partir de então, várias iniciativas para avaliação do rendimento escolar - mais precisamente no tocante ao rendimento em leitura e escrita - nesses níveis foram surgindo: as nacionais, a exemplo do



Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Exame Nacional de Cursos (Provão); e as estaduais, a exemplo do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE); e ainda a participação do Brasil em avaliações internacionais como o Programa Nacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Em uma breve reflexão sobre as relações entre os níveis de letramento e o grau de instrução, a autora levanta algumas características dos critérios de avaliação das habilidades de leitura e escrita adotados pelo SAEB e pelo INAF, pontuando, assim, o que cada um deles privilegia.<sup>22</sup> Os instrumentos de avaliação diferem quanto:

a) ao suporte em que os textos foram apresentados: nas provas do SAEB, os textos foram produzidos no próprio caderno da prova; nos testes do INAF, os textos foram expostos numa revista de variedades construídas especialmente para esse fim;

b) aos gêneros dos textos: nas provas do SAEB, textos literários; nos testes do INAF, textos típicos da mídia impressa;

c) ao modo de ler e compreender imposto aos indivíduos envolvidos na avaliação: nas provas do SAEB, questões de múltiplas escolhas, lidas pelo próprio aluno; nos testes do INAF, questões abertas quase todas oralmente elaboradas pelo entrevistador;

d) aos pressupostos que orientam a seleção das habilidades de leitura avaliadas: nas provas do SAEB, avaliação de habilidades resultantes de uma articulação entre conteúdos curriculares na área da leitura e operações intelectuais; nos testes do INAF, avaliação de habilidades de leituras baseadas em matrizes relativas às esferas de práticas de letramento.

Enfim, as provas do SAEB se restringem aos conteúdos escolares, buscando avaliar as competências cognitivas que os conteúdos escolares devem desenvolver. Já os testes do INAF se restringem aos usos que são feitos da leitura no contexto social, avaliando as habilidades necessárias ao desempenho de tarefas de leitura habituais nas práticas sociais.

Nota-se, com as reflexões acima, que, mesmo com um único objetivo de avaliar o nível de letramento do brasileiro, vê-se que ambos os programas se ativeram a aspectos diferentes, conforme suas definições particulares de letramento. Isso se deu porque definir letramento, como asseguram muitos pesquisadores, é muito difícil e, assim sendo, não há condição essencial para avaliá-lo e medi-lo. Faltando essa condição, essas avaliações e

---

<sup>22</sup> As provas do SAEB são aplicadas a cada dois anos a uma amostra nacional de alunos de escolas públicas e particulares do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio; o teste do INAF, aplicado em 2001, a uma amostra nacional de 2 mil pessoas de quinze a sessenta e quatro anos.

medições produzem dados imprecisos, seja através de censos populares, seja em pesquisas por amostragem, seja em pesquisas escolares.

Em se tratando dos contextos escolares, Soares (2012 [1998]) explica que, ao buscar uma solução para resolver a ausência de uma definição precisa de letramento e a necessidade de sua avaliação e medição, o sistema escolar se depara com condições simultaneamente favoráveis e desfavoráveis.

As condições favoráveis justificam-se pelo fato de, nesse contexto, o letramento se configurar como mais um processo que um produto. Em decorrência disso, as escolas podem fazer avaliações e medições em vários pontos do contínuo (o letramento), avaliando, portanto, progressivamente a aquisição de habilidades, de conhecimentos, de usos sociais e culturais da leitura e da escrita, e evitando, assim, o problema de ter de escolher um único ponto do contínuo para diferenciar o aluno letrado do iletrado, o alfabetizado do não alfabetizado.

As condições desfavoráveis advêm do sistema teleológico do sistema escolar, haja vista que as escolas, na tentativa de alcançar seus objetivos, fragmentam e reduzem o múltiplo significado do letramento, tornando, pois, seu conceito fundamentalmente determinado pelas habilidades e práticas adquiridas por meio de uma escolarização democrática, organizada e traduzida nos itens de provas e testes de leitura e de escrita. Conseqüentemente, tem-se um conceito reduzido, determinado pela escola, muitas vezes não correspondente aos eventos sociais do letramento.

Em se tratando da avaliação e medição do letramento em censos populacionais, Soares (2012 [1998]) evidencia que, em levantamentos censitários, questões práticas exigem que o letramento seja concebido como variável discreta e não contínua. Nesses casos, os dados são coletados através de dois processos: (a) autoavaliação, em que o próprio falante responde se é ou não alfabetizado, letrado ou não letrado; e (b) informação pelo informante de conclusão, ou não, de uma determinada série escolar. A definição e os critérios de avaliação do letramento variam muito, visto que dependem do ponto específico escolhido, quer pelo recenseado, quer pelo recenseador, como linha divisória entre indivíduos alfabetizados e analfabetos, letrados e iletrados ao longo do letramento. As informações por autoavaliação e por conclusão de série escolar coletados nesse contexto, segundo a pesquisadora, não permitem medições eficazes de letramento.

O outro procedimento para avaliar e medir o letramento são os estudos por amostragem. A aferição por esse viés traz resultados mais precisos, porque se propõe a coletar uma grande variedade de informações que permitam investigar com mais profundidade as habilidades e as práticas sociais de leitura e escrita. Ao contrário do levantamento censitário

que avalia e mede o letramento superficialmente, o levantamento por amostragem o avalia e o mede com mais consistência, fornecendo, assim, dados sobre duas dimensões: a *individual*, que consiste na posse pessoal de habilidades de leitura e escrita; e a *social*, que consiste no exercício das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

Vale salientar que, assumindo o letramento como habilidades e práticas sociais, esses estudos mostram a importância do letramento escolar e acadêmico, respectivamente, para as práticas sociais do letramento e, portanto, destacam a responsabilidade dessas instituições (escola, universidades...) em trabalhar com mais eficiência a leitura e a escrita para garantir que os alunos se tornem leitores proficientes e cidadãos críticos e conscientes.

Na tentativa de adaptar os mecanismos de avaliação apontados por Soares (2012 [1998]), toma-se nesta tese como procedimentos para examinar o nível de letramento das informantes (a) a avaliação através da informação pela informante da conclusão do curso e (b) a avaliação por meio de amostragem com aplicação de instrumentos que possam avaliar as habilidades de leitura e escrita das referidas informantes. Isto porque são os que para o momento melhor podem se adequar à avaliação. Esses procedimentos estão descritos oportunamente no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 3

### HIPÓTESES DE TRABALHO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

Este capítulo visa a apresentar as hipóteses de trabalho desta tese bem como suas justificativas, os objetivos a serem alcançados e a metodologia para fazê-la.

#### 3.1 Hipóteses de trabalho

Nesta pesquisa, são testadas três hipóteses básicas em relação ao uso de formas do subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas que expressam opinião (como complemento às orações principais com os verbos *crer* e *acreditar*), em orações adverbiais que expressam condição iniciadas pela conjunção *se* e em orações adverbiais que expressam finalidade iniciadas pela conjunção *para* (*que*) na fala de mulheres da cidade de Salvador: (a) *há variação no uso de formas de subjuntivo a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais*; (b) *a variação no uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais é controlada por variáveis intralinguísticas*; e (c) *a variação no uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais é controlada por variáveis extralinguísticas*.

As três hipóteses se justificam em função dos resultados apontados por diversos estudos precedentes, que consideraram haver variação no uso de subjuntivo no português: Pereira (1974), Wherritt (1977), Costa (1990), Bianchet (1996), Rocha (1997), Pimpão (1999), Gonçalves (2003), Fagundes (2007), Alves Neta (2000), Guiraldelli (2004), Santos (2005), Meira (2006), Carvalho, (2007), Oliveira (2007), Vieira (2007), Alves (2009), Almeida (2010), Barbosa (2011), Deoclécio (2011), Lima (2012) e Pimpão (2012). Esses estudos não contemplaram exatamente os mesmos contextos de uso, mas todos eles assinalam a existência de variação em algum dos contextos analisados. Além disso, esses estudos não examinaram especificamente as mesmas variáveis intra- e extralinguísticas<sup>23</sup>, mas apuraram a relevância estatística de algumas delas, dependendo do contexto de uso.

---

<sup>23</sup> Na presente descrição das variáveis, informa-se a presença ou não da variável em estudos precedentes. Embora não tenha sido possível ter acesso direto algumas das obras citadas, a informação sobre a variável pode ser obtida através da síntese de Pimpão (2012a, p. 145-148). Não houve acesso direto às seguintes obras: Pereira (1974), Wherritt (1977), Costa (1990), Rocha (1997), Gonçalves (2003), Guiraldelli (2004), Vieira (2007), Almeida (2010) e Barbosa (2011).

## 3.2 Objetivos

### 3.2.1 Objetivos gerais

Como visto, esta tese tem como principais objetivos: (1) investigar o uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas que expressam opinião (como complemento às orações principais com os verbos *crer* e *acreditar*), em orações adverbiais que expressam condição iniciadas pela conjunção *se* e em orações adverbiais que expressam finalidade iniciadas pela conjunção *para* (*que*) na fala de mulheres da cidade de Salvador; e (2) testar as hipóteses sobre uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) nos contextos indicados.

### 3.2.2 Objetivos específicos

Partindo destes principais objetivos para o desenvolvimento desta tese tomou-se como objetivos específicos o seguinte: (1) formar um *corpus* de língua falada com dados coletados de informante do sexo feminino da cidade de Salvador; (2) coletar formas de subjuntivo, de indicativo e de infinitivo em orações substantivas completivas, adverbiais condicionais e finais nesse *corpus*; (3) classificar os dados segundo critérios de análise intralinguísticos e extralinguísticos; e (4) analisar quantitativa e qualitativamente os dados.

## 3.3 Metodologia

### 3.3.1 Comunidade de fala: cidade de Salvador

Este trabalho utiliza dados de fala da zona urbana de Salvador, capital da Bahia, da qual segue uma breve descrição.

De origem grega (*sotero* “salvador” + *polis* “cidade”), Salvador foi o nome atribuído à primeira cidade fundada no território brasileiro, cuja história se inicia com a descoberta da Baía de Todos os Santos. Oficialmente, a data da fundação da cidade de Salvador é considerada como sendo 29 de março de 1549; porém esta data é considerada simbólica e teria sido sugerida em homenagem ao desembarque do primeiro Governador-Geral (Tomé de Sousa) na enseada do Porto da Barra, enviado ao Brasil por D. João III. Entretanto há diferentes versões para a real data de nascimento da capital da Bahia. Tavares (2001) ressalta

que, segundo o geógrafo Theodoro Sampaio, Salvador teria sido fundada no dia 13 de junho de 1549, data em que se realizou a primeira procissão de *Corpus Christi* na cidade. Entretanto para o historiador Pedro Calmon, a fundação da mesma teria sido no dia primeiro de maio desse mesmo ano: “data em que começaram a ‘vencer soldos’ os que trabalhavam na construção dos muros, das casas e dos baluartes da cidade, conforme os mandados de pagamento” (TAVARES, 2001, p. 57).

Salvador foi a primeira capital do Brasil (de 1549 a 1763<sup>24</sup>), batizada *a priori* como São Salvador da Bahia de Todos os Santos. Seus habitantes, a princípio descendentes de indígenas, lusitanos e africanos, são chamados de soteropolitanos. Conta a história que os índios encontrados pelos portugueses no território baiano pertenciam às tribos Tupi, Jê e Kariri, os quais ali viviam há cerca de quinze a vinte e cinco mil anos antes da chegada dos portugueses. Os primeiros escravos africanos levados para a região vieram principalmente da Nigéria, Angola, Senegal, Congo, Benin, Etiópia e Moçambique, em 1550, e muito contribuíram para o desenvolvimento econômico da cidade através de sua mão-de-obra bem como para a formação histórica da língua portuguesa do Brasil. Por ser considerada a cidade brasileira com maior população negra fora da África, Salvador é também conhecida como a Roma Negra.

Décadas após sua descoberta, Salvador se tornou uma das principais cidades da América. Nesse período, recebeu várias ordens católicas, que fundaram suas igrejas e a primeira catedral do Brasil. Entre o século XVIII e meados do século XIX, essa cidade teria sido pioneira no Brasil em várias áreas importantes: Escola de Engenharia, que funcionava no Forte de São Pedro, e uma universidade, a dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas (a maior universidade do Brasil), ambas do século XVIII; a primeira grande casa de espetáculo do País, o Teatro São João; a primeira faculdade para profissionais liberais; a Faculdade de Medicina da Bahia; a primeira grande biblioteca pública (século XIX); entre outras importantes instituições. A cidade ainda abrigava um dos maiores portos da América e um poderoso comércio.

Em meio a seu desenvolvimento social, cultural e econômico, ainda no século XIX, contou com muitas contribuições de empreendedores baianos na área da construção civil, a exemplo de Theodoro Sampaio e dos irmãos Rebouças, que se destacaram na construção de estradas, ferrovias, portos e obras de saneamento em todo o Brasil. Os irmãos Lacerda construíram o maior elevador público do mundo na época.

---

<sup>24</sup> Em 1763, a capital do Brasil foi transferida para o Rio de Janeiro.

No início do século XIX, Salvador deixou de ser a maior e a mais rica cidade do Brasil, ultrapassada pela então capital brasileira, o Rio de Janeiro. Consequentemente, no final do século, entrou em decadência, sendo também superada por São Paulo e, no início do século XX, igualmente por Recife.

De acordo com os dados do IBGE<sup>25</sup>, Salvador é a terceira cidade mais populosa do país desde 2000 e apresenta-se em oitavo lugar na pesquisa de IDH<sup>26</sup>, com 3.642.682 milhões de habitantes entre as regiões metropolitanas das capitais em 2012.

A região metropolitana de Salvador faz limite com os municípios de Simões Filho, Candeias, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Saubara, Itaparica, Vera Cruz e São Francisco do Conde. É considerada a segunda maior metrópole do Nordeste e a sexta região metropolitana do Brasil, com cerca de 8.364 habitantes por km<sup>2</sup>. A taxa de analfabetismo nessa cidade atinge 5,1% da população entre 10 a 15 anos e 6,3% acima de 15 anos de idade. Atualmente, Salvador conta com 1.220 unidades de ensino de educação básica, distribuídas entre as redes municipal, estadual, federal e privada e 50 unidades de ensino superior, sendo 2 públicas e 48 privadas.

Reconhecida pelo seu encanto e beleza, Salvador é um grande ponto turístico brasileiro e historicamente uma das mais importantes da América. A referida cidade é conhecida como a cidade de dois andares por estar dividida em dois diferentes níveis: a cidade baixa e a cidade alta. A cidade baixa localiza-se na planície estreita banhada pela Baía de Todos os Santos, onde se encontram atividades portuárias e comerciais atacadistas. A cidade alta localiza-se no platô que se eleva de forma aguda, caracterizada por uma encosta íngreme. Nessa área estão localizados os bairros residenciais e o comércio varejista, assim como a administração pública.

---

<sup>25</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>26</sup> Índice de Desenvolvimento Humano.



Figura 1: Localização de Salvador<sup>27</sup>

### 3.3.2 Informantes

Consoante Labov (1972), sob a ótica da teoria variacionista, dentre os procedimentos mais eficazes para se manter contato com a comunidade linguística a qual se deseja pesquisar, destaca-se a entrevista, por ser o mais recomendado para captar fenômenos linguísticos. Assim sendo, este foi o tipo de contato adotado nesta pesquisa. A amostra para a obtenção dos dados constituiu-se de um conjunto de 27 entrevistas (inquéritos) gravadas individualmente com informantes do gênero feminino, naturais de Salvador, no período de 2015 a 2016. Vale acrescentar que a escolha apenas desse gênero para a constituição do *corpus* partiu da hipótese clássica de que as mulheres tendem a preservar a variante padrão. O favorecimento do uso dessa forma pelas mulheres já foi constatado em algumas pesquisas, a exemplo das de Meira (2006), Alves (2009)<sup>28</sup>. Entretanto, nas pesquisas de Carvalho (2007) e Fagundes (2007)<sup>29</sup>, não houve diferença significativa no referido uso entre homens e mulheres. Os resultados apurados por Lima (2012) mostraram que o uso das formas de subjuntivo em

<sup>27</sup> Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+do+brasil+com+destaque+da+bahia>.

<sup>28</sup> De acordo com os resultados apresentados por Meira (2006), as mulheres das comunidades afro-baianas analisadas usam mais as formas de subjuntivo nas orações substantivas e segundo Alves (2009), nas orações relativas de Feira de Santana.

<sup>29</sup> Realizadas na comunidade do Cariri (CE) e Curitiba, Irati, Londrina e pato Branco.



Salvador foi favorecido pelas mulheres, embora a diferença dos valores percentuais apresentado entre os dois gêneros tenha sido de apenas de um ponto percentual.

Essas entrevistas foram realizadas mediante autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP)<sup>30</sup>, com base na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual garante o sigilo do uso das informações obtidas, com exceção apenas de dados para fins de pesquisa. A seleção das informantes tomou como critério básico o fato de que fossem nascidas e criadas na cidade de Salvador e que não tivessem morado fora do seu estado de origem por mais de dois anos. A duração das entrevistas variou entre aproximadamente 35 e 75 minutos. As entrevistas foram realizadas em locais pré-estabelecidos pelas participantes, obedecendo ao critério de perguntas e respostas cujas perguntas foram de cunho subjetivo a fim de induzir respostas reflexivas e argumentativas. Assim, as perguntas versaram sobre educação, família, saúde, segurança, projeto político da cidade, política etc.

Através dessa seleção, obteve-se uma amostra constituída por um quadro de informantes soteropolitanas distribuídas em três faixas etárias – jovem, entre 21 e 30 anos (J), adulta, entre 40 e 50 anos (A), e idosa, acima de 60 anos (I) – e em três níveis de escolaridade – ensino fundamental (EF), ensino médio (EM), e ensino superior (ES)<sup>31</sup>, conforme mostra o quadro seguinte:

---

<sup>30</sup> O COEP é um órgão institucional da UFMG que visa proteger o bem-estar dos indivíduos participantes em pesquisas realizadas no âmbito da Universidade.

<sup>31</sup> Considerou-se o fato de ter concluído o nível de escolaridade respectivo.

**Quadro 2:** Perfil das informantes da comunidade de Salvador (sem nível de letramento)

<b>INFORMANTE</b>	<b>SIGLA</b>	<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>
01	MI01	J	EF
02	MA02	J	EF
03	TH03	J	EF
04	JA04	J	EM
05	JO05	J	EM
06	KA06	J	EM
07	LA07	J	ES
08	LU08	J	ES
09	PA09	J	ES
10	AD10	A	EF
11	DE11	A	EF
12	TA12	A	EF
13	CL13	A	EM
14	RO14	A	EM
15	AN15	A	EM
16	LM16	A	ES
17	LC17	A	ES
18	AR18	A	ES
19	CO19	I	EF
20	IR20	I	EF
21	AL21	I	EF
22	MR22	I	EM
23	MC23	I	EM
24	NE24	I	EM
25	VE25	I	ES
26	GA26	I	ES
27	NO27	I	ES

Para a avaliação dos níveis de letramento, foram aplicados um questionário social de múltipla escolha, desenvolvido com questões relacionadas à leitura e à escrita, e um teste de interpretação de texto, conforme podem ser conferidos nos Apêndices 1A, 1B e 2 desta tese.

### 3.3.3 Análise do nível de letramento

Nesta pesquisa, buscou-se aprofundar o estudo sobre o efeito do letramento no uso de formas do subjuntivo frente a outras formas verbais na fala de Salvador, dentre outros fatores. Para tratar desse aspecto, foram utilizadas duas ferramentas essenciais, as quais foram aplicadas às 27 participantes desta pesquisa: um questionário, visando averiguar a equivalência entre o grau de escolaridade e as habilidades de leitura e escrita das participantes; e um teste, buscando avaliar as habilidades de leitura e escrita nas práticas de letramento, tais como localizar informações, estabelecer relações de causa e consequência etc.

### 3.3.3.1 Resultado dos questionários

Como explicitado anteriormente, foi aplicado um questionário, no qual, para cada resposta às questões, foi atribuído um peso. As respostas *alternativas* (em que foi necessário optar por apenas uma das opções) tiveram pesos em uma escala de 0 a 4 pontos, sendo 0 o valor atribuído à ausência da prática avaliada e 4 o valor atribuído à alta frequência da prática avaliada. As respostas associativas (em que foi permitida a escolha de mais de uma opção) tiveram pesos em uma escala de 0 a 2 pontos, sendo 0 o valor atribuído a uma prática que reflete baixa atividade de letramento e 2 o valor atribuído a uma prática que reflete alta atividade de letramento<sup>32</sup>.

A pontuação máxima desses pesos foi de 67 pontos, que, considerando os três níveis de letramento, foram divididos por 3, resultando em 23 pontos. Assim sendo, estabeleceram-se três escalas para definir os diferentes níveis de letramento no questionário: o nível 1 de letramento foi atribuído à informante que atingiu entre 1 e 23 pontos; o nível 2, à informante que atingiu entre 24 e 46 pontos; e o nível 3, à que atingiu entre 47 e 67 pontos. O nível 1 de letramento refere-se ao *nível de letramento baixo*; o nível 2, ao *nível de letramento médio*; e o nível 3, ao *nível de letramento alto* (correspondentes ao que o INAF 2011 trata como *nível de letramento rudimentar, básico e pleno*, respectivamente).

Analisando os questionários, percebeu-se que nem sempre as respostas dadas nos mesmos eram compatíveis com as informações transmitidas nas entrevistas em relação ao ano/série em que as informantes se encontravam. Em alguns casos, diziam ter ensino médio, mas, durante a entrevista, afirmavam que só tinham o ensino fundamental, deixando, assim, transparecer que se sentiam envergonhadas e se auto-estigmatizavam por não terem concluído os estudos no momento ideal.

#### a) 4ª questão<sup>33</sup>

A quarta questão que constitui o questionário é sobre a modalidade de ensino da qual as informantes teriam se apropriado para a conclusão do curso realizado. Notou-se que a maioria das informantes concluiu seus cursos na modalidade presencial. Em relação ao ensino fundamental e ao ensino médio, observou-se que seis dentre elas recorreram à

<sup>32</sup> Conferir o valor atribuído a cada resposta no questionário apresentado no Apêndice 1A.

<sup>33</sup> A contagem das questões sobre leitura aqui comentadas começa pela 4ª, uma vez que as três primeiras eram sexo, faixa etária e nível de escolaridade.

modalidade semipresencial: uma jovem e uma adulta do ensino fundamental; uma adulta e duas idosas do ensino médio. Segundo as justificativas apresentadas das informantes mais jovens, geralmente elas abandonaram a escola, porque engravidaram muito cedo e precisavam, pois, cuidar dos filhos:

*Tive meus filhos muito cedo. Meu filho mais velho tem cinco anos... eu tive que parar os estudos porque eu não tinha com quem deixar o meu filho. Então tive que parar para tomar conta dos meus filhos. Aí depois... logo depois... Depois engravidei de novo... com dezessete anos engravidei de novo. Não pude terminar meus estudos. E depois tive mais uma. Recentemente, minha filha tem um ano e sete meses. Mas como já estou trabalhano, o ano que vem eu pretendo terminar meus estudos. (MA03)*

*Abandonei a escola, fui cuidar da minha filha. Depois voltei a estudar á noite, mas chegava tarde do trabalho, me dava preguiça de ir pra escola... (MI02)*

Na visão dessas mulheres, a ascensão social do indivíduo está associada ao alto grau de escolaridade. Seus depoimentos deixam claro que os estudos são o segredo do sucesso profissional e financeiro e, por conta disso, todas as que ainda não os concluíram disseram que pretendiam concluí-los, através de curso a distância ou semipresencial, para que um dia pudessem ser promovidas nos seus trabalhos ou conseguir outro uso ou mesmo ter uma profissão melhor e de mais prestígio social:

*Tudo começa pelo estudo... tudo de bom. Se realizar profissionalmente... ganhar mais... e é isso aí. (MA02)*

Além disso, segundo algumas, o estudo serviria para realizarem seu sonho de conseguir entrar numa faculdade para fazer cursos de Direito, Medicina, Turismo, dentre outros.

Esse destaque na educação formal (escolarizada) é constatado na fala de quase todas as entrevistadas. Verifica-se que, na sua compreensão, o letramento escolar possui extrema relevância para suas vidas na sociedade. Embora se reconheça esse papel escolar, tem-se

percebido que, muitas vezes, as práticas escolares não são contextualizadas o suficiente para atender às necessidades sociais, nem para as interações cotidianas dos alunos com o conhecimento institucionalmente constituído, nem para o fortalecimento de suas identidades.

Quanto às mulheres de nível superior, todas elas foram graduadas e pós-graduadas através de cursos presenciais (com exceção de uma informante jovem), em sua maioria, em instituições públicas (UNEB e UFBA) e, apenas no caso de duas informantes, em instituições privadas da Bahia.

#### **b) 5ª questão**

Soares (2003 [1995]) assevera que a compreensão da leitura não se limita apenas a conhecer o alfabeto e decodificar letras. É preciso também compreender o que se lê, acionando o conhecimento de mundo para poder relacioná-lo com os temas do texto, prever, hipotetizar, inferir, comparar informações, generalizar, interpretar, criticar, enfim dialogar com o texto. Na quinta questão, indagou-se sobre a capacidade de leitura. Apenas duas das participantes (uma jovem e uma adulta do ensino fundamental) alegaram não sentir alguma dificuldade de leitura. Entretanto, ao associar os níveis de letramento alcançados por algumas delas na avaliação do questionário e do teste, percebe-se uma impropriedade nessa resposta, visto que muitas delas não atingiram uma pontuação satisfatória ao interpretarem o texto exposto no teste. Vale acrescentar que além de perceber a dificuldade de leitura dessas informantes através do teste, percebeu-se também através das entrevistas de algumas delas:

*Eu não costumo lê e nem escrevê não. Me dá uma prigiça... um sono... No material do curso de camareira tem um bucado de texto que eu leio, leio, leio e não entendo nada. Aí disisto de lê, aí eu pergunto. Quando preciso, eu pergunto mesmo. (MI01)*

#### **c) 6ª questão**

Considerando a sexta questão, em que se buscou saber sobre sua habilidade para escrever, todas as participantes dos graus mais elevados de escolaridade disseram não escrever com dificuldade; entretanto a maioria das que estão ainda no ensino fundamental e apenas duas que cursaram o ensino médio, afirmaram sentir alguma dificuldade ao escrever

A escrita, diferentemente da oralidade, não é adquirida espontaneamente, mas sim, geralmente, via escola. Assim, sua aquisição é processual, complexa e demanda anos de escolarização. Para Soares (2003 [1995]), a aquisição da escrita é um processo complexo. Escrever não é apenas codificar e observar as normas da escrita da língua padrão. É necessário textualizar, isto é, estabelecer relações e progressão de temas e ideias, lançar mão de coerência e coesão, articular o texto, partindo de um ponto de vista levando em conta a situação e o leitor. Sendo assim, as palavras de Soares (2003 [1995]) refletem o resultado aqui obtido em relação à dificuldade de escrever das mulheres do grau menos elevado de escolarização, pois todas elas abandonaram a escola muito cedo, levaram anos sem estudar e, ao retornarem, retomaram seus estudos de forma acelerada.

#### **d) 7ª questão**

A sétima indagação foi sobre o gosto pela leitura, cujas respostas variaram entre “não gostar” e “gostar um pouco” nos graus mais baixos de escolaridade:

*Gosto de ler pouco, gosto de ler livro, revista, mais não gosto muito não... (MA02)*

*Ler é bom, mais eu não gosto não... (TH03)*

Já as respostas das participantes de nível superior foram em unanimidade que “gostam muito de ler”, com exceção de uma informante, a qual respondeu que “gosta um pouco”. Apenas duas das mulheres do grupo do nível médio responderam que “gostam muito”: uma idosa e uma adulta.

*Eu adoro ler... amo! Eu leio tudo... todo tipo de leitura, eu gosto. (RO14)*

*Gosto, gosto... gosto muito de ler. (NO27)*

As demais adultas afirmaram não gostar muito ou não gostar. Já as jovens assumiram não gostar de ler (duas informantes) ou gostar um pouco (apenas uma informante).

*Eu leio, mais não gosto muito não... (JO05)*

Abreu (2010) observa em seus estudos que existe uma relação direta entre escolarização e gosto pela leitura e ainda que o brasileiro lê e gosta de ler, quando pode, para se distrair.

Não gostar de ler, de certa forma, implica não saber ler. Rojo (2009) responsabiliza a escola por essa deficiência, ou seja, pela habilidade de leitura precária dos alunos, alegando que as escolas têm ensinado e cobrado a leitura de maneira insuficiente:

Somente poucas e as mais básicas capacidades leitoras têm sido ensinadas, avaliadas e cobradas pela escola. Todas as outras são quase ignoradas. (...) isso é o que mostra os resultados de leitura dos diversos exames, como o ENEM, SAEB e PISA, tidos como altamente insuficientes para a leitura cidadã numa sociedade urbana e globalizada, altamente letrada, como a atual. (ROJO, 2009, p. 79)

#### e) 8ª questão

A oitava pergunta foi elaborada com a intenção de saber quem mais lhes teria influenciado no gosto pela leitura. Como se trata de uma questão associativa, grande parte delas apontou consecutivamente a mãe e os professores, os professores e os amigos, ou só a mãe, ou só a professora, ou o pai e a mãe, ou pais e parentes, ou só um amigo. As informantes de menos escolarização, geralmente, apontaram que foram influenciadas por algum professor (ou seja, a influência teria se dado após seu ingresso na escola), ou por algum amigo, deixando claro, portanto, o pouco ou nenhum contato com a leitura no seio familiar. O professor foi também considerado como o principal influenciador da leitura para as informantes de escolarização mediana, seguido da mãe, de um líder religioso ou de um amigo. Já as informantes de escolaridade superior afirmaram ter recebido essa influência em casa através da mãe e também, em apenas alguns casos, do pai, de um professor ou de um amigo.

Sobre essa questão, destaca Rojo (2009) a força familiar no desenvolvimento do letramento de um indivíduo:

É o modo de participação da criança ainda na oralidade, nestas práticas de leitura e escrita dependentes do grau de letramento familiar (e, acrescentaríamos, da instituição escolar e/ou pré-escolar em que a criança está inserida) que lhe permite construir uma relação com a escrita (e a leitura) enquanto prática discursiva. (ROJO, 2009, p. 123)

Além disso, vale destacar que esse resultado favorecendo a mãe ou a figura feminina como a grande influenciadora da leitura pode ser atribuído ao contato maior que esta tem com seus filhos, pois, geralmente, ela é quem lê histórias para os filhos, quem auxilia os filhos nas

atividades escolares ou muitas vezes é quem sabe mais ou quem tem mais paciência do que o pai para fazer tal coisa. Isso endossa a confirmação de que as mulheres têm maior acesso às práticas leitoras em relação aos homens. A competência feminina em leitura e escrita tem sido observada em muitos estudos. De acordo com os dados da 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil<sup>34</sup>, do Instituto Pró-Livro, 59% das mulheres são classificadas como leitoras.

Souza e Fonseca (2015) dizem que as mulheres brasileiras têm, em média, uma escolaridade superior à dos homens e que tanto nas avaliações escolares quanto não escolares (a exemplo do INAF 2007), as mulheres desempenham-se melhor em leitura e escrita do que os homens:

Nas avaliações escolares, as mulheres também revelam um melhor desempenho em leitura e uma desvantagem em matemática. Os dados do Inaf mostram que – ao combinarmos ambas as áreas – há um relativo equilíbrio entre os dois gêneros, com ligeira vantagem para as mulheres. (SOUZA; FONSECA, 2010, p. 286)

O acesso maior a essas práticas também é visto nos dados do INAF 2011, cujos resultados, segundo as autoras, apontam que, em todos os níveis de escolaridade, são as mulheres quem mais leem e escrevem bilhetes, cartas, copiam receitas, poesias, letras de música, diários pessoais, com exceção das mulheres sem escolaridade, em que os resultados revelam ter menos acesso do que os homens sem escolaridade a tais práticas. Para as autoras, uma das justificativas para esses dados que favorecem as mulheres está associada à questão da afetividade, valores, razão etc., pois acrescentam que isso pode “incorrer sobre uma maior sensibilidade feminina e uma maior racionalidade masculina” (SOUZA; FONSECA, 2015, p. 277)

#### **f) 9ª questão**

Conforme os resultados apresentados na nona questão, que consistiu em examinar o tipo de material que mais gostam de ler, percebeu-se que a revista, os gibis, as histórias em quadrinhos, a Bíblia e livros religiosos foram os preferidos das informantes com ensino fundamental das três faixas etárias. Os livros religiosos foram os mais destacados e foram selecionados pelas participantes que se declararam religiosas – a exemplo das evangélicas e de algumas católicas – e os demais pelas que não se declararam religiosas. Nesse grupo, jornais e revistas só foram selecionados pelas informantes idosas. Já os preferidos das

---

<sup>34</sup> Disponível em: <[http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf)>. Acesso em 10 de jan. 2017.



informantes do ensino médio foram Bíblia, revistas, jornais e livros, e as do ensino superior foram, além destes, livros literários, jornais e gibis, dentre outros.

Percebe-se, portanto, que a Bíblia e os livros religiosos são as principais leituras realizadas pela maioria das participantes de menor escolarização. Sobre essa inferência, Galvão (2010) também constata, em seus resultados, a preferência pela leitura da Bíblia e de livros religiosos e sagrados.

Rajo (2009) também faz essa consideração em relação aos seus resultados, alegando que

outra coisa parece ser a presença de obras religiosas nos domicílios, na medida em que outra agência que não a educação pública é responsável pela difusão e distribuição desses impressos (as igrejas). Essa agência de letramento tem funcionamento e interesse diferentes dos da esfera da educação pública (...). Além disso, o fato de as pessoas declararem possuir livros didáticos, mas lerem a Bíblia e livros religiosos mostra que a esfera religiosa, em termos de letramentos, ganha de “goleada” da esfera educacional. (ROJO, 2009, p. 51 )

Vale acrescentar que os livros literários, a exemplo do romance, são os preferidos das jovens com ensino médio e ensino superior. Referindo-se aos dados do INAF 2001 e 2011, Batista et al. (2015) atrelam tanto a frequência de leitura quanto a escolha do tipo de livro lido ao nível de escolarização. Eles argumentam que o maior interesse por livros de quase todas as categorias foi demonstrado pelos informantes de escolaridade mais alta. Segundo eles, os gêneros ficcionais, as obras didáticas e os gêneros biografias e relatos históricos são lidos por pessoas mais escolarizadas. Incluem até mesmo a leitura da Bíblia e de textos religiosos, embora esta leitura seja mais frequente entre as pessoas menos escolarizadas.

### **g) 10ª questão**

Na décima questão, indagou-se qual tipo de revista costumam ler. Notou-se, com as respostas dadas, que as revistas mais lidas pelas entrevistadas do ensino fundamental são as que contêm assuntos mais descontraídos, a exemplo das revistas de fofoca/novelas, femininas, quadrinhos/gibis/humor, religiosas e de informação semanal, geralmente apontadas pelas informantes idosas. Para as com ensino médio, as respostas foram semelhantes a estas em se tratando das informantes mais jovens; entretanto as adultas e as idosas costumam ler preferencialmente as de informação semanal e religiosas, seguidas de fofocas/novelas e as especializadas. Já o grupo com ensino superior apontou como suas preferidas as revistas de assuntos mais complexos, em sua maioria de informação semanal, especializadas, religiosas e femininas. Compreende-se, com esses resultados, que a seleção pelas leituras desse material,

assim como os citados na questão anterior, acontece pelo grau de complexidade dos assuntos. Assim, percebe-se que as escolhas são feitas mediante o grau da escolaridade do indivíduo.

Vale acrescentar que nenhuma das informantes assinalou a alternativa “não costuma ler revistas”; contudo observou-se a baixa frequência de leitura desse material por parte das mulheres com menor escolaridade, haja vista que a maioria delas selecionou apenas um tipo de revista dentre as sete opções expostas no questionário e a minoria selecionou duas. A baixa frequência de leitura de revistas também foi constatada por Batista et al. (2015) nos dados do INAF entre 2001 e 2011. Nesses dados, eles observam uma redução de informantes que leem revistas e um aumento de informantes que não as leem. Ao comparar a frequência da leitura de jornal e de revistas nessas avaliações, os autores concluem que, mais do que o jornal, as revistas são “especialmente segmentadas em função do gênero, da faixa etária, dos interesses, da construção identitária e de grupo social da faixa do público leitor que pretende atingir” (BATISTA et al., 2015, p. 228).

#### **g) 11ª questão**

Na questão seguinte, ou seja, na décima primeira, procurou-se saber o tipo de livro que costumam ler. Para essa pergunta, as respostas mais comuns foram romance, aventura e ficção, Bíblia e autoajuda. As leituras mais comuns entre as participantes foram de Bíblia e livros de autoajuda. Dentre as respostas dadas pelas entrevistadas com ensino médio, embora se trate de uma questão associativa, a maioria destas optou por selecionar apenas uma resposta, sendo as mais destacadas: Bíblia/livros religiosos, romance/aventura/ policial/ficção, livros de autoajuda, biografia/relatos históricos, entre as jovens e as adultas. Contudo, as informantes da terceira idade selecionaram mais opções, acrescentado a estas acima citadas autoajuda/orientação pessoal e religioso. Apenas uma dentre estas respondeu “não costuma ler”. Assinalando ainda mais respostas do que os demais grupos, as entrevistadas com ensino superior selecionaram como principais tipos de livro os didáticos, biografias/relatos históricos e livros técnicos/de teoria/ensaios, já que a maioria é ou já foi professora. Além desses, romance/aventura/policial/ficção, biografia/relatos históricos, Bíblia/livros religiosos também foram marcados. Sintetizando esses dados, percebe-se que os livros mais lidos pelas informantes são Bíblia/livros religiosos, em primeiro lugar, seguidos de autoajuda/orientação pessoal, romance/aventura/policial/ficção e biografia/relatos históricos. Os livros relacionados a estudos, com informações mais técnicas, foram selecionadas entre as mulheres com maior escolarização, a exemplo dos didáticos, livros técnicos/de teoria/ensaios e biografia/relatos

históricos. Batista et al. (2015) atestam que, de acordo com os resultados do INAF 2011, a Bíblia, os livros religiosos e de autoajuda são os livros mais lidos e os livros técnicos e de teoria são os menos lidos. Os autores concluem que as leituras mais comuns entre os envolvidos na sua pesquisa são de livros que fornecem ensinamentos, referências sobre a vida, formas de enfrentar conflitos, superar problemas de ordem pessoal, aquisição de valores e condutas. Dentre estes, os que possibilitam ensinamentos são mais frequentes entre as pessoas com maior nível de escolarização.

#### **h) 12ª questão**

A décima segunda pergunta diz respeito à frequência com que se lê. Como se viu nos resultados da sétima questão, poucas foram as informantes com ensino fundamental que disseram que gostam de ler. Assim como esperado, em consonância com as respostas anteriores, estas responderam que leem eventualmente ou não costumam ler, em sua maioria. Porém esse resultado diz respeito apenas às participantes jovens, pois as adultas, assim como as idosas, afirmaram ler uma vez ou mais por semana. Já as informantes com ensino médio responderam que leem uma vez ou mais por semana, todos os dias ou eventualmente/de vez em quando. Sete das informantes com ensino superior disseram ler todos os dias e as demais disseram ler uma vez ou mais por semana.

Rojo (2009) mostra que as mulheres têm mais acesso à leitura e à escrita do que os homens:

O certo é que há uma relação mais negativa entre a escola e o sexo masculino. Agora será que os homens fazem uso mais restrito de práticas de leitura e escrita, já que seus índices de analfabetismo tem sido menores na entrevista? A resposta global é sim, pois, embora nas práticas letradas voltadas para o mercado de trabalho sejam leitores produtivos, os homens exercitam menos a leitura nas relações domésticas intergeracionais e, na leitura de entretenimento, declaram ler revistas, jornais e Bíblia. As mulheres preferem livros [a Bíblia ou outros religiosos, mas também romances]. (ROJO, 2009, p. 49)

Parece evidente que as práticas de leitura e escrita são mais exercitadas entre as mulheres, pois, geralmente, elas fazem uso dessas práticas no seu dia a dia com mais frequência em vista das demandas no mercado de trabalho, na suas crenças religiosas e também domésticas, muitas vezes reforçadas na necessidade de orientar seus filhos nas atividades escolares como também pelo hábito de fazerem leituras de entretenimento. Essa intimidade do público feminino com as referidas práticas pode estar atrelada à sua maior frequência no espaço escolar comparada ao público masculino.

A influência da escola no hábito de leitura do indivíduo ratifica os resultados encontrados nesta 12ª questão, pois as informantes com níveis de escolaridade mais elevados leem com mais frequência. Em suma, a frequência da leitura entre estas mulheres está relacionada ao nível de escolaridade.

### **i) 13ª questão**

No que concerne à décima terceira questão, a indagação foi sobre o que costumam escrever. Os resultados apontaram que as informantes com ensino fundamental não costumam escrever, principalmente as mais jovens e idosas. Embora se tenha colocado uma variedade de opções de escrita, poucas assinalaram mais de duas alternativas. Dentre elas, duas sinalizaram que não costumam escrever e as demais assinalaram que escrevem receitas e cartas/emails. As informantes adultas disseram que escrevem habitualmente cartas/emails e receitas. Já as idosas disseram também não costumar escrever ou costumam escrever cartas\emails. Quanto às do ensino médio, estas mostraram também que escrevem no seu dia a dia textos como receitas, letra de música, cartas/emails e poesia. As com ensino superior costumam escrever textos variados: poesia, cartas/emails, histórias reais ou inventadas, álbuns familiares, dentre outros, referentes, segundo elas, a textos científicos, resenhas, resumos, relatórios, artigos etc.

*Eu tou fazendo um manual de como os pais educar os filhos, compreender os filhos. Quero fazer um livro assim... (GA26)*

Como se pode notar, receitas e cartas/emails, seguidos de letras de música e poesia, foram os gêneros mais citados entre as informantes. Esses gêneros também foram apontados como os preferidos das mulheres nos dados do INAF 2011 por Souza e Fonseca (2015), que associam essa prática à sensibilidade e afetividade feminina. Apenas as informantes de nível mais alto de escolaridade escrevem texto de maior complexidade.

### **j) 14ª questão**

Enfim, na última pergunta, buscou-se saber a frequência de uso de computador ou materiais afins. Quanto às informantes com ensino fundamental, a maioria usa o computador todos os dias da semana (jovens), quase todos os dias da semana (adultas) ou não utilizam computador (idosas). Para as informantes com ensino médio, o uso do computador ocorre

todos os dias da semana ou quase todos os dias da semana entre as jovens e adultas, que estão ativas no mercado de trabalho. As idosas, por sua vez, disseram usar o computador eventualmente ou não utilizar. Considerando os resultados obtidos das informantes com ensino superior, percebeu-se que o computador é um instrumento de trabalho obrigatório no seu cotidiano, por conta disso usam-no regularmente todos os dias da semana ou um ou dois dias por semana (apenas uma jovem).

Nota-se que, em geral, o uso do computador é frequente entre as informantes. Seu uso está atrelado ao entretenimento (principalmente entre as mais jovens) e à busca de informação, assim como constatado por Rojo (2015), que afirma que, nos dados do INAF 2011, este aparelho aparece associado à internet como ferramenta de entretenimento e como uma das fontes de acesso à informação, assim como as mídias de massa: a TV, o rádio, os jornais. Para a autora, o uso do computador não deve ser visto como um equipamento qualquer que apenas pode dar suporte às práticas de leitura e escrita do letramento convencional, como tratado pelo INAF 2011, mas como um elemento dos novos letramentos.

#### **k) Síntese**

Resumindo, a análise aqui empreendida endossa a hipótese de que a escola é uma das principais agências de letramentos, assim como atestam diferentes estudiosos (SOARES, 2003 [1995]; 2010; ROJO, 2009; CAFIEIRO; RIBAS, 2015, dentre outros). Observou-se que as habilidades para as práticas de leitura e escrita das informantes se harmonizam com o grau de escolaridade. As informantes de menor grau de escolaridade foram as que apresentaram menor desempenho frente aos eventos de leitura e escrita e, por outro lado, as que possuem graus mais elevados apresentaram melhor desempenho perante esses eventos, visto que elas gostam mais de ler e escrever, leem e escrevem com mais frequência, têm mais acesso a diferentes tipos de leitura em diferentes tipos de material impresso (jornais, revistas, livros técnicos e didáticos etc.), usam com mais frequência o computador, tanto para desenvolver atividades escritas como para acessar e-mails, buscar informações em diferentes sites, acessar as redes sociais etc. Embora os acessos à leitura e à escrita tenham se tornado mais fáceis ou estejam mais disponíveis atualmente para a população brasileira, ainda há uma prática muito restrita das mesmas. De modo geral, ainda não se tem despertado nas pessoas com eficácia o gosto pela leitura. Assim, é necessário que as escolas estejam mais atentas às suas práticas de ensino de leitura e escrita, de forma a despertar nos seus alunos o gosto pela leitura, a

conscientização da importância e da função social da leitura e da escrita em suas vidas, para conduzi-los a desenvolver suas competências leitoras e escritoras.

Constatou-se ainda que, além do nível de escolaridade, outros fatores podem contribuir para o favorecimento do letramento das informantes, a exemplo da modalidade de ensino (pois as informantes com formação em regime presencial geralmente se mostraram mais proficientes nas práticas de leitura e escrita), da influência dos pais no desenvolvimento dessas práticas (principalmente da mãe), do mercado de trabalho (pois as mulheres que desenvolvem atividades mais simples, que muitas vezes exigem pouco acesso à leitura e à escrita, atingiram os níveis de letramento menores), da questão socioeconômica (pois a maioria das mulheres com os menores níveis de escolaridade possuem baixo poder aquisitivo).

Viu-se nesta análise que o nível de escolaridade implica o nível de letramento das pessoas de modo geral. Sintetizando o perfil das informantes envolvidas nesta pesquisa, nota-se que nenhuma das mulheres com os menores níveis de escolaridade atingiram o nível 3 de letramento. As mulheres com nível 1 de letramento estão associadas ao ensino fundamental: algumas delas estudaram na modalidade semipresencial; leem e escrevem com alguma dificuldade; não gostam ou gostam pouco de ler e escrever; não foram influenciadas para a leitura pelos pais; preferem leituras de materiais religiosos; usam o computador com frequência variada (jovens e adultas usam todos os dias da semana ou quase todos os dias, respectivamente, e as idosas não costumam usá-lo). As mulheres com nível 2 de letramento estão associadas ao ensino médio: estudaram na modalidade presencial e na semipresencial; leem e escrevem sem dificuldade; a maioria não gosta ou gosta pouco de ler e escrever; a maioria delas foi influenciada à leitura pela mãe, sendo as demais pelo professor, ou amigos; fazem leituras de materiais religiosos, de receitas, de ficção, revistas; usam o computador com frequência variada (jovens e adultas usam todos os dias da semana ou quase todos os dias, respectivamente, e as idosas eventualmente). As mulheres com nível 3 de letramento estão associadas ao ensino superior: estudaram na modalidade presencial; não têm dificuldade com a leitura e a escrita; gostam de ler e escrever; leem e escrevem frequentemente; apenas uma delas foi influenciada por amigo, ou por amigo e parente, sendo as demais pelos pais e professor; fazem preferencialmente leituras de não ficção e ficção, materiais religiosos, de receitas, de ficção e revistas; usam o computador frequentemente.

**Tabela 3:** Resultados do questionário por informante e por questão

	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>	Total	Nível
MI01	3	3	3	3	1	2	1	1	1	1	4	23	1
MA02	2	2	2	1	1	1	2	2	0	0	2	15	1
TH03	3	3	2	1	2	2	1	2	0	0	4	20	1
JA04	3	3	3	2	1	1	1	2	2	1	3	22	1
JO05	3	3	2	2	2	2	3	2	3	3	4	29	2
KA06	3	3	3	3	2	3	4	4	2	4	4	35	2
LA07	3	3	3	3	3	7	6	9	2	7	4	50	3
LU08	3	3	3	2	2	4	5	6	2	1	4	35	2
PA09	2	3	3	3	2	5	5	7	3	2	4	39	2
AD10	3	3	3	3	1	4	5	2	2	0	3	29	2
DE11	2	3	3	3	2	1	1	1	2	1	3	22	1
TA12	3	2	2	1	1	1	1	2	1	1	4	19	1
CL13	2	3	2	3	2	3	3	3	1	4	1	27	2
RO14	3	3	3	2	1	1	1	2	1	1	4	22	1
AN15	3	3	3	3	2	5	5	5	3	2	4	38	2
LM16	3	3	3	3	3	7	8	9	3	7	4	53	3
LC17	3	3	3	3	3	6	6	11	3	7	4	52	3
AR18	3	3	3	3	3	7	7	8	3	5	4	49	3
CO19	3	3	2	1	1	3	2	2	1	1	1	20	1
IR20	3	3	3	3	1	3	3	2	2	0	0	23	1
AL21	3	3	3	2	1	3	2	1	1	0	4	23	1
MR22	2	3	3	3	2	4	5	5	2	2	1	32	2
MC23	2	3	3	2	2	3	4	4	3	3	0	29	2
NE24	3	2	3	2	1	2	3	0	1	0	1	18	1
VE25	3	3	3	3	2	7	9	9	3	4	4	50	3
GA26	3	3	3	3	2	5	7	9	3	8	4	50	3
NO27	3	3	3	3	2	6	8	9	2	6	4	49	3

### 3.3.3.2. Resultado dos testes

Conforme defende Rojo (2009), o alfabetismo de um indivíduo pode se restringir a capacidades simples do alfabetizado de decodificar palavras e frases, localizando informações explícitas em textos muito curtos, em que suas configurações vão auxiliar no reconhecimento do conteúdo solicitado (alfabetismo rudimentar ou nível 1, segundo o INAF) ou pode incorporar competências e capacidades mais complexas envolvidas na compreensão “relacional” do texto (alfabetismo pleno ou nível 3, segundo o INAF). Adotam-se aqui esses conceitos para avaliar o nível de letramento das informantes através da aplicação de um teste de leitura, identificando o nível 1 de letramento, nível 2 de letramento e nível 3 de letramento.

O teste aplicado para avaliar os níveis de letramento das pessoas envolvidas neste estudo consistiu em uma atividade de interpretação de texto jornalístico extraído do jornal *A Tribuna*. Sobre o mesmo foram elaboradas 3 questões abertas, cujo valor foi de 1 ponto para cada uma delas (cf. Apêndice 2). Para avaliar esses níveis, considerou-se o número de acertos

das questões: a informante que obteve três acertos (ou seja, três pontos) atingiu o nível 3 de letramento; a que obteve 2 acertos atingiu o nível 2; e a que obteve apenas 1 acerto atingiu o nível 1 de letramento.

Como ilustra a Tabela 4, abaixo, que apresenta os resultados gerais referentes aos acertos de respostas do texto analisado, as informantes jovens e adultas do ensino fundamental mostraram, conjuntamente, ter pouca habilidade de leitura (33%), atingindo, portanto, um nível de letramento baixo. É interessante ressaltar que nenhuma das questões foi totalmente zerada, pois cada uma das informantes acertou ao menos uma questão (que pode ter sido diferente da acertada pela outra informante). No entanto as idosas desse mesmo nível de escolaridade mostraram um desempenho um pouco superior, atingindo 56% dos acertos.

**Tabela 4:** Rendimento total do conjunto de informantes no teste de leitura por faixa etária e por nível de escolaridade<sup>35</sup>

	<b>Jovem</b>	<b>Adulta</b>	<b>Idosa</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	3/9 (33%)	3/9 (33%)	5/9 (56%)
<b>Ensino Médio</b>	8/9 (89%)	5/9 (56%)	8/9 (89%)
<b>Ensino Superior</b>	9/9 (100%)	9/9 (100%)	9/9 (100%)

Embora concebendo a associação da escolaridade ao nível de letramento uma verdade, visto que já tenha sido constatada em diversos estudos nas diferentes regiões brasileiras, os resultados obtidos nesta análise geraram surpresa no tocante ao desempenho das mulheres jovens, pois se esperava que superassem o desempenho das idosas (no âmbito do ensino fundamental), pelo provável contato mais frequente daquelas com os eventos de letramento, pois são mulheres ainda inseridas no mercado de trabalho, mais engajadas com as diferentes tecnologias atuais, com as redes sociais, pois todas têm *face*, *whatsapp*, estão fazendo curso de aprimoramento profissional ou estão matriculadas no ensino médio (duas das três jovens) etc. Já as idosas são aposentadas, possuem um estilo de vida simples, sem muito acesso a esses recursos, principalmente no tocante às redes sociais. Entretanto vale notar que o ponto-chave nesse resultado é que, ao contrário das informantes mais jovens, as idosas, ao responderem o questionário, disseram gostar de ler e escrever.

É possível perceber claramente o efeito do hábito de leitura e escrita nas habilidades das idosas. Isso prova a existência de tantas outras questões que envolvem o processo de

<sup>35</sup> Os resultados de cada caso se referem à soma de respostas corretas das 3 questões do teste dadas por todas as 3 informantes de cada categoria.



leitura e escrita que acabam definindo o nível de letramento das mesmas, o que pode ser justificado com as palavras de Rojo (2009), para quem o ato de ler engloba variados procedimentos e capacidades (percepção, motoras, cognitivas, afetivas, sociais, discursivas, linguísticas) dependentes da situação e das finalidades que se tenha com a leitura, denominadas de estratégias.

Ainda conforme pode ser visto na tabela anterior, há uma gradação no desempenho das informantes frente ao teste. As mulheres que já cursaram o ensino médio mostram um desempenho superior ao das que cursaram o ensino fundamental, atingindo o nível 2 de letramento, independentemente da faixa etária (jovem, 89%; adulta, 56%; e idosa, 89%). Porém esse nível é inferior ao desempenho das mulheres que cursaram o ensino superior, as quais tiveram, indistintamente, 100% de acerto das questões, atingindo assim o nível 3 de letramento.

Vale chamar a atenção para o desempenho do grupo de idosas com ensino médio, pois esse grupo também revela maior habilidade de leitura, ao lado do grupo jovem (ambos com 89% de acerto), do que o grupo das adultas (com 56% de acerto). Nesse grupo de idosas com ensino médio foram encontrados dois casos de nível 3 de letramento (100% de acerto) e um caso de nível 2 de letramento (67% de acerto).

A primeira questão do teste tinha como pergunta: “O que é produzido na fábrica do senhor Osvaldo?”. A resposta esperada era “estopa”. Considerando o desempenho dos grupos em cada questão, percebeu-se que, no geral, a questão 1 foi a mais acessível à compreensão das mulheres, pois apenas as jovens e as adultas do ensino fundamental não atingiram a pontuação máxima das respostas: ambas atingiram apenas 33% dos acertos, conforme se verifica na Tabela 5, que segue:

**Tabela 5:** Total de acertos na questão 1<sup>36</sup>

	<b>Jovem</b>	<b>Adulta</b>	<b>Idosa</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	1/3 (33%)	1/3 (33%)	3/3 (100%)
<b>Ensino Médio</b>	3/3 (100%)	3/3 (100%)	3/3 (100%)
<b>Ensino Superior</b>	3/3 (100%)	3/3 (100%)	3/3 (100%)

A questão 2 foi elaborada a partir da seguinte pergunta: “Quantas pessoas trabalham na fábrica?”. A resposta esperada era “oito”. Aparentemente fácil, esta foi a mais complexa

<sup>36</sup> Os resultados de cada caso se referem à soma de respostas corretas da questão 1 do teste dadas por todas as 3 informantes de cada categoria. O mesmo se aplica às duas tabelas que seguem.

para as informantes dos dois graus de escolaridade menores e, portanto, as respostas a ela conferidas foram as que mais se distanciaram da resposta ideal (oito pessoas):

**Tabela 6:** Total de acertos da questão 2

	<b>Jovem</b>	<b>Adulta</b>	<b>Idosa</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	1/3 (33%)	1/3 (33%)	1/3 (33%)
<b>Ensino Médio</b>	2/3 (67%)	1/3 (33%)	2/3 (67%)
<b>Ensino Superior</b>	3/3 (100%)	3/3 (100%)	3/3 (100%)

Os resultados expostos na Tabela 6 mostram que no ensino fundamental apenas 33% das mulheres de cada faixa acertaram a questão. No ensino médio, os percentuais foram um pouco mais elevados: 67% das jovens e das idosas acertaram as questões e apenas 33% das adultas acertaram-na. Quanto ao ensino superior, esse percentual chegou a 100% das mulheres das três faixas etárias.

O desempenho das mulheres adultas com ensino médio nessa segunda questão desperta curiosidade, já que se manifestou inferior ao desempenho das mulheres das demais faixas etárias. Barton e Hamilton (1998) postulam que a leitura e a escrita são atividades desenvolvidas pelas pessoas (sozinhas ou acompanhadas de outras pessoas) e que, para sua realização, deve-se levar em conta o contexto em que elas se realizam, visto que os usos e significados da escrita são específicos em lugar e tempo determinados. Lopes (2006) complementa essa ideia, alegando ainda que esse contexto não deve se restringir ao contexto imediato, mas sim contemplar aspectos relativos aos traços da vida cultural e social dos agentes envolvidos nessas práticas, visto que esses traços refletem-se nos modos particulares como a escrita é concebida e utilizada, uma vez que resultam do acúmulo de experiências vivenciadas. Enfim, as práticas particulares e as concepções de leitura e escrita dependem do contexto, uma vez que se encontram embutidas em uma ideologia, não podendo dela ser desvinculadas ou tratadas como neutras ou meramente técnicas (STREET, 2014).

Assim sendo, é necessário considerar que essas mulheres (as adultas) são pessoas de nível socioeconômico e cultural relativamente baixo, trabalham como camareiras têm pouco acesso às práticas de leitura e de escrita e, acima de tudo, declararam que não gostam de ler e que não leem e escrevem com muita frequência; ao contrário das jovens, que possuem um nível cultural e socioeconômico um pouco mais acima do nível delas, assumiram gostar de ler e escrever e fazê-los com mais frequência, assim como as idosas e, além disso, uma delas está cursando o nível superior.

A terceira questão consistiu em indagar “Por que o senhor Osvaldo resolveu abrir uma fábrica própria?” e a resposta esperada era “porque poderia ganhar mais dinheiro e ficar mais perto da família”. Conforme expõe a Tabela 7, o grupo de mulheres com ensino fundamental foi o que demonstrou menor desempenho nessa questão, pois apenas 33% delas (nas três faixas etárias) responderam corretamente.

**Tabela 7:** Total de acertos da questão 3

	<b>Jovem</b>	<b>Adulta</b>	<b>Idosa</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	1/3 (33%)	1/3 (33%)	1/3 (33%)
<b>Ensino Médio</b>	3/3 (100%)	2/3 (67%)	3/3 (100%)
<b>Ensino Superior</b>	3/3 (100%)	3/3 (100%)	3/3 (100%)

Em se tratando do ensino médio, conforme os resultados, os grupos das jovens e das idosas tiveram 100% de acerto, entretanto, o grupo das adultas obteve 67%. Já as mulheres com ensino superior de todas as faixas obtiveram o percentual máximo de acerto.

No geral, os resultados, como esperado, evidenciaram uma relação da escolaridade com o letramento mediante as práticas sociais de leitura. Buscando compreender como esses aspectos se relacionam com a variável faixa etária, a partir do teste aplicado, foi possível perceber que as soteropolitanas se subdividiram em três diferentes níveis de letramento. Assim, notou-se que as mais escolarizadas possuem, todas, o nível de letramento mais alto (nível 3); as de escolarização mediana oscilaram entre os níveis 2 e 3; e as de escolarização menor oscilaram entre os níveis 1 e 2 de letramento.

**Tabela 8:** Resultados

do teste por informante e por questão

	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	Total	Nível
<b>MI01</b>	1	0	0	1	1
<b>MA02</b>	0	1	0	1	1
<b>TH03</b>	0	0	1	1	1
<b>JA04</b>	1	0	1	2	2
<b>JO05</b>	1	1	1	3	3
<b>KA06</b>	1	1	1	3	3
<b>LA07</b>	1	1	1	3	3
<b>LU08</b>	1	1	1	3	3
<b>PA09</b>	1	1	1	3	3
<b>AD10</b>	1	0	1	2	2
<b>DE11</b>	0	1	0	1	1
<b>TA12</b>	0	1	0	1	1
<b>CL13</b>	1	0	1	2	2
<b>RO14</b>	0	1	1	2	2
<b>AN15</b>	1	0	1	2	2
<b>LM16</b>	1	1	1	3	3
<b>LC17</b>	1	1	1	3	3
<b>AR18</b>	1	1	1	3	3
<b>CO19</b>	0	1	0	1	1
<b>IR20</b>	1	0	1	2	2
<b>AL21</b>	0	1	0	1	1
<b>MR22</b>	1	0	1	2	2
<b>MC23</b>	1	0	1	2	2
<b>NE24</b>	0	1	1	2	2
<b>VE25</b>	1	1	1	3	3
<b>GA26</b>	1	1	1	3	3
<b>NO27</b>	1	1	1	3	3

### 3.3.3.3 Resultado geral do nível de letramento

Salienta Soares (2012 [1998]) que a equivalência entre o nível de escolarização e a capacidade de fazer uso efetivo e competente da leitura e da escrita é um critério que se tem buscado para avaliar as medidas de letramento. Esse critério pressupõe que, uma vez atingido um certo grau de instrução, o indivíduo terá não só adquirido a tecnologia da escrita, isto é, ele se tornará alfabetizado, mas também se apropriará das competências básicas necessárias para o uso das práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, estará letrado. Assim, com o objetivo de avaliar os níveis de letramento das mulheres soteropolitanas envolvidas nesta pesquisa, adotou-se esse mesmo critério.

Os níveis de letramento foram testados mediante a aplicação de duas ferramentas: o questionário e o teste. O questionário foi estruturado em onze questões objetivas cujo conjunto de respostas definiu três escalas para delimitar os níveis de letramento das participantes: nível 1 (1 a

23 pontos), nível 2 (24 a 46 pontos) e nível 3 (47 a 67 pontos). O teste, por sua vez, configurou uma atividade de interpretação de texto jornalístico organizada em 3 questões abertas, cada uma valendo apenas um ponto. Assim, os níveis de letramento foram condicionados ao número de acertos das questões: nível 1 (acerto de 1 questão), nível 2 (acerto de 2 questões) e nível 3 (acerto de 3 questões). O valor final atribuído ao nível de letramento foi a média ponderada entre o nível no questionário (de 1 a 3) e o nível no teste (de 1 a 3): média ponderada 1 (nível baixo = B); média ponderada 1,5 (nível médio baixo = MB); média ponderada 2 (nível médio = M); média ponderada 2,5 (nível médio alto = B); e média ponderada 3 (nível alto = A). A Tabela 9, a seguir, sintetiza os resultados obtidos nessas avaliações:

**Tabela 9:** Resultados do questionário, do teste e do nível de letramento por informante

	<b>Questionário</b>	<b>Teste</b>	<b>Nível</b>	<b>Resultado</b>
<b>MI01</b>	1	1	1	B
<b>MA02</b>	1	1	1	B
<b>TH03</b>	1	1	1	B
<b>JA04</b>	1	2	1,5	MB
<b>JO05</b>	2	3	2,5	MA
<b>KA06</b>	2	3	2,5	MA
<b>LA07</b>	3	3	3	A
<b>LU08</b>	2	3	2,5	MA
<b>PA09</b>	2	3	2,5	MA
<b>AD10</b>	2	2	2	M
<b>DE11</b>	1	1	1	B
<b>TA12</b>	1	1	1	B
<b>CL13</b>	2	2	2	M
<b>RO14</b>	1	2	1,5	MB
<b>AN15</b>	2	2	2	M
<b>LM16</b>	3	3	3	A
<b>LC17</b>	3	3	3	A
<b>AR18</b>	3	3	3	A
<b>CO19</b>	1	1	1	B
<b>IR20</b>	1	2	1,5	MB
<b>AL21</b>	1	1	1	B
<b>MR22</b>	2	2	2	M
<b>MC23</b>	2	2	2	M
<b>NE24</b>	1	2	1,5	MB
<b>VE25</b>	3	3	3	A
<b>GA26</b>	3	3	3	A
<b>NO27</b>	3	3	3	A

**Quadro 3:** Perfil das informantes da comunidade de Salvador (com nível de letramento)

INFORMANTE	SIGLA	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE	LETRAMENTO
01	MI01	J	EF	B
02	MA02	J	EF	B
03	TH03	J	EF	B
04	JA04	J	EM	MB
05	JO05	J	EM	MA
06	KA06	J	EM	MA
07	LA07	J	ES	A
08	LU08	J	ES	MA
09	PA09	J	ES	MA
10	AD10	A	EF	M
11	DE11	A	EF	B
12	TA12	A	EF	B
13	CL13	A	EM	M
14	RO14	A	EM	MB
15	AN15	A	EM	M
16	LM16	A	ES	A
17	LC17	A	ES	A
18	AR18	A	ES	A
19	CO19	I	EF	B
20	IR20	I	EF	MB
21	AL21	I	EF	B
22	MR22	I	EM	M
23	MC23	I	EM	M
24	NE24	I	EM	MB
25	VE25	I	ES	A
26	GA26	I	ES	A
27	NO27	I	ES	A

Conforme têm mostrado os resultados de várias pesquisas, o grau de escolaridade está associado ao nível de letramento. Tal resultado é corroborado na pesquisa aqui constituída, pois, como ilustra o Quadro 3, geralmente, as pessoas que têm o grau de escolaridade mais alto também possuem o nível de letramento mais elevado, e as que têm um menor grau de escolaridade apresentam o nível de letramento menos elevado.

Como pode ser percebido, todas as mulheres que possuem o ensino superior alcançaram o maior nível de letramento, no tocante aos resultados revelados tanto no questionário quanto no teste.

A regra de compatibilidade entre essas duas variáveis quase se aplicou nos resultados revelados pelas mulheres que só cursaram até o ensino fundamental, pois, dentre as nove informantes, apenas três delas não mostraram correspondência entre as pontuações obtidas

nas duas ferramentas: duas idosas e uma adulta. Esperava-se que pelo menos essa diferença fosse apresentada pelas jovens e adultas e não pelas idosas e adultas, já que as que se encontram nas faixas etárias mais novas, provavelmente, estariam mais suscetíveis aos eventos e práticas de letramento, visto que estão numa fase ativa da vida, inseridas no mercado de trabalho, ainda estudam ou pararam de estudar há menos tempo que as idosas e, além disso, teriam mais acesso à leitura e à escrita. Talvez isso se deva ao fato de as duas idosas e a adulta com ausência de correspondência entre nível de escolaridade e de letramento, na prática, terem acesso à leitura com mais frequência, pois, no questionário, disseram gostar de ler e ler com mais frequência do que as jovens. Outra questão que pode explicar esse resultado é o fato de essas informantes pertencerem a gerações em que o processo de ensino era mais rígido do que o atual.

Quanto às que cursaram o ensino médio, observou-se que houve compatibilidade com os resultados de nível de letramento, pois todas as nove informantes ficaram com nível próximo a médio (médio baixo, 3 informantes; médio, 4 informantes; médio alto, 2 informantes). Os casos de nível médio baixo sugerem que, mesmo alfabetizado ou sabendo ler e escrever, é possível que o indivíduo não possua habilidades para participar efetivamente das práticas de letramento. Esse fato remete ao que postula Soares (2003 [1998]):

à medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia: não basta aprender a ler e escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática de leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais da escrita... (SOARES, 2003 [1998], p. 45 – 46).

### **3.3.4 Tratamento dos dados linguísticos**

Esta pesquisa tem como base uma análise qualitativa e quantitativa dos dados. Para a análise quantitativa foi utilizado o aplicativo GoldVarb 2001. Esse aplicativo consiste em um pacote para análise multivariada operado no Windows (RAND; SANKOFF, 1999 apud SCHERRE, 1993). Configura-se uma ferramenta de análise estatística com características comuns ao programa VARBRUL (PINTZUK, 1999), utilizado especificamente para o tratamento estatístico de regras variáveis em estudos sociolinguísticos. Esse programa computacional visa medir simultaneamente o efeito dos fatores propostos em uma pesquisa variacionista para quantificar os dados e fornecer resultados estatísticos precisos.

Os dados foram classificados com base na variável dependente (formas verbais em estudo) e nas variáveis independentes intralinguísticas e extralinguísticas, que são comentadas a seguir.

Os dados foram transcritos segundo o mesmo sistema usado em Lima (2012, p. 59-60), seguindo a orientação de Paiva (2004) de que qualquer sistema de transcrição deve ser definido de acordo com os objetivos e as finalidades do pesquisador. Os principais aspectos salientados na transcrição foram:

- Apagamento de sílabas: *tou* < *estou*; *tá* < *está*;
- Apócope ou apagamento de consoantes finais: *homi* < *homem*; *má* < *mar*;
- Desnasalização de ditongo nasal final: *virgem* < *virgi*;
- Ditongação: *nóis* < *nós*; *meis* < *mês*;
- Elevação/abaixamento das vogais médias pretônicas: *intendê* < *entender*;
- Síncope: *chorano* < *chorando*;
- Vocalização da palatal: *muié* < *mulher*; e
- A variação entre *que* e *qui*.

### 3.3.4.1 Tipo de oração e valor semântico

De acordo com Givón (1995), os contextos mais comuns ao modo subjuntivo são orações substantivas, orações relativas, orações adverbiais e orações com o advérbio *talvez*. Considerando os resultados de Lima (2012), notou-se que, na fala de Salvador, o modo subjuntivo é usado em orações substantivas como complemento de verbos volitivos (categoricamente) e de verbos cognitivos (preferencialmente), e nas orações adverbiais condicionais e finais. Em função disso, optou-se por se realizar uma análise mais detida de três desses contextos em que o uso de subjuntivo se mostrou mais frequente: (a) orações substantivas como complemento de verbos cognitivos<sup>37</sup> (mais especificamente, dos verbos *acreditar* e *crer*, que foram os mais abundantes no *corpus* da presente pesquisa), expressando opinião; (b) orações condicionais iniciadas por *se* (também mais abundantes no *corpus*), expressando condição; e (c) orações finais iniciadas por *para (que)*, igualmente as mais abundantes no *corpus*, expressando finalidade.

Nas orações substantivas, segundo Carone (1988), os instrumentos de inserção que agem são as conjunções integrantes, cujo protótipo é *que*. Essas conjunções têm a propriedade

<sup>37</sup> Dado o uso categórico de formas de subjuntivo em orações substantivas com verbos volitivos, julgou-se não ser interessante reanalisá-las nesta pesquisa.



de mudar uma oração completa para a condição de mero substantivo. Diferem, pois, de outras conjunções, as quais comportam traços de maior ou menor definição (*se, quando, enquanto, para que* etc.), por serem inteiramente vazias. Seu ponto de interseção é sempre um verbo ou um nome em relação ao qual a oração subordinada exerce funções próprias do substantivo, principalmente as que são marcadas por preposição, a exemplo da oração seguinte:

(112) Tenho esperança *de que tudo se ajeite entre eles* (CARONE, 1988, p. 51, grifo meu).

De acordo com Neves (1997), as orações substantivas são orações encaixadas ou integradas em uma oração considerada matriz ou principal na denominação tradicional. As orações introduzidas por conjunção integrante, geralmente, funcionam como complemento de um termo de outra oração, por isso são consideradas orações completivas. Essas orações, segundo a autora, podem ser construídas com verbos no infinitivo ou no modo finito (indicativo ou subjuntivo) e apresentam o papel de argumento em relação a um termo da oração principal. Enquanto argumento do verbo, as referidas orações podem exercer todas as funções argumentais ligadas ao verbo exercidas por um sintagma nominal (sujeito, objeto direto e indireto). Assim, há orações completivas verbais, como as objetivas diretas e indiretas. As orações completivas diretas são encaixadas em verbos de elocução (*dizer, perguntar* etc.), de atividade mental ou cognitivos (*achar, acreditar, imaginar* etc.), avaliativos factivos (*adorar, gostar, lamentar, etc.*), volitivos (*desejar, preferir, esperar, etc.*), factivos (*mandar, deixar, fazer* etc.) e de percepção (*ver, ouvir e sentir*). Já as completivas indiretas são encaixadas em verbos reflexivos (*lembrar-se, esquecer-se, recordar-se, conscientizar-se* etc.) e não reflexivos (*obrigar, duvidar, insistir* etc.).

Nas orações substantivas, de acordo com a TG, emprega-se o modo subjuntivo para basicamente expressar sentimento ou apreciação que se emite com referência ao próprio fato em causa, desejo, vontade e dúvida em relação ao fato enunciado.

As orações adverbiais condicionais, segundo Neves (2000), geralmente, são iniciadas com a conjunção básica *se*, a qual pode iniciar tanto orações em indicativo quanto em subjuntivo. Entretanto, além da conjunção *se*, essas orações podem ser iniciadas por outras conjunções condicionais, tais como *caso, dado que, desde que, uma vez que, a menos que, sem que, contanto que e a não ser que*. Quando isso ocorre, as orações são construídas com verbo no subjuntivo.

Nesse tipo de orações, a oração principal é construída com o verbo no indicativo, salvo em situações em que “algum tipo de modalização leve ao uso do subjuntivo” (NEVES, 2000, p. 848):

- (113) Se *tivesse podido* prever o resultado, talvez nada *tivesse* mandado dizer. (NEVES, 2000, p. 848, grifos da autora)
- (114) Se Solovieff *tivesse* sido executado, quem sabe se o futuro Lenin *tivesse orientado* de modo diferente a sua atuação. (NEVES, 2000, p. 848, grifos da autora)

Quanto ao tempo, a autora diz que a conjunção *se*, assim como aquelas em que esta vem focalizada, como *salvo se* e *exceto se*, inicia orações com verbos no presente, no passado e no futuro. As demais conjunções iniciam orações com verbos no presente e no passado. Na presente pesquisa, são analisadas apenas as condicionais com a conjunção *se*, que são de fato as mais comuns e que fornecem dados suficientes para a análise.

As orações adverbiais finais no português, segundo Neves (2000), podem ser representadas, por exemplo, nas orações iniciadas pela locução conjuntiva *para que* e *a fim de que*:

- (115) O governo devia ter antes educado o camponês *para que* ele melhor *aproveitasse* a situação que hoje desfruta. (NEVES, 2000, p. 884, grifos da autora)
- (116) Mandarei Aristides arear a placa, *a fim de que* a homenagem se *renove*. (NEVES, 2000, p. 884, grifos da autora)

A autora destaca que, normalmente, a relação final é expressa na forma infinitiva, por uma oração iniciada pela preposição *para* ou pela locução *a fim de*:

- (117) Carlos bateu a porta do quarto da mãe *para* ter, com ela, uma conversa preliminar. (NEVES, 2000, p. 885, grifos da autora)
- (118) A vítima, desesperada, procurou as autoridades policiais da Divisão de Vigilância Geral *a fim de* pedir providências. (NEVES, 2000, p. 884, grifos da autora)

A autora diferencia esses dois tipos de orações finais, asseverando que, quando iniciadas por conjunção (*para que/a fim de que*), as orações finais finitas são construídas no presente ou no pretérito imperfeito do subjuntivo, cujo sujeito é diferente do sujeito da oração principal, como exemplificado em (118). Porém, quando construídas no infinitivo e iniciadas por preposição (*para/a fim de*), podem apresentar-se com o mesmo sujeito ou não na oração principal, assim como exemplificados em (119) e (120), respectivamente:

(119) A leitura serve *para que* a criança aprenda rapidamente o que não poderia alcançar só. (NEVES, 2000, p. 886, grifos da autora)

(120) O prisioneiro foi trazido para a praça *para ser linchado*. (NEVES, 2000, p. 887, grifos da autora)

(121) Convém, atualmente, subdividir a própria contabilidade para melhor *apreendermos* a sua finalidade... (NEVES, 2000, p. 887, grifos da autora)

Semanticamente, as orações finais se caracterizam como expressão da finalidade ou do propósito motivando o evento expresso na oração principal. Os contextos mais comuns às mesmas ocorrem quando o sujeito da oração principal exerce controle sobre o evento expresso nas orações finais:

(122) Vamos fazer uma abordagem objetiva e clara para que todos *compreendam* esta matéria. (NEVES, 2000, p. 888, grifos da autora)

(123) No princípio, terei de agir com prudência a fim de não *assustá-la*. (NEVES, 2000, p. 888, grifos da autora)

Sobre as orações adverbiais de forma geral, Cunha e Cintra (2008 [1985]) afirmam que o modo subjuntivo não possui valor próprio, portanto consideram-no como um mero instrumento sintático controlado por determinadas conjunções: causais, consecutivas, comparativas, concessivas, temporais, finais e condicionais.

### 3.3.4.2 Variáveis

A presente pesquisa toma como ponto de partida os resultados de estudos anteriores, que postularam a existência de variação no uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais. Em função disso, os dados serão tratados segundo a metodologia prevista pela teoria

variacionista laboviana, em que são analisados em termos da variável dependente e das variáveis independentes.

#### 3.3.4.1 Variáveis dependentes

O objeto de estudo desta pesquisa são as formas verbais empregadas em alguns contextos sintáticos específicos (orações substantivas e adverbiais) e com valores semânticos específicos (expressão de opinião, condição e finalidade), que, segundo estudos prévios, estão em variação. Trata-se de 2 tipos de variável dependente, em função do contexto de análise:

(a) nas orações substantivas e condicionais: *formas de subjuntivo e formas de indicativo*;

(b) nas orações finais: *formas de subjuntivo e formas de infinitivo*.

#### 3.3.4.2 Variáveis independentes

Postula Labov (1972) que, para avaliar a variação linguística, faz-se necessário identificar os fatores que condicionam a escolha do uso de uma determinada forma linguística. Segundo o autor, a variação linguística é condicionada por fatores internos e externos à língua (de natureza social).

Como já citado anteriormente, diversos trabalhos têm assinalado que o uso de certas formas verbais nos contextos em estudo é condicionado por variáveis intralinguísticas e por variáveis extralinguísticas. Uma revisão detalhada das variáveis já testadas em diversos trabalhos sobre o subjuntivo é apresentada por Pimpão (2012, p. 143-148). Cabe, portanto, selecionar os casos pertinentes dessas variáveis para se aplicar na análise do *corpus* desta pesquisa. Não é pertinente adotar aqui todas as variáveis já testadas em trabalhos anteriores por três razões: (a) em função de especificidade dos contextos linguísticos em que se está investigando o uso do subjuntivo frente ao de outras formas verbais (orações substantivas que expressam opinião como complemento às orações principais com os verbos *acreditar* e *crer*, orações adverbiais que expressam condição iniciadas pela conjunção *se* e orações adverbiais que expressam finalidade iniciadas pela conjunção *para (que)*); (b) em função de não ter

havido consenso nos trabalhos anteriores sobre qual variável é estatisticamente significativa; e (c) em função de falta de clareza na descrição das categorias de certas variáveis<sup>38</sup>.

### 3.3.4.2.1 Variáveis intralinguísticas

#### 3.3.4.2.1.1 Tempo verbal

A variável *tempo verbal* já tem sido considerada em diversos estudos sobre o uso do subjuntivo. Em relação ao tempo verbal da oração principal, sua análise foi feita por Bianchet (1996), Rocha (1997), Santos (2005), Fagundes (2007), Vieira (2007), Oliveira (2007) e Barbosa (2011), tendo sido selecionado como estatisticamente significativo nos estudos de Rocha (1997) e Barbosa (2011), que tem em comum seu foco em orações substantivas. Em relação do tempo verbal da oração subordinada, sua análise foi feita por Rocha (1997), Guiraldelli (2004), Meira (2006), Oliveira (2007) e Barbosa (2011), tendo sido selecionado como estatisticamente significativo no estudo de Rocha (1997), que tem seu foco em orações substantivas. Na presente tese, essa variável foi considerada em relação à oração principal e à subordinada, não apenas em períodos com orações substantivas mas também com orações condicionais e finais. Como ponto de partida, são considerados três fatores: (a) *passado*, (b) *presente* e (c) *futuro*<sup>39</sup>. Parte-se das hipóteses de que as formas de subjuntivo sejam favorecidas por orações principais com verbos expressos no tempo presente e por orações subordinadas com verbos expressos no tempo passado.

#### 3.3.4.2.1.2 Assertividade

A variável *assertividade*, que se refere à ausência ou presença de forma de negação, também já tem sido levada em conta em diferentes estudos sobre o uso do subjuntivo. Em relação à assertividade da oração principal, o tema foi tratado por Rocha (1997), Guiraldelli

<sup>38</sup> A questão da falta de clareza foi especialmente problemática no que se refere à questão da modalidade, uma vez que (a) diferentes autores (PALMER, 1986; GIVÓN, 1995; ILARI; BASSO, 2008) a categorizam de forma distinta, (b) há diferença sobre que tipo de estrutura é considerada pertinente para sua aplicação (substantivas × adverbiais) e (c) as categorias são insuficientemente descritas para serem aplicadas de forma segura no *corpus* desta pesquisa.

<sup>39</sup> A classificação de tempo seguiu a proposta da tradição gramatical (CUNHA; CINTRA, 2008 [1985]) para as formas simples: passado (formas do indicativo: pretérito imperfeito, pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito; formas do subjuntivo: pretérito imperfeito e pretérito perfeito); presente (forma do indicativo: presente; forma do subjuntivo: presente; forma do imperativo: presente); e futuro (formas do indicativo: futuro do presente e futuro do pretérito; forma do subjuntivo: futuro). Perífrases compostas do auxiliar *ir* + infinitivo foram classificadas como futuro.

(2004), Carvalho (2007), Oliveira (2007), Barbosa (2011) e Pimpão (2012), tendo sido selecionado como estatisticamente significativo nos estudos de Rocha (1997), Carvalho (2007), Oliveira (2007), Barbosa (2011) e Pimpão (2012), que têm em comum seu foco em orações substantivas. Em relação à assertividade da oração subordinada, o tema foi tratado por Wherritt (1977), Guiraldelli (2004), Carvalho (2007), Oliveira (2007), Almeida (2010), Barbosa (2011) e Pimpão (2012), tendo sido selecionado como estatisticamente significativo no estudo de Carvalho (2007), Oliveira (2007), Almeida (2010), Barbosa (2011) e Pimpão (2012), que também tem em comum terem considerado as orações substantivas. Na presente tese, essa variável foi considerada em relação à oração principal e à subordinada, não apenas em períodos com orações substantivas mas também com orações condicionais e finais. Serão considerados os seguintes fatores: (a) *afirmativa* e (b) *negativa*<sup>40</sup>. Acredita-se que a assertividade negativa favoreça as formas de subjuntivo seja na oração principal, seja nas orações subordinadas supracitadas.

#### **3.3.4.2.1.3 Posição da oração subordinada**

A variável *posição da oração subordinada* tem recebido pouca atenção: aparentemente foi adotada apenas no estudo de Almeida (2010), no que se refere às orações concessivas, não tendo sido, no entanto, considerada estatisticamente significativa. Na presente tese, essa variável foi considerada nas orações condicionais e finais, uma vez que não há flexibilidade de posição em relação às substantivas (no *corpus* da presente pesquisa, aparecem sempre pospostas à oração principal). Os fatores considerados são: (a) *anteposição* e (b) *posposição*. Considera-se a hipótese de que a posposição da oração subordinada favoreça o uso de formas de subjuntivo nas orações condicionais e finais, e a anteposição o favoreça nas orações substantivas.

#### **3.3.4.2.1.4 Item lexical verbal da oração principal**

A variável *item lexical verbal* foi analisada em relação ao verbo da oração principal por Wherritt (1977), Oliveira (2007), Almeida (2010) e Barbosa (2011), tendo sido selecionada como estatisticamente significativa nos estudos de Oliveira (2007), Almeida (2010) e Barbosa (2011); em relação ao verbo da subordinada, foi estudada por Wherritt

---

<sup>40</sup> A natureza negativa da asserção será estabelecida com base na presença do advérbio *não* bem como de palavras com valor de negação como *nada, ninguém, nunca, jamais* etc.

(1977), Rocha (1977), Meira (2006) e Almeida (2010), tendo sido selecionado como estatisticamente significativo no estudo de Rocha (1977) e Almeida (2010), que têm em comum terem considerado as orações substantivas. Na presente tese, essa variável foi considerada apenas em relação à oração principal das substantivas, uma vez que houve nestas uma delimitação bem definida em relação aos verbos considerados na coleta dos dados (*acreditar* e *crer*). Em relação às demais orações consideradas neste estudo (condicionais e finais), houve uma grande diversidade de verbos com baixa ocorrência cada tanto nas principais quanto nas subordinadas, tornando pouco produtivo a consideração dessa variável. Sendo assim, os fatores considerados para as orações principais às subordinadas substantivas são: (a) *acreditar* e (b) *crer*<sup>41</sup>. Parte-se da hipótese de que o verbo *acreditar* favoreça mais o uso de formas de subjuntivo do o verbo *crer*.

### 3.3.4.2.1.5 Correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada

A variável *correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada*, que se refere à relação entre o sujeito da oração principal e o sujeito da oração subordinada, foi considerada na análise de Deoclécio (2011) no estudo das orações finais e não parece ter sido adotada em estudos anteriores sobre o subjuntivo, provavelmente porque esses estudos se concentraram na variação entre subjuntivo e indicativo e o tema das orações finais se refere à variação entre subjuntivo e infinitivo. Assinale-se, no entanto, que essa variável não foi selecionada na análise de Deoclécio (2011) como estatisticamente significativa. Na presente tese, essa variável foi considerada em relação às orações substantivas, condicionais e finais. Os fatores dessa variável são: (a) *correferentes*, (b) *parcialmente correferentes* e (c) *não-correferentes*. No primeiro caso, há o mesmo sujeito na oração principal e na subordinada; no terceiro caso, há sujeitos diferentes na oração principal e na subordinada; e no segundo caso, há sujeitos diferentes na oração principal e na subordinada, mas o sujeito da subordinada tem correferência com algum termo da oração principal que não seja o sujeito. Neste trabalho

---

<sup>41</sup> A nomeação do valor semântico expresso pelas substantivas completivas varia muito nos estudos sobre o tema. Galembeck (1998, p. 218), por exemplo, ao nomear as formas da oração principal que resultariam no uso de formas de subjuntivo como regra nas substantivas, afirma se tratar de “verbos, nomes e expressões que indicam *ordem, pedido, suposição, possibilidade, apreciação*” [grifos do autor]. Já Rocha (1997, apud ALVES, 2009, p. 70-71) classifica-as segundo a carga semântica do verbo da oração principal: verbos não-factivos volitivos (*querer, esperar, preferir*); verbos factivos não-emotivos ou avaliativos (*saber*); verbos bicondicionais (*duvidar, ser possível*) e implicativos negativos (*impedir*); verbos performativos e condicionais (*garantir, afirmar, ser certo*); verbos ou predicados indiferentes de opinião e suposição (*considerar, imaginar, pensar, acreditar, supor, dizer (significar)*); verbos ou predicados indiferentes de suposição (*parecer*); e verbos ou predicados indiferentes de opinião (*achar*). Na presente tese, os verbos *acreditar* e *crer* são classificados como verbos que expressam opinião através de sua completiva.

toma-se como hipótese que as orações adverbiais condicionais e finais com formas de subjuntivo sejam favorecidas pela oração principal com sujeitos não-correferentes.

#### **3.3.4.2.1.6 Explicitação do sujeito da oração subordinada**

A variável *explicitação do sujeito da oração subordinada* também foi considerada na análise de Deoclécio (2011) no estudo das orações finais e também não parece ter sido adotada em estudos anteriores sobre o subjuntivo, provavelmente pela mesma razão da variável *correferencialidade*. Cumpre destacar que essa variável foi selecionada na análise de Deoclécio (2011) como estatisticamente significativa. Na presente tese, essa variável foi considerada em relação às orações substantivas, condicionais e finais. Os fatores dessa variável são: (a) *explícito* (formalmente expreso) e (b) *não-explicito*. A hipótese considerada para esta variável é de que a explicitação do sujeito da oração subordinada favoreça o uso de formas de subjuntivo nas referidas orações (substantivas, condicionais e finais).

#### **3.3.4.2.1.7 Características sintático-semânticas do sujeito da oração principal**

Por fim, a variável *características sintático-semânticas do sujeito da oração principal* também foi considerada na análise de Deoclécio (2011) no estudo das orações finais e também não parece ter sido adotada em estudos anteriores sobre o subjuntivo, provavelmente pela mesma razão das duas últimas variáveis apresentadas. Convém assinalar que essa variável foi selecionada na análise de Deoclécio (2011) como estatisticamente significativa. Na presente tese, essa variável foi considerada em relação às orações substantivas, condicionais e finais. Os fatores são: (a) *sujeito controlador/animado* e (b) *sujeito não controlador/inanimado/oracional*. Considera-se a hipótese de que as formas de subjuntivo sejam favorecidas por orações principais com sujeito controlador/animado.

#### **3.3.4.2.2 Variáveis extralinguísticas**

##### **3.3.4.2.2.1 Faixa etária**

Segundo Labov (1972), a faixa etária é um fator de suma importância para o estudo sociolinguístico, pois através dela é possível detectar se a variação se caracteriza como um caso de mudança em progresso ou não. A variável *faixa etária* já foi considerada nos estudos sobre o subjuntivo realizados por Wherritt (1977), Costa (1990), Bianchet (1996), Rocha



(1997), Pimpão (1999), Fagundes (2007), Alves Neta (2000), Meira (2006), Carvalho, (2007), Oliveira (2007), Alves (2009), Almeida (2010), Barbosa (2011), Deoclécio (2011) e Lima (2012), tendo se mostrado estatisticamente significativa nos trabalhos de Rocha (1997), Carvalho, (2007), Alves (2009) e Lima (2012). Na presente tese, essa variável foi considerada em relação às orações substantivas, condicionais e finais. Os fatores são: (a) *jovem* (idade entre 21 e 30 anos), (b) *adulta* (idade entre 40 a 50 anos) e (c) *idosa* (acima de 60 anos). Nesta tese adota-se a hipótese de que o uso variável das formas de subjuntivo configura-se uma variável estável na fala de Salvador. Supõe-se, portanto, que no tempo aparente (distribuição entre diferentes faixas etárias), segundo a terminologia de Labov (2008 [1972]), não haja distribuição gradual de jovem para idosa em relação a nenhuma das formas.

#### **3.3.4.2.2 Nível de escolaridade**

Consoante os postulados da teoria variacionista laboviana, a variável *escolaridade* é um fator muito importante para avaliar a variação linguística. A variável *escolaridade* já foi considerada nos estudos sobre o subjuntivo realizados por Wherritt (1977), Costa (1990), Rocha (1997), Pimpão (1999), Alves Neta (2000), Santos (2005), Meira (2006), Carvalho (2007), Fagundes (2007), Oliveira (2007), Alves (2009), Barbosa (2011), Deoclécio (2011) e Lima (2012), tendo se mostrado estatisticamente significativa nos trabalhos de Pimpão (1999), Alves Neta (2000), Carvalho (2007), Alves (2009), Barbosa (2011), Deoclécio (2011) e Lima (2012). Na presente tese, essa variável foi considerada em relação às orações substantivas, condicionais e finais. São controlados os seguintes fatores: (a) *ensino fundamental*, (b) *ensino médio* e (c) *ensino superior*<sup>42</sup>. Toma-se como hipótese que os níveis de escolaridade mais altos favoreçam as formas de subjuntivo.

#### **3.3.4.2.3 Nível de letramento**

A variável *nível de letramento* nunca foi adotada anteriormente em estudos sobre o subjuntivo e possivelmente nem mesmo em outros estudos de cunho variacionista: trata-se aqui, portanto, de uma proposta de inovação. Embora já se tenha assinalado aqui na seção sobre letramento que existe uma correlação entre nível de escolaridade e de letramento, também se apontou que não se trata de uma relação de identidade. Justamente por isso,

---

<sup>42</sup> O nível refere-se à conclusão do nível de ensino mais elevado da informante.

considera-se que seja um aspecto que deve ser investigado em análises linguísticas. Na presente tese, essa variável foi considerada em relação às orações substantivas, condicionais e finais. Os fatores considerados são: (a) *nível de letramento baixo*, (b) *nível de letramento médio baixo*; (c) *nível de letramento médio*; (d) *nível de letramento médio alto*; e (e) *nível de letramento alto* <sup>43</sup>. Considera-se aqui a hipótese de que os níveis de letramento mais elevados sejam os principais favorecedores do uso de formas de subjuntivo.

---

<sup>43</sup> A medida desses níveis envolve um processo complexo de articulação de informações obtidas através de entrevista, questionário e teste, que serão detalhadamente explicados na seção 4.1, adiante.

## CAPÍTULO 4

### DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresenta-se uma análise dos dados da pesquisa, considerando as variáveis intralinguísticas e extralinguísticas selecionadas para serem avaliadas.

#### 4.1 Visão geral

Com base na metodologia descrita no capítulo anterior, foram coletadas 1082 formas verbais, distribuídas em formas de subjuntivo, de indicativo e de infinitivo, assim distribuídas nos contextos sintáticos considerados:

**Tabela 10:** Formas verbais na fala de Salvador por tipo de oração

	Formas de subjuntivo	Formas de indicativo	Formas de infinitivo	Total
<b>Orações substantivas</b>	65 (51%)	63 (49%)	–	128 (100%)
<b>Orações condicionais</b>	293 (73%)	110 (27%)	–	403 (100%)
<b>Orações finais</b>	70 (13%)	–	481 (87%)	551 (100%)

Esses dados permitem demonstrar que as formas de subjuntivo têm frequência (a) praticamente equivalente (51% × 49%) com as de indicativo nas orações substantivas que expressam opinião (como complemento às orações principais com os verbos *crer* e *acreditar*), (b) bem superior (73%) às de indicativo nas orações adverbiais que expressam condição iniciadas pela conjunção *se*, e (c) bem inferior (13%) às de infinitivo nas orações adverbiais que expressam finalidade iniciadas pela conjunção *para (que)*<sup>44</sup>.

Os resultados são distintos, no entanto, dos encontrados por Lima (2012, p. 108) para a mesma cidade, que apontaram a predominância das formas do subjuntivo (71%) frente às do indicativo (7%) e as estrutura alternativas (23%). Deve-se salientar que há diferenças metodológicas importantes entre o presente estudo e o de Lima (2012): neste último foram consideradas formas apenas no tempo presente, mas naquele foram consideradas formas em qualquer tempo verbal; neste último, analisaram-se orações absolutas, coordenadas, principais, substantivas, adjetivas e adverbiais, mas naquele foram examinadas apenas

<sup>44</sup> Em nome da praticidade, na seção de análise dos dados, essas estruturas específicas são nomeadas de forma abreviada como orações *substantivas*, *condicionais* e  *finais*, respectivamente.

orações substantivas como complemento dos verbos cognitivos (*acreditar* e *crer*), orações adverbiais condicionais iniciadas com *se* e orações adverbiais finais iniciadas com *para* (*que*).

Para dar uma ideia de que forma cada informante contribuiu em termos de dados, apresenta-se a tabela a seguir com essas informações:

**Tabela 11:** Formas verbais na fala de Salvador por tipo de oração e por informante

	Orações Substantivas		Orações Condicionais		Orações Finais		Total	Tempo de entrevista
	Subj.	Ind.	Subj.	Ind.	Subj.	Inf.		
	<b>MI01</b>	0	3	14	4	1		
<b>MA02</b>	1	0	1	0	1	10	13	00:39:17
<b>TH03</b>	1	1	2	0	1	9	14	01:29:07
<b>JA04</b>	13	7	25	6	5	17	73	00:57:00
<b>JO05</b>	6	3	29	3	2	40	83	01:06:17
<b>KA06</b>	0	1	9	5	0	15	30	00:43:14
<b>LA07</b>	0	1	4	1	3	12	21	01:00:33
<b>LU08</b>	1	3	4	2	6	31	47	00:57:29
<b>PA09</b>	3	0	26	8	0	35	72	01:00:00
<b>AD10</b>	6	8	7	1	6	17	45	01:01:18
<b>DE11</b>	4	5	6	0	0	28	43	00:45:12
<b>TA12</b>	3	1	19	6	2	13	44	01:00:49
<b>CL13</b>	0	3	4	2	0	4	13	00:47:00
<b>RO14</b>	8	4	6	1	0	5	24	00:56:09
<b>AN15</b>	0	5	24	9	7	24	69	01:01:07
<b>LM16</b>	1	1	4	1	3	6	16	01:05:41
<b>LC17</b>	1	1	14	11	4	36	67	01:15:23
<b>AR18</b>	3	2	9	5	8	5	32	00:52:11
<b>CO19</b>	0	1	17	1	1	14	34	01:01:18
<b>IR20</b>	0	0	6	3	3	22	34	00:52:41
<b>AL21</b>	0	2	5	0	1	10	18	00:48:42
<b>MR22</b>	5	5	4	4	5	7	30	00:59:38
<b>MC23</b>	1	0	7	5	0	33	46	01:02:03
<b>NE24</b>	1	0	21	19	1	36	78	01:07:08
<b>VE25</b>	7	2	11	1	3	17	41	00:51:03
<b>GA26</b>	0	4	6	11	4	14	39	00:57:26
<b>NO27</b>	0	0	9	1	3	12	25	01:06:50
<b>Total</b>	65	63	293	110	70	481	1082	

#### 4.2 Orações substantivas completivas dos verbos *acreditar* e *crer*

As orações substantivas referem-se às orações encaixadas em uma outra oração denominada de principal. De acordo com Neves (2000), essas orações equivalem a um sintagma nominal, o qual exerce diferentes funções, dentre elas a de complemento. As orações que exercem função de complemento são chamadas de completivas, aqui tratadas como subordinadas substantivas.

Ao analisar as orações substantivas no *corpus* adotado, percebeu-se que o uso de formas de subjuntivo foi constatado em orações substantivas expressando possibilidade, desejo/volição e opinião. Entretanto, por os dois primeiros tipos de oração (expressando possibilidade e desejo/volição) apresentarem uso categórico de subjuntivo, decidiu-se trabalhar apenas com os casos de orações substantivas expressando opinião.

Orações substantivas expressando possibilidade e desejo/volição presente nas entrevistas com as informantes desta pesquisa são exemplificadas, respectivamente, a seguir:

(124) É possível que Cunha *ainda permaneça no mandato...* ainda depois de tanta denúncia... (CL13)

(125) Eu espero que... *ele contribua com a nossa Bahia...* que *ele tenha amor pela nossa Bahia...* que *saiba olhar a Bahia com olhar de baiano.* (MR22)

No caso das orações substantivas expressando opinião, verificou-se que as mais abundantes eram como complemento aos verbos cognitivos *acreditar* e *crer*, razão pela qual se fixou também esta restrição.

De acordo com os critérios de coleta de dados adotados, as orações substantivas aqui eleitas para a análise totalizaram 128 ocorrências na amostra. A distribuição dessas ocorrências pode ser verificada na tabela que segue:

**Tabela 12:** Formas verbais na oração substantiva na fala de Salvador

Formas de subjuntivo	Formas de indicativo	Total
65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

Pode-se notar que, consoante os dados, as orações substantivas expressando opinião como complemento dos verbos cognitivos considerados apresentam uma distribuição muito próxima em termos de formas verbais presentes.

A distribuição das ocorrências levando em conta o item lexical verbal da oração principal foi a seguinte:

**Tabela 13:** Formas verbais  
na oração substantiva por item lexical verbal da oração principal

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<i>Acreditar</i>	47 (54%)	40 (46%)	87 (100%)
<i>Crer</i>	18 (44%)	23 (56%)	41 (100%)
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

Os resultados acima expostos revelaram que o verbo *acreditar* liderou o índice de ocorrências na amostra, sendo constatado em 87 casos. Já o verbo *crer* foi constatado em apenas 41 casos do universo de 128 ocorrências.

Nas orações substantivas com o verbo *acreditar*, as formas de subjuntivo se sobrepuseram às formas de indicativo com 8 pontos percentuais de diferença, pois estas se realizaram em 46% das ocorrências e aquelas em 54%. As orações expostas a seguir exemplificam ocorrência com cada uma das formas verbais em estudo:

(126) Acredito que a leitura *leve* a gente a lugares que a gente talvez nunca possa ir.

(KA06)

(127) Acredito que a mídia *contribui* muito para a desvalorização do professor.

(VE25)

Em relação ao verbo *crer*, os dados evidenciaram que esse verbo se fez presente nas orações principais mais frequentemente com as formas de indicativo (56%). Seguem exemplos de orações construídas com o verbo *crer*:

(128) Eu creio que *seja* de ela confiar muito nos outros, em quem não deve. (RO14)

(129) Eu creio que a família *está* em primeiro lugar na vida da pessoa. (DE11)

Na análise de Pimpão (2012, p. 249), que, dos dois verbos em questão, trata apenas de *acreditar*, a frequência de substantiva com formas de subjuntivo levando o referido verbo em questão na principal diferiu segundo a localidade: 2/4 (50%) nos dados de Florianópolis (SC)

– como valor próximo ao apurado nesta pesquisa para a cidade de Salvador – e 1/12 (8%) em Lajes (SC) – como valor bastante discrepante dos desta pesquisa para a cidade de Salvador.

Um primeiro aspecto que se mostrou relevante na interpretação dos dados foi o tempo verbal da oração principal, pois a forma verbal de futuro do pretérito na principal, em ocorrência única e com o verbo *acreditar*, apareceu associada à forma verbal de subjuntivo na substantiva<sup>45</sup>:

(130) Aqui... as pessoas jamais *acreditariam* que eu *pudesse* ter uma situação financeira. (MR22)

Nos demais casos dos dados, o verbo da oração principal está sempre no presente, razão pela qual o dado acima foi eliminado na análise desde ponto em diante, passando a ser considerado o total de 127 dados.

Um segundo aspecto que também demonstrou ser de interesse para descrever o comportamento das formas verbais foi o tempo verbal da oração subordinada. A distribuição por tempo verbal da oração subordinada foi a seguinte:

**Tabela 14:** Formas verbais na oração substantiva por item lexical verbal da oração principal e por tempo verbal da oração subordinada

		Formas de subjuntivo	Formas de indicativo	Total
<i>Acreditar</i>	<b>Passado</b>	4 (40%)	6 (60%)	10 (100%)
	<b>Presente</b>	38 (57%)	29 (43%)	67 (100%)
	<b>Futuro</b>	4 (44%)	5 (56%)	9 (100%)
	<b>Total</b>	46 (54%)	40 (46%)	86 (100%)
<i>Crer</i>	<b>Passado</b>	2 (33%)	4 (67%)	6 (100%)
	<b>Presente</b>	14 (48%)	15 (52%)	29 (100%)
	<b>Futuro</b>	2 (33%)	4 (67%)	6 (100%)
	<b>Total</b>	18 (44%)	23 (56%)	41 (100%)
<b>Total</b>		64 (50%)	63 (50%)	127 (100%)

<sup>45</sup> Bianchet (1996, p. 123), em sua análise sobre o português de Belo Horizonte, também verificou ocorrência categórica (nas 4 ocorrências de seu *corpus*) de forma de subjuntivo na oração substantiva quando o verbo da matriz estava no futuro do pretérito do indicativo.

Embora a tabela acima possa levar a concluir que qualquer tempo verbal pode aparecer nas substantivas completivas dos verbos *acreditar* e *crer*, uma análise mais detalhada desses tempos verbais mostra um comportamento mais particular.

Primeiramente, nos dados relativos ao passado, existe um padrão categórico: se é com pretérito perfeito simples, trata-se de forma de indicativo (6 dados no caso do verbo *acreditar* e 4 dados no caso do verbo *crer*); e se é com pretérito perfeito composto, trata-se de forma de subjuntivo (4 dados no caso do verbo *acreditar* e 2 dados no caso do verbo *crer*). Vejam-se os exemplos a seguir extraídos do *corpus*<sup>46</sup>:

- (131) Eu acredito que tudo que tenho na minha vida *foi* ele que me deu força pra ter.  
(JO05)
- (132) Eu creio que, em parte, *ajudaram* a população carente do Brasil (AD10)
- (133) Eu também acredito que *tenha sido* um golpe, sim, entendeu? (PA09)
- (134) Hoje eu creio que uma boa parte *tenha se lançado* no estudo, seja na faculdade, ou no colégio de bairro. (AD10)

Em segundo lugar, nos dados relativos ao futuro, também existe um padrão categórico: se é com futuro simples (do presente ou do pretérito), trata-se de forma de indicativo (2 dados no caso do verbo *acreditar*, 1 de futuro do presente e 1 de futuro do pretérito; e 1 dado no caso do verbo *crer*, no futuro do pretérito). Vejam-se os exemplos a seguir extraídos do *corpus*:

- (135) Eu acredito que nada do que se faça hoje *irá* mudar a sociedade machista.  
(LU08)
- (136) Então, sem essas cotas, eu acredito que muitos negros *estariam* mesmo sem faculdade. (DE11)
- (137) Eu creio que isso, pra educação, *mudaria* aí... o desemprego. (AD10)

Em função dessa constatação, verifica-se que há ocorrências de formas de subjuntivo e de indicativo nas orações substantivas como complemento dos verbos *acreditar* e *crer* apenas nos casos (a) em que tanto o verbo da oração principal quanto o da substantiva se encontram no tempo presente, ou (b) em que o verbo da oração principal esteja no presente e o da

---

<sup>46</sup> Bianchet (1996, p. 123) constatou, em seu dados, que o perfeito favorece o subjuntivo (42/43 ocs., PR 88), mas não o imperfeito (1/2 oc., PR. 14).



substantiva se encontra no futuro perifrástico (que, assinala-se, se forma com o auxiliar no tempo presente).

Eliminando os 13 dados com uso categórico de indicativo (6 de pretérito perfeito simples e 2 de futuro simples para *acreditar*; e 4 de pretérito perfeito simples e 1 de futuro simples para *crer*) e os 6 com uso categórico de subjuntivo (4 de pretérito perfeito composto para *acreditar* e 2 para *crer*), restam apenas 108 dados para serem analisados em termos de alternância entre formas de subjuntivo e de indicativo, como mostra a tabela, a seguir:

**Tabela 15:** Formas verbais na oração substantiva por item lexical verbal da oração principal com o tempo presente na oração principal

		<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<i>Acreditar</i>	<b>Presente</b>	38 (57%)	29 (43%)	67 (100%)
	<b>Futuro</b>	4 (57%)	3 (43%)	7 (100%)
	<b>Total</b>	42 (57%)	32 (43%)	74 (100%)
<i>Crer</i>	<b>Presente</b>	14 (48%)	15 (52%)	29 (100%)
	<b>Futuro</b>	2 (40%)	3 (60%)	5 (100%)
	<b>Total</b>	16 (47%)	18 (53%)	34 (100%)
<b>Total</b>		58 (54%)	50 (46%)	108 (100%)

Inicialmente, pensou-se na aplicação de uma análise variacionista para identificar os fatores intra- e extralinguísticos que favoreceriam as formas de subjuntivo ou de indicativo no verbo da oração substantiva, com verbo seja no tempo presente seja no futuro.

Entretanto a análise dos contextos de uso das orações em questão demonstrou que, na verdade, não se pode falar em variação, uma vez que há diferença semântica em relação ao uso das formas de subjuntivo e das de indicativo nas orações substantivas analisadas: trata-se da *expressão de diferentes graus de dúvida (incerteza)*, havendo expressão de um maior grau de dúvida com o uso das formas de subjuntivo e expressão de um menor grau de dúvida com o uso das formas de indicativo. Sendo assim, por não se tratar de um caso de mesmo valor de verdade, não cabe uma análise sob a perspectiva variacionista nesse caso<sup>47</sup>.

<sup>47</sup> A codificação dos dados das orações substantivas foi feita levando em conta outras das variáveis previstas na metodologia para serem analisadas sob a perspectiva variacionista (como assertividade da oração principal e da oração subordinada, faixa etária etc.). Entretanto, como não se trata de um caso de variação, optou-se por não apresentar nesta seção as quantificações dessas outras variáveis, uma vez que não teriam valor explicativo em

A defesa da existência de diferença semântica entre as formas com subjuntivo e as com indicativo em orações substantivas é argumentada por Galembeck (1998, p. 219-220)<sup>48</sup>, embora o autor não tenha se referido especificamente às completivas aqui analisadas, ou seja, como complemento dos verbos *acreditar* e *crer*<sup>49</sup>.

Para sua argumentação, Galembeck (1998, p. 219-220) apresenta os seguintes dados extraídos do Projeto NURC:

(138) (...) não posso dizer propriamente que eu *pratiquei* esporte (...) [NURC/SSA, 259, L. 181-182]

(139) (...) não vou dizer que ela [a Justiça do Trabalho] *falha* sempre (...) [NURC/SP, 250, L. 91]

Em face desses dados, comenta o pesquisador:

Nos dois exemplos citados, o emprego do subjuntivo é possível (“Não posso dizer que eu *tenha praticado* esporte”; “Não vou dizer que ela *falhe* sempre”), mas os informantes utilizam o indicativo como forma de assinalar que nas respectivas asserções o valor de dúvida ou possibilidade acha-se atenuado ou diminuído. Por isso mesmo, nos exemplos 14 e 15<sup>50</sup>, não há como falar em expressão da realidade ou da fatualidade oposta a dúvida ou a hipótese [...] (GALEMBECK, 1998, p. 219-220; itálicos do autor, sublinhado meu)

Mais adiante em sua análise, o referido autor reforça a ideia de que a presença de subjuntivo nas estruturas que examinou está fortemente ancorada na intenção comunicativa do falante de expressar dúvida, possibilidade ou desejo:

Em verdade, o emprego do subjuntivo tem motivações semânticas e é particularmente nítido nos casos em que são expressos os valores da hipótese, incerteza, irrealidade, dúvida, possibilidade. Nos casos em que esses valores são menos evidentes, existe oscilação no emprego do subjuntivo (temporais e adjetivas) ou há ampla preferência por recursos alternativos, como o indicativo e as formas nominais do verbo, nas orações finais e nas completivas nominais. *Sob o ponto de*

---

relação do tema da tese: uso de formas de subjuntivo frente a formas de indicativo, no caso das substantivas. Os resultados dessa codificação aparecem no Apêndice 5 desta tese.

<sup>48</sup> Como já mencionado antes, também Perini (1995, p. 176) defende existir, em certos casos de subordinada como complemento oracional direto, “uma diferença de significado mais ou menos nítida entre as duas versões [uma com subjuntivo e outra com indicativo]”. Os exemplos apresentados pelo autor têm como verbo da oração principal *pensar* (PERINI, 1995, p. 176) e *entender* (PERINI, 1995, p. 178). A diferença de significado aludida seria em termos de uma “oposição entre ‘certeza’ e ‘incerteza’” (PERINI, 1995, p. 258).

<sup>49</sup> Como se assinalou na revisão da literatura desta tese, também Fávero (1982, p. 11) argumenta em favor da diferença semântica nesse caso, tendo exemplificado a questão justamente com períodos com o verbo *crer*, estando a diferença na existência de “pressuposição de factividade” (com forma de indicativo) ou pressuposição de não factividade (com forma de subjuntivo).

<sup>50</sup> Os exemplos (14) e (15) da citação referem-se, respectivamente, aos exemplos (148) e (149) citados acima.

*vista funcionalista, o subjuntivo corresponde a uma intenção clara e definida do falante, qual seja, a expressão dos valores inerentes a esse modo.*

Subsidiariamente, o emprego do subjuntivo é dependente de traços gramaticais (presença de sujeito expreso ou depreendido, nas orações substantivas) ou antecedente com o traço [- definido], nas orações adjetivas. Cabe ressaltar, porém, que *esses traços são meramente secundários em face da intenção do falante em expressar os valores inerentes ao subjuntivo (dúvida, possibilidade, desejo).* (GALEMBECK, 1998, p. 226; grifos meus)

Para exemplificar a diferença semântica no uso de formas de subjuntivo e de indicativo nas orações substantivas como complemento dos verbos *acreditar* e *crer* no *corpus* da presente pesquisa, vejam-se os dados abaixo:

(140) Pois, eu creio que ela *esteja* fazendo o que ela pode fazer... tou gostano do mandato dela. O povo... muitas pessoas é a favor dela. Ela esta fazendo um bom mandato... Não creio que *seja* a população que esteja querendo esse impeachment. (DE11)

(141) Eu creio que esse impeachment que tão querendo, não *é* nem o povo. É lá dos senado... é a oposição que tá pedino o impeachment. (DE11)

A oração exemplificada em (140) é construída com forma de subjuntivo para expressar o valor de baixa certeza garantida pela suposição da falante de que a presidente estivesse fazendo uma boa gestão e que, portanto, não era a população que estava desejando seu impeachment. Já no exemplo em (141), com subordinada construída com forma de indicativo, ao contrário, a mesma falante assevera que o referido impeachment não é desejo do povo, mas sim dos políticos da oposição. Neste caso, não há evidência de dúvida no evento comunicativo, pois se evidencia que esta afirmação está assegurada pela presença da forma de indicativo. Como se pode notar, nas orações exemplificadas, acima, não parece haver uma competição entre elas, ou seja, estas formas não configuram um caso de variação, visto que expressam sentidos distintos garantidos pelos diferentes modos empregados.

As orações exemplificadas, a seguir, ilustram essa questão em relação ao verbo *acreditar*:

(142) Ela diz que é inocente. Mas a gente fica sem saber. Acredito que todos políticos *roubem*, ne... eu não acredito que o político... não acredito que nenhum deles não *roube*. (JO05)

(143) Eu acredito muito em oração. Antes de sair de casa eu oro, antes de dormir, eu oro, eu agradeço as coisas que ele me faz.....isso aí eu faço. Eu *acredito* que tudo que *tenho* na minha vida foi ele que me deu força pra ter. (JO05)

Como se pode notar, da mesma sorte que se viu com o comportamento do verbo *crer* na amostra, as orações subordinadas às orações principais com o verbo *acreditar* foram realizadas com as duas formas analisadas, expressando, evidentemente, valores de verdade diferenciados.

No exemplo em (142), em que se verifica a forma de subjuntivo, a falante manifesta a dúvida sobre o caráter dos políticos, claramente expressa na oração: *que todos os políticos roubem*, como também na oração *que nenhum deles não roube*. Nesse caso, é possível observar uma situação de baixa certeza, onde a falante não confirma o que diz, mas apenas faz suposições. Observando todo o contexto, ainda é possível notar que além da presença da referida forma, a baixa certeza neste evento comunicativo ainda é reforçada pela oração expressa em: *Mas a gente fica sem saber*. Givón (1995) destaca a importância de se avaliar todo o contexto de um evento discursivo para que se possam observar os diferentes operadores que agem no evento a favor do valor semântico.

Já no exemplo em (143), a falante faz asseverações sobre sua vida, suas conquistas assegurando o valor de verdade explícito na oração *tudo que tenho na minha vida foi ele que me deu força pra ter*, em que atribui a Deus o seu sucesso. Nessa oração, marcada pela presença da forma de indicativo, tem-se uma informação expressando alta certeza, diferentemente do que se verificou no exemplo anterior. Portanto se trata de um evento sem margem para dúvida, contexto típico do *realis*, assim como prevê Givón (1995) e também a tradição gramatical.

Observem-se outros exemplos com o verbo *crer* e *acreditar* em que o valor de alta certeza está expresso no evento comunicativo nas orações substantivas:

(144) Pelo governo que sucede a ela, eu *creio* que não vai não ... entendeu... (IR20)

(145) Eu eu penso que ta faltano também isso (a valorização do professor) *Acredito* que a mídia *contribui* muito para a desvalorização do professor. (VE25)

Galembeck (1998) explica que a opção pelo uso destas formas manifesta a indicação de atitude do próprio falante, ou seja, o valor de certeza associado ao indicativo e o valor de

possibilidade, incerteza associado ao subjuntivo<sup>51</sup>. Esta afirmação se confirma ao observar as orações explicitadas nesta seção, pois, como se pode perceber, nas mesmas a opção de uso dessas formas decorre da opção da falante de manifestar certeza ou não dos fatos enunciados conscientemente. Isso significa que nestes contextos não se verifica uma compatibilidade semântica entre o uso destas formas neste contexto, assim como pode ser visto nas orações que seguem:

(146) Eles vão buscar outros caminhos para ler outras coisas... então eu não atribuo...  
eu não acredito que *haja* uma diminuição da leitura dos jovens em quantidade.

(VE25)

(147) Acredito que nós *somos* espíritos que estamos fazendo uma experiência. (GA26)

Nota-se com esses exemplos que as orações substantivas não compartilham o mesmo valor semântico, ou seja, a baixa certeza verificada na oração em (146) não se observa na oração em (147).

Portanto, em decorrência disto, observa-se que, nas substantivas com os verbos *acreditar* e *crer*, o uso do subjuntivo não constitui uma variação em curso, como atestado em outros trabalhos, pois a presença das formas analisadas nessas orações lhes garante valor semanticamente distinto. Esses resultados confirmam a visão da tradição gramatical sobre o valor dos modos verbais, bem como os resultados apurados por Lima (2012), que argumenta que, em determinadas situações, os referidos modos expressam valores diferentes, não havendo, portanto, correspondência semântica entre as orações com subjuntivo e as com indicativo. Também segundo a proposta de Perini (1995), em casos como esses, em que o subjuntivo e o indicativo são possíveis de ocorrer, percebe-se uma diferença de significado nítida.

Lavandeira (1978) esclarece que para haver variação entre as estruturas sintáticas é necessário que as construções sintáticas compartilhem pelo menos semelhança semântica, caso contrário pode se dizer que estas construções se caracterizam em situação de distribuição complementar. Assim, assume-se que as substantivas com verbos cognitivos nos contextos aqui analisados encontram-se em distribuição complementar e não em variação.

---

<sup>51</sup> Observa-se que esses contextos descritos por Givón (1995) e Galembeck (1998), referentes aos valores semânticos expressos pelos modos subjuntivo e indicativo, também são compatíveis com os contextos descritos pela tradição gramatical, conforme se pode conferir no capítulo 1.

### 4.3 Orações condicionais iniciadas por *se*

Nesta seção, analisam-se as orações condicionais com *se* nos dados da amostra. Uma oração dessa natureza refere-se a um período hipotético em que se exprime uma suposição, condição encabeçada pela conjunção *se*. Do ponto de vista sintático, a oração condicional é subordinada gramaticalmente à outra e, do ponto de vista lógico, a oração principal encerra o “juízo dependente” (LEÃO, 1961, p. 21).

A análise das orações adverbiais com *se* na amostra consiste em verificar o comportamento destas orações quanto ao uso variável das formas de subjuntivo bem como verificar os principais contextos que favorecem tal uso. Conforme apontam os resultados, as referidas orações fizeram-se presentes em 403 ocorrências dos dados analisados<sup>52</sup>, dentre as quais 73% foram realizadas com formas de subjuntivo, assim como expõe a Tabela 16.

**Tabela 16:** Formas verbais na oração condicional na fala de Salvador

Formas de subjuntivo	Formas de indicativo	Total
293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

Esses resultados corroboram as predições de Givón (1995) e de outros estudiosos, que afirmam existir uma estreita correlação entre as formas de subjuntivo e esse tipo de oração. Para o autor, as condicionais são contextos sintáticos típicos das formas de subjuntivo por sugerirem uma noção essencialmente *irrealis*. Santos (2003) argumenta que as condicionais constituem, dentro das subordinadas, um grupo em que o uso do subjuntivo encontra-se mais sistematizado. Os dados a seguir exemplificam as formas verbais em estudo nas orações condicionais:

- (148) Então, se nós pais *tivesse* uma oportunidade, se *pudesse* dar uma educação melhor, não existia tanta criminalidade. (MI01)
- (149) Se eu *ajo* de forma positiva, *cuido*, *zelo* para que não suje, *preservo* as coisas, vou atrair coisas boas... (GA26)

<sup>52</sup> Não foram incluídos como dados na análise casos que não fossem compatíveis com os critérios de análise previstos. Sendo assim, não se incluíram períodos com principal sem verbo explícito, com condicional sem principal (que seria pressuposta por conhecimento compartilhado) e condicional com a forma *quer* (que não permite diferenciar forma de presente do indicativo e forma analógica de futuro do subjuntivo).

A primeira variável que demonstrou ser de interesse para descrever o comportamento das formas verbais foi o tempo verbal da oração subordinada. A distribuição por tempo verbal da oração subordinada foi a seguinte:

**Tabela 17:** Formas verbais na oração condicional por tempo verbal da oração condicional

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Passado</b>	97 (82%)	22 (18%)	119 (100%)
<b>Presente</b>	–	88 (100%)	88 (100%)
<b>Futuro</b>	196 (100%) <sup>53</sup>	–	196 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

O uso categórico de indicativo nas condicionais no tempo presente era esperado, uma vez que não se usa, no português, presente do subjuntivo na condicional iniciada por *se* (usa-se, no entanto, com outras conjunções como, p. ex., com a conjunção *caso*). Ocorrência de condicional no presente com forma de indicativo está exemplificada abaixo:

(150) Se ele *tem* capacidade de cometer um crime, ele deve ser julgado como adulto.  
(MI01)

O uso categórico de subjuntivo nas condicionais no tempo futuro também não constitui surpresa. O exemplo abaixo atesta esse tipo de ocorrência:

(151) Se ele se *eleger* esse ano, essa é a sexta vez que ele vai pro mandato de vereador.  
(LC17)

Em relação ao tempo passado, os resultados demonstram que as formas de subjuntivo são expressivamente mais frequentes com passado na condicional (82%), ao contrário do que demonstram as formas de indicativo (18% das ocorrências). Ocorrências desse tipo estão ilustradas nos exemplos seguintes:

<sup>53</sup> Dentre as formas de futuro de subjuntivo, constataram-se casos de regularização analógica de forma irregular: 7 ocs. da forma analógica *ver* contra nenhuma da irregular *vir*; 4 ocs. de *fazer* contra 3 de *fizer*; 2 ocs. de *ter* contra 30 de *tiver*, 2 ocs. de *dar* contra 4 de *der*; 1 de *vim* (< *vîr* < *vîir* < *venîre*) contra 1 de *vier*; e 1 de *trazer* contra nenhuma de *trouzer*.

(152) Se todo mundo *vivesse* em comunhão com Cristo, acabava os problemas. (PA09)

(153) Ninguém se preocupa com nada: se *entrou* na sala, entrou; se não *entrou*, não entrou... não chama mãe, não chama pai... (NE24)

Uma análise mais refinada dos dados demonstra que há ainda outros fatores relevantes relativos ao tempo verbal da subordinada. O tempo verbal da condicional no passado pode estar no imperfeito ou no perfeito:

**Tabela 18:** Formas verbais na oração condicional por tipo de passado da oração condicional<sup>54</sup>

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Perfeito simples</b>	–	22 (100%)	97 (100%)
<b>Imperfeito simples</b>	97 (100%)	–	22 (100%)
<b>Total</b>	97 (82%)	22 (18%)	119 (100%)

Os exemplos apresentados em (152) e (153) demonstram essa diferença.

Em síntese, os dados coletados na fala de informantes do sexo feminino na cidade de Salvador referentes às orações condicionais iniciadas por *se* apresentam distribuição complementar regulada pelo tempo verbal da oração condicional. O padrão pode ser assim esquematizado:

- a) Formas de subjuntivo na oração condicional: verbo da condicional no futuro ou no pretérito imperfeito simples; e
- b) Formas de indicativo na oração condicional: verbo da condicional no presente ou no pretérito perfeito simples.

Diante desses resultados, assim como no caso das substantivas, não se justificaria a aplicação de uma abordagem variacionista<sup>55</sup>, uma vez que cada tempo verbal, nos contextos considerados, exprime valor semântico diferente<sup>56</sup>, não havendo, portanto, mesmo valor de

<sup>54</sup> No *corpus*, só ocorreram, nas orações condicionais, formas simples de pretérito perfeito do indicativo e de pretérito imperfeito do subjuntivo.

<sup>55</sup> Também no caso das orações condicionais, a codificação dos dados foi feita levando em conta outras das variáveis previstas na metodologia para serem analisadas sob a perspectiva variacionista. Entretanto, como não se trata de um caso de variação, optou-se por não apresentar nesta seção as quantificações dessas outras variáveis, uma vez que não teriam valor explicativo em relação do tema da tese: uso de formas de subjuntivo frente a formas de indicativo. Os resultados dessa codificação aparecem no Apêndice 5 desta tese.

<sup>56</sup> Não se nega aqui a possibilidade de as formas de diferentes tempos verbais assumirem outros valores semânticos, resultando em um mesmo valor semântico sendo expresso por mais de uma forma verbal,



verdade. Essa questão da diferença de valor semântico das condicionais pode ser melhor compreendida com base na descrição de Neves (2000)<sup>57</sup>.

Neves (2000, p. 836) argumenta em favor de existência de três tipos de orações condicionais: *factuais* (reais), *contrafactuais* (irreais) e *eventuais* (potenciais)<sup>58</sup>. Segundo Neves (2000, p. 832-833), as factuais se caracterizam por fazerem parte de uma construção em que “dada a realização / a factualidade da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a realização / a factualidade da oração condicionada”; no caso das contrafactuais, “dada a não-realização / a não-factualidade da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a não-realização / a não-factualidade da oração condicionada”; e, por fim, em relação às eventuais, “dada a potencialidade da oração condicionante, segue-se a eventualidade da oração condicionada”.

A referida autora apresenta como exemplo para cada um desses casos as seguintes frases, respectivamente:

- (154) SE tudo está desse jeito, eu não posso confiar! [PEM] (NEVES, 2000, p. 832; grifo da autora)
- (155) Pois olhe, SE o Natel tivesse escolhido o secretariado logo que saiu a indicação, a essa horas ele seria o governador eleito de São Paulo. [BOC] (NEVES, 2000, p. 832; grifo da autora)
- (156) Quer dizer que, SE eu chegar às nove, a revista vai vender de novo, os anunciantes vão voltar, vai ser uma beleza! [RE] (NEVES, 2000, p. 833; grifo da autora)

Um aspecto importante em relação a esses tipos de condicionais diz respeito ao que a autora chama de “esquema modo-temporal”.

No caso das factuais, afirma Neves (2000, p. 848) que há sempre as formas de indicativo em ambas as orações (principal/condicionada e subordinada/condicionante), sendo possíveis as seguintes combinações:

---

possibilidade esta já assinalada, por exemplo, por Perini (1995, p. 254-255). O que se assinala aqui é que, no *corpus* desta tese, não ocorreu esse fenômeno no que se refere aos dados coletados e analisados.

<sup>57</sup> Embora Neves (2000) não tenha se proposto a discutir especificamente a questão do subjuntivo nas condicionais, sua exposição é de grande proveito para entender essa questão no âmbito da presente discussão.

<sup>58</sup> Sobre essa questão Perini (1978, p. 42), ao tratar das estruturas com a conjunção *se*, chega a defender, com base no modelo teórico em que se baseia, a existência de um *se* factivo (usado com verbo no indicativo), distinto semântica e lexicalmente, e um *se* condicional (usado com verbo no subjuntivo).

**Quadro 4:** Esquema modo-temporal das construções condicionais factuais

<b>Oração Condicional</b>	<b>Oração Principal</b>
Presente do indicativo	Presente do indicativo
	Pretérito perfeito do indicativo
	Pretérito imperfeito do indicativo
	Futuro [do presente] do indicativo
	Presente do subjuntivo
	[Presente do] imperativo
Pretérito perfeito do indicativo	Presente do indicativo
	Pretérito perfeito do indicativo
	Pretérito perfeito do indicativo composto
	Futuro [do presente] do indicativo
Pretérito imperfeito do indicativo	Presente do indicativo
	Pretérito imperfeito do indicativo
Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	Pretérito mais-que-perfeito do indicativo

Fonte: Adaptado de Neves (2000, p. 849-850)

Chama a atenção no esquema proposto por Neves (2000, p. 848) que, apesar de ter dito que ambas as orações das construções condicionais factuais estão sempre no indicativo, apresente, como parte delas, caso com principal no presente do subjuntivo e no presente do imperativo.

No caso das contrafactuais, esclarece Neves (2000, p. 850) que há as formas de subjuntivo no passado na subordinada, estando a oração principal em tempo do passado:

**Quadro 5:** Esquema modo-temporal das construções condicionais contrafactuais

Oração Condicional	Oração Principal
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Pretérito imperfeito do indicativo
	Pretérito mais-que-perfeito do indicativo composto
	Futuro do pretérito do indicativo
	Futuro do pretérito do indicativo composto
Pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo composto	Pretérito imperfeito do indicativo
	Futuro do pretérito do indicativo
	Futuro do pretérito do indicativo composto
Pretérito perfeito do indicativo	Presente do subjuntivo
Presente do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo

Fonte: Adaptado de Neves (2000, p. 850-851)

Novamente chama a atenção o fato de se ter dito que as condicionais nas construções contrafactuais aparecem no subjuntivo no passado e apresentar um esquema em que aparecem também no pretérito perfeito do indicativo e no presente do indicativo (neste último caso, violando tanto a regra de ser subjuntivo com a de ser no passado). Para este último caso, Neves (2000, p. 850) apresenta a explicação de que “apenas a forma é de presente mas o valor é de passado” – trata-se do seguinte exemplo:

(157) SE eu não chego a tempo, o senhor bebia todo o rio Paraíba. [OSA] (NEVES, 2000, p. 850; grifo da autora)

Por fim, no que se refere às construções eventuais, afirma Neves (2000, p. 852) que o verbo da subordinada pode estar no subjuntivo ou no indicativo, no passado, no presente ou no futuro, e o verbo da principal assinalado no passado, no presente ou no futuro (sem mencionar o modo). Assinala ainda que o futuro do subjuntivo na condicional é exclusivo das eventuais. O esquema modo-temporal que apresenta para as eventuais é:

**Quadro 6:** Esquema modo-temporal das construções condicionais eventuais

Oração Condicional	Oração Principal
Presente do indicativo	Presente do indicativo
	Pretérito perfeito do indicativo
	Futuro [do presente] do indicativo
	Futuro do pretérito do indicativo
	Pretérito imperfeito do indicativo
	[Presente do] imperativo
Pretérito perfeito do indicativo	Presente do indicativo
	Pretérito perfeito do indicativo
	Futuro [do presente] do indicativo
	[Presente do] imperativo
Pretérito imperfeito do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo
Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	Futuro do pretérito do indicativo
Futuro [do presente] do indicativo composto	Futuro [do presente] do indicativo
Presente do subjuntivo	Presente do indicativo
	Futuro [do presente] do indicativo
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Presente do indicativo
	Pretérito imperfeito do indicativo
	Futuro do pretérito do indicativo
Futuro do subjuntivo	Presente do indicativo
	Futuro [do presente] do indicativo
	Pretérito perfeito do indicativo
	Infinitivo
	[Presente do] imperativo
Futuro do subjuntivo composto	Futuro [do presente] do indicativo

Fonte: Adaptado de Neves (2000, p. 852-854)

A proposta de Neves (2000), segundo se pode concluir, não assinala a existência propriamente de variação nas construções condicionais, pois não há um mesmo valor de verdade (condicional factual, contrafactual ou eventual) sendo expresso com formas alternativas: os diferentes esquemas modo-temporais de cada tipo de condicional não são equivalentes, pois cada um deles apresenta uma diferença semântica em função do tempo (e do aspecto) expresso pela forma verbal utilizada tanto na oração principal quanto na subordinada. O que se constata, na verdade, são casos de polissemia, na medida em que um mesmo tipo de esquema modo-temporal pode expressar diferentes formas de condição. Confirmam-se os

seguintes esquemas extraídos dos quadros anteriores (apresentando forma verbal da oração condicional e da principal, respectivamente) e os valores que podem expressar:

- a) Factual, contrafactual ou eventual:
  - Pretérito imperfeito do subjuntivo + Pretérito imperfeito do indicativo.
- b) Factual ou eventual:
  - Presente do indicativo + Presente do indicativo;
  - Presente do indicativo + Pretérito perfeito do indicativo;
  - Presente do indicativo + Futuro [do presente] do indicativo;
  - Presente do indicativo + [Presente do] imperativo;
  - Pretérito imperfeito do indicativo + Pretérito imperfeito do indicativo;
  - Pretérito perfeito do indicativo + Presente do indicativo;
  - Pretérito perfeito do indicativo + Futuro [do presente] do indicativo; e
  - Pretérito perfeito do indicativo + Pretérito perfeito do indicativo.
- c) Contrafactual ou eventual:
  - Pretérito imperfeito do subjuntivo + Futuro do pretérito do indicativo.
  - Pretérito imperfeito do subjuntivo + Pretérito imperfeito do indicativo.

Aparentemente, o único caso de variação que Neves (2000) parece admitir é o relativo ao exemplo (157) acima, em que se tem a expressão de contrafactualidade com presente do indicativo (*chego*) + pretérito imperfeito do indicativo (*bebia*) com o mesmo valor da combinação pretérito imperfeito do subjuntivo (*chegasse*) + futuro do pretérito do indicativo composto (*teria bebido*), pois a autora esclarece que no referido caso “apenas a forma é de presente mas o valor é de passado” (NEVES, 2000, p. 850)<sup>59</sup>. Observe-se, porém, que mesmo nesse caso não se trata de variação entre apenas modos (formas de subjuntivo e de indicativo), mas entre modo-tempo: entre forma de presente do indicativo (*chego*) e forma de imperfeito do subjuntivo (*chegasse*) e também entre pretérito imperfeito do indicativo (*bebia*) e futuro do pretérito do indicativo composto (*teria bebido*).

Como se viu, a proposta de Neves (2000) prevê um sistema de 46 esquemas modo-temporais em construções condicionais (13 para factuais, 9 para contrafactuais e 24 para eventuais). Para se ter uma ideia de como foi a distribuição desses esquemas no *corpus* da presente pesquisa, apresenta-se a seguir uma tabela com sua quantificação:

<sup>59</sup> No *corpus* desta pesquisa não foi constada nenhuma ocorrência desse tipo (uso do presente com valor de futuro na condicional). Só há uma ocorrência com presente do indicativo na condicional e pretérito imperfeito do indicativo na principal, com valor de factualidade (cf. dado (165) mais adiante), e não de contrafactualidade, como no exemplo de Neves (2000, p. 850).

**Tabela 19:** Esquemas modo-temporais das construções condicionais na fala de Salvador<sup>60</sup>

	Oração Condicional	Oração Principal	Ocorrências
FACTUAIS	Presente do indicativo	Presente do indicativo	38
	Presente do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	0
	Presente do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo	1
	Presente do indicativo	Futuro [do presente] do indicativo <sup>61</sup>	15 <sup>62</sup>
	Presente do indicativo	Presente do subjuntivo	0
	Presente do indicativo	[Presente do] imperativo	4
	Pretérito perfeito do indicativo	Presente do indicativo	9
	Pretérito perfeito do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	3
	Pretérito perfeito do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo composto	0
	Pretérito perfeito do indicativo	Futuro [do presente] do indicativo <sup>63</sup>	0
	Pretérito imperfeito do indicativo	Presente do indicativo	0
	Pretérito imperfeito do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo	0
	Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	0
<b>Total</b>		70	
CONTRAFCTUAIS	Pretérito imperfeito do subjuntivo	Pretérito imperfeito do indicativo	19 <sup>64</sup>
	Pretérito imperfeito do subjuntivo	Pretérito mais-que-perfeito do indicativo composto	0
	Pretérito imperfeito do subjuntivo	Futuro do pretérito do indicativo <sup>65</sup>	40 <sup>66</sup>
	Pretérito imperfeito do subjuntivo	Futuro do pretérito do indicativo composto	0
	Pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo composto	Pretérito imperfeito do indicativo	0
	Pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo composto	Futuro do pretérito do indicativo <sup>67</sup>	0
	Pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo composto	Futuro do pretérito do indicativo composto	0
	Pretérito perfeito do indicativo	Presente do subjuntivo	0
	Presente do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo	0
	<b>Total</b>		59

<sup>60</sup> Os tempos denominados *compostos* por Neves (2000) referem-se tanto aos formados pelos auxiliares *ter* e *haver* quanto às perífrases de futuro com o auxiliar *ir*, embora a autora não seja rigorosa na aplicação do referido adjetivo em relação a este último caso. Os termos entre colchetes foram introduzidos aqui para regularizar a nomenclatura.

<sup>61</sup> Neves (2000, p. 849) apresenta como exemplo neste caso um dado, com perífrase (*vai ser*).

<sup>62</sup> Todas as ocorrências foram com perífrase.

<sup>63</sup> Neves (2000, p. 850) apresenta como exemplos neste caso dois dados, todos com perífrase (*vai passar* e *vamos abrir*).

<sup>64</sup> No verbo da oração principal, 7 destes dados são com perífrase e 12 com forma simples.

<sup>65</sup> Neves (2000, p. 851) apresenta como exemplos neste caso três dados, todos com forma simples (*seria*, *tomaria* e *poderia*).

<sup>66</sup> Todas as ocorrências foram com forma simples.

<sup>67</sup> Neves (2000, p. 851) apresenta como exemplos neste caso três dados, todos com forma simples (*ficaria*, *permitiria* e *seríamos*).

<b>EVENTUAIS</b>	Presente do indicativo	Presente do indicativo	16
	Presente do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	1
	Presente do indicativo	Futuro [do presente] do indicativo	10 <sup>68</sup>
	Presente do indicativo	Futuro do pretérito do indicativo	3
	Presente do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo <sup>69</sup>	0
	Presente do indicativo	[Presente do] imperativo	0
	Pretérito perfeito do indicativo	Presente do indicativo	2
	Pretérito perfeito do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	2
	Pretérito perfeito do indicativo	Futuro [do presente] do indicativo <sup>70</sup>	3
	Pretérito perfeito do indicativo	[Presente do] imperativo	1
	Pretérito imperfeito do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo	0
	Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	Futuro do pretérito do indicativo <sup>71</sup>	0
	Futuro [do presente] do indicativo composto <sup>72</sup>	Futuro [do presente] do indicativo	0
	Presente do subjuntivo	Presente do indicativo	0
	Presente do subjuntivo	Futuro [do presente] do indicativo	0
	Pretérito imperfeito do subjuntivo	Presente do indicativo	4
	Pretérito imperfeito do subjuntivo	Pretérito imperfeito do indicativo	18 <sup>73</sup>
	Pretérito imperfeito do subjuntivo	Futuro do pretérito do indicativo	15 <sup>74</sup>
	Futuro do subjuntivo	Presente do indicativo	108
	Futuro do subjuntivo	Futuro [do presente] do indicativo <sup>75</sup>	71 <sup>76</sup>
	Futuro do subjuntivo	Pretérito perfeito do indicativo	2
	Futuro do subjuntivo	Infinitivo	0
	Futuro do subjuntivo	[Presente do] imperativo	5 <sup>77</sup>
	Futuro do subjuntivo composto	Futuro [do presente] do indicativo	0
	<b>Total</b>		261
	<b>Total</b>		390 <sup>78</sup>

<sup>68</sup> Todas as ocorrências foram com perífrase.

<sup>69</sup> Neves (2000, p. 853) apresenta como exemplos neste caso dois dados, um com forma simples (*terminava*) e outro com perífrase (*ia ter*). Não está claro por que a autora trata a perífrase com *ir* no presente como futuro, mas perífrase com *ir* no imperfeito apenas como imperfeito e não como futuro (do pretérito).

<sup>70</sup> Neves (2000, p. 853) apresenta como exemplos neste caso dois dados, um com forma simples (*ouvirá*) e um com perífrase (*vai se ver*).

<sup>71</sup> Neves (2000, p. 853) apresenta como exemplo neste caso um dado, com forma simples (*seria*).

<sup>72</sup> Neves (2000, p. 853) apresenta como exemplo neste caso um dado, com perífrase (*vai sair*).

<sup>73</sup> No verbo da oração principal, 7 destes dados são com perífrase e 11 com forma simples.

<sup>74</sup> Todas as ocorrências foram com forma simples.

<sup>75</sup> Neves (2000, p. 854) apresenta como exemplos neste caso três dados, dois com forma simples (*aceitarão*, *abandonará*) e um com perífrase (*vai chegar*).

<sup>76</sup> No verbo da oração principal, 69 destes dados são com perífrase de futuro e 2 com forma simples.

<sup>77</sup> Em uma ocorrência, o verbo da oração principal está precedido do item *que* (*que me dê*).

<sup>78</sup> Os 13 dados que faltam para completar o total de 403 aparecem, a seguir, como esquemas não previstos na proposta de Neves (2000).

Dentre essas categorias, as que se mostraram mais difíceis de serem reconhecidas foram aquelas formadas: (a) por verbo no presente do indicativo na condicional e na principal, que podem ser factuais ou eventuais; (b) por verbo no presente do indicativo na condicional e no futuro do presente do indicativo na principal, que também podem ser factuais ou eventuais; (c) por verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo na condicional e no futuro do pretérito do indicativo na principal, que podem ser contrafactuais ou eventuais; e (d) por verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo na condicional e no pretérito imperfeito do indicativo na principal, que também podem ser contrafactuais ou eventuais.

Vê-se, pela tabela anterior que, dos 46 esquemas descritos por Neves (2000), apenas 23 se fizeram presentes no *corpus* estudado: 6 de factuais, 2 de contrafactuais e 15 de eventuais. É interessante assinalar, porém, que nesta pesquisa também apareceram 6 esquemas que não estão na proposta de Neves (2000):

a) Factual com pretérito perfeito do indicativo na oração condicional e pretérito perfeito do indicativo na principal (1 ocorrência):

(158) ... porque, se *foram* escolhidos para ser papa, *eram* pessoas excepcionais.  
(MC23)

b) Eventual com pretérito imperfeito do subjuntivo na oração condicional e também na principal (1 ocorrência):

(159) Eu apostaria nesse centro, né? Que, se *fosse* pego fazendo alguma coisa que tivesse alguma multa em relação a isso, que *fosse* ao centro e *passasse* tipo uns meses lá. (KA06)

c) Eventual com pretérito perfeito do indicativo na oração condicional e futuro do pretérito do indicativo na principal (1 ocorrência):

(160) Se não *teve* crime de responsabilidade, já que ela tá sendo julgado por isso, não *deveria* se configurar um impeachment. (LC17)

d) Eventual com futuro do subjuntivo na oração condicional e futuro do pretérito do indicativo na principal (6 ocorrências):

(161) Se a pessoa se *olhar*, *olhar* o que tem de errado em você e *mudar*, já *resolveria* tudo. (TA12)



e) Eventual com futuro do subjuntivo na oração condicional e pretérito imperfeito do indicativo na principal (3 ocorrências)<sup>79</sup>:

(162) Se o governo priorizar essa questão de segurança, acho que alcançava isso.  
(CL13)

f) Eventual com futuro do subjuntivo na oração condicional e pretérito imperfeito do subjuntivo na principal (1 ocorrência):

(163) E, se *acontecer* algo disso contra a gente, que eles *tomasse* atitude mais grave com eles. (JO05)

Exemplos para cada um dos esquemas presentes no *corpus* e previstos na proposta de Neves (2000) podem ser vistos a seguir:

a) Factuais:

a.1) Presente do indicativo na condicional e presente do indicativo na principal:

(164) Se muitos jovens *fazem* isso desde criança, então *é* mais uma forma de você reeducá-los. (KA06)

a.2) Presente do indicativo na condicional e pretérito imperfeito do indicativo na principal:

(165) Se *veste* roupas que realmente provoque, *quiria* o quê? (TA12)

a.3) Presente do indicativo na condicional e futuro [do presente] do indicativo na principal:

(166) Se hoje eu *tenho* 15 advogados no mercado e, dentre eles, tem 10 negros e cinco brancos, o salário *vai equipará*. (AR18)

a.4) Presente do indicativo na condicional e [presente do] imperativo na principal:

(167) Se você se *sente* melhor sozinha, tudo bem, *fique* sozinha. (CL13)

---

<sup>79</sup> Uma delas tem perífrase na principal: *ia dar*.

a.5) Pretérito perfeito do indicativo na condicional e presente do indicativo na principal:

(168) Se eu não *gostei* desse livro, não *significa* que eu não vou lê esse livro.  
(LM16)

a.6) Pretérito perfeito do indicativo na condicional e pretérito perfeito do indicativo na principal:

(169) Ninguém se preocupa com nada: se *entrou* na sala, *entrou*; se não *entrou*, não *entrou*. (NE24)

b) Contrafactuais:

b.1) Pretérito imperfeito do subjuntivo na condicional e Pretérito imperfeito do indicativo na principal:

(170) Se todo mundo *vivesse* em comunhão com Cristo, *acabava* os problemas.  
(AN15)

b.2) Pretérito imperfeito do subjuntivo na condicional e Futuro do pretérito do indicativo na principal:

(171) Se *tivesse* orano, jejuano, a situação não *taria* como tá não. (PA09)

c) Eventuais

c.1) Presente do indicativo na condicional e presente do indicativo na principal:

(172) Como é que *podem* dar segurança as seus filhos, se ele não *está* assim?  
(GA26)

c.2) Presente do indicativo na condicional e pretérito perfeito do indicativo na principal:

(173) T, por exemplo, se não me *engano*, *superou* E e L. (LC17)<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> Os nomes próprios presentes no exemplo foram convertidos nas siglas T, E e L.

c.3) Presente do indicativo na condicional e futuro [do presente] do indicativo na principal:

(174) Professor, pra que eu *vou estudar*, se eu *ganho* mais do que você? (VE25)

c.4) Presente do indicativo na condicional e futuro do pretérito do indicativo na principal:

(175) Se o Brasil *é* um país negro na lógica, eu acredito que *teria* mais negros participano de tudo. (JA04)

c.5) Pretérito perfeito do indicativo na condicional e presente do indicativo na principal:

(176) Se *cometeu* um crime ali, *foi* condenado, uma coisa assim né... Hediondo... Então ele *pode* pegar uma pena de uns cinco anos. (MC23)

c.6) Pretérito perfeito do indicativo na condicional e pretérito perfeito do indicativo na principal:

(177) Ao funcionalismo federal ela não deu... se *deu*, *foi* lá pra os graúdos dela. (MC23)

c.7) Pretérito perfeito do indicativo na condicional e futuro [do presente] do indicativo na principal:

(178) Se o pai, que era o referencial, *fez* isso, então ela *vai tomar* nojo. (CL13)

c.8) Pretérito perfeito do indicativo na condicional e [presente do] imperativo na principal:

(179) Eu acho que, se você já *entrou* na universidade, então agora se *torne* competitivo. (LC17)

c.9) Pretérito imperfeito do subjuntivo na condicional e presente do indicativo na principal:

(180) Assim como as pessoas votaram nela, se *fosse* o caso, essas mesma pessoas *vota* para tirá-la. (LA07)

c.10) Pretérito imperfeito do subjuntivo na condicional e pretérito imperfeito do indicativo na principal:

(181) Se eu *fosse* a presidente, eu pegava uma parte dessa bolsa família, *construía* uma boa escola. (NO27)

c.11) Pretérito imperfeito do subjuntivo na condicional e futuro do pretérito do indicativo na principal:

(182) O que *seria* da gente, se não *fosse* os garçons. (VE25)

c.12) Futuro do subjuntivo na condicional e presente do indicativo na principal:

(183) Se minha filha me *perguntar*, eu não *sei* o que dizer. (MI01)

c.13) Futuro do subjuntivo na condicional e futuro [do presente] do indicativo na principal:

(184) Se ela se *desprezar*, não se *cuidar*, realmente *vai ficar* feia. (JA04)

c.14) Futuro do subjuntivo na condicional e pretérito perfeito do indicativo na principal:

(185) Mas, se a gente *trazer* pro lado positivo, *tivemos* ações afirmativas. (AR18)

c.15) Futuro do subjuntivo na condicional e [presente do] imperativo na principal:

(186) Se *tiver* de fazer alguma coisa, *faça* sacrifício. (MI01)

#### 4.4 Orações finais iniciadas por *para (que)*

As orações finais referem-se a estruturas sintáticas que expressam finalidade. Segundo Neves (2000), semanticamente, elas expressam finalidade ou o propósito que motiva o evento expresso na oração principal. Normalmente, na língua portuguesa, a expressão de finalidade, nessas orações, é representada pela locução conjuntiva *para que* diante de formas verbais finitas no modo subjuntivo ou pela conjunção *para* diante de formas verbais infinitivas.

Nesta pesquisa, analisam-se essas orações com o objetivo de avaliar a sua frequência na fala de Salvador. Não se trata aqui, porém, de análise de possível caso de variação especificamente entre formas verbais, pois o contexto de ocorrência de cada forma verbal nas orações finais é bem definido: *para que* + formas de subjuntivo e *para* + formas de infinitivo. O que se investiga, portanto, é a possibilidade de variação entre duas estruturas sintáticas diferentes que expressam igualmente finalidade.

Os resultados assinalaram expressiva frequência de orações finais com formas de infinitivo: 481 casos (87%), em um universo de 551 ocorrências de orações finais. Com formas de subjuntivo, as orações finais foram representadas em apenas em 13% das ocorrências. A frequência destas orações na comunidade analisada está explicitada na Tabela 20:

**Tabela 20:** Tipo de oração final na fala de Salvador

<b>Oração com formas de subjuntivo</b>	<b>Oração com formas de infinitivo</b>	<b>Total</b>
70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

A tendência ao uso de formas de infinitivo nesse tipo de oração já foi confirmada em alguns estudos, a exemplo do de Deoclécio (2011), em que se apontou a predominância de oração final com formas de infinitivo tanto em dados de fala quanto de escrita em Vitória (ES). Para esse autor, o uso das orações finais com essas formas verbais caracteriza-se como um fenômeno da sintaxe da língua portuguesa interno ao sistema e não como um caso particular de uma determinada região brasileira.

Na presente análise, visando a avaliar qual fator favorece a seleção de oração final com formas de subjuntivo ou com formas infinitivo na fala de Salvador, investigou-se o fato considerando variáveis intralinguísticas (correferencialidade do sujeito da oração final, explicitação do sujeito da oração final, características sintático-semânticas do sujeito da

oração principal e posição da oração final) e variáveis extralinguísticas (faixa etária, nível de escolaridade e nível de letramento).

Em vista dos resultados obtidos na análise das orações substantivas e condicionais nesta tese, em que se verificou a existência de diferença semântica no uso de formas de subjuntivo e de indicativo, convém assinalar que se considera que, no caso de orações finais com formas de subjuntivo e com formas de infinitivo, não existiria essa diferença semântica.

As descrições apresentadas nas gramáticas resenhadas (SAID ALI, 1964 [1931]; BECHARA, 1999 [1964]; CUNHA; CINTRA, 2008 [1985]) assinalam apenas que o uso de subjuntivo se faz em orações adverbiais finais, mas nenhuma delas sugere que esse uso tenha como objetivo assinalar alguma especificidade da atitude do falante em relação ao dito. Além disso, verifica-se, em gramáticas descritivas do português, a ideia de que o uso de subjuntivo nas orações finais não tem motivação semântica: seria uma exigência da locução conjuncional *para que* (PERINI, 1995, p. 175).

Não se trata, porém, de uma questão totalmente fechada, porque há estudiosos que sugerem que haveria, na verdade, uma espécie de abrandamento da manifestação de algum valor modal quando se trata de oração final com forma de infinitivo. Galembeck (1998), em sua análise sobre o uso do subjuntivo nos dados do Projeto NURC, assinala que:

Em verdade, o emprego do subjuntivo tem motivações semânticas e é particularmente nítido nos casos em que são expressos os valores da hipótese, incerteza, irrealidade, dúvida, possibilidade. *Nos casos em que esses valores são menos evidentes*, existe oscilação no emprego do subjuntivo (temporais e adjetivas) ou *há ampla preferência por recursos alternativos, como o indicativo e as formas nominais do verbo, nas orações finais e nas completivas nominais*. (GALEMBECK, 1998, p. 226; grifo meu)

As análises efetuadas permitiram verificar que o emprego do subjuntivo é dependente do valor semântico de cada modalidade de oração. Com efeito, pôde-se verificar que o subjuntivo é mais frequentemente empregado nas orações que exprimem valores relacionados com a dúvida, a incerteza, a suposição, a hipótese, a possibilidade. Este é o caso das concessivas, das condicionais, das substantivas (ligadas a nomes e verbos que exprimem os citados valores) e das independentes introduzidas por talvez. *Quando esses valores modais não se manifestam com clareza - e este é o caso das orações finais e das completivas nominais - prevalece o emprego de formas do indicativo ou do infinitivo*. (GALEMBECK, 1998, p. 232; grifo meu)

Como se vê, a interpretação de Galembeck (1998) parece sugerir, em um primeiro momento, que há diferença semântica entre as orações finais com formas de subjuntivo (nas quais estão expressos os valores considerados relacionados ao subjuntivo, como hipótese, incerteza, irrealidade, dúvida, possibilidade) e as orações finais com formas de infinitivo (nas quais os referidos valores estão “menos evidentes” ou “não se manifestam com clareza”).

Na presente tese, assume-se que, na verdade, as orações finais com formas de infinitivo não se opõem às com subjuntivo por estas apresentarem valor semântico diferente (com foi o caso da expressão de diferentes graus de dúvida na análise feita aqui sobre as substantivas completivas aos verbos *acreditar* e *crer*) em relação àquelas. A diferença entre elas estaria na manifestação formal (no caso das orações com formas de subjuntivo) ou não (no caso das orações com formas de infinitivo) dos referidos valores modais comuns ao subjuntivo. Não se trata de apresentar valores modais diferentes, mas sim de eles serem formalmente expressos ou não.

#### 4.4.1 Variáveis intralinguísticas<sup>81</sup>

##### 4.4.1.1 Tempo verbal da oração principal

O controle da variável *tempo verbal da oração principal*<sup>82</sup> na análise teve a intenção de avaliar o tempo verbal presente na oração principal, mas foram consideradas também as formas nominais de infinitivo e gerúndio a que as orações finais estivessem vinculadas.

Como se vê na Tabela 21, os resultados apontaram que, dentre os casos de formas finitas, as orações principais construídas com tempo presente obtiveram maior frequência nos dados em sua totalidade, ou seja, 363 casos das 551 ocorrências analisadas.

**Tabela 21:** Tipo de oração final por tempo verbal da oração principal

		Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Formas finitas</b> [+ tempo]	<b>Passado</b>	12 (14%)	76 (86%)	88 (100%)
	<b>Presente</b>	43 (12%)	320 (88%)	363 (100%)
	<b>Futuro</b>	5 (10%)	45 (90%)	50 (100%)
<b>Formas nominais</b> [- tempo]	<b>Gerúndio</b>	2 (33%)	4 (67%)	6 (100%)
	<b>Infinitivo</b>	8 (18%)	36 (82%)	44 (100%)
<b>Total</b>		70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

A frequência do tempo presente nas finais com formas de subjuntivo foi bastante inferior em relação à frequência dessas orações com formas de infinitivo: 12% e 88%, respectivamente. Observem-se alguns exemplos:

<sup>81</sup> Os resultados com PR para todas as variáveis intra- e extralinguísticas relativos às orações finais encontram-se no Apêndice 4, no qual se pode verificar valores de *Input*, *Log likelihood*, *Significance* etc.

<sup>82</sup> A variável *tempo verbal da oração* não se aplica aqui tomando-se como referência o tempo verbal das orações finais, porque nestas apenas as orações com formas de subjuntivo apresentam tempo.

(187) Eu *voto* pra que não *tire*, sabe porque... é uma ajuda, o país é muito rico. (AD10)

(188) Os turbantes *são* altos para *mostrar* que ela é superior. (AR18)

A frequência do tempo presente nas orações principais que encabeçam as finais foi muito alta no *corpus*, seja com formas de subjuntivo seja com formas de infinitivo, o que, pelo visto, deve ser o tempo prototípico nessas construções.

Quanto ao fator *tempo passado*, os resultados mostraram que orações principais com esse tempo que encabeçam orações finais com formas de subjuntivo também tiveram frequência aquém da com que se encontrou nas orações com formas de infinitivo: 14% e 86%, respectivamente. Os exemplos que seguem ilustram ocorrências desse tipo:

(189) Para que *evoluísse*, *precisava* que eu estudasse mais. (IR20)

(190) Eu acho que Deus *morreu* pra nos *salvar*. (AL21)

Considerando o tempo futuro, observou-se que as orações principais construídas com formas de subjuntivo revelaram-se em somente 10% das ocorrências, enquanto as orações com formas de infinitivo ocorreram em 90% das ocorrências. Observem-se os exemplos abaixo:

(191) Prefiro ter ... quando eu *tiver* mais tempo pra que eu *possa tá partitapano* da vida dele. (LU08)

(192) Eu não *teria* esse tempo disponível pra *tá instruindo* meu filho. (LU08)

Conforme os dados, dentre os três tempos verbais, a maior frequência de orações principais encabeçando formas de subjuntivo foi com o tempo passado, mas a diferença percentual que os separa é muito pequena (2% a menos para o presente e 4% a menos para o futuro).

Pimpão (2012) não considera, na sua análise, adverbiais finais com formas de infinitivo, haja vista que as qualifica como orações substantivas. Considerando apenas as finais introduzidas com *para que*, ou seja, as finais desenvolvidas, observa que essas orações obtiveram uso categórico com formas de subjuntivo e que são condicionadas pelo traço de futuridade. Nas cidades analisadas, os resultados estatísticos mostraram que o traço futuridade favoreceu estas formas com PR .691.



O tempo verbal da principal não foi considerado relevante nos dados de Santos (2005). Entretanto, seus resultados apontaram que as formas do subjuntivo têm frequência categórica quando o verbo da principal se encontra no futuro do pretérito; já nos contextos variáveis, essas formas ocorrem com grande frequência quando o verbo da principal está no futuro.

Considerando as formas nominais, no caso de gerúndio na oração principal, observou-se que as construções com essa forma nominal se revelaram em apenas duas ocorrências, tendo como encaixadas as finais com formas de subjuntivo. Esse número revela que, nesse contexto, o gerúndio tem baixa produtividade. Em termos percentuais, sua frequência com oração com forma de subjuntivo foi de 33% das ocorrências e com oração com forma de infinitivo foi de 67% das ocorrências. Ocorrências desse tipo estão ilustradas a seguir:

(193) Eu ando com minha mãe assim, ó... *segurano* pra que ela não *caia*. (AN15)

(194) Essa é uma benção... Só Deus mesmo *descendo* a mão sobre ela pra *abençoar*.  
(MI01)

Em relação ao fator *infinitivo* nas orações principais, os resultados apontaram que a frequência das ocorrências com o infinitivo nas orações encaixadas às orações finais com formas de subjuntivo também foi mais baixa em relação ao que se verificou com as finais produzidas com formas de infinitivo: 18% e 82%, respectivamente. Os exemplos expostos a baixo ilustram ocorrências desse tipo:

(195) Tem muitos manuais de como *ensinar* seus filhos pra que eles *sejam* assim, assado (GA26)

(196) Eu acho muito triste a gente chegar nos hospital e não *ter* medico pra nos *atender* e não ser atendido. (JO05)

Nota-se com esses resultados que, dentre as formas verbais analisadas, orações finais com formas de subjuntivo parecem revelar-se com mais frequência quando há oração principal com gerúndio, mas esses casos com gerúndio foram raros (33%). De forma geral, as orações com formas de infinitivo são mais nitidamente frequentes, independentemente do tempo da oração principal, inclusive no caso das formas nominais do verbo na principal.

#### 4.4.1.2 Assertividade da oração principal

A variável *assertividade da oração principal* foi a segunda controlada nesta análise. Os resultados expostos na Tabela 22 atestam que a maioria das orações principais foi asseverada afirmativamente, ocorrendo em 474 casos do total de 551 ocorrências.

**Tabela 22:** Tipo de oração final por assertividade da oração principal

	Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Afirmativa</b>	63 (13%)	411 (87%)	474 (100%)
<b>Negativa</b>	7 (9%)	70 (91%)	77 (100%)
<b>Total</b>	70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

A assertividade afirmativa é mais frequente com as orações com formas de infinitivo, com 87% das ocorrências. As orações com formas de subjuntivo ocorrem com assertividade afirmativa em apenas 13% das ocorrências. Os exemplos a seguir representam ocorrências desse tipo:

(197) Espero que eles *tenha* vontade de estudar pra *fazer* diferença (TH3)

(198) Eu *desisti* para que *pudesse* ajudar os pais. (AD10)

Quanto à assertividade negativa, nota-se que as principais que introduzem orações com formas de infinitivo também foram bem mais frequentes com negação (91 %) do que as que introduzem orações com formas de subjuntivo (9%). Ocorrências desse tipos estão exemplificadas a seguir:

(199) A gente *não criou nada* para que esses brasileiros *tivessem* o que esta na constituição que se chama de igualdade. (LM16)

(200) Eu *não trabalho* pra *ter* um carro ainda. (PA09)

A assertividade afirmativa na oração principal mostrou-se mais frequente nas orações com formas de subjuntivo do que a assertividade negativa, embora a diferença percentual não

tenha sido tão saliente (só 4 pontos percentuais). Esses resultados contrariam as expectativas, visto que se esperava maior frequência dessas orações asseveradas negativamente.

Diferentemente dos resultados encontrados nesta pesquisa, Pimpão (2012) diz que essas formas são sensíveis ao operador negativo e a ausência deste operador em orações principais as desfavorece. Carvalho (2007) também pontua que a assertividade negativa tende a favorecer as formas de subjuntivo e a assertividade afirmativa tende a desfavorecê-la.

Observa-se, com a oposição entre os resultados expostos pelas autoras referenciadas e os aqui encontrados, que se necessita de um olhar mais cuidadoso sobre o tema, para que se possa melhor entender o condicionamento da assertividade da oração principal no uso dos modos verbais. Parece evidente que existe uma relação entre o item verbal e a seleção da assertividade nesse tipo de oração. Sugere-se que a assertividade afirmativa seja motivada por verbos factivos e a assertividade negativa o seja por verbos não factivos (volitivos, cognição) expressos na oração principal.

#### 4.4.1.3 Assertividade da oração subordinada final

A variável *assertividade da oração subordinada final* também foi analisada na presente pesquisa. Consoante os resultados, no geral, as orações finais ocorreram mais como afirmativas do que como negativas, as quais foram constatadas em 518 e 33 ocorrências, respectivamente. A distribuição desta frequência pode ser verificada na tabela seguinte.

**Tabela 23:** Tipo de oração final por assertividade da oração subordinada final

	Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Afirmativa</b>	63 (12%)	455 (88%)	518 (100%)
<b>Negativa</b>	7 (21%)	26 (79%)	33 (100%)
<b>Total</b>	70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

Quanto à assertividade afirmativa, os dados apontaram que as orações com formas de subjuntivo revelaram-se com uma frequência bastante inferior em relação às orações com formas de infinitivo, cuja frequência foi de 12% e 88% das ocorrências, respectivamente. Exemplos destas ocorrências estão expostos a seguir:

(201) Ele *pode mudar* o coração das pessoas pra que *favoreça* os outros. (AD10)

(202) Acho que ela *tá se esforçando* pra *ajudar* as pessoas mais pobres. (DE11)

No que concerne à assertividade negativa, de acordo com os resultados, orações com formas de subjuntivo fizeram-se presentes em apenas 21% das ocorrências e as com formas de infinitivo em 79% das ocorrências. Os exemplos a seguir ilustram ocorrências desse tipo:

(203) Eles *fazem* de tudo para que suas descobertas, suas... seus feitos *não sejam* descobertos. (MR22)

(204) Já fiz isso uma vez, mas *disseram* tanto pra eu *não fazer* por causa do fluxo de carro (LC17)

A assertividade afirmativa na oração subordinada final mostrou-se mais frequente nas orações com formas de subjuntivo do que a assertividade negativa, assim como no caso das orações principais, refutando, pois, a hipótese aqui sugerida de que estas formas seriam favorecidas pela assertividade negativa. Esses resultados se opõem aos que mostram Carvalho (2007) e Pimpão (2012), as quais evidenciam que a assertividade negativa favorece as formas de subjuntivo, porém a assertividade positiva as desfavorece. Pimpão (2012) argumenta que a relevância da negação nas orações subordinadas já foi constatada nas pesquisas de Wherritt (1997), Rocha (1997), Guiraldelli (2004), Oliveira (2007), Almeida (2010) e Barbosa (2011). Esses autores destacam a relevância do tipo de verbo da oração principal para o favorecimento do tipo de assertividade da oração subordinada. Vale destacar que os resultados pontuados por esses pesquisadores referem-se à análise, em sua maioria, de orações substantivas e as orações aqui analisadas são as adverbiais finais. Portanto, é possível que isso justifique a oposição entre os resultados, pois, de acordo com Givón (1995), as orações finais tendem a ser favorecidas por verbos manipulativos. Assim, evidencia-se que a diferença entre esses resultados pode estar associada ao tipo de construção sintática analisada. Essa é uma hipótese que vale ser testada oportunamente. Para tanto, faz-se necessário realizar o cruzamento entre não apenas o item verbal da oração principal e o tipo de assertividade da subordinada mas também o cruzamento entre o tipo de oração subordinada e essas duas variáveis.

#### 4.4.1.4 Posição da oração subordinada final

A mobilidade em termos de posição é um traço típico da oração final. Com esta variável, visou-se avaliar se a posição desta oração na amostra exerce influência significativa na ocorrência de orações produzidas com as formas verbais estudadas. Para essa variável, foram considerados os fatores *posposição* e *anteposição*. A frequência desses fatores está explicitada na tabela que segue:

**Tabela 24:** Tipo de oração final por posição da oração subordinada final

	Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Posposição</b>	66 (13%)	451 (87%)	517 (100%)
<b>Anteposição</b>	4 (12%)	30 (88%)	34 (100%)
<b>Total</b>	70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

Conforme mostram os resultados, o fator *posposição* (517 casos) revelou-se predominante em relação ao fator *anteposição* (34 casos).

As orações finais pospostas mostraram-se mais frequentes nas orações com formas de infinitivo, perfazendo-se 87% dos casos; já as antepostas em orações com formas de subjuntivo ocorrem em apenas 13% dos casos. Os exemplos abaixo ilustram ocorrências com posposição:

(205) Dê o almoço, *pra que ele possa descansar...* (NO27)

(206) Você tem que dormir numa fila, *pra ser atendida.* (DE11)

Como se pode ver, nessas construções, as orações finais estão pospostas às suas respectivas orações principais. Na primeira, a oração final *pra que ele possa descansar* encontra-se posposta à oração principal *Dê o almoço*, apresentando aquela uma forma de subjuntivo. Na segunda, a oração final *pra ser atendida* encontra-se posposta à oração principal *Você tem que dormir numa fila*, possuindo aquela uma forma de infinitivo.

Com relação ao fator *anteposição*, conforme os dados, as orações com formas de infinitivo também foram mais frequentes, com 88% das ocorrências, aparecendo as orações

com formas com subjuntivo em apenas 12% das ocorrências. Casos com anteposição estão exemplificados a seguir:

(207) *Para que você se auto-afirme*, não precisa que esteja usando turbante, sandália de couro, outras coisas mais (AR18)

(208) *Pra ser feliz*, é preciso fazer a diferença (KA06)

Observa-se que, no primeiro exemplo, a oração final *Para que você se auto-afirme* encontra-se anteposta á oração principal *não precisa que esteja usando turbante, sandália de couro, outras coisas mais*. Já no segundo, a oração final *Pra ser feliz* encontra-se anteposta à oração principal *é preciso fazer a diferença*.

A variável *posição da oração final* também foi importante no estudo de Deoclécio (2011, p. 85), favorecendo significativamente as orações com formas de infinitivo: os valores encontrados pelo pesquisador para dados de fala de Vitória (ES) foram 2,5% para posposição de oração com formas de subjuntivo contra 97,5% para oração com formas de infinitivo e 9,5% para anteposição com subjuntivo contra 90,5% com infinitivo.

#### 4.4.1.5 Correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada final

A correferencialidade do sujeito da oração final constitui a outras das variáveis independentes desta análise. Para essa variável foram considerados os seguintes fatores: (a) sujeito correferente; (b) sujeito parcialmente correferente; e (c) sujeito não correferente.

A distribuição dessas ocorrências pode ser verificada na tabela que segue:

**Tabela 25:** Tipo de oração final por correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada final

	Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Correferente</b>	11 (4%)	303 (96%)	314 (100%)
<b>Parcialmente correferente</b>	10 (15%)	57 (85%)	67 (100%)
<b>Não-correferente</b>	49 (28%)	121 (72%)	170 (100%)
<b>Total</b>	70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

Conforme pode ser percebido dos dados acima, na relação entre orações principais e nas orações finais analisadas, foi constatado um índice de ocorrência de sujeitos correferentes de (314/551), o maior dentre as categorias. As ocorrências com sujeitos não correferentes foram constatadas em (170/551) dos casos e já as ocorrências com sujeitos parcialmente correferentes em apenas (67/551). O alto percentual atestado com sujeito correferente deve-se ao fato de que a correferencialidade entre os sujeitos está geralmente associada às orações finais com formas de infinitivo, justamente o tipo mais frequente de oração. Isso já foi também confirmado por Deoclécio (2011, p. 102), cujos dados mostraram uso mais frequente de sujeitos correferentes (70%, 212/302), seguidos de não correferentes (18%, 54/302) e parcialmente correferentes (12%, 36/302) nas orações finais com formas de infinitivo em dados de fala.

Considerando o fator *sujeito correferente* nas finais aqui analisadas, viu-se que esse fator foi mais frequente com formas de infinitivo, sendo representado por 96% das ocorrências; já com formas de subjuntivo, esse fator foi quase inexpressivo, com 4%. Ocorrências desses dois tipos estão exemplificadas abaixo:

(209) Eu acho que *Deus* morreu pra nos salvar. (AL21)

(210) *Eu* desisti para que pudesse ajudar os pais. (AD10)

Nesses exemplos, a correferencialidade do sujeito é clara, visto que em ambas orações existe uma correspondência entre o sujeito da principal e o da final. No primeiro exemplo, tem-se o sujeito da oração principal *Deus* retomado na final *pra [Deus] nos salvar*. O mesmo ocorre no segundo exemplo, pois o sujeito da principal *Eu* encontra-se retomado na final *para que [eu] pudesse ajudar os pais*.

Em se tratando do fator *sujeito não-correferente*, os dados revelaram que as orações finais assumiram liderança com formas de infinitivo, perfazendo 72% das ocorrências. Entretanto com formas de subjuntivo essas orações perfizeram 28% das ocorrências. Esperava-se que as orações finais com formas de subjuntivo revelassem números mais expressivos nesse contexto sintático, já que tradicionalmente a não correferencialidade entre os sujeitos da oração é característica das orações finais introduzidas pela conjunção *para que* (NEVES, 2000, p. 884-885). Ocorrências desse tipo estão exemplificadas a seguir:

(211) *Deus* deu livre arbítrio pra *a gente* escolher o que quer. (DE11)

(212) *Ele* veio para que *a gente* tenha vida, e vida com abundância (MR22)

Observa-se nesses exemplos que não há correfencialidade entre os sujeitos das orações, haja vista que o sujeito da oração principal difere do sujeito da oração final nos dois casos. No primeiro caso, tem-se o sujeito *Deus* da oração principal diferente do sujeito *a gente* na oração final. No segundo caso, tem-se o sujeito *Ele* expresso na oração principal que também não corresponde ao sujeito *a gente* na oração final.

Quanto ao fator *sujeito parcialmente correferente*, os dados apontaram que os sujeitos parcialmente correferentes foram menos frequentes nos dados, ocorrendo também preferencialmente nas orações com formas de infinitivo (85%) e menos frequentemente com formas de subjuntivo (15%). Seguem exemplos desses tipos de ocorrência constatados nos dados:

(213) Eu peço que Deus *me* dê força pra viver de uma forma tranquila. (LU08)

(214) E aí ele envia *o Espírito Santo* pra tá aqui com a gente. (PA09)

Esse tipo de sujeito ocorre quando um item da oração principal é retomado como sujeito da oração final. Como se pode observar nos dois exemplos acima, a parcialidade do sujeito da final é verificada claramente visto que este sujeito é um termo integrante da oração principal. Assim no primeiro exemplo, o sintagma *me* presente na oração principal é retomado como sujeito da oração final *pra [eu] viver de uma forma tranquila*, ou seja, nesse caso, o sintagma *eu* é o sujeito não explícito da oração final. No segundo exemplo, o sintagma *o Espírito Santo* é retomado como sujeito não explícito da oração final *pra [o Espírito Santo] tá aqui com a gente*. Nos dois exemplos, os sujeitos não-explícitos *eu* e *o Espírito Santo* das orações finais correspondem, respectivamente, aos complementos verbais indireto (*me*) e direto (*o Espírito Santo*) das orações principais.

Galembeck (1998, p. 224) assinala que, no *corpus* que analisou, “todas as orações finais em que é empregado o subjuntivo têm, necessariamente, sujeito diverso da oração principal”. Tal informação é compatível com a descrição de Neves (2000, p. 886-887), segundo a qual “as orações finais iniciadas por conjunção (em modo finito) constroem-se com sujeito diferente do da oração principal”, mas “as orações finais iniciadas por preposição (em infinitivo) não têm restrição quanto ao sujeito”. Na Tabela 25, verificam-se, no entanto, ocorrências em que as orações com formas de subjuntivo têm sujeito correferente com o da oração principal, apesar de isso ocorrer em baixíssima frequência (apenas 4% de casos de correferência). Embora já se tenha apresentado um exemplo desse caso acima (cf. dado (210)), convém apresentar mais outros:



(215) *Eu* tenho que batalhar pra que *eu* consiga viver. (LU08)

(216) *A gente* precisa dessa auto-afirmação para que *a gente* cresça cada vez mais.

(AR18)

#### 4.4.1.6 Explicitação do sujeito da oração subordinada final

Outra variável testada foi explicitação do sujeito na oração final, com o objetivo de testar se a explicitação do sujeito na adverbial final favorece o uso de alguma das formas verbais analisadas. Para essa variável, foram controlados os fatores *sujeito explícito* e *sujeito não explícito*.

Os dados evidenciam que as orações finais ocorreram com maior frequência com sujeito não explícito, pois com esse tipo de sujeito foram encontrados 414 casos (74%) das 559 ocorrências da amostra.

A tabela seguinte fornece os resultados encontrados durante as rodadas no programa estatístico:

**Tabela 26:** Tipo de oração final por explicitação do sujeito da oração subordinada final

	Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Explícito</b>	57 (40%)	86 (60%)	143 (100%)
<b>Não-explícito</b>	13 (3%)	395 (97%)	408 (100%)
<b>Total</b>	70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

Conforme apontam os dados expostos na tabela acima, a presença do fator *sujeito explícito* na oração final favorece as formas de infinitivo (60%) frente às formas de subjuntivo (40%). Segundo a tradição, o sujeito explícito da oração final seria mais comum em orações com as formas de subjuntivo do que as com de infinitivo, uma vez que seria comum em casos de não correferencialidade entre sujeito da principal e da final. Entretanto, vê-se também que o favorecimento dessa variável é para as formas de infinitivo. Essa predominância em orações com formas de infinitivo é compatível com os dados de Deoclécio (2011, p. 102) para fala em Vitória (ES), com 89% (66/74) no caso de sujeito explícito em oração com formas de infinitivo e 11% (8/64) em oração com formas de subjuntivo.

Vejam-se os exemplos que seguem, para casos de sujeito explícito:

(217) Fechou o circo, para que *as pessoas* vivessem nas cozinhas dos outros, sendo mal tratados e humilhados. (MR22)

(218) O que contribui pra humanidade ... pra *as pessoas* ficarem assim, acho que é o ritmo de vida, entendeu... (MC23)

Quanto ao fator *sujeito não explícito* na oração final, os resultados apontaram uso quase categórico com formas de infinitivo, com um percentual de 96%. Esses resultados mostram claramente que as formas de subjuntivo não são favorecidas pela não explicitação do sujeito. Esses resultados se assemelham aos apresentados por Deoclécio (2011, p. 102), em que o fator em questão favoreceu as orações com formas de infinitivo em 99,6% (227/228).

Apresenta-se, a seguir, a exemplificação de ocorrências desse tipo:

(219) Então *eu* tou procurano outros lugares, para que possa trabalhar. (CO19)

(220) Então *ele* tem que passar dois três anos preso, pra cumprir a pena de um adulto. (MC23)

Em ambos os casos, o sujeito da oração final não está explícito. No primeiro exemplo, o sujeito da oração final *eu* não está explícito, mas refere-se ao sujeito *eu* apresentado na oração principal. Já no segundo, o sujeito da oração final *ele* também não está explícito, mas refere-se ao sujeito *ele* claramente expresso na oração principal. Esses dados revelam que a correferencialidade assim como a explicitação do sujeito nas finais se relacionam, de forma a favorecer o uso de uma ou outra oração final (com formas de subjuntivo ou de indicativo).

Segundo Deoclécio (2011), o sujeito explícito tende a não ter correferência na oração anterior favorecendo o uso desenvolvido da oração (denominada na presente tese como oração com formas de subjuntivo). O sujeito não explícito, por ter correferência, tende a favorecer a oração reduzida (aqui denominada oração com formas de infinitivo). Essas afirmações são compatíveis com os resultados encontrados aqui, mas não podem ser consideradas absolutas, uma vez que os fatores considerados foram encontrados em todas as formas verbais analisadas.

Durante a rodada no programa GoldVarb, essa variável foi selecionada estatisticamente como relevante para o uso de formas de subjuntivo em orações finais, conforme pode se verificar na Tabela 27:

**Tabela 27:** Atuação da explicitação do sujeito da oração subordinada em oração com formas de subjuntivo (peso relativo)

	Ocorrências	%	PR
<b>Sujeito explícito</b>	57/140	40%	.907
<b>Sujeito não-explícito</b>	70/408	3%	.310

As orações com formas de subjuntivo foram favorecidas estatisticamente pelo sujeito explícito com PR .907. Esse resultado corrobora a hipótese de que o sujeito explícito favorece significativamente o uso de formas de subjuntivo em orações finais na fala feminina de Salvador.

#### 4.4.1.7 Características sintático-semânticas do sujeito da oração principal

Segundo Neves (2000), o contexto mais característico de uma oração final é em período em que a oração principal tenha um sujeito controlador, capaz de exercer controle sobre o evento expresso na oração final. Nesta análise, retomando a formulação elaborada por Deoclécio (2011, p. 62-63), utiliza-se a variável *características sintático-semânticas do sujeito da oração principal*, visando observar se o sujeito da oração principal da amostra exerce controle nas orações finais aqui analisadas. Para esta análise, foram considerados dois fatores: *sujeito controlador/animado* e *sujeito não controlador/inanimado/oracional*. A distribuição dessa variável está exposta na tabela que se segue:

**Tabela 28:** Tipo de oração final por características sintático-semânticas do sujeito da oração principal

	Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Controlador/Animado</b>	54 (12%)	403 (88%)	457 (100%)
<b>Não-controlador/ Inanimado/Oracional</b>	16 (17%)	78 (83%)	94 (100%)
<b>Total</b>	70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

O fator *sujeito controlador* revelou-se mais frequente na maior parte dos dados, pois foi identificado em 457 ocorrências. Conforme os resultados, o sujeito controlador

apresentou-se com alta frequência nas orações finais com formas de infinitivo. Esses resultados contrariam a expectativa de que esse fator apresentasse alta frequência nas orações com formas de subjuntivo: nesse tipo de oração, o sujeito controlador só foi verificado em apenas 12% das ocorrências. A seguir, exemplificam-se ocorrências de sujeito controlador/animado.

(221) *Eu falo em outro linguajar, pra que elas entendam.* (AN15)

(222) *Pra eu produzir literatura periférica, eu preciso de apadrinhamento.* (LM16)

Observa-se que, no primeiro exemplo, a informante expõe sua conduta de falar em outro linguajar, controlando assim a conduta de suas interlocutoras, que serão capazes de entendê-la. Nesse caso, nota-se o sujeito da oração principal *eu* como agente controlador do evento da oração adverbial final *pra que elas entendam*. Da mesma sorte, no segundo exemplo, a presença do sujeito agente *eu* expresso na oração principal exerce controle na oração final *pra eu produzir literatura periférica*. Nesse caso, o sujeito controlador impõe a necessidade de apadrinhamento para que ela produza literatura periférica.

Em referência ao fator *sujeito não-controlador/inanimado/oracional*, os resultados apontaram que este tipo de sujeito ocorre mais com as formas de infinitivo (83%) do que com as formas de subjuntivo (17%). Ocorrências com sujeito não-controlador/inanimado/oracional são exemplificadas a seguir:

(223) *É preciso que se dê mais oportunidade à criança, para que ela tenha uma boa educação para que ela se desenvolva melhor.* (NO27)

(224) *Não é preciso ser crente, pra procurar a Deus, pra praticar o bem, sabe...* (MI01)

Essas construções apresentam sujeito não-controlador na oração principal, visto que foram realizadas com sujeito oracional. Percebe-se que, no primeiro exemplo, a oração principal tem como predicado *É preciso* e como sujeito a oração subordinada substantiva *que se dê mais oportunidade à criança*. No segundo exemplo, a oração principal tem como predicado *Não é preciso* e como sujeito a oração subordinada substantiva *ser crente*. Sobre casos dessa natureza, Neves (2000) argumenta que, quando a principal indica necessidade ou obrigação, não se faz necessário que haja um sujeito controlador, a não ser que a intencionalidade de alguma forma esteja ligada a esse evento.

## 4.4.2 Variáveis extralinguísticas

### 4.4.2.1 Faixa etária

Essa variável mostra-se favorável às orações com formas de infinitivo, apresentando os maiores percentuais, como se pode ver na tabela que segue:

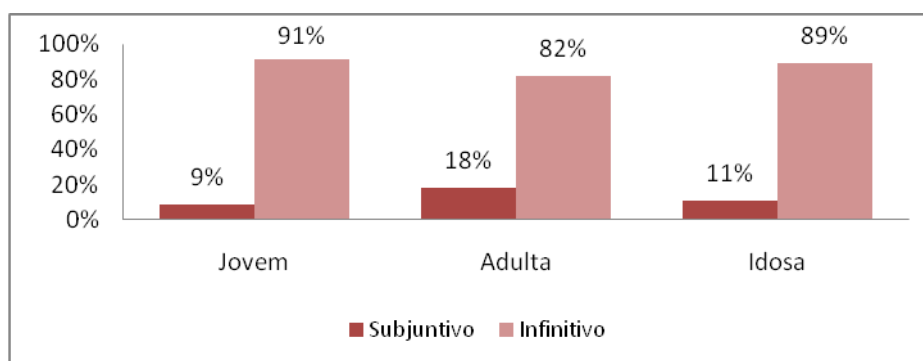
**Tabela 29:** Tipo de oração final por faixa etária

	Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Jovem</b>	18 (9%)	178 (91%)	196 (100%)
<b>Adulta</b>	31 (18%)	138 (82%)	169 (100%)
<b>Idosa</b>	21 (11%)	165 (89%)	186 (100%)
<b>Total</b>	70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

As orações com formas de subjuntivo, minoritárias nas três faixas etárias, apresentam um uso levemente maior na faixa intermediária (18%). As formas de infinitivo, ao contrário, apresentam um uso maior nas faixas jovem e idosa.

O Gráfico 1 ilustra esses resultados evidenciando a preferência de uso de formas de infinitivo pelo grupo jovem em relação aos demais grupos. Isso significa que na comunidade analisada, a variação entre as referidas formas encontra-se num estágio bem avançado em direção às formas de infinitivo.

**Gráfico 1:** Distribuição do tipo de oração final por faixa etária



Deoclécio (2011, p. 92) também sinaliza a atuação da variável faixa etária nas variantes analisadas na fala de Vitória (ES), mostrando o favorecimento das faixas

intermediárias ao uso de subjuntivo e das faixas jovem e idosa ao uso de infinitivas: nas faixas 7-14 anos e 50 *ou mais*, há uso categórico de orações com infinitivo; também nestas orações, na faixa 15-25 anos, há 96,6% e, na faixa 26-49 anos, há 93,2%.

O fato de haver a maior porcentagem de orações com formas de infinitivo na faixa jovem pode ser sinal de uma tendência de implementação da preferência por esse tipo de estrutura na cidade de Salvador.

Alves (2009) também verifica essa tendência ao uso mais saliente de estruturas infinitivas na fala das mais jovens nas duas cidades analisadas:

É visível que as Tabelas 68 e 69 exibem os mais altos índices de aplicação à regra (estrutura alternativa) na faixa etária menos avançada, ou seja, nos dados de falantes mais novos, registrando, assim, 47,8% × 17,9% em Feira de Santana-BA) e 58,3% × 28,6% em Muriaé-MG. Com base em arquivos de células se tem fundamento para dizer que esse grupo de fatores se faz relevante ao uso de estruturas alternativas. (ALVES, 2009, p. 165)

Os resultados encontrados nesta tese diferem dos apontados pelas pesquisas antecedentes, pois as informantes da faixa intermediária favoreceram mais as formas da de subjuntivo, embora esta variável não tenha sido selecionada pelo programa GoldVarb como relevante. Pimpão (2012) observa que, na rodada referente às duas cidades juntas (Florianópolis e Lages), foi na fala dos informantes mais velhos que se verificou maior presença das formas de subjuntivo com 61% das ocorrências e PR de .542. O favorecimento da faixa com mais idade também foi verificado em Carvalho (2007) assim como em Alves (2009), que assinalam que os informantes com mais idade favorecem mais as formas de subjuntivo. Para Carvalho (2007) esta faixa etária favoreceu as referidas formas com o PR de .77. Já Fagundes (2007) mostra que os resultados obtidos, a faixa etária não fez diferença.

#### **4.4.2.2 Nível de escolaridade**

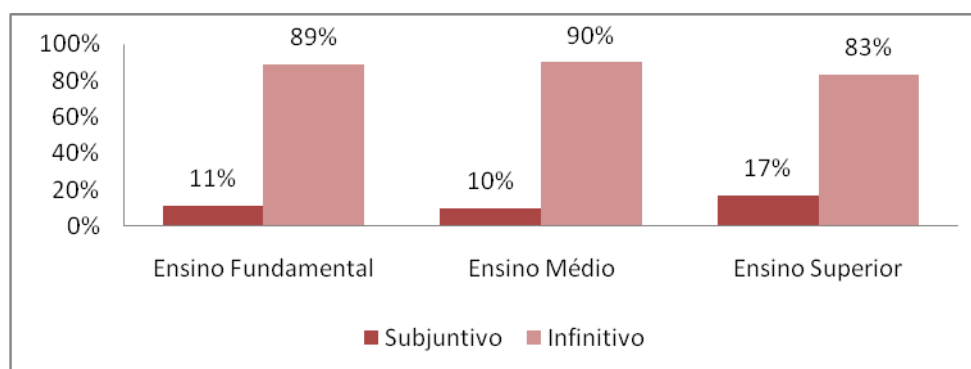
O nível de escolaridade parece atuar na comunidade examinada, muito embora predominem as formas de infinitivo em relação às formas do subjuntivo. Os resultados encontrados para essa variável estão na tabela a seguir:

**Tabela 30:** Tipo de oração final por nível de escolaridade

	Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Ensino fundamental</b>	16 (11%)	132 (89%)	148 (100%)
<b>Ensino médio</b>	20 (10%)	181 (90%)	201 (100%)
<b>Ensino superior</b>	34 (17%)	168 (83%)	202 (100%)
<b>Total</b>	70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

Cumprido destacar que as orações com formas do subjuntivo foram mais utilizadas pelas informantes de nível superior (17%). Esse percentual decresceu nos níveis de escolaridade mais baixos, pois as informantes de nível médio e fundamental utilizaram-nas em 10% e 11% das ocorrências, respectivamente. Como esperado, nessa variável as orações com formas do subjuntivo foram mais utilizadas pelas informantes de maior escolaridade.

Nota-se que as orações com formas de subjuntivo, em termos percentuais, são mais frequentes entre as informantes de maior nível de escolaridade, mas, contrariando as expectativas, essa variável não foi selecionada como significativa pelo programa GoldVarb. Esses dados estão expressos no Gráfico 2:

**Gráfico 2:** Distribuição do tipo de oração final por nível de escolaridade

Esses dados evidenciam que a variável *nível de escolaridade* não fez muita diferença no controle do uso dessas formas nesta pesquisa, deixando a entender que, embora sejam menos preferidas do que as formas de infinitivo, as formas de subjuntivo são usadas quase equilibradamente entre as informantes das três faixas etárias. Com isso, conclui-se que a escolaridade, diferentemente do esperado, não atua como favorecedora das formas de subjuntivo na comunidade analisada.

O maior percentual de ocorrências de orações com formas de subjuntivo no nível mais elevado de escolaridade também foi constatado por Deoclécio (2011, p. 93) na fala de Vitória (ES): ausentes em informantes do ensino fundamental, 1,1% em informantes com ensino médio e 6,7% em informantes com ensino superior. Conseqüentemente, quanto às formas de infinitivo, o autor também verifica uma crescente tendência ao uso destas formas: 100% para ensino fundamental, 98,9% para médio e 93,3% para superior.

Os dados de Deoclécio (2011, p. 93) diferem dos da presente pesquisa pelo fato de aqui haver praticamente empate entre os percentuais de orações com subjuntivo para ensino fundamental (11%) e médio (10%). Esses dados sugerem que há um estado de maior preservação das orações com formas de subjuntivo nos informantes com ensino fundamental em Salvador (BA) do que em Vitória (ES).

Considerando outros contextos sintáticos analisados nas pesquisas anteriormente referenciadas, observou-se que esta variável, geralmente, atua com relevância no uso de formas de subjuntivo, favorecido pelos níveis mais elevados de escolarização. Pimpão (2012) apurou que o uso destas formas foi favorecido pelo colegial com PR .611; no estudo de Lima (2012), foi favorecido pelo ensino médio com PR .46; nos resultados de Alves (2009) foi favorecido em aproximadamente 95% das ocorrências; e nos de Santos (2005), em 77% das ocorrências, embora não tenha sido selecionada estatisticamente.

Em relação às estruturas alternativas, Alves (2009) observa que o nível escolaridade mais baixo realiza mais a estrutura alternativa tanto em Muriaé (MG) (92,3%) quanto em Feira de Santana (BA) (85,1%). Comparando os percentuais encontrados nos dois níveis escolares dos dados mineiros (92,3% para ensino fundamental × 84,4% para o ensino superior), ela pontua que esses percentuais não fornecem margem diferencial suficiente para que se possa ser confirmada a hipótese de que a estrutura alternativa seria utilizada em maior escala nos dados mineiros por falantes de menor nível de escolaridade, sinalizando, assim, a pouca intimidade destes com o uso de estruturas em que aparecessem formas verbais no presente do subjuntivo.

#### **4.2.3 Nível de letramento**

Observando a distribuição dos dados pelos diferentes níveis de letramento considerados, cumpre destacar que as orações com formas de subjuntivo foram mais empregadas entre as informantes dos níveis alto (21%) e médio (18%). Apresentaram menos



ocorrências entre as informantes de nível médio baixo (10%), baixo (7%) e médio alto (6%), como se pode ver na Tabela a seguir:

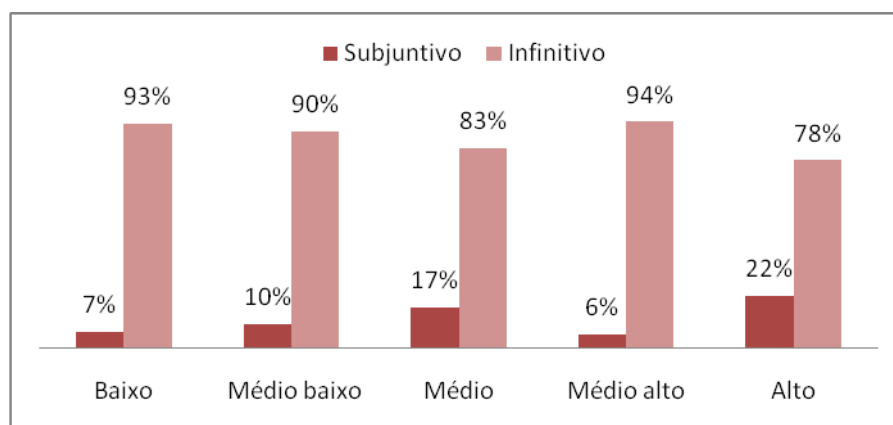
**Tabela 31:** Tipo de oração final por nível de letramento

	Oração com formas de subjuntivo	Oração com formas de infinitivo	Total
<b>Baixo</b>	7 (7%)	93 (93%)	100 (100%)
<b>Médio baixo</b>	9 (10%)	80 (90%)	89 (100%)
<b>Médio</b>	18 (17%)	85 (83%)	103 (100%)
<b>Médio alto</b>	8 (6%)	121 (94%)	129 (100%)
<b>Alto</b>	28 (22%)	102 (78%)	130 (100%)
<b>Total</b>	70 (13%)	481 (87%)	551 (100%)

Essa diferença de pontos percentuais entre o maior e o menor uso de orações com formas de subjuntivo indica que o nível de letramento exerce influência sobre fenômeno em estudo. O programa GoldVarb selecionou, dentre as variáveis extralinguísticas, justamente esta como estatisticamente relevante.

Para as orações com formas de infinitivo, destacaram-se como principais registros os níveis médio alto (94%), baixo (93%) e médio baixo (90%). Já os níveis médio (83%) e alto (78%) foram os que menos favoreceram este tipo de oração. A distribuição destas ocorrências ilustrada no Gráfico 3 pode melhor explicitar estes dados:

**Gráfico 3:** Distribuição do tipo de oração final por nível de letramento



Em termos estatísticos, as formas de subjuntivo foram favorecidas pelos níveis de letramento médio e alto, com peso relativo de 0.683 e 0.666, respectivamente, como se pode verificar na tabela que segue:

**Tabela 32:** Atuação do nível de letramento em oração com formas de subjuntivo (peso relativo)

<b>Letramento</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
<b>Baixo</b>	7/100	7%	.333
<b>Médio Baixo</b>	9/89	10%	.486
<b>Médio</b>	18/103	17%	.683
<b>Médio Alto</b>	8/129	6%	.324
<b>Alto</b>	28/130	22%	.666

Esta foi a segunda variável revelada estatisticamente como relevante para o uso das orações analisadas. Esperava-se que os níveis de letramento mais altos favorecessem significativamente essas orações. Como se pode notar esses dados confirmam parcialmente a hipótese aventada, uma vez que os resultados não apresentam uma linearidade gradativa em função dos níveis avaliados, pois o menor favorecimento das formas de subjuntivo foi constatado com informantes de nível de letramento médio alto (PR 0.324) seguido do nível baixo (0.333).

Como se sabe, o nível de letramento do indivíduo, geralmente, está associado ao empoderamento cultural do sujeito, muitas vezes refletido pelas suas habilidades sociais de leitura e escritas, geralmente, adquiridas na escola e em outros espaços sociais. Portanto, sendo o modo subjuntivo considerado pela tradição como modo mais “refinado” em que exige uma maior habilidade com a língua, esperava-se obter resultados mais precisos.

## CONCLUSÃO

Na presente tese, investigaram-se dados da fala de informantes do gênero feminino da cidade de Salvador para testar quatro hipóteses sobre o uso de formas de subjuntivo frente outras formas verbais em três contextos linguísticos: (a) orações substantivas que expressam opinião (como complemento às orações principais com os verbos *acreditar* e *crer*); (b) orações adverbiais que expressam condição iniciadas pela conjunção *se*; e (c) orações adverbiais que expressam finalidade iniciadas pela conjunção *para (que)*. Os resultados apurados em relação às três hipóteses consideradas são sintetizados a seguir.

A primeira hipótese considerada foi a de que *há variação no uso de formas de subjuntivo e outras formas verbais nas orações substantivas, condicionais e finais consideradas*. Os resultados da presente análise indicaram que, considerando estritamente a forma como a hipótese foi elaborada, essa hipótese não procede. O uso de formas de subjuntivo nos contextos analisados não apresenta variação, pois sua ocorrência se dá em contextos distintos (indicativo e infinitivo).

No caso das orações substantivas que expressam opinião (como complemento às orações principais com os verbos *acreditar* e *crer*), os contextos de subjuntivo são:

- (a) tempo verbal futuro do pretérito na oração principal,
- (b) tempo verbal presente na oração principal e tempo verbal pretérito perfeito composto na oração substantiva, e
- (c) tempo verbal presente na oração principal e presente ou futuro perifrástico na oração substantiva expressando maior grau de dúvida.

Já os contextos de indicativo são:

- (a) tempo verbal presente na oração principal e tempo verbal pretérito perfeito simples na oração substantiva,
- (b) tempo verbal presente na oração principal e tempo verbal futuro simples (do presente ou do pretérito) na oração substantiva, e
- (c) tempo verbal presente na oração principal e presente ou futuro perifrástico na oração substantiva expressando menor grau de dúvida.

Uma diferença destes resultados em relação aos estudos precedentes poderia estar relacionada à restrição ao contexto de substantivas como complemento aos verbos *acreditar* e *crer*. Mas acredita-se que a principal diferença está na interpretação de que há diferentes graus de dúvida quando se opta por formas de subjuntivo ou de indicativo em orações substantivas completivas, tal como já havia proposto Galembeck (1998, p. 219-220), ou, nos termos de

Perini (1995, p. 258), de incerteza e certeza, respectivamente. Esse aspecto (maior ou menor grau de dúvida) parece estar diluído em trabalhos anteriores quando se trata de modalidades e submodalidades, mas aqui se considera que a diferença no grau de dúvida significa diferente valor semântico atribuído a cada forma verbal no contexto estudado, logo não se pode falar em mesmo valor de verdade; e, não havendo mesmo valor de verdade, está excluída a proposta de existência de variação.

No caso das orações adverbiais que expressam condição iniciadas pela conjunção *se*, os contextos de subjuntivo são:

- (a) tempo verbal futuro na oração condicional, e
- (b) tempo verbal pretérito imperfeito simples na oração condicional.

Já os contextos de indicativo são:

- (a) tempo verbal presente na oração condicional, e
- (b) tempo verbal pretérito perfeito simples na oração condicional.

Novamente poder-se-ia considerar que a diferença destes resultados em relação aos estudos precedentes estaria na restrição ao contexto de condicionais iniciadas por *se*. Entretanto, nos estudos prévios que abordaram as condicionais em uma perspectiva variacionista, houve a interpretação de que haveria identidade semântica entre uma oração condicional com presente do indicativo e futuro do subjuntivo (nesse caso, haveria uma variação com neutralização da diferença de tempo e de modo dos verbos). Essa interpretação não foi acolhida aqui, pois se considerou que a diferença de tempo e modo atua na determinação de diferentes valores semânticos: factualidade, contrafactualidade e eventualidade, segundo a categorização de Neves (2000). A defesa de diferença semântica nesses casos já havia também sido proposta por Leão (1961), Perini (1978) e Galembeck (1998). Novamente, como há diferença semântica entre as formas verbais no contexto estudado, não se pode falar em mesmo valor de verdade; e, não havendo mesmo valor de verdade, está excluída a proposta de existência de variação.

Por fim, no caso das orações adverbiais que expressam finalidade iniciadas pela conjunção *para* (*que*), também não haveria variação em um sentido estrito, pois as formas de subjuntivo ocorrem apenas após a locução conjuntiva *para que* e as formas de infinitivo apenas após a conjunção *para* (sem ser seguida do item *que*). Entretanto, neste caso, a questão foi reenquadrada considerando a relação entre as orações finais (e não estritamente entre as formas verbais presente nelas): partindo desse reenquadramento, pode-se efetivamente constatar a existência de variação linguística.

Deve-se salientar aqui que há uma diferença essencial entre os dois primeiros contextos (orações substantivas e orações condicionais) e este último (orações finais): naqueles, o aspecto estudado se refere ao tipo de relação entre formas verbais finitas (as formas de subjuntivo e indicativo), mas, neste, refere-se ao tipo de relação entre formas verbais finitas (as formas de subjuntivo) e infinitivas (as formas de infinitivo). Considera-se aqui que é justamente a ausência de marcas flexionais de tempo e modo nas formas de infinitivo que viabilizam o postulado de existência de variação.

A segunda hipótese considerada nesta tese foi a de que *a variação no uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais é controlada por variáveis intralinguísticas*. Os resultados da presente análise indicaram que essa hipótese procede apenas parcialmente: como não há variação no caso das substantivas e das condicionais consideradas, então não há controle de variáveis intralinguísticas sobre a variação; mas, no caso das finais, reenquadrada a análise em termos de relação entre tipo de orações finais, a variação foi controlada de forma estatisticamente significativa pela variável *explicitação do sujeito da oração subordinada*, em termos da qual o fator *sujeito explícito* favorece as orações finais com formas de subjuntivo (PR .908).

A terceira hipótese considerada nesta tese foi a de que *a variação no uso de formas de subjuntivo frente a outras formas verbais (indicativo e infinitivo) em orações substantivas, condicionais e finais é controlada por variáveis extralinguísticas*. Os resultados da presente análise indicaram que essa hipótese também procede apenas parcialmente: como não há variação no caso das substantivas e das condicionais consideradas, logo não há atuação de variáveis extralinguísticas; mas, no caso das finais, novamente reenquadrada a análise em termos de relação entre tipo de orações finais, a variação foi condicionada de forma estatisticamente significativa pela variável *nível de letramento*, em termos da qual os fatores *nível de letramento médio* (PR .694) e *nível de letramento alto* (PR .659) favorecem as orações finais com formas de subjuntivo.

A presente tese pretendeu, dentre seus objetivos, contribuir de forma original para os estudos de variação linguística com a proposta de uma nova variável: *nível de letramento*. Os resultados relativos às orações finais confirmaram a relevância de proposta, uma vez que a variável *nível de escolaridade* não foi selecionada como estatisticamente relevante, mas a de *nível de letramento* sim, o que confirma a ideia de que nível de escolaridade e nível de letramento são aspectos relacionados, mas não apresentam relação de identidade, como já havia assinalado, por exemplo, Soares (2010 [2003]).

Diante do exposto, evidencia que o nível de letramento assim como o nível de escolaridades deve constituir como uma variável social indispensável em futuras pesquisas sociolinguísticas e também sociofuncionalistas, pois sua adoção permitirá ampliar a compreensão da motivação das variáveis sociais nos diferentes fenômenos linguísticos.

A pesquisa aqui apreendida embora exaustiva abre espaços para muitas discussões e conseqüentemente ampliação do tema de modo a refinar e aprofundar esta análise. Como se pode notar, embora se trate de um tema bastante discutido em diferentes pesquisas ancoradas em teorias distintas, carece ainda ser aprofundado levando em consideração ampliação do *corpus*. Assim pretende-se futuramente examinar estas construções sintáticas na diacronia, na escrita em diferentes dimensões, ou seja padrão ou não padrão, utilizando-se outros corpora jornal, revistas, cartas, redações escolares etc. lançando mão de diferenciadas variáveis, tais como morfossintáticas, pragmáticas, sintático-semânticas, semântico-discursivas etc.

## REFERÊNCIAS<sup>83</sup>

- ABREU, M. Os números da cultura. In: RIBEIRO, V. M. *ET AL.* (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexão a partir do INAF 2001. 2 ed. 1. reimpr. São Paulo: Global, 2010 [2003], p. 33-46.
- ALMEIDA, E. S. de. **Variação de uso do subjuntivo em estruturas subordinadas**: do século XIII ao XX. 2010. 294f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- ALVES, R. F. **A expressão de modalidades típicas de subjuntivo em duas sincronias do português**: século XIV e contemporaneidade. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- ALVES NETA, A. **O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro**. 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- AMORIM, V. R. S. et al. A modalidade no estudo da variação do modo subjuntivo. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 58. jan.-abr. 2014.
- AZEREDO, J. C. de. **Gramática houaiss de língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BARBOSA, A. F. **Alternância de formas indicativas e subjuntivas na fala de Vitória (ES)**. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- BARTON, D. The social nature of writing. In: BARTON, D.; IVANIČ, R. (Eds.) **Writing in the community**. Newbury Park, CA: Sage, 1991. p. 1-13.
- BARTON, D. **Literacy**: an introduction to the ecology of written language. Cambridge/USA: Blackwell, 1994.
- BARTON, D; HAMILTON, M. **Local literacies**. London/New York: Routledge, 1998.
- BATISTA, A. A. G. *ET AL.* Práticas de leitura no Brasil, 2001 – 2011: um período de transformações. In: RIBEIRO, V. M. et al. **Alfabetismo e letramento no Brasil**: 10 anos do INAF. São Paulo: Autêntica, 2015, p. 189-237.
- BEAUGRANDE, R. de. **Introduction to the study of text and discourse**. Wien: Universitäts Verlag, 1993. cap. I. (Pré-impressão).
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999 [1964].
- BIANCHET, S.. M. G. B. **Indicativo e/ou subjuntivo em orações completivas diretas do português**: uma volta ao latim. 1996. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

---

<sup>83</sup> A data entre colchetes ao final de algumas referências refere-se à data de 1ª edição da obra.

BORTONI-RICARDO, S. M., **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2009.

BRIGHT, William (Ed.) **Sociolinguistics: proceedings of the UCLA sociolinguistics conference 1964**. The Hague/Paris: Mouton & Co., 1966.

BYBEE, J. L. *ET AL.* **The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CAFIEIRO, D.; RIBAS, C. O que sinalizam as avaliações escolares e não escolares do letramento sinalizam para o ensino da leitura? In: RIBEIRO, V. M. et al. **Alfabetismo e letramento no Brasil: 10 anos do INAF**. São Paulo: Autêntica, 2015, p 421-454.

CALVET, L.-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, R. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013 [1970].

CÂMARA JR, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2002 [1970].

CARONE, F. B. **Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes**. São Paulo: Ática, 1988.

CARVALHO, H. M. de. **A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. **Pequena gramática de português**. São Paulo: Contexto, 2015.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**: São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, I. B. **O verbo na fala de camponeses: um estudo de variação**. 1990. 223f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

COSTA, S. Entre o deôntico e o epistêmico: o caráter camaleônico do verbo modal ‘poder’. **Letra Magna**, v. 5, n. 11, 2. sem. 2009.

CUNHA, M. A. F. da et al. **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Faperj/DP&A, 2003.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008 [1985].



DEOCLÉCIO, C. E. **Variação sintática das orações adverbiais finais**: similaridades e diferenças entre fala e escrita. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências. Humanas e Naturais, 2011.

DILLINGER, G. P. Forma e função na linguística. **DELTA**, São Paulo, v.7, n. 1, p. 395-407, 1991.

DIK, C. S. **Functional grammar**. Dordrecht: Foris, 1978.

DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.) **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985, p. 343-65.

FAGUNDES, E. D. **As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do VARSUL no Estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2007.

FÁVERO, L. L. O modo verbal da oração completiva. **Revista Brasileira de Linguística**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 6-15, 1982.

FERRARO, A. R. Analfabetismo e níveis de letramento: o que dizem os sentidos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23. n. 81, p. 21-47, 2002.

FLEISCHMAN, S.. **The future in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GALEMBECK, P. de T. O emprego do subjuntivo e de formas alternativas na fala culta. In: PRETI, D. (Org.). **Estudos de língua falada**: variações e confrontos. São Paulo: Humanitas, 1998, p. 209-234.

GALVÃO, A. M. de O. Leitura: algo que se transmite entre gerações? In: RIBEIRO, V. M. et al. (org.). **Letramento no Brasil**: reflexão a partir do INAF 2001. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Global, 2010.

GIVÓN, T, Topic, pronoun, and grammatical agreement. *In*: LI, C. N. **Subject and topic**. New York: Academic Press, 1976, p. 149-188.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. **Syntax**: a functionalism typological introduction. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. 2 vols.

GIVÓN, T. **Bio-linguistics**: the Santa Barbara lectures. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

GIVÓN, T. **Context as other minds**: the pragmatics of sociality, cognition and communication. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

GONÇALVES, J. R. **Considerações sobre a flutuação no emprego do subjuntivo em contextos orais do Português do Brasil**. 2003. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

GUIRALDELLI, L. A. **O modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva**. 2004. 104f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2004.

GUY, G.; ZILLES A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HAMILTON, M. Sustainable literacies and the ecology of lifelong learning. *In*: HARRISON, R. R. et al. (Orgs.) **Supporting lifelong learning**, vol. 1: Perspective on leaning. Routledge: Open University Press, 2002. p. 176-187.

HEATH, S. B. What no bedtime story means: narrative skills at home and at school. **Language in society**. 1982, vol 11: 49-76.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. **Language**, Baltimore, v. 56, n. 2, 1980. p. 251-299.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. *In*: CASTILHO, A. T. (Coord.), ILARI, R.; NEVES, M.H.M. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008, p. 163-365.

JUNG, N. M. Letramento: uma concepção de leitura e escrita como prática social. *In*: BAGNO, M. et al. **Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso**. São Paulo/Ponta Grossa: Parábola/UEPG, 2007.

KATO, M. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KNEALE, W.; KNEALE, M. **O desenvolvimento da lógica**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1972.

KLEIMAN, Â. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado da Letras, 1995.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972.

LAVANDEIRA, B. Where does the sociolinguist variable. **Language in Society**, Londres, v. 7, p. 171-182, 1978.

LEÃO, Â. V. **O período hipotético iniciado por 'se'**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1961.

LIMA, J. A. S. **O presente do subjuntivo na fala de salvador: um estudo variacionista**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LOPES, I. de A. **Cenas de letramentos sociais**. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2006.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. **Português brasileiro: contexto linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. Vols. 1 e 2.

MARTELOTTA, M. E.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no ensino médio. In: CUNHA, M. A. F. da *ET AL.* **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015, p. 11-20.

MAY, G. H. Discutindo o papel do funcional no sociofuncionalismo. **Working Papers in Linguistics**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 69-79, 2009.

MEIRA, V. **O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1921.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.

MOLLICA, M. C. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2007.

NEF, F. A. **A linguagem: uma abordagem filosófica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

NICOLAU, E. M. das D. A expressão da não-asserção no português do Brasil: evidências de simplificação do paradigma flexional. In: SILVA, A. S. et al. (Orgs.) **Línguas pluricêntricas, variação linguística e dimensões sociocognitivas**. Braga: Axioma, 2011, p. 509-524.

OLIVEIRA, M. do C. de. **O uso do modo verbal em estruturas de complementação no português do Brasil**. 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PAIVA, M. da C. Transcrição de dados linguísticos. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge: University Press, 1986.

PEREIRA, A. da S. **Narrativas de vida de idosos: memórias, tradição oral e letramento**. Salvador: Eduneb, 2013.

PEREIRA, M. A. B. **Aspectos da oposição modal indicativo/subjuntivo no português contemporâneo**. 1974. 265f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.

PERINI, M. A. Sintaxe e semântica do futuro do subjuntivo. **Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura**, Belo Horizonte, n. 1, p. 20-43, 1978.

- PERINI, M. A. **A gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.
- PIMPÃO, T. S. **Variação no presente do modo subjuntivo**: uma abordagem discursivo-pragmática. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- PIMPÃO, T. S. O escopo da negação e o modo subjuntivo. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 47, 1999, Bauru. **Anais...** Assis: IEL/UNICAMP, 2000, p.719-724.
- PIMPÃO, T. S. **Uso variável do presente no modo subjuntivo**: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- PIMPÃO, T. S. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In: VANDERSON, P. **Variação e mudança no português falado da região sul**. Pelotas: Educat, 2015.
- PINTZUK, S. **Phrase structures in competition**: variation and change in old english word order. New York: Garland, 1999.
- RAND, D.; SANKOFF, D. **GoldVarb Version 2.1**. Montreal: Université de Montreal, Centre de Recherches Mathématiques, 1999.
- REIS, D. L. **O uso do futuro do subjuntivo**: um estudo funcionalista sobre verbo e modalidade. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- RIBEIRO, V. M. *et al.* (Org.) **Alfabetismo e letramento no Brasil**: 10 anos do INAF. São Paulo: Autêntica, 2015.
- ROCHA, R. C. **A alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português**. 1997. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.
- ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.
- ROJO, R. O indicador nacional de alfabetização funcional (INAF) e os novos letramentos. In: RIBEIRO, V. M. *et al.* (Org.) **Alfabetismo e letramento no Brasil**: 10 anos do INAF. São Paulo: Autêntica, 2015. p. 455-478.
- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964 [1931].
- SANTOS, M. J. A. **O uso do conjuntivo em língua portuguesa**: uma proposta de análise sintática e semântico-pragmático. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- SANTOS, S. M. C. dos. **A variação no uso do modo subjuntivo no português afro-brasileiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SCHERRE, M. M. P. **Introdução ao pacote VARBRUL para microcomputadores**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

SCRIBNER, S.; COLE, M. **The psychology of literacy**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1981.

SILVA ALVES, J. da. Imperativo: uma análise das variáveis sociais na língua falada em Salvador. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 89-105, 2009.

SOARES, M. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. In: SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003 [1995]. p. 25-102.

SOARES, M. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V. M. *ET AL.* (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexão a partir do INAF 2001. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Global, 2010 [2003].

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed., 6. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2012 [1998].

SOUZA, M. C. F. de; FONSECA, M. da C. “Mulher é melhor em leitura do que homem”; “Homem é melhor em matemática do que mulher”: análise dos resultados de 10 anos do Inaf sob a perspectiva de gênero. In: RIBEIRO, V. M. et al. (Org.) **Alfabetismo e letramento no Brasil**: 10 anos do INAF. São Paulo: Autêntica, 2015, p. 269-291.

SOUZA SANTOS, B. de. Os processos da globalização. In: SOUZA SANTOS, B. de. (Org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-102.

SWEETSER, E. E. Modality. In: SWEETSER, E. E. **From etymology to pragmatics**: metaphorical and cultural aspects of semantic structures. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 49-75.

STREET, B. V. (Ed.) **Cross-cultural approaches to literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

SOUZA M. C. R. F de; FONSECA, M. da C. F. “Mulher é melhor em leitura do que homem; Homem é melhor do que mulher em matemática” – análise dos resultados de 10 anos do Inaf sob a perspectiva de gênero. In: RIBEIRO, V. M. *ET AL.* (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexão a partir do INAF 2001. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Global, 2010.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo/Salvador: Ed. da Unesp/Ed. da UFBA, 2001.

TAVARES, M. A. **A gramaticalização de e, aí, daí, e então**: estratificação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2003.

TFOUNI, L. V. **Adultos não alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1988.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, M. M. M. **Alternância no uso dos modos indicativo e subjuntivo em orações subordinadas substantivas**: uma comparação entre o português do Brasil e o francês do Canadá. 2007. 106f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

WEINREICH, W. *et al.* **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

WHERRITT, I. M. **The subjunctive in Brazilian Portuguese**. 1977. 191f. Tese (Doutorado) – Department of Modern and Classical Languages, University of New Mexico, Albuquerque, 1977.

**Sistema educativo nacional de Brasil**. Disponível em:  
<[http://www.oei.es/quipu/brasil/educ\\_adultos.pdf](http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_adultos.pdf)>. Acesso em: 20. dez. 2017.

**Salvador permanece como 3ª cidade mais populosa do país, diz IBGE**. Disponível em:  
<<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/08/salvador-permanece-como-3-cidade-mais-populosa-do-pais-diz-ibge.html>>. Acesso em: 20. dez. 2017.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1A

#### QUESTIONÁRIO SOCIAL

1. **Sexo:** F ( ) M ( )

2. **Faixa etária** Jovem ( ) adulto ( ) idoso ( )

3. **Nível de escolaridade:**

Ensino Fundamental completo ( )

Ensino Médio completo ( )

Ensino Superior completo ( )

4. **Modalidade de ensino:**

( ) Presencial

( ) Semipresencial

( ) À distância.

5. **Como avalia sua capacidade de leitura**

( ) Lê com grande dificuldade

( ) Lê com alguma dificuldade

( ) Não tem nenhuma dificuldade para ler

6. **Como avalia sua capacidade de escrita**

( ) Escreve com grande dificuldade

( ) Escreve com alguma dificuldade

( ) Não tem nenhuma dificuldade para escrever

7. **Gosto pela leitura**

( ) Gosta muito

( ) Gosta um pouco

( ) Não gosta

8. **Pessoas que mais influenciaram o gosto pela leitura**

( ) Algum professor

( ) Algum amigo

( ) Mãe ou responsável do sexo

( ) Outro parente

feminino

( ) Algum líder religioso

( ) pai ou responsável do sexo

masculino

9. **Tipo material que mais gosta de ler**

( ) Revistas

( ) Livros

( ) Jornais

( ) Gibis, revistas em quadrinhos

( ) Bíblia, livros religiosos

10. **Tipo de revista que costuma ler**

( ) Informação semanal

( ) Religiosa

( ) Fofocas e novelas

( ) Femininas

( ) Especializadas (saúde,

( ) Masculinas

informática, esportes, músicas ,etc)

( ) Quadrinhos, gibis, humor

Não gosta de revista

**11. Tipo de livro que costuma ler**

- Bíblia, livros religiosos  
 Romance, aventura, policial, ficção  
 Poseia  
 Didáticos  
 Livros

- Biografia, relatos históricos  
 Livros técnicos, de teoria, ensaios  
 Autoajuda, orientação pessoal  
 Não costuma ler livros

**12. Frequência com que lê**

- Todos os dias  
 Uma vez ou mais por semana

- Eventualmente\ De vez em quando.  
 Não costuma ler

**13. O que costuma escrever**

- Receitas  
 Letras de músicas  
 Poesia  
 Cartas e e-mails  
 Outros

- Histórias reais ou inventadas  
 Álbuns familiares  
 Diários íntimos  
 Não costuma escrever

**14. Frequência de uso de computador ou materiais afins.**

- Todos os dias da semana  
 Quase todos os dias da semana  
 Um ou dois dias por semana  
 Eventualmente  
 Não utiliza computador



## APÊNDICE 1B

### IDENTIFICAÇÃO DO VALOR DE CADA RESPOSTA DO QUESTIONÁRIO SOCIAL

**4. Modalidade de ensino** (Alternativa) [Pontuação máxima: 3]

- Presencial (3)
- Semipresencial (2)
- À distância (1)

**5. Como avalia sua capacidade de leitura** (Alternativa) [Pontuação máxima: 3]

- Lê com grande dificuldade (1)
- Lê com alguma dificuldade (2)
- Não tem nenhuma dificuldade para ler (3)

**6. Como avalia sua capacidade de escrita** (Alternativa) [Pontuação máxima: 3]

- Escreve com grande dificuldade (1)
- Escreve com alguma dificuldade (2)
- Não tem nenhuma dificuldade para escrever (3)

**7. Gosto pela leitura** (Alternativa) [Pontuação máxima: 3]

- Gosta muito (3)
- Gosta um pouco (2)
- Não gosta (1)

**8. Pessoas que mais influenciaram o gosto pela leitura** (Associativa) [Pontuação máxima: 6]

- Algum professor (1)
- Mãe ou responsável do sexo feminino (1)
- Pai ou responsável do sexo masculino (1)
- Algum amigo (1)
- Outro parente (1)
- Algum líder religioso (1)

**9. Tipo material que mais gosta de ler** (Associativa) [Pontuação máxima: 7]

- Revistas (1)
- Jornais (1)
- Bíblia, livros religiosos (2)
- Livros (2)
- Gibis, revistas em quadrinhos (1)

**10. Tipo de revista que costuma ler** (Associativa) [Pontuação máxima: 11]

- Informação semanal (1)
- Fofocas e novelas (1)
- Especializadas (saúde, informática, esportes, músicas etc.) (2)
- Religiosa (2)
- Femininas (2)
- Masculinas (2)
- Quadrinhos, gibis, humor (1)
- Não gosta de revistas (0)

**11. Tipo de livro que costuma ler** (Associativa) [Pontuação máxima: 13]

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Bíblia, livros religiosos (2)           | <input type="checkbox"/> Biografia, relatos históricos (2)       |
| <input type="checkbox"/> Romance, aventura, policial, ficção (2) | <input type="checkbox"/> Livros técnicos, de teoria, ensaios (2) |
| <input type="checkbox"/> Poesia (2)                              | <input type="checkbox"/> Autoajuda, orientação pessoal (1)       |
| <input type="checkbox"/> Didáticos (1)                           | <input type="checkbox"/> Não costuma ler livros (0)              |
| <input type="checkbox"/> Livros (1)                              |  |

**12. Frequência com que lê** (Alternativa) [Pontuação máxima: 3]

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Todos os dias (3)              | <input type="checkbox"/> Eventualmente/De vez em quando (1) |
| <input type="checkbox"/> Uma vez ou mais por semana (2) | <input type="checkbox"/> Não costuma ler (0)                |

**13. O que costuma escrever** (Associativa) [Pontuação máxima: 11]

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Receitas (1)          | <input type="checkbox"/> Histórias reais ou inventadas (2) |
| <input type="checkbox"/> Letras de músicas (2) | <input type="checkbox"/> Álbuns familiares (1)             |
| <input type="checkbox"/> Poesia (2)            | <input type="checkbox"/> Diários íntimos (1)               |
| <input type="checkbox"/> Cartas e e-mails (1)  | <input type="checkbox"/> Não costuma escrever (0)          |
| <input type="checkbox"/> Outros (1)            |  |

**14. Frequência de uso de computador ou materiais afins** (Alternativa) [Pontuação máxima: 4]

- Todos os dias da semana (4)
- Quase todos os dias da semana (3)
- Um ou dois dias por semana (2)
- Eventualmente (1)
- Não utiliza computador (0)

## APÊNDICE 2

### TESTE

Leia o texto abaixo e responda as três questões em seguida

#### A TRIBUNA COM VOCÊ EM JARDIM BOTÂNICO

### Família trabalha unida em fábrica no bairro há 21 anos

Oswaldo Patrício Medeiro deixou o emprego e abriu fábrica de estopas que administra ao lado da mulher e dos filhos.

#### Karolina Lopes

No bairro Jardim Botânica, Cariacica, é comum encontrar empreendimentos familiares. A fábrica de estopas Medeiro é um dos exemplos mais bem-sucedidos da região, vota mais de duas décadas de sucesso.

A fábrica conta com o trabalho do proprietário Oswaldo Patrício Medeiro, 54, da mulher dele, Lucimar de Oliveira Medeiro, 46, dos dois filhos, Thiago de Oliveira Medeiro, 27, e Bruno de Oliveira Medeiro, 18, e dos quatro funcionários. Em agosto de 1993, Oswaldo pediu demissão do seu emprego para ter seu próprio negócio. Ele trabalhou por 12 anos em uma fábrica de estopas e

resolveu se arriscar no ramo por conta própria.

“Aprendi tudo sobre o trabalho e percebi que poderia ganhar mais dinheiro e ficar mais perto da minha família. Começamos devagar, mas as coisas foram dando certo e estamos crescendo cada vez mais”, afirmou o empresário.

Thiago Medeiro cuida do atendimento ao cliente e faz parte da empresa desde criança. “Comecei a ajudar meu pai aos 6 anos e todos acompanhamos a evolução da empresa, contou.

A estopa é feita com resto de tecelagens e tecidos brancos

desfiados. O material é utilizado para limpeza e polimentos de carros. A fábrica atende casas de tinta e polimento, lava a jato, postos de gasolina e distribuidoras de supermercados.

#### **BAIRRO**

O Plano de Organização Territorial da Prefeitura de Cariacica remapeou a região de Jardim Botânico e incluiu os bairros Liberdade, Jardim Botânico II e Nelson Ramos I, o bairro que agora é conhecido como Grande Jardim Botânico. A região tem, ao todo, 16 mil habitantes.

#### **Questão 1**

O que é produzido da fábrica do senhor Oswaldo?

**Resposta:**

#### **Questão 2**

Quantas pessoas trabalham na fábrica?

**Resposta:**

#### **Questão 3**

Por que o senhor Oswaldo resolveu abrir uma fábrica própria?

**Resposta:**

## APÊNDICE 3<sup>84</sup>

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Senhor (a),

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

#### 1) Introdução

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa com o objetivo de verificar se na fala de Salvador se realiza variação do uso de formas do presente do subjuntivo com as formas do presente do indicativo em situações em que se espera o uso do subjuntivo. Sua colaboração contribuirá para a documentação e constituição de um banco de dados referente ao falar baiano. Você foi selecionado porque se encaixa nos critérios exigidos para esta pesquisa: morar na cidade de Salvador, ter ou estar cursando ensino fundamental, médio ou superior, pertencer à faixa etária de 21 a 30 anos, 40 a 50 anos ou acima de 60 anos. Sua participação não é obrigatória

#### 2) Procedimentos do Estudo

Para participar deste estudo, solicito a sua especial colaboração em realizar entrevista gravada e em responder um questionário social junto a uma interpretação de texto de apenas três questões.

#### 3) Riscos e desconfortos

A metodologia utilizada para coleta de dados, ou seja, as entrevista/gravação poderão causar constrangimentos ou desconforto para o participante, visando evitá-los ou mesmo minimizá-los, sua realização ocorrerá individualmente e de forma espontânea, no momento e no local escolhidos pelo informante.

#### 4) Benefícios

Consideramos que essa pesquisa não trará benefícios diretos para você.

#### 5) Custos/Reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo.

---

<sup>84</sup> Os dados pessoais da pesquisadora foram eliminados na presente versão do termo em nome da privacidade.

#### 6) Caráter Confidencial dos Registros

A sua identidade será mantida em sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentando o “retrato” de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa.

As entrevistas serão codificadas de forma a não permitir a exposição do nome do informante. As gravações serão usadas para a documentação e constituição de um banco de dados referente ao falar baiano, mas o nome de cada informante será mantido em sigilo.

#### 7) Participação

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor informar o pesquisador e/ou a pessoa de sua equipe que esteja atendendo-o.

#### 8) Informações

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, que poderá ser contatado para esclarecimentos pelo telefone 3409-4592, por email [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br) ou no seguinte endereço: Av. Antonio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II, sala 2005, 2º andar. Pampulha. CEP 31270-901 - Belo Horizonte, MG.

Estou ciente de que terei acesso aos resultados obtidos, se for de minha vontade, além de quaisquer esclarecimentos adicionais de que eu necessite.

Os pesquisadores responsáveis poderão fornecer qualquer esclarecimento sobre essa pesquisa, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone:

Nome do pesquisador: Joana Angélica S. Lima

Endereço:

Bairro:

Email:

#### 9) Declaração de Consentimento

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas.

Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Data

Nome e Assinatura do pesquisador

Data

## APÊNDICE 4

### Resultados da rodada do GolbVarb para as orações finais

#### a) Legenda para os símbolos usados no GoldVarb

##### **Grupo 01: Tempo verbal da oração principal**

G – Gerúndio

N – Infinitivo

P – Presente

S – Passado

T – Futuro

##### **Grupo 02: Assertividade da oração principal**

A – Afirmativa

N – Negativa

##### **Grupo 03: Assertividade da oração subordinada**

A – Afirmativa

N – Negativa

##### **Grupo 04: Posição da oração subordinada**

A – Anteposição

P – Posposição

##### **Grupo 05: Correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada substantiva**

C – Correferente

P – Parcialmente correferente

N – Não-correferente

##### **Grupo 06: Explicitação do sujeito da oração subordinada**

E – Explícito

N – Não-explícito

##### **Grupo 07: Características sintático-semânticas do sujeito da oração principal**

C – Controlador/Animado

N – Não-controlador/Inanimado/Oracional

##### **Grupo 08: Faixa Etária**

J – Jovem

A – Adulta

I – Idosa

##### **Grupo 09: Nível de Escolaridade**

F – Ensino fundamental

M – Ensino médio

S – Ensino superior

**Grupo 10: Nível de Letramento**

- 1 – Baixo
- 2 – Médio baixo
- 3 – Médio
- 4 – Médio alto
- 5 – Alto

**b) Resultados**

Binomial Varbrul

=====

Name of cell file: Untitled.cel

Using fast, less accurate method.  
 Averaging by weighting factors.  
 Threshold, step-up/down: 0,050001

# Stepping up:  
 # Stepping up:

----- Level # 0 -----

Run # 1, 1 cells:  
 Convergence at Iteration 2  
 Input 0,127  
 Log likelihood = -209,779

----- Level # 1 -----

Run # 2, 5 cells:  
 Convergence at Iteration 5  
 Input 0,125  
 Group # 1 -- G: 0,777, N: 0,608, P: 0,484, S: 0,525, T: 0,437  
 Log likelihood = -208,060 Significance = 0,489

Run # 3, 2 cells:  
 Convergence at Iteration 4  
 Input 0,126  
 Group # 2 -- A: 0,515, N: 0,410  
 Log likelihood = -209,210 Significance = 0,289

Run # 4, 2 cells:  
 Convergence at Iteration 4  
 Input 0,126  
 Group # 3 -- A: 0,490, N: 0,651  
 Log likelihood = -208,787 Significance = 0,168



Run # 5, 2 cells:

Convergence at Iteration 3

Input 0,127

Group # 4 -- P: 0,501, A: 0,479

Log likelihood = -209,764 Significance = 0,872

Run # 6, 3 cells:

Convergence at Iteration 5

Input 0,085

Group # 5 -- N: 0,814, C: 0,282, P: 0,654

Log likelihood = -178,002 Significance = 0,000

Run # 7, 2 cells:

Convergence at Iteration 5

Input 0,067

Group # 6 -- E: 0,902, N: 0,315

Log likelihood = -153,752 Significance = 0,000

Run # 8, 2 cells:

Convergence at Iteration 4

Input 0,126

Group # 7 -- C: 0,482, N: 0,587

Log likelihood = -208,889 Significance = 0,187

Run # 9, 3 cells:

Convergence at Iteration 4

Input 0,123

Group # 8 -- A: 0,616, J: 0,420, I: 0,477

Log likelihood = -206,238 Significance = 0,032

Run # 10, 3 cells:

Convergence at Iteration 4

Input 0,124

Group # 9 -- M: 0,439, F: 0,462, S: 0,588

Log likelihood = -207,366 Significance = 0,092

Run # 11, 5 cells:

Convergence at Iteration 5

Input 0,114

Group #10 -- 3: 0,622, 1: 0,370, 2: 0,467, 4: 0,340, 5: 0,681

Log likelihood = -199,961 Significance = 0,001

Add Group # 6 with factors EN

----- Level # 2 -----

Run # 12, 10 cells:

Convergence at Iteration 7

Input 0,065

Group # 1 -- G: 0,819, N: 0,655, P: 0,466, S: 0,541, T: 0,485

Group # 6 -- E: 0,905, N: 0,312  
Log likelihood = -151,654 Significance = 0,390

Run # 13, 4 cells:  
Convergence at Iteration 5  
Input 0,066  
Group # 2 -- A: 0,517, N: 0,399  
Group # 6 -- E: 0,902, N: 0,314  
Log likelihood = -153,190 Significance = 0,291

Run # 14, 4 cells:  
Convergence at Iteration 5  
Input 0,067  
Group # 3 -- A: 0,493, N: 0,605  
Group # 6 -- E: 0,901, N: 0,315  
Log likelihood = -153,398 Significance = 0,418

Run # 15, 4 cells:  
Convergence at Iteration 7  
Input 0,066  
Group # 4 -- P: 0,514, A: 0,293  
Group # 6 -- E: 0,907, N: 0,311  
Log likelihood = -152,282 Significance = 0,090

Run # 16, 6 cells:  
Convergence at Iteration 9  
Input 0,062  
Group # 5 -- N: 0,631, C: 0,397, P: 0,643  
Group # 6 -- E: 0,867, N: 0,341  
Log likelihood = -150,726 Significance = 0,049

Run # 17, 4 cells:  
Convergence at Iteration 6  
Input 0,067  
Group # 6 -- E: 0,903, N: 0,314  
Group # 7 -- C: 0,505, N: 0,476  
Log likelihood = -153,698 Significance = 0,749

Run # 18, 6 cells:  
Convergence at Iteration 6  
Input 0,063  
Group # 6 -- E: 0,910, N: 0,308  
Group # 8 -- A: 0,560, J: 0,363, I: 0,592  
Log likelihood = -150,030 Significance = 0,026

Run # 19, 6 cells:  
Convergence at Iteration 5  
Input 0,065  
Group # 6 -- E: 0,902, N: 0,315  
Group # 9 -- M: 0,432, F: 0,473, S: 0,587  
Log likelihood = -151,906 Significance = 0,166

Run # 20, 10 cells:

Convergence at Iteration 6

Input 0,058

Group # 6 -- E: 0,907, N: 0,310

Group #10 -- 3: 0,683, 1: 0,333, 2: 0,486, 4: 0,324, 5: 0,666

Log likelihood = -144,341 Significance = 0,001

Add Group # 10 with factors 31245

----- Level # 3 -----

Run # 21, 41 cells:

Convergence at Iteration 7

Input 0,057

Group # 1 -- G: 0,861, N: 0,667, P: 0,476, S: 0,516, T: 0,439

Group # 6 -- E: 0,908, N: 0,310

Group #10 -- 3: 0,690, 1: 0,346, 2: 0,456, 4: 0,325, 5: 0,669

Log likelihood = -142,317 Significance = 0,409

Run # 22, 20 cells:

Convergence at Iteration 6

Input 0,057

Group # 2 -- A: 0,518, N: 0,391

Group # 6 -- E: 0,908, N: 0,310

Group #10 -- 3: 0,683, 1: 0,323, 2: 0,496, 4: 0,327, 5: 0,666

Log likelihood = -143,734 Significance = 0,276

Run # 23, 20 cells:

Convergence at Iteration 6

Input 0,058

Group # 3 -- A: 0,491, N: 0,635

Group # 6 -- E: 0,906, N: 0,311

Group #10 -- 3: 0,689, 1: 0,326, 2: 0,478, 4: 0,329, 5: 0,667

Log likelihood = -143,813 Significance = 0,306

Run # 24, 19 cells:

Convergence at Iteration 7

Input 0,057

Group # 4 -- P: 0,515, A: 0,282

Group # 6 -- E: 0,912, N: 0,306

Group #10 -- 3: 0,670, 1: 0,343, 2: 0,499, 4: 0,310, 5: 0,675

Log likelihood = -142,864 Significance = 0,089

Run # 25, 30 cells:

Convergence at Iteration 10

Input 0,055

Group # 5 -- N: 0,608, C: 0,404, P: 0,670

Group # 6 -- E: 0,877, N: 0,334

Group #10 -- 3: 0,683, 1: 0,369, 2: 0,463, 4: 0,312, 5: 0,666

Log likelihood = -141,831 Significance = 0,085

Run # 26, 20 cells:

Convergence at Iteration 7

Input 0,057

Group # 6 -- E: 0,911, N: 0,307

Group # 7 -- C: 0,516, N: 0,425

Group #10 -- 3: 0,687, 1: 0,328, 2: 0,484, 4: 0,318, 5: 0,674

Log likelihood = -143,848 Significance = 0,328

Run # 27, 24 cells:

Convergence at Iteration 14

Input 0,057

Group # 6 -- E: 0,910, N: 0,308

Group # 8 -- A: 0,463, J: 0,516, I: 0,516

Group #10 -- 3: 0,697, 1: 0,334, 2: 0,476, 4: 0,308, 5: 0,677

Log likelihood = -144,156 Significance = 0,833

Run # 28, 16 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,055

Group # 6 -- E: 0,913, N: 0,305

Group # 9 -- M: 0,325, F: 0,582, S: 0,619

Group #10 -- 3: 0,781, 1: 0,265, 2: 0,599, 4: 0,325, 5: 0,557

Log likelihood = -141,476 Significance = 0,059

No remaining groups significant

Groups selected while stepping up: 6 10

Best stepping up run: #20

-----

# Stepping down:

# Stepping down:

----- Level # 10 -----

Run # 29, 268 cells:

Convergence at Iteration 17

Input 0,047

Group # 1 -- G: 0,905, N: 0,627, P: 0,494, S: 0,488, T: 0,387

Group # 2 -- A: 0,509, N: 0,444

Group # 3 -- A: 0,494, N: 0,593

Group # 4 -- P: 0,511, A: 0,344

Group # 5 -- N: 0,632, C: 0,396, P: 0,646

Group # 6 -- E: 0,898, N: 0,318

Group # 7 -- C: 0,528, N: 0,366

Group # 8 -- A: 0,427, J: 0,518, I: 0,548

Group # 9 -- M: 0,281, F: 0,621, S: 0,639

Group #10 -- 3: 0,821, 1: 0,265, 2: 0,553, 4: 0,290, 5: 0,579

Log likelihood = -133,224

----- Level # 9 -----

Run # 30, 178 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,049

Group # 2 -- A: 0,512, N: 0,426

Group # 3 -- A: 0,495, N: 0,578

Group # 4 -- P: 0,512, A: 0,320

Group # 5 -- N: 0,636, C: 0,396, P: 0,636

Group # 6 -- E: 0,895, N: 0,321

Group # 7 -- C: 0,527, N: 0,372

Group # 8 -- A: 0,432, J: 0,537, I: 0,523

Group # 9 -- M: 0,285, F: 0,597, S: 0,651

Group #10 -- 3: 0,818, 1: 0,277, 2: 0,604, 4: 0,267, 5: 0,565

Log likelihood = -135,214 Significance = 0,418

Run # 31, 232 cells:

Convergence at Iteration 17

Input 0,047

Group # 1 -- G: 0,905, N: 0,636, P: 0,492, S: 0,489, T: 0,387

Group # 3 -- A: 0,493, N: 0,601

Group # 4 -- P: 0,511, A: 0,337

Group # 5 -- N: 0,629, C: 0,397, P: 0,652

Group # 6 -- E: 0,899, N: 0,317

Group # 7 -- C: 0,528, N: 0,369

Group # 8 -- A: 0,423, J: 0,522, I: 0,547

Group # 9 -- M: 0,281, F: 0,623, S: 0,638

Group #10 -- 3: 0,823, 1: 0,268, 2: 0,548, 4: 0,285, 5: 0,584

Log likelihood = -133,352 Significance = 0,629

Run # 32, 254 cells:

Convergence at Iteration 17

Input 0,047

Group # 1 -- G: 0,904, N: 0,625, P: 0,491, S: 0,497, T: 0,391

Group # 2 -- A: 0,510, N: 0,436

Group # 4 -- P: 0,511, A: 0,339

Group # 5 -- N: 0,639, C: 0,392, P: 0,649

Group # 6 -- E: 0,897, N: 0,319

Group # 7 -- C: 0,530, N: 0,359

Group # 8 -- A: 0,433, J: 0,509, I: 0,551

Group # 9 -- M: 0,283, F: 0,621, S: 0,637

Group #10 -- 3: 0,813, 1: 0,272, 2: 0,558, 4: 0,292, 5: 0,578

Log likelihood = -133,435 Significance = 0,521

Run # 33, 251 cells:

Convergence at Iteration 18

Input 0,047

Group # 1 -- G: 0,912, N: 0,641, P: 0,492, S: 0,490, T: 0,383

Group # 2 -- A: 0,511, N: 0,432

Group # 3 -- A: 0,493, N: 0,603

Group # 5 -- N: 0,642, C: 0,388, P: 0,657  
 Group # 6 -- E: 0,893, N: 0,322  
 Group # 7 -- C: 0,529, N: 0,362  
 Group # 8 -- A: 0,428, J: 0,511, I: 0,554  
 Group # 9 -- M: 0,286, F: 0,615, S: 0,638  
 Group #10 -- 3: 0,824, 1: 0,269, 2: 0,534, 4: 0,301, 5: 0,571  
 Log likelihood = -133,833 Significance = 0,274

Run # 34, 207 cells:  
 Convergence at Iteration 16  
 Input 0,049  
 Group # 1 -- G: 0,885, N: 0,640, P: 0,492, S: 0,501, T: 0,369  
 Group # 2 -- A: 0,509, N: 0,447  
 Group # 3 -- A: 0,491, N: 0,643  
 Group # 4 -- P: 0,514, A: 0,296  
 Group # 6 -- E: 0,927, N: 0,291  
 Group # 7 -- C: 0,519, N: 0,409  
 Group # 8 -- A: 0,423, J: 0,532, I: 0,537  
 Group # 9 -- M: 0,290, F: 0,635, S: 0,619  
 Group #10 -- 3: 0,820, 1: 0,226, 2: 0,562, 4: 0,295, 5: 0,608  
 Log likelihood = -135,568 Significance = 0,097

Run # 35, 234 cells:  
 No Convergence at Iteration 20  
 Input 0,069  
 Group # 1 -- G: 0,895, N: 0,608, P: 0,487, S: 0,495, T: 0,444  
 Group # 2 -- A: 0,509, N: 0,446  
 Group # 3 -- A: 0,499, N: 0,521  
 Group # 4 -- P: 0,501, A: 0,485  
 Group # 5 -- N: 0,846, C: 0,255, P: 0,668  
 Group # 7 -- C: 0,539, N: 0,319  
 Group # 8 -- A: 0,490, J: 0,517, I: 0,491  
 Group # 9 -- M: 0,346, F: 0,537, S: 0,628  
 Group #10 -- 3: 0,771, 1: 0,347, 2: 0,542, 4: 0,292, 5: 0,571  
 Log likelihood = -161,457 Significance = 0,000

Run # 36, 243 cells:  
 Convergence at Iteration 17  
 Input 0,048  
 Group # 1 -- G: 0,890, N: 0,649, P: 0,487, S: 0,499, T: 0,399  
 Group # 2 -- A: 0,508, N: 0,452  
 Group # 3 -- A: 0,492, N: 0,624  
 Group # 4 -- P: 0,511, A: 0,334  
 Group # 5 -- N: 0,592, C: 0,417, P: 0,652  
 Group # 6 -- E: 0,900, N: 0,316  
 Group # 8 -- A: 0,419, J: 0,538, I: 0,534  
 Group # 9 -- M: 0,294, F: 0,627, S: 0,621  
 Group #10 -- 3: 0,816, 1: 0,260, 2: 0,549, 4: 0,290, 5: 0,593  
 Log likelihood = -134,465 Significance = 0,121

Run # 37, 223 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,048

Group # 1 -- G: 0,898, N: 0,610, P: 0,495, S: 0,479, T: 0,408

Group # 2 -- A: 0,511, N: 0,434

Group # 3 -- A: 0,495, N: 0,578

Group # 4 -- P: 0,511, A: 0,339

Group # 5 -- N: 0,634, C: 0,397, P: 0,639

Group # 6 -- E: 0,892, N: 0,323

Group # 7 -- C: 0,528, N: 0,367

Group # 9 -- M: 0,288, F: 0,605, S: 0,643

Group #10 -- 3: 0,800, 1: 0,272, 2: 0,584, 4: 0,308, 5: 0,557

Log likelihood = -133,947 Significance = 0,488

Run # 38, 243 cells:

Convergence at Iteration 15

Input 0,053

Group # 1 -- G: 0,894, N: 0,629, P: 0,488, S: 0,488, T: 0,430

Group # 2 -- A: 0,510, N: 0,438

Group # 3 -- A: 0,496, N: 0,568

Group # 4 -- P: 0,508, A: 0,375

Group # 5 -- N: 0,625, C: 0,400, P: 0,646

Group # 6 -- E: 0,886, N: 0,327

Group # 7 -- C: 0,523, N: 0,392

Group # 8 -- A: 0,460, J: 0,491, I: 0,546

Group #10 -- 3: 0,695, 1: 0,373, 2: 0,422, 4: 0,305, 5: 0,686

Log likelihood = -137,737 Significance = 0,011

Run # 39, 233 cells:

Convergence at Iteration 10

Input 0,055

Group # 1 -- G: 0,914, N: 0,601, P: 0,483, S: 0,500, T: 0,463

Group # 2 -- A: 0,513, N: 0,420

Group # 3 -- A: 0,500, N: 0,492

Group # 4 -- P: 0,510, A: 0,350

Group # 5 -- N: 0,657, C: 0,382, P: 0,646

Group # 6 -- E: 0,884, N: 0,329

Group # 7 -- C: 0,527, N: 0,373

Group # 8 -- A: 0,551, J: 0,341, I: 0,625

Group # 9 -- M: 0,394, F: 0,504, S: 0,603

Log likelihood = -140,483 Significance = 0,008

Cut Group # 2 with factors AN

----- Level # 8 -----

Run # 40, 146 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,049

Group # 3 -- A: 0,494, N: 0,589

Group # 4 -- P: 0,513, A: 0,311  
 Group # 5 -- N: 0,632, C: 0,397, P: 0,644  
 Group # 6 -- E: 0,896, N: 0,320  
 Group # 7 -- C: 0,527, N: 0,373  
 Group # 8 -- A: 0,428, J: 0,542, I: 0,521  
 Group # 9 -- M: 0,285, F: 0,599, S: 0,651  
 Group #10 -- 3: 0,821, 1: 0,280, 2: 0,598, 4: 0,262, 5: 0,570  
 Log likelihood = -135,446 Significance = 0,391

Run # 41, 216 cells:  
 Convergence at Iteration 16  
 Input 0,048  
 Group # 1 -- G: 0,904, N: 0,634, P: 0,490, S: 0,498, T: 0,392  
 Group # 4 -- P: 0,512, A: 0,330  
 Group # 5 -- N: 0,636, C: 0,392, P: 0,656  
 Group # 6 -- E: 0,898, N: 0,318  
 Group # 7 -- C: 0,529, N: 0,361  
 Group # 8 -- A: 0,429, J: 0,514, I: 0,551  
 Group # 9 -- M: 0,283, F: 0,623, S: 0,635  
 Group #10 -- 3: 0,815, 1: 0,275, 2: 0,552, 4: 0,286, 5: 0,583  
 Log likelihood = -133,607 Significance = 0,482

Run # 42, 216 cells:  
 Convergence at Iteration 17  
 Input 0,048  
 Group # 1 -- G: 0,912, N: 0,651, P: 0,490, S: 0,490, T: 0,382  
 Group # 3 -- A: 0,493, N: 0,614  
 Group # 5 -- N: 0,639, C: 0,388, P: 0,666  
 Group # 6 -- E: 0,893, N: 0,322  
 Group # 7 -- C: 0,528, N: 0,365  
 Group # 8 -- A: 0,423, J: 0,516, I: 0,554  
 Group # 9 -- M: 0,286, F: 0,616, S: 0,637  
 Group #10 -- 3: 0,827, 1: 0,273, 2: 0,526, 4: 0,296, 5: 0,576  
 Log likelihood = -134,023 Significance = 0,253

Run # 43, 172 cells:  
 Convergence at Iteration 16  
 Input 0,049  
 Group # 1 -- G: 0,885, N: 0,648, P: 0,491, S: 0,501, T: 0,369  
 Group # 3 -- A: 0,490, N: 0,650  
 Group # 4 -- P: 0,515, A: 0,290  
 Group # 6 -- E: 0,927, N: 0,291  
 Group # 7 -- C: 0,519, N: 0,409  
 Group # 8 -- A: 0,420, J: 0,535, I: 0,536  
 Group # 9 -- M: 0,289, F: 0,636, S: 0,620  
 Group #10 -- 3: 0,823, 1: 0,229, 2: 0,558, 4: 0,291, 5: 0,609  
 Log likelihood = -135,692 Significance = 0,097



Run # 44, 197 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,069

Group # 1 -- G: 0,896, N: 0,615, P: 0,485, S: 0,497, T: 0,445

Group # 3 -- A: 0,498, N: 0,530

Group # 4 -- P: 0,501, A: 0,480

Group # 5 -- N: 0,845, C: 0,254, P: 0,674

Group # 7 -- C: 0,538, N: 0,323

Group # 8 -- A: 0,486, J: 0,522, I: 0,490

Group # 9 -- M: 0,347, F: 0,540, S: 0,626

Group #10 -- 3: 0,774, 1: 0,351, 2: 0,536, 4: 0,286, 5: 0,577

Log likelihood = -161,600 Significance = 0,000

Run # 45, 200 cells:

Convergence at Iteration 16

Input 0,049

Group # 1 -- G: 0,891, N: 0,656, P: 0,486, S: 0,498, T: 0,399

Group # 3 -- A: 0,491, N: 0,631

Group # 4 -- P: 0,512, A: 0,329

Group # 5 -- N: 0,589, C: 0,417, P: 0,657

Group # 6 -- E: 0,901, N: 0,316

Group # 8 -- A: 0,416, J: 0,542, I: 0,533

Group # 9 -- M: 0,293, F: 0,628, S: 0,621

Group #10 -- 3: 0,818, 1: 0,263, 2: 0,544, 4: 0,285, 5: 0,596

Log likelihood = -134,558 Significance = 0,128

Run # 46, 192 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,048

Group # 1 -- G: 0,899, N: 0,619, P: 0,494, S: 0,479, T: 0,408

Group # 3 -- A: 0,494, N: 0,586

Group # 4 -- P: 0,512, A: 0,330

Group # 5 -- N: 0,630, C: 0,397, P: 0,646

Group # 6 -- E: 0,893, N: 0,323

Group # 7 -- C: 0,527, N: 0,370

Group # 9 -- M: 0,289, F: 0,605, S: 0,642

Group #10 -- 3: 0,801, 1: 0,277, 2: 0,578, 4: 0,305, 5: 0,559

Log likelihood = -134,132 Significance = 0,466

Run # 47, 206 cells:

Convergence at Iteration 15

Input 0,053

Group # 1 -- G: 0,895, N: 0,639, P: 0,486, S: 0,488, T: 0,430

Group # 3 -- A: 0,495, N: 0,578

Group # 4 -- P: 0,509, A: 0,368

Group # 5 -- N: 0,622, C: 0,400, P: 0,653

Group # 6 -- E: 0,887, N: 0,327

Group # 7 -- C: 0,522, N: 0,394

Group # 8 -- A: 0,456, J: 0,496, I: 0,545

Group #10 -- 3: 0,699, 1: 0,379, 2: 0,414, 4: 0,299, 5: 0,690

Log likelihood = -137,905 Significance = 0,011

Run # 48, 202 cells:

Convergence at Iteration 11

Input 0,055

Group # 1 -- G: 0,914, N: 0,611, P: 0,481, S: 0,500, T: 0,464

Group # 3 -- A: 0,500, N: 0,504

Group # 4 -- P: 0,511, A: 0,340

Group # 5 -- N: 0,652, C: 0,384, P: 0,652

Group # 6 -- E: 0,885, N: 0,328

Group # 7 -- C: 0,526, N: 0,376

Group # 8 -- A: 0,550, J: 0,342, I: 0,624

Group # 9 -- M: 0,390, F: 0,508, S: 0,604

Log likelihood = -140,777 Significance = 0,007

Cut Group # 3 with factors AN

----- Level # 7 -----

Run # 49, 127 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,049

Group # 4 -- P: 0,514, A: 0,304

Group # 5 -- N: 0,638, C: 0,392, P: 0,649

Group # 6 -- E: 0,895, N: 0,320

Group # 7 -- C: 0,528, N: 0,366

Group # 8 -- A: 0,434, J: 0,535, I: 0,524

Group # 9 -- M: 0,287, F: 0,598, S: 0,649

Group #10 -- 3: 0,814, 1: 0,287, 2: 0,602, 4: 0,262, 5: 0,568

Log likelihood = -135,649 Significance = 0,404

Run # 50, 198 cells:

Convergence at Iteration 16

Input 0,048

Group # 1 -- G: 0,912, N: 0,650, P: 0,487, S: 0,500, T: 0,387

Group # 5 -- N: 0,648, C: 0,382, P: 0,671

Group # 6 -- E: 0,892, N: 0,323

Group # 7 -- C: 0,531, N: 0,355

Group # 8 -- A: 0,430, J: 0,506, I: 0,558

Group # 9 -- M: 0,289, F: 0,617, S: 0,633

Group #10 -- 3: 0,817, 1: 0,282, 2: 0,530, 4: 0,298, 5: 0,574

Log likelihood = -134,348 Significance = 0,228

Run # 51, 149 cells:

Convergence at Iteration 16

Input 0,050

Group # 1 -- G: 0,882, N: 0,646, P: 0,487, S: 0,516, T: 0,376

Group # 4 -- P: 0,516, A: 0,277

Group # 6 -- E: 0,928, N: 0,290

Group # 7 -- C: 0,521, N: 0,401

Group # 8 -- A: 0,428, J: 0,525, I: 0,539

Group # 9 -- M: 0,294, F: 0,635, S: 0,614

Group #10 -- 3: 0,810, 1: 0,237, 2: 0,566, 4: 0,292, 5: 0,611  
 Log likelihood = -136,258 Significance = 0,075

Run # 52, 178 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,069

Group # 1 -- G: 0,895, N: 0,615, P: 0,485, S: 0,499, T: 0,446

Group # 4 -- P: 0,501, A: 0,478

Group # 5 -- N: 0,847, C: 0,253, P: 0,673

Group # 7 -- C: 0,539, N: 0,320

Group # 8 -- A: 0,486, J: 0,521, I: 0,491

Group # 9 -- M: 0,347, F: 0,540, S: 0,625

Group #10 -- 3: 0,772, 1: 0,352, 2: 0,537, 4: 0,286, 5: 0,577

Log likelihood = -161,628 Significance = 0,000

Run # 53, 184 cells:

Convergence at Iteration 16

Input 0,049

Group # 1 -- G: 0,888, N: 0,655, P: 0,482, S: 0,511, T: 0,407

Group # 4 -- P: 0,512, A: 0,319

Group # 5 -- N: 0,596, C: 0,412, P: 0,663

Group # 6 -- E: 0,900, N: 0,317

Group # 8 -- A: 0,424, J: 0,532, I: 0,536

Group # 9 -- M: 0,297, F: 0,628, S: 0,616

Group #10 -- 3: 0,806, 1: 0,274, 2: 0,550, 4: 0,286, 5: 0,596

Log likelihood = -135,002 Significance = 0,096

Run # 54, 170 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,048

Group # 1 -- G: 0,897, N: 0,617, P: 0,492, S: 0,488, T: 0,412

Group # 4 -- P: 0,512, A: 0,324

Group # 5 -- N: 0,636, C: 0,393, P: 0,650

Group # 6 -- E: 0,892, N: 0,323

Group # 7 -- C: 0,529, N: 0,363

Group # 9 -- M: 0,290, F: 0,607, S: 0,639

Group #10 -- 3: 0,796, 1: 0,282, 2: 0,582, 4: 0,301, 5: 0,563

Log likelihood = -134,323 Significance = 0,491

Run # 55, 189 cells:

Convergence at Iteration 15

Input 0,053

Group # 1 -- G: 0,894, N: 0,636, P: 0,484, S: 0,496, T: 0,434

Group # 4 -- P: 0,509, A: 0,361

Group # 5 -- N: 0,627, C: 0,397, P: 0,656

Group # 6 -- E: 0,887, N: 0,327

Group # 7 -- C: 0,524, N: 0,388

Group # 8 -- A: 0,460, J: 0,490, I: 0,547

Group #10 -- 3: 0,691, 1: 0,386, 2: 0,420, 4: 0,299, 5: 0,688

Log likelihood = -138,059 Significance = 0,012

Run # 56, 178 cells:

Convergence at Iteration 11

Input 0,055

Group # 1 -- G: 0,914, N: 0,611, P: 0,481, S: 0,501, T: 0,464

Group # 4 -- P: 0,511, A: 0,339

Group # 5 -- N: 0,652, C: 0,384, P: 0,652

Group # 6 -- E: 0,885, N: 0,328

Group # 7 -- C: 0,526, N: 0,375

Group # 8 -- A: 0,550, J: 0,342, I: 0,624

Group # 9 -- M: 0,390, F: 0,508, S: 0,603

Log likelihood = -140,778 Significance = 0,008

Cut Group # 8 with factors AJI

----- Level # 6 -----

Run # 57, 89 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,050

Group # 4 -- P: 0,514, A: 0,303

Group # 5 -- N: 0,639, C: 0,393, P: 0,642

Group # 6 -- E: 0,891, N: 0,324

Group # 7 -- C: 0,528, N: 0,366

Group # 9 -- M: 0,293, F: 0,583, S: 0,652

Group #10 -- 3: 0,791, 1: 0,296, 2: 0,618, 4: 0,290, 5: 0,542

Log likelihood = -136,147 Significance = 0,462

Run # 58, 151 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,049

Group # 1 -- G: 0,904, N: 0,634, P: 0,489, S: 0,491, T: 0,409

Group # 5 -- N: 0,648, C: 0,383, P: 0,666

Group # 6 -- E: 0,884, N: 0,329

Group # 7 -- C: 0,530, N: 0,359

Group # 9 -- M: 0,296, F: 0,600, S: 0,637

Group #10 -- 3: 0,802, 1: 0,288, 2: 0,562, 4: 0,307, 5: 0,556

Log likelihood = -135,124 Significance = 0,207

Run # 59, 109 cells:

Convergence at Iteration 13

Input 0,051

Group # 1 -- G: 0,877, N: 0,630, P: 0,489, S: 0,507, T: 0,397

Group # 4 -- P: 0,516, A: 0,273

Group # 6 -- E: 0,924, N: 0,294

Group # 7 -- C: 0,520, N: 0,404

Group # 9 -- M: 0,303, F: 0,620, S: 0,615

Group #10 -- 3: 0,785, 1: 0,245, 2: 0,589, 4: 0,315, 5: 0,590

Log likelihood = -136,923 Significance = 0,078

Run # 60, 129 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,069

Group # 1 -- G: 0,899, N: 0,616, P: 0,485, S: 0,498, T: 0,446

Group # 4 -- P: 0,501, A: 0,482

Group # 5 -- N: 0,847, C: 0,253, P: 0,673

Group # 7 -- C: 0,539, N: 0,319

Group # 9 -- M: 0,349, F: 0,536, S: 0,626

Group #10 -- 3: 0,763, 1: 0,353, 2: 0,537, 4: 0,301, 5: 0,568

Log likelihood = -161,666 Significance = 0,000

Run # 61, 141 cells:

Convergence at Iteration 13

Input 0,050

Group # 1 -- G: 0,885, N: 0,640, P: 0,484, S: 0,501, T: 0,427

Group # 4 -- P: 0,513, A: 0,316

Group # 5 -- N: 0,599, C: 0,412, P: 0,656

Group # 6 -- E: 0,894, N: 0,321

Group # 9 -- M: 0,307, F: 0,611, S: 0,618

Group #10 -- 3: 0,779, 1: 0,284, 2: 0,572, 4: 0,315, 5: 0,571

Log likelihood = -135,706 Significance = 0,097

Run # 62, 138 cells:

Convergence at Iteration 11

Input 0,053

Group # 1 -- G: 0,885, N: 0,624, P: 0,486, S: 0,491, T: 0,449

Group # 4 -- P: 0,510, A: 0,353

Group # 5 -- N: 0,626, C: 0,398, P: 0,654

Group # 6 -- E: 0,881, N: 0,331

Group # 7 -- C: 0,523, N: 0,392

Group #10 -- 3: 0,687, 1: 0,379, 2: 0,441, 4: 0,296, 5: 0,685

Log likelihood = -138,429 Significance = 0,017

Run # 63, 107 cells:

Convergence at Iteration 10

Input 0,058

Group # 1 -- G: 0,859, N: 0,609, P: 0,477, S: 0,514, T: 0,491

Group # 4 -- P: 0,511, A: 0,338

Group # 5 -- N: 0,646, C: 0,388, P: 0,648

Group # 6 -- E: 0,875, N: 0,336

Group # 7 -- C: 0,518, N: 0,415

Group # 9 -- M: 0,386, F: 0,526, S: 0,595

Log likelihood = -145,253 Significance = 0,000

Cut Group # 1 with factors GNPST

----- Level # 5 -----

Run # 64, 72 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,050

Group # 5 -- N: 0,652, C: 0,382, P: 0,661

Group # 6 -- E: 0,882, N: 0,331

Group # 7 -- C: 0,529, N: 0,361

Group # 9 -- M: 0,300, F: 0,574, S: 0,652

Group #10 -- 3: 0,797, 1: 0,304, 2: 0,598, 4: 0,297, 5: 0,534

Log likelihood = -137,191 Significance = 0,158

Run # 65, 49 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,052

Group # 4 -- P: 0,518, A: 0,255

Group # 6 -- E: 0,924, N: 0,294

Group # 7 -- C: 0,520, N: 0,404

Group # 9 -- M: 0,306, F: 0,596, S: 0,630

Group #10 -- 3: 0,781, 1: 0,258, 2: 0,625, 4: 0,304, 5: 0,569

Log likelihood = -138,830 Significance = 0,073

Run # 66, 58 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,071

Group # 4 -- P: 0,503, A: 0,456

Group # 5 -- N: 0,847, C: 0,255, P: 0,664

Group # 7 -- C: 0,539, N: 0,319

Group # 9 -- M: 0,350, F: 0,518, S: 0,637

Group #10 -- 3: 0,760, 1: 0,367, 2: 0,564, 4: 0,295, 5: 0,549

Log likelihood = -163,888 Significance = 0,000

Run # 67, 61 cells:

No Convergence at Iteration 20

Input 0,051

Group # 4 -- P: 0,514, A: 0,294

Group # 5 -- N: 0,602, C: 0,412, P: 0,650

Group # 6 -- E: 0,893, N: 0,322

Group # 9 -- M: 0,308, F: 0,589, S: 0,633

Group #10 -- 3: 0,777, 1: 0,294, 2: 0,609, 4: 0,304, 5: 0,551

Log likelihood = -137,557 Significance = 0,095

Run # 68, 65 cells:

Convergence at Iteration 11

Input 0,054

Group # 4 -- P: 0,512, A: 0,330

Group # 5 -- N: 0,628, C: 0,398, P: 0,648

Group # 6 -- E: 0,881, N: 0,331

Group # 7 -- C: 0,523, N: 0,392

Group #10 -- 3: 0,678, 1: 0,371, 2: 0,472, 4: 0,294, 5: 0,682

Log likelihood = -140,008 Significance = 0,022

Run # 69, 47 cells:  
 Convergence at Iteration 10  
 Input 0,059  
 Group # 4 -- P: 0,512, A: 0,322  
 Group # 5 -- N: 0,647, C: 0,389, P: 0,643  
 Group # 6 -- E: 0,873, N: 0,338  
 Group # 7 -- C: 0,518, N: 0,411  
 Group # 9 -- M: 0,396, F: 0,513, S: 0,594  
 Log likelihood = -146,964 Significance = 0,000

Cut Group # 4 with factors PA

----- Level # 4 -----

Run # 70, 32 cells:  
 No Convergence at Iteration 20  
 Input 0,053  
 Group # 6 -- E: 0,918, N: 0,300  
 Group # 7 -- C: 0,520, N: 0,404  
 Group # 9 -- M: 0,316, F: 0,582, S: 0,629  
 Group #10 -- 3: 0,789, 1: 0,260, 2: 0,603, 4: 0,317, 5: 0,559  
 Log likelihood = -140,704 Significance = 0,033

Run # 71, 44 cells:  
 No Convergence at Iteration 20  
 Input 0,071  
 Group # 5 -- N: 0,846, C: 0,255, P: 0,666  
 Group # 7 -- C: 0,539, N: 0,317  
 Group # 9 -- M: 0,350, F: 0,518, S: 0,637  
 Group #10 -- 3: 0,761, 1: 0,366, 2: 0,560, 4: 0,296, 5: 0,549  
 Log likelihood = -163,938 Significance = 0,000

Run # 72, 44 cells:  
 No Convergence at Iteration 20  
 Input 0,051  
 Group # 5 -- N: 0,614, C: 0,401, P: 0,670  
 Group # 6 -- E: 0,884, N: 0,329  
 Group # 9 -- M: 0,317, F: 0,579, S: 0,630  
 Group #10 -- 3: 0,783, 1: 0,300, 2: 0,589, 4: 0,311, 5: 0,544  
 Log likelihood = -138,758 Significance = 0,081

Run # 73, 49 cells:  
 Convergence at Iteration 10  
 Input 0,054  
 Group # 5 -- N: 0,639, C: 0,388, P: 0,664  
 Group # 6 -- E: 0,874, N: 0,336  
 Group # 7 -- C: 0,524, N: 0,386  
 Group #10 -- 3: 0,688, 1: 0,369, 2: 0,459, 4: 0,302, 5: 0,676  
 Log likelihood = -140,786 Significance = 0,030

Run # 74, 32 cells:  
 Convergence at Iteration 10  
 Input 0,060  
 Group # 5 -- N: 0,657, C: 0,379, P: 0,659  
 Group # 6 -- E: 0,865, N: 0,343  
 Group # 7 -- C: 0,520, N: 0,403  
 Group # 9 -- M: 0,403, F: 0,507, S: 0,592  
 Log likelihood = -147,917 Significance = 0,000

Cut Group # 7 with factors CN

----- Level # 3 -----

Run # 75, 16 cells:  
 No Convergence at Iteration 20  
 Input 0,055  
 Group # 6 -- E: 0,913, N: 0,305  
 Group # 9 -- M: 0,325, F: 0,582, S: 0,619  
 Group #10 -- 3: 0,781, 1: 0,265, 2: 0,599, 4: 0,325, 5: 0,557  
 Log likelihood = -141,476 Significance = 0,070

Run # 76, 24 cells:  
 No Convergence at Iteration 20  
 Input 0,073  
 Group # 5 -- N: 0,815, C: 0,277, P: 0,678  
 Group # 9 -- M: 0,375, F: 0,530, S: 0,604  
 Group #10 -- 3: 0,738, 1: 0,358, 2: 0,559, 4: 0,310, 5: 0,565  
 Log likelihood = -167,446 Significance = 0,000

Run # 77, 30 cells:  
 Convergence at Iteration 10  
 Input 0,055  
 Group # 5 -- N: 0,608, C: 0,404, P: 0,670  
 Group # 6 -- E: 0,877, N: 0,334  
 Group #10 -- 3: 0,683, 1: 0,369, 2: 0,463, 4: 0,312, 5: 0,666  
 Log likelihood = -141,831 Significance = 0,047

Run # 78, 18 cells:  
 Convergence at Iteration 9  
 Input 0,060  
 Group # 5 -- N: 0,630, C: 0,394, P: 0,663  
 Group # 6 -- E: 0,869, N: 0,340  
 Group # 9 -- M: 0,413, F: 0,504, S: 0,584  
 Log likelihood = -148,711 Significance = 0,001

Cut Group # 5 with factors NCP

----- Level # 2 -----

Run # 79, 8 cells:



Convergence at Iteration 16

Input 0,111

Group # 9 -- M: 0,388, F: 0,523, S: 0,595

Group #10 -- 3: 0,698, 1: 0,354, 2: 0,542, 4: 0,326, 5: 0,599

Log likelihood = -198,618 Significance = 0,000

Run # 80, 10 cells:

Convergence at Iteration 6

Input 0,058

Group # 6 -- E: 0,907, N: 0,310

Group #10 -- 3: 0,683, 1: 0,333, 2: 0,486, 4: 0,324, 5: 0,666

Log likelihood = -144,341 Significance = 0,059

Run # 81, 6 cells:

Convergence at Iteration 5

Input 0,065

Group # 6 -- E: 0,902, N: 0,315

Group # 9 -- M: 0,432, F: 0,473, S: 0,587

Log likelihood = -151,906 Significance = 0,000

Cut Group # 9 with factors MFS

----- Level # 1 -----

Run # 82, 5 cells:

Convergence at Iteration 5

Input 0,114

Group #10 -- 3: 0,622, 1: 0,370, 2: 0,467, 4: 0,340, 5: 0,681

Log likelihood = -199,961 Significance = 0,000

Run # 83, 2 cells:

Convergence at Iteration 5

Input 0,067

Group # 6 -- E: 0,902, N: 0,315

Log likelihood = -153,752 Significance = 0,001

All remaining groups significant

Groups eliminated while stepping down: 2 3 8 1 4 7 5 9

Best stepping up run: #20

Best stepping down run: #80

## APÊNDICE 5

### Quantificações complementares

Apresentam-se abaixo quantificações complementares relativas a critérios de análise usados no tratamento dos dados desta tese. Como já esclarecido antes, defendeu-se aqui não haver variação nos dados do *corpus* relativos a orações substantivas e orações condicionais, razão pela qual estas quantificações não devem ser interpretados como variáveis independentes controlando um processo de variação.

#### 1) Orações substantivas completivas dos verbos *acreditar* e *crer*

**Tabela 33:** Formas verbais na oração substantiva por assertividade da oração principal<sup>85</sup>

	Formas de subjuntivo	Formas de indicativo	Total
<b>Afirmativa</b>	54 (46%)	62 (54%)	116 (100%)
<b>Negativa</b>	11 (92%)	1 (8%)	12 (100%)
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

**Tabela 34:** Formas verbais na oração substantiva por assertividade da oração subordinada substantiva

	Formas de subjuntivo	Formas de indicativo	Total
<b>Afirmativa</b>	60 (51%)	58 (49%)	118 (100%)
<b>Negativa</b>	5 (50%)	5 (50%)	10 (100%)
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

**Tabela 35:** Formas verbais na oração substantiva por posição da oração subordinada substantiva

	Formas de subjuntivo	Formas de indicativo	Total
<b>Posposição</b>	–	–	–
<b>Anteposição</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

<sup>85</sup> A alta frequência de formas de subjuntivo na subordinada quando há assertividade negativa na oração principal faz pensar que possa haver algum tipo de neutralização da motivação semântica de marcar menor grau de dúvida (com indicativo) em favor de formas de subjuntivo. Uma interpretação em termos de motivação semântica para a referida frequência seria supor que a negação na principal desencadeia maior grau de dúvida na subordinada.

**Tabela 36:** Formas verbais na oração substantiva  
por correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada substantiva

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Correferente</b>	1 (50%)	1 (50%)	2 (100%)
<b>Parcialmente correferente</b>	–	–	–
<b>Não-correferente</b>	64 (51%)	62 (49%)	126 (100%)
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

**Tabela 37:** Formas verbais na oração substantiva  
por explicitação do sujeito da oração subordinada substantiva

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Explícito</b>	44 (47%)	49 (53%)	93 (100%)
<b>Não-explícito</b>	21 (60%)	14 (40%)	35 (100%)
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

**Tabela 38:** Formas verbais na oração substantiva  
por características sintático-semânticas do sujeito da oração principal

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Controlador/Animado</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)
<b>Não-controlador/ Inanimado/Oracional</b>	–	–	–
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

**Tabela 39:** Formas verbais na oração substantiva por faixa etária

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Jovem</b>	25 (57%)	19 (43%)	44 (100%)
<b>Adulta</b>	26 (46%)	30 (54%)	56 (100%)
<b>Idosa</b>	14 (50%)	14 (50%)	28 (100%)
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

**Tabela 40:** Formas verbais na oração substantiva por nível de escolaridade

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Ensino fundamental</b>	15 (42%)	21 (58%)	36 (100%)
<b>Ensino médio</b>	34 (55%)	28 (45%)	62 (100%)
<b>Ensino superior</b>	16 (53%)	14 (47%)	30 (100%)
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

**Tabela 41:** Formas verbais na oração substantiva por nível de letramento

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Baixo</b>	9 (41%)	13 (59%)	22 (100%)
<b>Médio baixo</b>	22 (67%)	11 (33%)	33 (100%)
<b>Médio</b>	12 (36%)	21 (64%)	33 (100%)
<b>Médio alto</b>	10 (59%)	7 (41%)	17 (100%)
<b>Alto</b>	12 (52%)	11 (48%)	23 (100%)
<b>Total</b>	65 (51%)	63 (49%)	128 (100%)

## 2) Orações condicionais iniciadas por *se*

**Tabela 42:** Formas verbais na oração condicional por assertividade da oração principal

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Afirmativa</b>	233 (72%)	92 (28%)	325 (100%)
<b>Negativa</b>	60 (77%)	18 (23%)	78 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

**Tabela 43:** Formas verbais na oração condicional por assertividade da oração subordinada condicional

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Afirmativa</b>	249 (75%)	83 (25%)	332 (100%)
<b>Negativa</b>	44 (62%)	27 (38%)	71 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

**Tabela 44:** Formas verbais na oração condicional  
por posição da oração subordinada condicional

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Posposição</b>	18 (72%)	7 (28%)	25 (100%)
<b>Anteposição</b>	275 (73%)	103 (27%)	378 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

**Tabela 45:** Formas verbais na oração condicional  
por correferencialidade do sujeito da oração principal e da subordinada condicional

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Correferente</b>	102 (62%)	63 (38%)	165 (100%)
<b>Parcialmente correferente</b>	12 (60%)	8 (40%)	20 (100%)
<b>Não-correferente</b>	179 (82%)	39 (18%)	218 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

**Tabela 46:** Formas verbais na oração condicional  
por explicitação do sujeito da oração subordinada condicional

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Explícito</b>	207 (72%)	79 (28%)	286 (100%)
<b>Não-explícito</b>	86 (73%)	31 (27%)	117 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

**Tabela 47:** Formas verbais na oração condicional  
por características sintático-semânticas do sujeito da oração principal

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Controlador/Animado</b>	182 (71%)	74 (29%)	256 (100%)
<b>Não-controlador/Inanimado/ Oracional</b>	111 (76%)	36 (24%)	147 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

**Tabela 48:** Formas verbais na oração condicional por faixa etária

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Jovem</b>	114 (80%)	29 (20%)	143 (100%)
<b>Adulta</b>	93 (72%)	36 (28%)	129 (100%)
<b>Idosa</b>	86 (66%)	45 (34%)	131 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

**Tabela 49:** Formas verbais na oração condicional por nível de escolaridade

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Ensino fundamental</b>	77 (84%)	15 (16%)	92 (100%)
<b>Ensino médio</b>	129 (70%)	54 (30%)	183 (100%)
<b>Ensino superior</b>	87 (68%)	41 (32%)	128 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)

**Tabela 50:** Formas verbais na oração condicional por nível de letramento

	<b>Formas de subjuntivo</b>	<b>Formas de indicativo</b>	<b>Total</b>
<b>Baixo</b>	64 (85%)	11 (15%)	75 (100%)
<b>Médio baixo</b>	59 (82%)	13 (18%)	72 (100%)
<b>Médio</b>	55 (68%)	26 (32%)	81 (100%)
<b>Médio alto</b>	58 (67%)	29 (33%)	87 (100%)
<b>Alto</b>	57 (65%)	31 (35%)	88 (100%)
<b>Total</b>	293 (73%)	110 (27%)	403 (100%)